UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

CLÓVIS ANTÔNIO BENEDINI LIMA

Destinos da Arquitetura, segundo Vitrúvio.

São Paulo

2020

CLÓVIS ANTÔNIO BENEDINI LIMA

Destinos da Arquitetura, segundo Vitrúvio.

VERSÃO ORIGINAL

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo como requisito para o título de Doutor em Ciências.

Programa de Arquitetura e Urbanismo. Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Mário Henrique Simão D'Agostino.

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Lima, Clóvis Antônio Benedini
Destinos da Arquitetura, segundo Vitrúvio / Clóvis Antônio
Benedini Lima; orientador Mário Henrique Simão D'agostino. -
São Paulo, 2020.
256 f.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade de São Paulo. Área de concentração: História
e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

1. Vitruvius. 2. De Architectura. 3. Ancient Architecture.
4. Theory of Architecture. I. D'agostino, Mário Henrique
Simão, orient. II. Title.

FOLHA DE APROVAÇÃO

CLÓVIS ANTÔNIO BENEDINI LIMA

Destinos da Arquitetura, segundo Vitrúvio.

Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Programa: Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

APROVADO EM:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos que apreciam a arquitetura.

AGRADECIMENTOS

É preciso antes agradecer a todos aqueles que se empenharam pela instituição de universidades públicas no Brasil e ainda aos que lutam como nunca pela sua preservação e continuidade. Sem a universidade pública esse trabalho não teria sido possível. As bibliotecas públicas das faculdades e centros de pesquisa são uma parte fundamental do ensino, da pesquisa e mesmo da cultura nacional – uma verdadeira riqueza nem sempre devidamente valorizada e reconhecida –, por isso deve-se agradecer ainda ao trabalho incansável e muitas vezes anônimo de seu corpo de profissionais.

Deixo agradecimentos ao Professor Doutor Mário Henrique S. D’Agostino pela fundamental orientação, sempre estimulante. Aos Professores Doutores Andrea B. Loewen, Angélica Chiappetta e Pedro Paulo Funari pelas preciosas indicações e correções, por ocasião da Banca de Qualificação. Aos mestres e colegas da Universidade de São Paulo, que deixaram suas contribuições a este trabalho.

Agradeço ainda à paciência de minha esposa Juliana, especialmente durante a dupla gestação desta tese e de nossa filha, Sofia, que chegou antes. Agradeço ao meu irmão Marcello pelo apoio de sempre.

Os destinos guiam quem os aceita,
arrastam quem a eles resiste¹.

¹ Sêneca, “*Ad Lucilium Epistulae Morales*”, 107, 11: “*ducunt uolentem facta, nolentem trahunt*”.

RESUMO

Os desígnios da arquitetura, segundo Vitrúvio, evidenciam-se também por sua íntima associação ao extenso ciclo de preparo requerido pela disciplina. Assim, procurar compreender como se constrói a ciência do arquiteto (*architecti scientia*) no *De Architectura* propicia uma aproximação ao entendimento do autor acerca dos limites da atividade da arquitetura e do ofício do arquiteto. A investigação sobre a natureza das coisas (*natura rerum*) é fundamental à arte edificatória em sua lida com os corpos, não apenas dos materiais de construção (minerais e vegetais), mas dos seres animados que se valem de abrigos e que compõem o mundo. No entanto, a ciência do arquiteto é regida pela razão (*ratio*) que encontra na *symmetria* a um só tempo a oportunidade da suprema materialização de sua arte e do exercício de uma ética. O estudo da concatenação dos três primeiros volumes oferece uma perspectiva privilegiada ao pensamento vitruviano, que se configura como amálgama de copiosas instruções e doutrinas variadas.

Palavras-chave: Vitrúvio, *De Architectura*, *symmetria*, arquitetura greco-romana, filosofia helenística.

ABSTRACT

The designs of architecture, according to Vitruvius, are also evidenced by their intimate association with the extensive cycle of preparation required by the discipline. Thus, studying how the science of the architect (*architecti scientia*) is built in *De Architectura* provides an approach to the author's understanding of the limits of the activity of architecture and the architect's craft. Research on the nature of things (*natura rerum*) is fundamental to the building art in its handling of bodies, not only of building materials (minerals and vegetables), but of animated beings who make use of shelters and who make up the world. However, the science of the architect is governed by reason (*ratio*) that finds in symmetry at one time the opportunity for the supreme materialization of his art and the exercise of an ethics. The study of the concatenation of the first three volumes offers a privileged perspective to Vitruvian thought, which is configured as an amalgam of copious instructions and varied doctrines.

Keywords: Vitruvius, *De Architectura*, *symmetria*, Greek and Roman architecture, Hellenistic philosophy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Vitrúvio, <i>scriptor</i>	23
Arquitetura e doutrina arquitetural	24
Augusto: <i>animo magno</i>	35
<i>Dignitas, Honores, Munus</i>	48
2. <i>Physiologia e natura</i> em Vitrúvio:	71
bases para uma <i>scientia</i> do arquiteto	
Articulação dos Livros I, II e III	72
<i>Natura</i> no Livro I do <i>De Architectura</i>	75
Salubridade	77
Saúde, corpos, <i>firmitas</i>	80
Doutrinas dos elementos – <i>principia</i>	83
A constituição dos animais	87
Saúde, corpos, animais	91
<i>Natura</i> e φύσις	95
Materiais: <i>scientia</i> e <i>causa</i>	99
Minerais	101
Vegetais	107
Entre Lucrécio e Vitrúvio: <i>inane</i>	115
<i>Initia humanitatis</i> : etiologia	118
A natureza das coisas, na civilização	123

<i>De Architectura</i> : confluência de fontes	126
<i>Venus, Voluptas</i>	136
3. IMAGENS ESTOICAS:	145
natureza e ética no <i>De Architectura</i>	
<i>Diuina Mens</i>	146
<i>Diuinatione</i> e <i>religio</i>	150
Augusto e o estoicismo	162
A imagem de Hércules	166
A imagem do Fogo	170
Oráculo, Sócrates, Vitrúvio	176
Física, ética e o divino para os estoicos	182
O homem inserido no círculo e no quadrado – razão e <i>symmetria</i>	186
CONCLUSÃO	196
Apêndice A.	
Vitrúvio e as cidades romanas	214
Apêndice B.	
Lucrécio e a literatura latina	236
BIBLIOGRAFIA	245

NOTA PRÉVIA: As referências de traduções a que recorreremos neste trabalho são sempre indicadas junto às citações. As demais traduções são nossas. Emprega-se, por vezes, a abreviatura DA para designar o *De Architectura*.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A exegese do *De Architectura* encontra desafios mesmo em aspectos fundamentais da obra. É de se indagar em que medida as prescrições de Vitruvius para a arquitetura reverberavam práticas de seu tempo, ou se de preferência propunham abordagem diversa. Antes, porém, de tratar da arquitetura, o autor se volta ao ofício do arquiteto, o que por si só é significativo e aponta um modo de entender a disciplina como resultante de um extenso percurso de formação incluindo erudições variadas.

Embora o autor prometa máxima concisão¹ à obra, é possível identificar ao longo dos Dez Volumes um quadro de referências monumental a ser examinado. Ainda assim, escrever sobre arquitetura não é como escrever poesia ou história, é também diferente de escrever sobre gramática, retórica, agricultura ou de elaborar uma doutrina filosófica. Ao filósofo cabe a palavra final em seu diálogo com os interlocutores e antecessores, quanto aos rumos de seu pensamento. Ainda que o poeta não seja absolutamente livre para cantar o que quiser, tem uma margem para determinar por si mesmo a melhor maneira de dizer algo. Se ao filósofo interessa a verdade, ao historiador cabe narrar alguma verdade acerca dos fatos. O gramático precisa se ater às demandas da língua, o retor busca a persuasão, e da arte da agricultura esperam-se frutos. Mas se cabe ao arquiteto engenhar, antecipando pelo raciocínio a materialidade da obra, sua realização requer a participação de outros, dentre os quais os comitentes e suas decisões. A arte edificatória depende em boa medida de relações próprias à vida em sociedade, vinculações essas que precisam ser levadas em conta por quem se dedica à arquitetura, mesmo à escrita de uma preceptiva. Tratar da disciplina do arquiteto é, portanto, uma tarefa sem igual, que se vale, todavia, de ensinamentos compartilhados por muitos outros gêneros de escrita.

Cada um dos dez volumes do *De Architectura* é introduzido por um prefácio, que procura, em geral, primeiramente captar a benevolência do leitor, por meio de dedicatórias, de relatos e de pequenas narrativas. Tal expediente literário ajuda a ordenar a composição do tratado, contrabalançando a exposição das matérias técnicas, provavelmente estranhas ao cotidiano da maioria dos possíveis leitores. Contudo, estudos realizados nas últimas décadas²

¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, texte établi, traduit et commenté par Catherine Saliou, Paris, Les Belles Lettres, 2009, (I, pref., 3), p. 2: “non minus cum animaduertissem distentam occupationibus ciuitatem publicis et priuatis negotiis, paucis iudicauit scribendum, uti angusto spatio uacuitatis ea legentes breuiter percipere possent”.

² Dentre os quais: André, J.-M., “Le prologue scientifique et la rhétorique: les préfaces de Vitruve”, in: Bulletin de l’Association Guillaume Budé : Lettres d’humanité, n° 44, décembre 1985, p. 375-384; Janson, T., “Latin Prose

mostram que os prefácios vitruvianos vão muito além da preparação do leitor à matéria que há de ser exposta, pelo fato de incluírem indicações importantes sobre a própria organização da obra, mas também críticas e exortações. Certos artifícios de escrita dos latinos obscurecem, por vezes, ao leitor moderno inadvertido, estratos do discurso eloquentes outrora. Assim, os prefácios vitruvianos se convertem em campo privilegiado no estudo da fundamentação de ideias e posições de seu autor, evidenciando, por vezes, traços de doutrinas que servem de substrato à concatenação dos preceitos transmitidos nos Dez Livros.

Frequentemente se diz que o *De Architectura* é a obra escrita mais antiga sobre a arte edificatória que chegou até nós. No entanto, será possível afirmar que a perda de escritos anteriores teria elevado a importância dos Dez Volumes, devido à condição de supérstite único? O desaparecimento das obras precedentes fariam do *De Architectura* a única via de acesso aos preceitos escritos da arquitetura antiga, seja grega ou romana e a relevância da obra de Vitruvius é associada com recorrência à escassez de escritos desse gênero. Todavia, tal entendimento não coincide com o que o próprio arquiteto escreve no Prefácio ao Livro Quarto:

como notei, ó *Imperator*, haver muitos preceitos sobre arquitetura e volumes de comentários não ordenados e inacabados, deixados como fragmentos errantes, julguei digno e utilíssimo conduzir o corpo de tão importante disciplina [arquitetura] a uma perfeita ordenação e explicar as qualidades prescritas a cada gênero [de obras] em volumes distintos³.

As palavras do autor no prefácio ao Livro IV revelam o intento de realizar um empreendimento ímpar: aquele de ordenar fragmentos errantes (*particulas errabundas*) de escritos sobre arquitetura em um corpo coeso, perfeitamente ordenado (*ad perfectam ordinationem*). Assim, segundo Vitruvius, mesmo entre os louváveis antecessores gregos, não teria existido qualquer escrito com abrangência comparável ao que oferece. Pierre Gros afirma no comentário à edição francesa que estabeleceu e traduziu:

Prefaces - Studies in literary conventions”, Acta Universitatis Stockholmiensis, Studia Latina Stockholmiensi XIII, Stockholm, University of Stockholm, 1964; Romano, E., “La capanna e il tempio”, Palermo, Palumbo Editore, 1990; Soubiran, J., “Introduction”, in: Vitruve, “Livre IX”, texte établi, traduit et commenté par Jean Soubiran, Paris, Les Belles Lettres, 1969; Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “Livre III”, texte établi, traduit et commenté par Pierre Gros, Paris, Les Belles Lettres, 1990. Cf. ainda Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, sobretudo, “Conclusão”.

³ Vitruve, *De L’Architecture*, Livre IV, (IV, Pref., I), texte établi, traduit et commenté par Pierre Gros, Paris, Les Belles Lettres, 2003, p. 2: “*Cum animaduertissem, Imperator, plures de architectura praecepta uoluminaque commentariorum non ordinata sed incepta, uti particulas errabundas, reliquisset: dignam et utilissimam rem putavi tantae disciplinae corpus ad perfectam ordinationem perducere, et praescriptas in singulis uoluminibus singulorum generum qualitates explicare*”.

“a constituição de um *corpus*, isto é, a compilação exaustiva de todas as competências de uma atividade arquitetural secular e multiforme, define precisamente, aos olhos de Vitrúvio, a originalidade de sua proposição; é nisso que seu tratado se distingue de simples monografias de monumentos ou técnicas publicadas até então”⁴.

Elisa Romano fala em dois níveis de elaboração do tratado: um que diz respeito à reunião dos materiais existentes sobre arquitetura, e outro atinente à “reorganização sistemática”⁵ desses elementos. Desse modo, para Romano, a distância entre esses dois níveis é o que enseja “a possibilidade de um salto qualitativo que transforme o acúmulo de noções em sistema”⁶, ao mesmo tempo, é o que estabelece “a diferença específica entre o *De Architectura* e a tradição preexistente”⁷.

Philippe Fleury também entende que o empreendimento proposto por Vitrúvio não encontra paralelo precedente:

“se há, na Antiguidade, um livro original em sua forma, é precisamente o *De Architectura*. Nós não conhecemos qualquer modelo grego ou latino em relação ao qual ele possa ter se inspirado. [...] Há, portanto, fortes razões para acreditar em Vitrúvio quando ele próprio reivindica sua originalidade em IV, pref., 1”⁸.

No Livro VII, Vitrúvio reconhece que graças aos comentários deixados pelos ancestrais (*maiores*) é que se pôde ter acesso aos contributos dos filósofos, e mesmo aos feitos dos soberanos. Elabora-se ainda um extenso inventário de autores – sobretudo gregos, entre alguns poucos latinos – que deixaram escritos sobre arquitetura e cenografia, mas ainda que a listagem de nomes seja longa, deixa claro que não pretende antepor seu nome a obras alheias, mas apresentar algo próprio: “ousamos propor novas instituições”⁹.

É também importante atentar para a interpretação de Pierre Gros, que, tendo por referência os estudos de Frank Brown, vê no enorme esforço do empreendimento vitruviano a

⁴ Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IV, n. 5, p. 42.

⁵ Romano, Elisa. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 186.

⁶ Ibid., p. 186.

⁷ Ibid., p. 186.

⁸ Fleury, Ph., in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, texte établi, traduit et commenté par Philippe Fleury, Paris, Les Belles Lettres, 1990, p. XXXVII.

⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VII, (VII, pref., 10), text établi et traduit par Bernard Liou et Michel Zinghedau, commenté par Marie-Thérèse Cam. Paris, Les Belles Lettres, 1995, p. 5: “*audemus institutiones novas comparare*”.

tentativa de “fazer ascender sua atividade à dignidade das *artes liberales*”¹⁰. Vitruvius escrevera no Livro I que a ciência do arquiteto nasce do fazer e do raciocinar (*fabrica et ratiocinatio*), sem estabelecer, entretanto uma hierarquia rígida ou uma relação clara de subordinação ou precedência entre esses dois componentes que orientam a atividade do arquiteto¹¹. Lemos, por outro lado, em Cícero, contemporâneo de Vitruvius, que as profissões que envolviam esforço manual eram consideradas subalternas e adequadas a certos grupos sociais apenas, de modo que medicina e arquitetura estavam acima de trabalhos meramente manuais, mas eram atividades menores e impróprias às classes superiores¹².

No *De Architectura*, a atividade do arquiteto é descrita como ciência (*architecti scientia*), envolvendo a aprendizagem de muitas disciplinas e variadas instruções¹³, a partir de longo itinerário de estudos. Desse modo, observa-se uma diferença na importância atribuída à arquitetura por Cícero e por Vitruvius, o que corrobora o entendimento sustentado por Gros de que o projeto vitruviano reclama ao arquiteto o estatuto de um *doctus*¹⁴, na medida em que o conjunto racionalmente articulado de exigências normativas, expresso pelos preceitos da doutrina, demanda e transfere autoridade e dignidade ao ofício.

Em publicação posterior, no entanto, Gros precisa que a reivindicação vitruviana ultrapassa mesmo aquela do técnico que pretende elevar seu ofício à condição de arte liberal:

“a condição implícita de seguidor deferente, mas indispensável, de César, ao longo do curso de uma carreira que se supõe longa, permite-lhe a ousadia de se demonstrar capaz de subtrair-se à repetitividade artesanal e de levar a cabo um trabalho ao mesmo tempo mais nobre e mais vasto. [...] Esse experto, que não atingiu o nível dos grandes criadores de sua época e que, com grande probabilidade, permaneceu à margem dos programas ambiciosos dos *imperatores* e do *princeps* é pelo menos capaz de teorizar a sua prática profissional, porque sempre a exercitou com honestidade e consciência das qualidades que ela requeria. Emerge dessas observações uma ideia central, aquela

¹⁰ Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, texte établi, traduit et commenté par Pierre Gros, Paris, Les Belles Lettres, 1990, p. LIII.

¹¹ Cf. Romano, E., “La capana e il tempio”, p. 53. Cf. ainda Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos livros I e III do *De Architectura* de Vitruvius”, p. 23-25.

¹² Cícero, M. T., “Dos deveres”, (I, 150-151), tradução: Angélica Chiappetta, São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 72.

¹³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 1), p. 4: “*architecti est scientia pluribus disciplinis et uariis eruditionibus ornata cuius iudicio probantur omnia quae ab ceteris artibus perficiuntur opera*”. Tradução: “A ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e variadas erudições, seu julgamento prova tudo o que perfaz as obras de outras artes”. Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos livros I e III do *De Architectura* de Vitruvius”, n. 1, p. 24.

¹⁴ Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, p. LII.

de serviço. O magistrado romano, com ou sem *imperium*, é sempre investido da *cura*, da completa responsabilidade por uma ou mais construções públicas no curso de sua carreira, e este encargo lhe impõe o dever de informar-se ao menos de modo superficial sobre a arte de construir. [...] Nesse objetivo há a necessidade de ser ajudado por expertos do setor”¹⁵.

É possível ler no Livro I que a filosofia é uma das nove disciplinas que devem fazer parte da formação do arquiteto¹⁶. Diferente do entendimento moderno quanto à circunscrição do campo da filosofia, em Vitrúvio, esse termo abarca declaradamente dois territórios de reflexão que designaríamos hoje como ética e física. Para o autor latino, conforme a primeira acepção, a filosofia orienta a ação do arquiteto, tornando-o “magnânimo”¹⁷, isto é, possuidor de um caráter elevado, de modo a evitar a má-fé e a improbidade que prejudicam a realização da obra¹⁸. Philippe Fleury identifica na acepção ética da filosofia, em Vitrúvio, uma conexão ao estoicismo: “reencontramos nele as teses transmitidas por Panécio no livro II do *De Officiis* de Cícero, notadamente a definição de *magnitudo animi*”¹⁹. De fato, certos termos empregados no Livro I do *De Architectura* coincidem com a doutrina apresentada no *De Officiis*, e Fleury coteja passagens de ambos os escritos para demonstrar a afinidade²⁰. Ademais, o próprio Cícero deixa explícito que recorre ao estoico, ainda que provendo ajustes: “foi, pois, Panécio quem, sem controvérsia possível, dissertou com mais acuidade sobre os deveres; por isso, fazendo as devidas correções, nós o estamos seguindo de preferência”²¹.

Em Vitrúvio, a filosofia também se encarrega das questões naturais²², como aquelas envolvidas na adução das águas – conforme se lê no Livro I²³. Tais questões são associadas ao

¹⁵ Gros, P., “Vitruvio e il suo tempo”, p. XXIV, in: Vitruvio, “De Architectura”, Volume Primo, traduzione e commento di Antonio Corso e Elisa Romano, Torino, Giulio Einaudi Editore, 1997.

¹⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 3), p. 5. São elas: letras, desenho, geometria, história, filosofia, música, medicina, direito e astronomia.

¹⁷ “Magnânimo” é a tradução que Maciel propõe à expressão “*animo magno*” (Maciel, M. J., in: Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel, São Paulo, Martins Fontes, 2007 - I, 1, 7 - p. 66), que literalmente significa “de ânimo elevado”.

¹⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 7), p. 7.

¹⁹ Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 1, p. 83. Joseph Rykwert aponta o “sabor da doutrina estoica” em Vitrúvio, dentre outras que teriam lhe servido de referência (Rykwert, J., “A casa de Adão no Paraíso: a ideia da cabana primitiva na história da arquitetura”, p. 118).

²⁰ Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 1, p. 83.

²¹ Cícero, M. T., “Dos deveres”, (III, 7), p. 129-130. Cícero deixa claro nessa passagem que é a Panécio que recorre, embora cite seu discípulo Posidônio, cf. *ibid.*, (III, 8), p. 130.

²² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 7), p. 7-8: “*praeterea de rerum natura, quae graece φυσιογία dicitur, philosophia explicat*”. Tradução: “além disso, a filosofia explica a natureza das coisas, o que em grego se diz φυσιογία (*physiologia*)”.

²³ Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, (I, 1, 7), p. 66: “é necessário que o arquiteto a conheça [a *physiologia*] muito diligentemente, porque tem de resolver muitas e variadas questões naturais, como é o caso das condutas de água”. A água ocupará o centro da atenção no Livro VIII.

epicurismo por Fleury e teriam sido assimiladas por Vitruvius a partir da obra de Lucrécio: “a noção grega de *physiologia* corresponde ao conhecimento fundamental no pensamento de Epicuro”²⁴. William Augustus Merrill chamou a atenção para as similaridades entre a escrita de Vitruvius e a de Lucrécio: “pelo que me consta, não foi dada atenção à influência de Lucrécio em Vitruvius, e parece digno notar sua similaridade na enunciação, e sua mútua relação em outros aspectos”²⁵. Lucrécio é mesmo mencionado no *De Architectura*: “de fato, muitos que nascerão depois de nossa época serão vistos a dissertar sobre a natureza das coisas juntamente com Lucrécio, como se ele estivesse presente”²⁶. Merrill identifica entre os autores uma série extensa de paralelismos em expressões, e mesmo coincidências terminológicas. Somente no primeiro prefácio dos Dez Livros, o estudioso localiza 19 expressões muito semelhantes a passagens do *De Rerum Natura*, partindo das primeiras palavras do *De Architectura*, “*cum diuina tua mens et numen*”, que remeteriam ao terceiro livro lucreciano: “*diuina mente*” (3, 15) e “*diuum numen*” (3, 18). Mas ainda em “*gubernaretur*” (Vitr., I, pref., 1) e “*natura gubernans*” (Lucr., 5, 77); “*maiestas imperii*” (Vitr., I, pref., 2) e “*maiestas... rerum*” (Lucr., 5, 7), e assim por diante. Merrill vê na dedicatória feita por Vitruvius ao *Imperator Caesar* um eco do elogio lucreciano a Epicuro, e a própria vinculação da filosofia à *physiologia* teria sido extraída de uma definição do filósofo grego²⁷. O estudioso estadunidense segue apontando afinidades à obra de Lucrécio principalmente em outras partes do Livro I, no Livro II e no Livro VI vitruvianos, mas também pontualmente nos Livros VII, VIII e IX. Erwin Panofsky, em “Estudos de iconologia”²⁸, empreende uma aproximação entre Vitruvius e a doutrina epicurista, via Lucrécio. D’Agostino, enfim, resume o peculiar paralelismo nos conjuntos das construções de ambos os autores: “em uma obra articulada, solidamente composta segundo um plano anunciado desde o início, a multiplicação de prólogos não se impõe [...]. Lucrécio, contudo, que introduz com um prefácio para cada um dos livros de seu poema, pôde mostrar a via a Vitruvius”²⁹.

Procurar entender a concatenação de ideias provenientes de diferentes doutrinas poderia auxiliar a compreender certas proposições centrais ao *De Architectura*. Vitruvius afirma escrever

²⁴ Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 5, p. 84.

²⁵ Merrill, W. A., “Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”, in: “Transactions and proceedings of the American Philological Association”, Vol. XXXV, Boston, Ginn & Company, 1904, p. XVI.

²⁶ Vitruvius, Tratado de Arquitetura, (IX, pref., 17), p. 434. Em latim: “*Item plures post nostram memoriam nascentes cum Lucretio uidebuntur uelut coram de rerum natura disputare*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, op. cit., p. 8).

²⁷ Merrill, W. A., “Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”, p. XVII.

²⁸ Panofsky, E., Estudos de Iconologia, tradução: Olinda Braga de Sousa, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p. 45.

²⁹ D’Agostino, M. H. S., A Beleza e o Mármore – o Tratado *De Architectura* de Vitruvius e o Renascimento, São Paulo, Annablume, 2010, n. 6, p. 23.

como arquiteto e não como filósofo, rétor ou gramático³⁰. Não obstante o efeito persuasivo tencionado com a frase dirigida ao *Caesar*, o autor se exime de certas exigências próprias a outras modalidades de escrita, mesmo coligindo noções de diferentes campos, reelaboradas em seu escrito de acordo com o plano traçado. Os contemporâneos letrados talvez tivessem mais condições de identificar certos referenciais evocados no arrazoado do arquiteto. Aos pósteros, muitas discussões pareceram carentes de sentido, obscuras, senão mal escritas³¹. Mas teriam razão os que criticaram Vitrúvio e procuraram rebaixar sua obra? É dessa indagação que parte o estudo referente ao primeiro capítulo deste trabalho, “Vitrúvio, *scriptor*”, contudo, abordando antes certas condições atreladas à publicação dos Dez Livros e anunciadas pelo autor logo na abertura do escrito. Pois Vitruvius no primeiro prefácio se diz obrigado ao *Caesar* por um benefício em relação ao qual vincula a própria realização de sua obra. O autor falara ainda da concessão de um favor (*fauor*) transferido do pai ao *Caesar*, bem como no reconhecimento (*recognitio*) a partir da recomendação (*commendatio*) da irmã do destinatário primeiro da obra. A metade do prefácio inaugural dos Dez Livros se ocupa em descrever uma relação de sujeição e dependência entre o autor e o *Caesar* – Augusto – a quem dedica o *De Architectura*. Essa constatação por si só seria um convite a que se examinasse uma eventual interferência do estatuto do autor relativamente à consecução da preceptiva, a qual poderia ter sido em alguma medida direcionada pelos laços de dependência mencionados enfaticamente no frontispício do *corpus* vitruviano. Esses questionamentos nos colocam diante da historicidade da obra, tema esse que emerge igualmente quando se pretende comparar as prescrições para os edifícios e os vestígios arqueológicos das construções remanescentes da época. Pois certas proposições de Vitruvius se afastavam das práticas construtivas romanas, como no caso do templo eustilo (*eustylos*), considerado pelo autor como o mais excelente, mas inexistente em Roma³². Certas instruções contidas no *De Architectura*, como para a elaboração do capitel jônico e para a êxedra da basílica de Fano, atestariam ainda um certo distanciamento do autor em relação à prática construtiva³³. Esse modo de tratamento dispensado a procedimentos técnicos denunciaria o recurso profuso a escritos sobre arquitetura, possivelmente as instruções dispersas (*particulas errabundas*) a que o autor se referia no quarto prefácio, ao declarar sua intenção de organizá-las em um *corpus* sobre a arquitetura perfeitamente ordenado.

³⁰ DA, (I, 1, 18).

³¹ Cf. Alberti, L. B., “*De Re Aedificatoria*”, (VI, 1), p. 441; Perrault, C., “Les Dix Livres d’Architecture de Vitruve – corrigez e traduits nouvellement en François, avec des Notes & des Figures”, I, cap. 2; ainda Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, “Introdução”, p. 15 et seq.; cf. ainda “Conclusão” neste trabalho.

³² DA, (III, 3, 6-8).

³³ Gros, P. “Nombres irrationnels et nombres parfaits chez Vitruve”, p. 683-698.

De fato, os Dez Livros reúnem um vasto referencial, envolvendo muito mais que monografias sobre obras de arquitetura e escritos técnicos, ao abarcar ideias provenientes de pensadores de diferentes escolas filosóficas, de poetas e, claro, dos *maiores*, os antepassados responsáveis por transmitir as reflexões de todos os gêneros³⁴. Verifica-se, ademais, que os três primeiros volumes do *De Architectura* oferecem uma amostra significativa da concatenação de doutrinas tal como elaborada pelo autor. O Livro I se encerrava instruindo a situar os edifícios sagrados no recinto urbano e o terceiro tem por tema os templos, logo era de se esperar uma continuidade entre os Livros I e III. Mas Vitruvius interpõe o Livro II que trata dos materiais. A opção pelo encaminhamento adotado é anunciada já ao final do primeiro volume e retomada no início do segundo quando Vitruvius antecipa possíveis críticas, justificando a ordem da exposição das matérias³⁵, além do que, no prefácio ao Livro III toda essa amarração é recuperada. Tendo em vista tal encadeamento entre os três primeiros livros, comentado pelo próprio autor, inicia-se o segundo capítulo, “*Physiologia e natura* em Vitruvius: bases para uma *scientia* do arquiteto”, no qual procurou-se acompanhar o itinerário de ideias e fontes que conduziram até um modo vitruviano de compreender a *physiologia*. Buscou-se ainda no segundo capítulo compreender como essa *physiologia* operaria na economia do escrito, sobretudo em relação à *scientia* do arquiteto proposta.

Vitruvius passa, assim, gradativamente a generalizações em torno da composição dos princípios elementares constitutivos dos corpos, o que inicia no Livro I (no excursus sobre os animais de I, 4, 7), reservando, entretanto, os maiores desenvolvimentos ao Livro II, dedicado especialmente aos materiais de construção. Ao mesmo tempo, para o autor, tratar dos materiais requer um entendimento mais amplo acerca da natureza das coisas (*natura rerum*). Já era possível observar no Livro I uma ideia de *natura* em operação. No Livro II, contudo, haveria de investigar suas causas. Para isso, recorre a doutrinas ditas “físicas”, no intuito de compreender as mudanças na matéria e nos corpos, que constituem, também o ponto de partida à arquitetura.

E, ao menos no que concerne à *aedificatio*, o ofício do arquiteto encontra seu verdadeiro desígnio com a realização da *symmetria* dos edifícios. O Livro III trata dos templos e, por consequência, do gênero de construções mais apto à efetuação do acordo proporcional das partes entre si e com o todo, porque são erigidos para durar eternamente e podem conduzir a memória de seus autores a louvores ou vitupérios sem fim. Certas discussões centrais ao Livro

³⁴ DA, (VII, pref., 1-2).

³⁵ DA, (II, 1, 8).

III norteiam o terceiro e último capítulo deste trabalho, “Imagens Estoicas: natureza e ética no *De Architectura*”, que se inicia, contudo, passando em revista certas formulações empregadas ao longo dos volumes indicativas de afinidades à doutrina estoica. A expressão *diuina mens*, relacionada ao *Imperator Caesar*, destinatário da obra, na primeira frase de todo o conjunto escrito apontaria nessa direção, caso pudéssemos concluir não se tratar de um recurso unicamente retórico. Mas nota-se que a *diuina mens* se aplica ainda em outras passagens à designação de uma providência divina, bem ao sabor estoico e em oposição direta a um possível viés epicurista ou lucreciano. Resta saber se é possível afirmar do autor uma adesão aos preceitos da ética estoica e o modo segundo o qual se concatenam no escrito vitruviano noções e ideias provenientes de doutrinas cujos preceitos nem sempre são conciliáveis.

Posto que a arquitetura, e em especial a *aedificatio*, se dá na confluência entre comitentes (*domini*), operários (*officinatores*) e arquitetos (*architecti*)³⁶, seu âmbito abrange dinâmicas sociais que atuam na produção de edifícios e cidades. Por retratarem situações exemplares de vida, a partir de narrativas mais ou menos fabulosas, os discursos indiretos dos prefácios não podem ser tomados como meros adornos dispensáveis, senão como sinais de uma tomada de posição por parte do autor no que se refere à ética, sobretudo. Ao mesmo tempo e apesar de suas particularidades, é possível identificar vinculações ou ao menos consonâncias dos prefácios entre si e deles com desenvolvimentos dos volumes. Valeria procurar por um delineamento próprio ao pensamento e à obra de Vitruvius, estabelecido a partir da combinação de fontes variadas, e quiçá daí ter um vislumbre do entendimento do autor em relação aos propósitos da arquitetura, suas razões e limites ao ofício do arquiteto.

O presente trabalho traz, além dos três capítulos, dois anexos, que se propõem a expandir discussões mais pontuais, como apoio. O Apêndice A, “Vitruvius e as cidades romanas”, procurar traçar um paralelo entre as prescrições vitruvianas para o estabelecimento dos recintos urbanos e certas práticas de fundação de cidades baseadas na religião e no rito. Já o Apêndice B, “Lucrecio e a literatura latina” tem a intenção de apontar alguns empregos do termo *natura* e da ideia de natureza em autores latinos, dentre os quais Lucrecio, que expõe princípios do epicurismo em seu poema. O *De Rerum Natura* mostra a constituição de todas as coisas a partir de corpos primordiais, ou partículas mínimas, e o vazio (*inane*). Esta noção de *inane* ocupará lugar importante na reflexão vitruviana sobre os materiais.

A exposição de certas noções fundamentais ao *De Architectura* não se dá de maneira linear. Assim, o estudo da obra requer idas e vindas entre passagens de volumes diferentes que

³⁶ DA, (VI, 8. 9).

se completam e se iluminam mutuamente. Entretanto, os pontos de partida de cada um dos três capítulos do presente trabalho dão-se predominantemente em torno dos três primeiros volumes do *De Architectura*, cujo encadeamento propicia uma perspectiva particularmente privilegiada ao pensamento vitruviano, erigido a partir de um denso imbricamento de fontes que se mesclam num conjunto copioso em matérias distintas e variado em suas abordagens.

CAPÍTULO 1

Vitrúvio, *scriptor*

1. Vitróvio, *scriptor*

As discrepâncias entre as prescrições e descrições de obras romanas contidas no *De Architectura*, de um lado, e os vestígios arqueológicos, de outro, denotam algum distanciamento entre o escrito vitruviano e certas práticas construtivas correntes em seu tempo. Logo, não é possível buscar nos Dez Livros um retrato fiel da Roma do século I a. C., do ponto e vista da arte edificatória produzida. No entanto, supor uma cisão profunda entre o autor e as práticas de seu tempo pode se revelar uma via igualmente pouco promissora à abordagem da obra. As *institutiones nouas* que Vitróvio promete coligir revelam-se uma contribuição singular inserida e ancorada em uma situação precisa do mundo romano antigo. Nesse sentido, caberia voltar à indagação das razões da escrita por parte do arquiteto.

Autonomia e liberdade de expressão são noções alheias aos latinos de então. A ideia de subjetividade, tal como conhecemos modernamente, não havia na antiguidade e está na base de certas reivindicações impróprias à leitura dos antigos. Projetar retrospectivamente nosso próprio quadro epistêmico a registros díspares é temerário e fadado ao anacronismo. Por outro lado, subtrair-se ao próprio tempo é impraticável aos leitores extemporâneos. Resta, portanto, admirar o conjunto fragmentado de informações e tentar restituir, tanto quanto possível, certas figuras outrora engendradas ou mesmo apenas nuances de um quadro que nos restou diáfano.

No primeiro prefácio do *De Architectura*, Vitróvio descreve um cenário de intensa atividade na construção de edifícios em Roma e na extensão do Império que se expandia vertiginosamente. No entanto, o esforço em sistematizar o conhecimento sobre arquitetura, até então distribuído em registros esparsos, parece iniciativa do próprio arquiteto. As discrepâncias entre certas prescrições dos Dez Livros e as obras construídas remanescentes, ou de que se tem notícia, reforçam a distância entre o escrito e a prática edificatória de então. Qual seria, pois, o sentido de um empreendimento, supostamente pessoal, que estabelece como escopo nada menos do que reunir todo o conhecimento indispensável à atividade dos arquitetos? Poderia haver algum interesse no estabelecimento da preceptiva alheio ao campo específico da técnica a ditar encaminhamentos?

Ainda no primeiro prefácio, Vitróvio afirma ter desvelado em seus volumes todas as razões implicadas na disciplina do arquiteto. No limite, em que medida tais razões da arquitetura

haveriam de se fundamentar em princípios da natureza – sem os quais a edificação não se erige, o abastecimento de água não ocorre, etc. – ou em princípios éticos balizando a disparidade de interesses particulares no trabalho coletivo das construções? Isso é o que se pretende discutir nos capítulos seguintes, antes, porém, é preciso perguntar de que modo a obra escrita de Vitrúvio se coloca diante das instâncias de poder que convergiam na figura do *Caesar*. Em Roma, as construções de edifícios, e em especial os públicos, não se desvinculavam de relações de patrocínio. Sendo assim, até que ponto as obrigações e interesses pessoais do autor de uma preceptiva sobre arquitetura poderiam interferir nos desdobramentos de um itinerário de reflexão indissociável também de condições muito concretas de seu tempo e lugar? O que significa escrever sobre arquitetura no século I a.C? Pois tentar discernir a direção ou a orientação das prescrições propostas no *De Architectura* requer que se situe minimamente acerca do lugar de enunciação de seu autor e das condições a partir das quais foi possível erigir o discurso.

Arquitetura e doutrina arquitetural

Das dúvidas que pairam ao redor do *De Architectura*, um eventual sentido precípuo à escrita dos Dez Livros é talvez a mais desafiadora. Os leitores, ávidos em discernir o teor das proposições vitruvianas, veem-se enredados por uma indagação conexa: qual seria a finalidade de tamanha empreitada? Mas as circunstâncias históricas e sociais seriam capazes de direcionar ou modelar um conjunto de preceitos voltados à arte edificatória? As condições de escrita parecem tão fundamentais quanto o tema central, possivelmente tanto quanto a existência da arquitetura seja inseparável de suas condições materiais de produção. Já se sustentou que o desejo de notoriedade, glória, e o ímpeto de revanche¹ – aos colegas mais jovens e mais bem sucedidos, embora menos expertos – teriam compelido o autor a essa empreitada sem precedentes. Mas teria sido o ressentimento o motor a essa realização singular?

A leitura do *De Architectura* deixa entrever a figura do arquiteto Vitrúvio como um “personagem à margem” dos grandes acontecimentos de sua época – para usar uma expressão

¹ Novara, A. “Les raisons d’écrire de Vitruve ou la revanche de l’architecte”, p. 284-285.

de Pierre Gros². No escrito vitruviano, os templos ocupam um lugar absolutamente central, na medida em que propiciam que as mais finas sutilezas da arte se materializem. Menos sujeitos a necessidades práticas que outros gêneros de obras públicas, os templos são erigidos para perdurar, expondo ainda o constructo métrico-proporcional do arquiteto à perpétua consideração. Os edifícios sagrados possibilitam que a *symmetria* e a *eurythmia* da obra erigida garantam louvores ou censuras eternas ao arquiteto³. A própria arquitetura, enquanto disciplina, é tomada metaforicamente como um templo que só pode ser alcançado pelo arquiteto que se aventura penosamente a escalar seus degraus, enfrentando a aprendizagem de várias disciplinas conexas, requeridas⁴ à *scientia* do arquiteto. Contudo, não há notícia de que Vitrúvio tenha se dedicado à elaboração de algum templo, ao passo que o próprio autor registra no Livro V sua participação na construção da basílica de Fano⁵, embora não restem evidências arqueológicas dessa edificação.

No Prefácio ao Livro VII, Vitrúvio faz um inventário de escritos sobre arquitetura, a maioria dos quais consistiriam de monografias sobre templos⁶. É surpreendente, ademais, que Vitrúvio eleja como o ápice da edificatória uma modalidade de templo inexistente em Roma e, conforme afirma o próprio autor, que se encontra em Teos na Ásia: o eustilo pseudodíptero⁷.

² Gros, P. “Structures et limites de la compilation vitruvienne”, p. 31: “Vitruve est trop évidemment un personnage en marge du grand mouvement de gestation qui affecte l’architecture religieuse de son temps”.

³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 1, 4), p. 7-8: “igitur, cum in omnibus operibus ordines traderent, maxime in aedibus deorum <quod eorum> operum et laudes et culpa aeternae solent permanere”. Tradução: “então, como [os antigos] transmitissem as ordens para todos os gêneros de obras, sobretudo nos templos dos deuses os méritos e as faltas costumam perdurar eternamente”.

⁴ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I (I, 1, 11), p. 10: “cum ergo tanta haec disciplina sit condecorata et abundans eruditionibus uariis ac pluribus, non puto posse <se> iuste profiteri architectos nisi qui ab aetate puerili his gradibus disciplinarum scandendo scientia plerarumque litterarum et artium nutriti peruenerint ad summum templum architecturae”. Segundo a tradução de Justino Maciel: “como, pois, essa tão importante disciplina é ornada e enriquecida de variadas e numerosas erudições, julgo que, de um modo justo, os arquitetos não deveriam poder formar-se como tal de um momento para o outro; antes só o deveriam ser aqueles que desde meninos, subindo por esses degraus das disciplinas e alimentados pela ciência da maioria das artes, atingissem o altíssimo templo da arquitetura” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura” - I, 1, 11 - p. 69).

⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, (V, 1, 6), p. 5: “non minus summam dignitatem et uenustatem possunt habere comparationes basilicarum quo genere Coloniae Iuliae Fanestri collocaui curauique faciendam”. Tradução: “igualmente a preparação das basílicas contará com a mais eminente dignidade e venustidade, conforme o gênero daquela da Colônia Júlia de Fano, para a qual propus a disposição e cuidei da execução, e cujas proporções e *symmetriae* assim foram estabelecidas”.

⁶ Catherine Saliou empreende uma discussão sobre a autenticidade da apresentação vitruviana da única obra atribuída a si mesmo (V, 1, 6), comparando-a com a lista de obras do Prefácio ao Livro VII (Saliou, C. in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, n. 4, p. 140-141). Saliou entende que a descrição da basílica de Fano permitiria a Vitrúvio fazer-se inserir em uma tradição que produzia monografias descrevendo obras célebres, tais como as arroladas em VII, pref., 12 (ibid., p. 140). Em todo caso, a maioria das monografias mencionadas por Vitrúvio descrevem templos, cf. Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VII, (VII, Pref., 12), p. 6.

⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 3, 8), p. 17: “huius exemplar Romae nullum habemus, sed in Asia Teo hexastylon Liberi Patris”. Tradução: “não temos exemplar desse em Roma, mas em Teos na Ásia há um hexastilo dedicado a Liber Pater”. Segundo Pierre Gros, é possível inferir que o templo situado na cidade de Teos, na Ásia, tenha sido obra do arquiteto Hermógenes, pelo contexto da passagem escrita (Gros, P. in: Vitruve, “De

Ainda assim, as prescrições vitruvianas não coincidem com as medidas que podem ser aferidas nas partes remanescentes do templo situado na atual Turquia⁸.

Sobre as prescrições vitruvianas para os templos e suas modalidades de esquemas proporcionais, Pierre Gros fala em uma “cultura inteiramente livresca” por parte do autor romano, cultura essa que teria “contribuído muito à rigidez de suas concepções e ao fixismo dos esquemas que ele propõe”⁹. Essa distância que se estabelece entre as prescrições de Vitruvius e a prática construtiva é significativa e constitui um dado importante à exegese da obra escrita, aparecendo com nitidez em partes dos diferentes volumes. Assim, a descrição da voluta¹⁰ jônica no Livro III não permite ao leitor compreender efetivamente seu método geométrico de construção, aplicável tanto ao desenho quanto ao entalhe desse elemento do capitel da coluna jônica. O que se vê, em vez disso, é a apresentação de propriedades geométricas da voluta que, segundo a hipótese de Gros, tratam apenas de descrever características encontradas em um “Skizzenbuch” helenístico, isto é, Vitruvius estaria inferindo certas relações geométricas da voluta jônica representada graficamente de perfil em algum escrito sobre arquitetura helenística. Tal expediente denunciaria a distância do autor em relação aos procedimentos práticos de execução desse elemento arquitetônico¹¹.

Mas a descrição da voluta jônica não é o único exemplo claro desse desligamento entre a matéria apresentada e os procedimentos práticos de construção. No Livro V, quando Vitruvius trata da única obra edificada atribuída a si mesmo, e se põe a pormenorizar a êxedra do tribunal da basílica de Fano, acaba por apresentar medidas que pouco auxiliariam na construção geométrica do elemento considerado, tomado em planta¹². Ocorre que as indicações do Livro

L’Architecture”, Livre III, n.1, p. 110). Ainda segundo o estudioso, o estado atual dos remanescentes da edificação revela um templo essencialmente helenístico, embora comporte modificações importantes sofridas no século II de nossa era, tendo sido originalmente construído entre as décadas finais do século III a.C. e décadas iniciais do século II a. C.

⁸ Cf. Gros, P. in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, n.1, p. 112.

⁹ Gros, P. “Structures et limites de la compilation vitruvienne”, p. 31.

¹⁰ Segundo o dicionário Michaelis, voluta é o “ornato de um capitel de coluna, em forma de espiral”.

¹¹ Cf. Gros, P. “Structures et limites de la compilation vitruvienne”. Ainda segundo o comentador: “tous les commentateurs ont noté que la description de Vitruve était incomplète en ce qu’elle n’indiquait pas le moyen de placer les centres de chacun des quarts de cercle qui composent cette volute” (Gros, P. “Nombres irrationnels et nombres parfaits chez Vitruve”, p. 683). Cf. ainda Lima, C. A. B., “Ratio Venustatis: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, Apêndice B: “O Cânone de Policleto e a hipótese de Tobin”, p. 195 et seq.

¹² Em V, 1, 8, Vitruvius descreve a êxedra, ou seja, do recinto ou nicho que apresenta curvatura e dispõe de assento ou assentos: “item tribunal quod est in ea aede hemicyclii schematis minoris curvatura formatum; eius autem hemicycli in fronte est interuallum pedes XLVI, introrsus curvatura pedes XV, uti qui apud magistratus starent negotiantes in basilica ne impedirent” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, p. 6). Segundo a tradução de Maciel: “também o tribunal que se encontra nesse templo é constituído por uma curvatura de setor menor que o semicírculo. A abertura desse hemicírculo, na parte da frente, é de quarenta e seis pés, com uma profundidade de

V não mencionam onde estaria situado o centro do semicírculo, sem o qual, a implantação da êxedra em questão iria requerer artifícios de geometria menos diretos e bem pouco óbvios. Trata-se, mais uma vez, de um afastamento entre uma exposição abstrata e a concretude da prática construtiva. No caso da basílica de Fano, essa dissociação é ainda mais expressiva, na medida em que Vitrúvio afirma ter cuidado da disposição e da execução da obra:

igualmente a preparação das basílicas contará com a mais eminente dignidade e venustidade, conforme o gênero daquela da Colônia Júlia de Fano, para a qual propus a disposição e cuidei da execução, e cujas proporções e *symmetriae* assim foram estabelecidas [...] ¹³.

Catherine Saliou aponta a expressão que constituiria uma fórmula deliberadamente ambígua: “*curaui faciendam*”¹⁴, isto é, literalmente, “cuidei que fosse feita”. Pois, segundo a comentadora, poderia referir-se às responsabilidades profissionais do arquiteto, bem como às responsabilidades eminentes de um magistrado encarregado da realização de uma obra pública¹⁵. Quer dizer que a efetiva vinculação de Vitrúvio à atividade prática de arquiteto permanece obscura, senão remota. E esse não é um dado negligenciável à leitura do *De Architectura* e à tentativa de situar certas tomadas de posição por parte de seu autor¹⁶.

quinze pés, para que os que se encontrem junto do magistrado não perturbem os comerciantes na basílica” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura” - V, 1, 8 - p. 245-246). Cf. Gros, P. “Nombres irrationnels et nombres parfaits chez Vitruve”, p. 695 et seq.

¹³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, (V, 1, 6), p. 5: “*non minus summam dignitatem et uenustatem possunt habere comparationes basilicarum quo genere Coloniae Iuliae Fanestri collocaui curauique faciendam, cuius proportiones et symmetriae sic sunt constitutae* [...]”.

¹⁴ Saliou, C. in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, n. 1, p. 139.

¹⁵ Ibid., p. 139: “on peut donc comprendre soit que Vitruve, en tant que magistrat, a assumé la responsabilité de la construction d’une basilique dont en raison de ses compétences propres il a conçu lui-même le projet, soit qu’il a dirigé la construction de la basilique dans le cadre de ses activités professionnelles, au sein d’une entreprise de construction ou comme expert technique auprès d’un magistrat. L’ambiguïté de la formule est d’autant plus irritante qu’elle obère considérablement l’apport qui pourrait être le sien à notre perception de la personnalité et de la carrière de Vitruve”.

¹⁶ McEwen se alinha aos que atestam uma distância, possivelmente intransponível, entre as proposições vitruvianas e as práticas construtivas de sua época: “[...] Vitruvius’ rules were rarely, if ever, followed” (McEwen, I. K., “Vitruvius: Writing the body of architecture”, p. 8). O interesse despertado pela obra do romano não se enfraquece como consequência dessa constatação, prossegue a estudiosa, explicitando sua contraposição a um Claude Perrault, por exemplo, que teria visto nessa desvinculação entre preceptiva e realidade construída um ponto fraco da obra teórica do romano (ibid., p. 8).

Vitrúvio se apresenta como arquiteto, ou, ao menos, afirma escrever a partir dessa posição (*ut architectus*)¹⁷. Ao mesmo tempo, no primeiro prefácio havia dito ter servido na preparação e reparação de armas de guerra¹⁸. Ainda que a *machinatio* seja uma das três partes da arquitetura para Vitrúvio, a mecânica não garante os louvores eternos (*aeternae laudes*) que apenas a notável composição de um templo poderia conferir a seu autor. Daí talvez uma certa ambiguidade na expressão “*ut architectus [...] nisus sum scribere*”¹⁹: na medida em que é arquiteto (e não filósofo ou rétor) Vitrúvio tentará escrever, ou tentará escrever como se fosse um arquiteto “eminente” (como aqueles mencionados no sétimo prefácio)? De fato, as linhas sobre as máquinas de guerra ocupam uma parte reduzida no conjunto da obra²⁰, cuja parte central se volta nitidamente à *aedificatio*, e em especial, à composição dos templos, ponto alto da atividade do arquiteto.

Haveria ainda no *De Architectura*, principalmente nas lições sobre os templos, como que uma tentativa de sistematização, no sentido de estabelecer um quadro de relações métricas, proporcionais e de características tipológicas, por meio de classificações propostas para as variantes possíveis aos edifícios sagrados. Segundo Gros, “seu gosto pela codificação numérica, é o que o leva a introduzir números ou relações por detrás de cada definição, cada elemento de estrutura ou modenatura”²¹, como se verifica em certas passagens destacadas pelo comentador: o intercolúnio do ritmo picnostilo é definido por Vitrúvio como possuindo a medida equivalente a um diâmetro e meio (III, 3, 2); a cornija possui a mesma espessura da faixa média da arquitrave (III, 5, 11); a largura da cela dos templos é equivalente à metade de seu comprimento, incluindo o pronau (IV, 4, 1). Estes são, enfim, exemplos de uma abordagem inteiramente abstrata do edifício, conduzindo Gros a afirmar que tais asserções designam um “homem mais rico de leituras do que de experiências concretas”²².

¹⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 18), p. 14: “*namque non uti summus philosophus nec rhetor disertus nec grammaticus summis rationibus artis exercitatus, sed ut architectus his litteris imbutus haec nisus sum scribere*”. Tradução: “pois não foi como sumo filósofo, nem como rétor eloquente, nem como sumo gramático exercitado nas regras da arte, mas como arquiteto que me esforcei em escrever estes volumes”.

¹⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3: “[...] *itaque cum M. Aurelio et P. Minidio et Gn. Cornelio ad apparitionem ballistarum et scorpionum reliquorumque tormentorum refectionem fui praesto [...]*”. Tradução: “assim, com M. Aurélio, P. Minídio e Gn. Cornélio, estive à frente da preparação de balistas e escorpiões, bem como na reparação de demais máquinas de atirar projéteis”.

¹⁹ Cf. n. 17.

²⁰ As máquinas de guerra ocupam parte do volume X, dedicado às máquinas. Cf. McEwen, op. cit., p. 33; p. 52. Cf. Fleury, Ph., “Introduction”, p. xxv, bem como, “Commentaire”, n. 1, p. 121, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I.

²¹ Gros, P. “Structures et limites de la compilation vitruvienne”, p. 32. Cf. também Gros, P. “Nombres irrationnels et nombres parfaits chez Vitruve”, p. 693.

²² Gros, P. “Structures et limites de la compilation vitruvienne”, p. 32.

Além disso, as referências provenientes da arquitetura oriental são dignas de nota, não por constituírem uma eventual exaltação de estrangeirismo – até porque as trocas culturais entre Grécia e Roma eram intensas, dentro de certos limites – mas pelo fato de Vitrúvio evocar paradigmas de obras construídas há mais de um século e inexistentes em Roma²³. Por um lado, trata-se de buscar uma espécie de ancoragem conceitual à arquitetura sagrada nos trabalhos escritos (provavelmente esparsos) e nos edifícios encontrados em territórios que absorveram a cultura grega, afiançando sua própria empreitada²⁴. As monografias dos arquitetos gregos podiam ainda contribuir ao intento de rigor e universalismo do projeto vitruviano, conforme mostra Pierre Gros, ao afirmar ainda que “a perspectiva de Vitrúvio é menos aquela do construtor do que aquela do teórico, e como tal, ele está pronto a incorporar toda indicação que permita uma enunciação aparentemente clara e numericamente definida”²⁵. São, enfim, de maneira ampla, dois os pontos de afastamento entre o *De Architectura* e a prática construtiva de sua época: um tem a ver com a busca das referências de excelência na arquitetura oriental de outrora (fins do século III e começo do II a.C.)²⁶; o outro, diz respeito a um empenho em se traduzir esse referencial em números, segundo um almejado quadro rigoroso.

Ora, se o Livro III, dedicado aos templos, é também o livro dos números, isto é, concentra um esforço em classificar as variações possíveis de templos, determinando suas regulagens proporcionais na direção de uma codificação numérica, por outro lado, chama a atenção, em seu prefácio, a presença de passagens descrevendo situações pouco abstratas, mas corriqueiras:

não era possível, da mesma maneira, que os homens, cujos engenhos se ocultam sob o peito, fossem avaliados em seus conhecimentos sobre as artes, profundamente escondidos, nem ocorria que os próprios artífices pudessem oferecer sua habilidade a não ser que tivessem muito dinheiro; mas garantiam a fama pela antiguidade das oficinas, ou ainda sendo preparados ao reconhecimento pelo discurso forense e pela eloquência em prol da atividade, para que pudessem obter autoridade nas obras e crédito no que declarassem saber²⁷.

²³ Para Pierre Gros, Vitruvius é um epígono de segundo ou terceiro grau dos mestres gregos: “embasado essencialmente em escritos teóricos tardoclássicos e proto-helenísticos – quer se queira ou não, suas fontes maiores são Pítio e Hermógenes” (Gros, P. “Structures et limites de la compilation vitruvienne”, p. 33).

²⁴ Ibid., p. 34.

²⁵ Ibid., p. 36.

²⁶ Cf. ibid. p. 35, 42, 45.

²⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 1), p. 2-3: “non efficitur ut possint homines obscuratis sub pectoribus ingeniis scientias artificiorum penitus latentes quemadmodum sint iudicare, ipsique artifices

A breve narrativa do terceiro prefácio aponta que a habilidade do artífice sucumbe ao dinheiro, à fama e à eloquência vazia. A vileza vence a maestria no preâmbulo ao livro que procura elevar a *scientia* do arquiteto ao mais alto grau de abstração. Em tom de advertência, essas linhas iniciais mencionam apenas as artes da pintura e da escultura:

podemos observar isso maximamente nos estatuários e nos pintores, pois, dentre eles, os que obtiveram reconhecimento pela dignidade e pelo favor na recomendação, permaneceram em eterna memória pela posteridade, tal como Míron, Policleto, Fídias, Lisipo e outros que se deixaram seguir pela notoriedade. Pois, uma vez que faziam obras tanto para reis quanto para cidadãos nobres, desse modo obtiveram tal condição. Aqueles que sem menor aplicação, engenho e solércia foram notáveis e fizeram obras para cidadãos de menor riqueza igualmente fizeram obras egrégias e perfeitas e não ficaram na memória, mas foram abandonados pela sorte, pois a eles não faltou diligência nem solércia na arte, tal como Hégeas de Atenas, Quíon de Corinto, Míagro de Focéia, Fárax de Efeso, Beda de Bizâncio, e ainda outros mais. Do mesmo modo ocorreu com pintores como Aristômenes de Taso, Póclides, ++, Teo de Magnésia e outros que nem eram desprovidos de diligência, aplicação às artes, tampouco solércia, mas, ou a exiguidade dos bens familiares, ou a má sorte, ou a superação ambiciosa dos opositores impediu suas dignidades”²⁸.

Poder-se-ia objetar que o relato de Vitrúvio se direciona com exclusividade à escultura e à pintura sem envolver diretamente a arquitetura, como um artifício literário que busca um efeito de brilho, conferindo mesmo um colorido adicional aos conteúdos pesados e técnicos dos volumes e deste em particular. De fato, o autor é claro ao nomear os artistas que alcançaram notoriedade e os que não o conseguiram, e ao explicitar as duas artes a que se refere. Mas há igualmente indicações precisas de que os exemplos apresentados servem de analogia ao que lhe

pollicerentur suam prudentiam si non pecunia sint copiosi; sed uetustate officinarum <cum> habuerint notitiam, aut etiam gratia forensi et eloquentia cum fuerint parati, pro industria studiorum auctoritates possunt habere, ut eis quod profitentur scire id crederetur”.

²⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 2), p. 3-4: “*maxime autem id animaduertere possumus ab antiquis statuariis et pictoribus, quod ex his qui dignitatis notas et commendationibus gratiam habuerunt, aeterna memoria ad posteritatem sunt permanentes, uti Myron, Polycletus, Phidias, Lysippus, ceterique qui nobilitatem ex arte sunt consecuti. Namque ut ciuitatibus magnis aut regibus aut ciuibis nobilibus opera fecerunt, ita id sunt adepti. At qui non minori studio et ingenio sollertiaque fuerunt nobilibus, et humili fortuna ciuibis non minus egregie perfecta fecerunt opera, nullam memoriam sunt adsecuti, quod hi non ab industria neque artis sollertia sed a felicitate fuerunt deserti, ut Hegias Atheniensis, Chion Corinthius, Myagrus Phocaeus, Pharax Ephesius, Boedas Byzantius, etiam alii plures. Non minus item pictores uti Aristomenes Thasius, Polycles, + +, Theo Magnes ceterique quos neque industria neque artis studium neque sollertia defecit, sed aut rei familiaris exiguitas aut inbecillitas fortunae seu in ambitione certationis contrariorum superatio obstitit eorum dignitati”.*

interessa mais diretamente: o campo da arquitetura. Isso já se anuncia na primeira linha do parágrafo, ao afirmar que esse estado de coisas, essa inversão de valores que relega hábeis artífices ao esquecimento, é maximamente visível no caso dos artistas gregos (*maxime autem id animaduertere possumus ab antiquis statuariis et pictoribus*), ou seja, eles servem como exemplos maiores do que se procura mostrar. O reforço dessa ideia de inversão de valores vem a seguir:

“todavia, nem é de se admirar se, por causa da ignorância, as potencialidades das artes sejam obscurecidas, mas é de se indignar ao máximo, quando ainda frequentemente se adula por favores nos banquetes, em detrimento dos juízos verdadeiros e em vantagem das falsas provas”²⁹.

É nessas passagens que se apoiam comumente as leituras que veem no escrito vitruviano uma tonalidade amargurada³⁰. De fato, a gradação do texto só faz reforçar um sentimento de repulsa pela ignorância e pela adulação, que repele os julgamentos verdadeiros nas artes, e deve ser execrada, como motivo de máxima indignação. O excerto gira em torno da dualidade entre verdadeiro e falso, mas também da zona cinzenta que se estabelece nos juízos feitos às artes, que muitas vezes obscurecidos pela ignorância caminham pelo erro. Difícil para Vitruvius, difícil até hoje: como definir, como decidir, como identificar e como explicar aos demais o percurso excelso nas artes? Antes, porém, é preciso confirmar se essa reflexão vale para a arquitetura, na medida em que o autor no início se refere apenas aos estatuários e aos pintores que obtiveram reconhecimento pelo trabalho em oposição aos estatuários e pintores que com qualidades equiparáveis não alcançaram notoriedade. Que o discurso sobre essas artes e seus artífices é não apenas válido mas destinado ao âmbito da arquitetura fica patente no final do parágrafo seguinte: “observo que o reconhecimento dos indoutos supera aquele dos doutos, e julgo que

²⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 3), p. 4: “*nec tamen est admirandum si propter ignotitiam artis uirtutes obscurantur, sed maxime indignandum, cum etiam saepe blandiatur gratia conuiuiorum a ueris iudiciis ad falsam probationem*”.

³⁰ Cf. Novara, A., “Les raisons d’écrire de Vitruve ou la revanche de l’architecte”, p. 284; Gros, P. “Structures et limites de la compilation vitruvienne”, n. 18, p. 30; Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, n. 12, p. 51.

não se deve disputar com a ambição dos indoutos, em vez disso, mostrarei o valor de nossa ciência por meio da publicação desses preceitos”³¹.

De maneira sutil, Vitrúvio opera como que uma torsão no discurso que descrevia um quadro da situação dos artistas gregos e passa a expor em primeira pessoa uma justificativa para o esforço que empreende. Venceram os indoutos: é o que em resumo nos diz o romano (*animaduerto potius indoctos quam doctos gratia superare*). Mas o que será que se pode entender pela afirmação de que os indoutos superaram os doutos em *gratia*? Esse possível reconhecimento pela *gratia* significa fama e louvor apenas ou também a aquisição de favores e bens? Por hora podemos apenas perceber a voz de Vitrúvio alçar em primeira pessoa (*iudicans*) para o anúncio de seu julgamento de que não se deve lutar contra a ambição dos indoutos (*non esse certandum iudicans cum indoctis ambitione*). O que se deve fazer, todavia, sustenta o autor, é propagar o valor e a força da ciência (*ostendam nostrae scientiae uirtutem*) por meio da publicação dessa obra (*his praeceptis editis*) que propõe dispor os princípios para a atividade de arquiteto.

E o Livro III que se inicia é mesmo o que mais se aproxima do intento de se estabelecer as bases para uma *scientia* do arquiteto, pela codificação numérica empreendida às modalidades de templos, procurando conferir a esse gênero de obras um preceituário de regras gerais, garantidas com o máximo de pormenorizações, mas também como uma espécie de núcleo articulador de todas as erudições com as quais lida o arquiteto na *aedificatio*. Tudo se passa como se a meta fosse a fixação de critérios amplos baseados no que de melhor (aos olhos de seu autor, claro) já havia sido produzido, o que em boa medida quer dizer – aquilo que de melhor havia sido desenvolvido pelos arquitetos gregos e na Ásia, em termos de edifícios e de comentários escritos. Vale notar ainda que o terceiro volume, em sua exaltação à *symmetria*, recorre aos cânones escultóricos gregos de Policeto e Lisipo como fontes proeminentes. Isso aponta igualmente para uma possível vinculação profunda, embora pouco comentada e pouco óbvia, entre o desenvolvimento do prefácio e a temática central do livro. Sem se confundir, as artes mencionadas se entrecruzam. Essa irmandade permite recorrer à escultura na busca pelos princípios de *symmetria* que nortearão a composição dos templos, assentando-se nas comensurabilidades do corpo humano: “seus demais membros possuem igualmente

³¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 3), p. 4: “*animaduerto potius indoctos quam doctos gratia superare, non esse certandum iudicans cum indoctis ambitione, potius his praeceptis editis ostendam nostrae scientiae uirtutem*”.

comensurações proporcionais, a partir do uso das quais, ainda, os antigos pintores e célebres estatuários alcançaram elevados e infinitos elogios”³².

Ao mesmo tempo, alguns dentre os arquitetos estão sujeito a mazelas e injustiças semelhantes às que sofrem estatuários e pintores. Ignorância e ambição são os motivadores das distorções descritas e o viés moralizante³³ seria a reverberação da amargura³⁴ vitruviana, segundo intérpretes. Será mesmo? Pois aí emergem questões conectadas aos possíveis fins do conjunto dos volumes vitruvianos. A quem e a que se destinariam efetivamente? Tratar-se-ia mesmo da revanche de um arquiteto preterido? Até que ponto nossas leituras, interpretações e ilações poderiam nos conduzir com alguma segurança?

Entre o prefácio e os desenvolvimentos do Livro III há um contraste, já referido, entre o relato da situação caracterizada pela pequenez que ronda as encomendas no mundo das artes e, no movimento textual seguinte, a apresentação de um quadro conceitual abstrato dirigido à composição dos edifícios sagrados. Como visto, à *ignotitia* Vitrúvio antepõe a *scientia*. À adulação e à falsa provação, Vitrúvio quer opor juízos verdadeiros. Mas eis que entre a veracidade e a falsidade, entre o acerto e o erro, estão a repercutir condições e situações da vida em sociedade – não à toa a adulação é retratada, em III, pref., 3, como ocorrendo em reuniões de pessoas, ou banquetes (*blandiatur gratia conuiuiorum*). Mas não é só isso. Se retomarmos o exemplo apresentado no terceiro prefácio, dos dois grupos de artífices – um deles com reconhecimento e o outro sem –, vemos que a ambos não falta habilidade ou aplicação. Sendo assim, a explicação para o fato de que apenas alguns obtêm notoriedade incide sobre a grandeza da cidade em que se encontram e à nobreza aliada à riqueza material de reis e cidadãos. Após citar os artistas que não alcançaram fama, enquanto representantes de todos os artífices injustiçados – pois detentores da maior solércia e diligência –, Vitrúvio completa que a falta de reconhecimento advém da exiguidade de recursos familiares, dos infortúnios do destino ou da superação por oponentes ambiciosos. As obras de arte que não se encontram em cidades grandiosas ou não contam com a nobreza do comitente, acabam por prescindir dos artífices

³² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 1, 2), p. 6-7: “*reliqua quoque membra suas habent commensus proportionibus, quibus etiam antiqui pictores et statuarii nobiles usi magnas et infinitas laudes sunt adsecuti*”.

³³ Jean Soubiran, por exemplo, em sua introdução ao Livro IX, identifica nas temáticas dos prefácios do *De Architectura* três tendências: moralizante, científica e anedótica (Soubiran, J., “Introduction”, p. XIX, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX). Especificamente sobre a passagem de III, pref., 2, em torno da “injustiça da glória”, o estudioso vê uma ocasião na qual Vitrúvio pode “debater ideias filosóficas e morais que lhe são caras” (ibid., p. XIX).

³⁴ Aproximando III, pref., 2 de VI, pref., 5 e outras passagens, Pierre Gros reputa a declarada retirada de Vitrúvio do mundo da construção como não isenta de amargura (Gros, P. in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, n. 12, p. 51). Cf. n. 30.

hábeis e solertes, superados pelos ambiciosos e adutores, indignos da transmissão da memória de seus feitos ignóbeis, escreve o autor.

Essas passagens do prefácio ao Livro III tangenciam questões concernentes aos costumes do século I a.C., quanto a práticas construtivas e encomendas de obras de arte. Mas o que um artífice hábil, porém sem fama, poderia fazer para alterar sua posição ofuscada? Sem riquezas, embaraçado por adversidades e pela vileza dos concorrentes, o que lhe resta? Como poderiam agir estatuários e pintores não sabemos ao certo (o escrito não o diz explicitamente), mas Vitrúvio fala por si e sua estratégia envolve a busca da *scientia summa*, por meio do labor verdadeiro e preciso da doutrina³⁵. Uma *scientia* ainda por se fazer – aquela do arquiteto. Tudo se passa como se fosse preciso explicar ostensivamente as vias legítimas dessa arte. E é precisamente o que Vitrúvio pontua em diferentes passagens dos prefácios, mas a partir do segundo prólogo com a narrativa envolvendo o arquiteto macedônio Dinócrates e Alexandre³⁶. O prefácio ao terceiro volume, no entanto, é o que mais aproxima uma narração aparentemente desconectada da preceptiva com uma situação que bem poderia ter sido vivenciada pelo autor. Assim, lê-se ali que seria inútil lutar com os indoutos, mas proveitoso estabelecer parâmetros, combatendo a cegueira da ignorância que celebra a insignificância. Emerge logo a questão do destinatário, ou destinatários, da obra. A quem destinar a compilação exaustiva de todo conhecimento necessário à atividade do arquiteto? A estes profissionais? Por um lado, se os arquitetos dominassem verdadeiramente os desígnios de sua arte não precisariam ludibriar para vencer, mas, como acabamos de observar, artífices notáveis sucumbiram. Portanto, é preciso ainda dirigir-se aos poderosos, aqueles que fazem as encomendas.

³⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 3), p. 6-7: “*sed si quis ueris certisque laboribus doctrinarum peruenissent ad scientiam summam, eis ultro opera traderentur*”.

³⁶ Cf. Cap. 3 do presente trabalho. Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 163 et seq.

Augusto: *animo magno*

Vitrúvio dedica os Dez Volumes à autoridade suprema entre os romanos, o *Imperator Caesar*:

com tua divina mente e vontade, *Imperator Caesar*, tu obtiveste o poder sobre o orbe terrestre com invencível força diante de todos os estratos inimigos, glorificando os cidadãos com o triunfo e a tua vitória, submetendo toda gente a observar o teu comando. Como governavas o povo romano e o senado livres do temor, graças a tuas amplíssimas ponderações e desígnios, não ousaria, diante de tamanhas ocupações, apresentar escritos sobre arquitetura em meditações extensamente desenvolvidas, temendo certamente ofender-te, por interpelar em tempo inapto³⁷.

Tudo leva a crer que o vocativo *Imperator Caesar* se refira a Otaviano, o qual apenas em 27 a.C. receberia o nome de Augusto³⁸. Fleury aponta que a fórmula *Imperator Caesar* é encontrada nas inscrições que evocavam Augusto³⁹. Mas outros elementos reforçam a ideia de que o destinatário do texto seja mesmo o filho adotivo de Júlio César, tais como a referência à divinização (que, de algum modo, se estende de pai a filho), além da menção à irmã feita no parágrafo seguinte e toda a proeza construtiva sabidamente desenvolvida no período da assim chamada paz augustana, além da expansão sem precedentes dos limites do Império⁴⁰. Sobre as linhas iniciais do primeiro exórdio vitruviano, Elisa Romano afirma conterem pontos centrais

³⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 1), p. 2: “*cum diuina tua mens et numen, Imperator Caesar, imperio potiretur orbis terrarum inuitaque uirtute cunctis hostibus stratis triumpho uictoriaque tua ciues gloriarentur et gentes omnes subactae tuum spectarent nutum populusque romanus et senatus liberatus timore amplissimis tuis cogitationibus consiliisque gubernaretur, non audebam, tantis occupationibus, de architectura scripta et magnis cogitationibus explicata edere, metuens ne, non apto tempore interpellans subirem tui animi offensionem*”.

³⁸ Segundo Pierre Grimal, o futuro Augusto, filho de Gaio Otávio e Ácia (uma sobrinha de Júlio César), chamava-se Gaio Otávio Turino. Esse cognome, Turino, “recordava uma campanha bem sucedida de seu pai contra escravos sublevados na região de Túrio, na Itália Meridional” (Grimal, P., “O século de Augusto”, p. 16). Sobre os cognomes Turino e Augusto cf. Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, VII, p. 57, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Tendo o pai de Otávio morrido precocemente (58 a. C.), adota-o César em 45 a.C.. Depois da adoção passa a se chamar Gaio Júlio César Otaviano: “este nome e esta adoção designaram-no para receber, após os Idos de Março de 44, a herança do ditador” (Grimal, P., “O século de Augusto”, p. 17). O nome e título de *Augustus*, proposto por L. Munácio Plânco ao senado, ser-lhe-ia concedido apenas em 27 a.C. e, ainda segundo Grimal, “a escolha deste nome, destinado a uma tão grande fortuna, foi, antes de mais, um estratagema da sessão parlamentar” (ibid., p. 17), já que Otávio havia anunciado em sessão solene que, com a paz restaurada, entregaria “o poder à livre disposição do Povo e do Senado romanos. Mas o Senado não podia aceitar esta oferta, e o próprio Octávio, ao fazê-lo não agia de boa-fé” (ibid., p. 17).

³⁹ Fleury, Ph., “Introduction”, p. XIX, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I.

⁴⁰ Ibid., p. XIX-XX.

da “propaganda” de Augusto, a saber: i - a indicação da divindade do *Imperator*; ii - a alusão às vitórias sobre inimigos e à pacificação empreendida; iii - referência ao consenso popular e à tranquilidade do Senado⁴¹. Por outro lado, a datação do *De Architectura* poderia se converter em evidência contrária a essa interpretação de aquiescência ou alinhamento de Vitruvius à política de Augusto, na medida em que se afirmasse advir a obra de outro momento histórico. Mostrou-se, entretanto, superada a tentativa de situar o escrito em um período tardio⁴².

É possível acompanhar as realizações de Augusto a partir de sua ótica em “*Res Gestae Diui Augusti*”⁴³, texto deixado pelo soberano⁴⁴ expondo os feitos e alcance de seu domínio: “aumentei os territórios de todas as províncias do povo romano, onde havia povos vizinhos que não obedeciam a nosso poder”⁴⁵. O registro de Augusto prossegue com a enumeração das províncias pacificadas das Gálias, Espanhas, Germânia e de Cádiz até a foz do rio Elba. Mas também os Alpes, desde o mar Adriático até o Tirreno. Da foz do Reno para o Oriente, chegando os exércitos romanos até mesmo à Etiópia e Arábia⁴⁶. O Egito⁴⁷ foi anexado ao Império e colônias militares⁴⁸ fundadas na África, Sicília, Macedônia, Espanhas, Acaia, Ásia, Síria, etc. Os contatos avançaram até os indianos: “com frequência me foram mandadas embaixadas dos reis da Índia, jamais antes vistas perante chefe romano algum”⁴⁹. Na época de Augusto embaixadores dos mais longínquos povos buscaram a amizade dos romanos: citas, sármatas (na região da atual Europa Oriental), albanos (atual região do Mar Cáspio), iberos (região da atual Geórgia⁵⁰), entre tantos.

⁴¹ Romano, E., “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 16.

⁴² Como aquela hipótese segundo a qual Vitruvius teria vivido no período da dinastia flaviana ou ainda que o Tratado seria obra de um falsário realizada entre os séculos III e V d.C. (Romano, E., “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 18). Cf. ainda *ibid.*, n. 10, p. 18. E ainda que a data precisa da publicação do *De Architectura* persista incerta, há bons indícios de que se possa situá-la entre 27 a.C e 23 a.C. (*Ibid.*, p. 24). Chama a atenção, entretanto, que no Prefácio ao Livro I Vitruvius não faça menção ao nome *AUGUSTUS*, senão *IMPERATOR CAESAR*, o que poderia levar a pensar que esse prefácio tenha sido escrito antes de 27, ano em que Otaviano é agraciado com o título (cf Fleury, Ph., “Introduction”, p. XX, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, *et com. ad. loc.*).

⁴³ A tradução de “*Res Gestae Diui Augusti*” é “Feitos do Divino Augusto”.

⁴⁴ É da autoria do próprio Augusto, “Feitos do Divino Augusto” (tradução de “*Res Gestae Diui Augusti*”). Segundo Antônio M. Rezende, “o imperador Augusto determinou que após sua morte fosse gravada uma cópia em bronze e afixada no mausoléu da família” (Rezende, A. M., “Apresentação”, p. 8, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”).

⁴⁵ Augusto, “Feitos do Divino Augusto”, XXVI, p. 135, tradução de Trevizam, M. e Rezende, A. M., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*omnium prouinciarum populi Romani, quibus finitimae fuerunt gentes quae non parerent imperio nostro, fines auxi*” (*ibid.*, p. 123).

⁴⁶ *Ibid.*, XXVI, p. 135.

⁴⁷ *Ibid.*, XXVII, p. 136.

⁴⁸ *Ibid.*, XXVIII, p. 136.

⁴⁹ *Ibid.*, XXXI, p. 137.

⁵⁰ Não confundir com a Ibéria da parte hispânica do Império, cf. *ibid.*, n. 51, p. 137.

A amplificação⁵¹ de Vitrúvio – “tu obtiveste o poder sobre o orbe terrestre”⁵² – não destoa muito da notícia transmitida pelo próprio Augusto – “aumentei os territórios de todas as províncias do povo romano, onde havia povos vizinhos que não obedeciam a nosso poder”⁵³ – embora a ultrapasse em enaltecimento, como recurso retórico esperado. Evidentemente, ainda que extraordinárias, as conquistas de Augusto não implicaram de fato a totalidade do globo terrestre, logo, em *Res Gestae Divi Augusti* não seria possível extrapolar a enumeração para muito além dos êxitos efetivamente alcançados, dado o gênero discursivo de seu registro. Em Vitrúvio, por outro lado, trata-se de ornamentar o escrito pelo emprego de uma amplificação, que, conforme o autor da *Retórica à Herênio*, “é adotada para instigar o auditório por meio do lugar-comum”⁵⁴, sendo que “o primeiro lugar é tirado da autoridade”⁵⁵. Ora, os feitos de Augusto eram bem visíveis, já que os resultados das conquistas aportavam à Roma, como despojos, além do afluxo de pessoas indo e vindo. A autoridade do *Imperator Caesar* é exaltada nas primeiras linhas do *De Architectura*, a quem se dedica os volumes, não sem hesitação, e com a cautela de quem espera por um momento oportuno (*metuens ne, non apto tempore interpellans, subirem tui animi offensionem*)⁵⁶.

Poderíamos nos perguntar se essa demora em publicar os escritos, temendo incomodar o destinatário (o qual se supõe ser Otávio / Augusto) não revelaria algo do estatuto pouco proeminente, para não dizer mesmo subalterno, da atividade de arquiteto naquele momento, senão do próprio autor. Pois, é possível observar no *De Officiis* de Cícero, contemporâneo de Vitrúvio, o modo depreciativo pelo qual eram tomadas as atividades que envolviam esforço manual: “são ignóbeis e sórdidas as remunerações de todos os trabalhadores pagos pelo esforço

⁵¹ Conforme Lausberg, “a *amplificatio* (exaggeratio; ἀλλήσις; [port. amplificação]) é um aumento gradual, por meios artísticos, do que é dado, por natureza, aumento esse aplicado no interesse da *utilitas causae* (§65)” (Lausberg, H. “Elementos de Retórica Literária”, p. 106). A *utilitas causae* diz respeito à parcialidade do discurso com o objetivo de influenciar o árbitro da situação pela própria opinião partidária, em favor do orador: “o meio principal para obter a credibilidade, em favor da própria opinião partidária, é a *amplificatio* (§§71-83). Na *amplificatio*, o orador dirige-se psicologicamente ou mais ao intelecto ou mais aos afectos (§§68-70) do juiz (do público)” (ibid., p. 103).

⁵² Cf. n. 36.

⁵³ Augusto, “Feitos do Divino Augusto”, XXVI, p. 135, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*omnium prouinciarum populi Romani, quibus finitimae fuerunt gentes quae non parerent imperio nostro, fines auxi*” (ibid., p. 123).

⁵⁴ [Cícero], “Retórica à Herênio”, 47, p. 145. Em altim: “*amplificatio est res, quae per locum communem instigationis auditorum causa sumitur*” (ibid., p. 144).

⁵⁵ Ibid., 48, p. 145. Em latim: “*primus locus sumitur ab auctoritate*” (ibid., p. 144)..

⁵⁶ Quanto à época da dedicatória, Philippe Fleury sugere a possibilidade de tratar-se do período em torno da vitória de Áccio em 31 a.C., da conquista do Egito em 30 a.C. e do triunfo em 29 a.C., já que Vitrúvio alega esperar para fazer publicar seu tratado, aguardando um momento de menos atribulações a seu destinatário, o que poderia ter coincidido com os eventos mencionados em consonância ao relato vitruviano de sujeição dos inimigos, conquistas, retorno da paz e triunfo (Fleury, Ph., “Introduction”, p. XX, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I).

e não pela habilidade. Com efeito, neles, o próprio salário é o penhor da servidão”⁵⁷. Para Cícero, medicina e arquitetura estavam acima dos trabalhos meramente manuais, ainda assim, eram atividades inferiores, destinadas, portanto, a certos grupos sociais apenas: “os ofícios mais úteis e que exigem mais prudência – como a medicina, a arquitetura, o ensino dos conhecimentos nobres – são honestos para aqueles a cuja classe social convêm”⁵⁸. Segundo Angélica Chiappetta, tais ofícios são “impróprios para as classes superiores”⁵⁹ e o ensino a que Cícero se refere na passagem diz respeito à atividade daqueles que lecionam para garantir a sobrevivência pela remuneração, e não ao ensino praticado por Panécio ou pelo próprio Arpinate⁶⁰.

Por outro lado, em seu escrito, Augusto enumera os feitos construtivos que legou, dentre os quais: a Cúria (*Curia Iulia*)⁶¹, o Calcídico⁶², o templo de Apolo no Palatino, o templo do divino Júlio⁶³, o Lupercal⁶⁴, o pórtico de Otávia⁶⁵, os templos de Júpiter Ferétrio e Júpiter Tonante no Capitólio, os templos de Quirino, Minerva, Juno, Júpiter da Liberdade⁶⁶, etc. Augusto noticia também as reformas do templo de Júpiter Ótimo Máximo, no Capitólio, e do primeiro teatro em pedra de Roma: “reformei o Capitólio e o teatro de Pompeu, ambas as obras a custo vultoso, sem nenhuma inscrição com meu nome”⁶⁷. Enumera ainda a reforma de aqueduto e a construção de foros, basílicas, pontes e mais templos⁶⁸.

Mesmo tendo vivido mais de um século depois do período de Augusto, Suetônio redigiu uma *Vita Diui Augusti*, Vida do Divino Augusto, em que apresenta também os feitos do *Princeps*, até mais pormenorizadamente. E não deixa de registrar as proezas edificatórias do

⁵⁷ Cícero, M. T., “Dos deveres”, (I, 150), tradução: Angélica Chiapeta, São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 72.

⁵⁸ Ibid., (I, 151), p. 72.

⁵⁹ Ibid., n. 131, p. 72.

⁶⁰ Ibid., (I, 150), n. 131, p. 72. Sobre a noção de *officium*, cf. McEwen, I. K., “Vitruvius: Writing the body of architecture”, p. 76-77.

⁶¹ Segundo Cynthia Damon, a Cúria, localizada no Fórum Romano, era o principal lugar de reuniões do Senado. Júlio César iniciou um novo prédio em 44 a.C. terminado por Augusto apenas após 29 a.C. (Damon, C., “*Res Gestae Diui Augusti*” – Bryn Mawr Latin Commentaries, 19.1, p. 31).

⁶² Ainda de acordo com Damon, o termo Calcídico se refere a “construção feita ao modo daquelas de Cálcis” (cidade da Grécia). Trata-se de um pórtico pelo qual se passa antes de entrar na Cúria (Damon, C., “*Res Gestae Diui Augusti*” – Bryn Mawr Latin Commentaries, 19.1, p. 31).

⁶³ Começado após a divinização de Júlio César em 42 a. C. (ibid., 19.1, p. 31).

⁶⁴ Templo construído na gruta, ao lado do monte Palatino, em que supostamente uma loba teria alimentado Rômulo e Remo (ibid., 19.1, p. 31).

⁶⁵ Segundo Trevizam et Rezende, trata-se de Otávia, a irmã de Augusto, sendo homenageada (Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”, n. 25, p. 132). Pórtico construído em 167 a.C. para comemorar a derrota do rei macedônio Perseu e reconstruído em 33 após incêndio (ibid., 19.1, p. 32).

⁶⁶ Augusto, “Feitos do Divino Augusto”, XIX, p. 132-133, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”.

⁶⁷ Ibid., XX, p. 133.

⁶⁸ Ibid., XX, p. 133.

período, cujas obras são, da mesma forma, enumeradas, mas também resume o empenho aplicado em uma passagem que se tornou célebre e sucede no texto a exposição do suposto propósito augustano de permanecer no poder para manter a República sã:

ele próprio [Augusto] se fez cumpridor de sua promessa com toda sorte de esforços, para que a ninguém desagradasse a nova situação. A tal ponto urbanizou a Cidade, não ornada como convinha à glória do Império e exposta aos incêndios e inundações, que jactou-se com toda justiça: ‘deixei de mármore a Cidade de tijolos que recebi’. E, de fato, conservou-a segura também para o futuro, o quanto pôde ser previsto pela razão humana”⁶⁹.

As palavras de Vitruvius no primeiro prefácio do *De Architectura* confluem no mesmo sentido daquelas de Suetônio e especialmente às do próprio *Princeps*:

como observei tua preocupação não só com a vida comum a todos e a organização da República, mas ainda com as vantagens advindas das construções públicas, de modo que a cidade não fosse por ti ampliada apenas com províncias, e sim para que a majestade do poder recebesse a autoridade das egrégias edificações públicas, julguei que não devia deixar passar o primeiro momento para apresentar estes volumes a ti, uma vez que primeiramente fui conhecido nesse assunto por teu pai a cujos valores me dediquei⁷⁰.

O argumento de Vitruvius procura associar a imponente ou majestade do poder (*maiestas imperii*) não apenas ao engrandecimento quantitativo da expansão vertiginosa do Império, mas a possíveis aspectos qualitativos das egrégias edificações públicas que ainda

⁶⁹ Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, XXVIII, p. 70, tradução de Trevizani, M. e Vasconcellos, P. S., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*fecitque ipse se compotem uoti nisus omni modo, ne quem noui status paeniteret. Urbem neque pro maiestate imperii ornatam et inundationibus incendiisque obnoxiam excoluit adeo, ut iure sit gloriatus marmoream se relinquere, quam latericiam accepisset. Tutam uero, quantum prouideri humana ratione potuit, etiam in posterum praestitit*” (ibid., XXVIII, p. 20).

⁷⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 2-3: “*cum uero adtenderem te non solum de uita communi omnium curam publicaeque rei constitutione habere, sed etiam de opportunitate publicorum aedificiorum ut ciuitas per te non solum prouinciis esset aucta, uerum etiam ut maiestas imperii publicorum aedificiorum egregias haberet auctoritates, non putavi praetermittendum quin primo quoque tempore de his rebus ea tibi ederem*”. De acordo com André, no primeiro prólogo, “l’offrande à l’*Imperator Caesar* (...*tibi ederem*) prolongée em I.1, §2, sera présentée comme un *officium* de la ‘clientèle’ individuelle et familiale” (André, J.-M., Les préfaces de Vitruve, p. 378).

haveriam de ser construídas. Nesse caso, os volumes que na ocasião eram concedidos ao *Caesar* tornar-se-iam diretrizes preciosíssimas, desde que se supusesse com Vitruvius que a autoridade da arquitetura constituir-se-ia como o resultado da observação de critérios fixados racionalmente a partir do histórico de desenvolvimento da disciplina, cujos ensinamentos não haviam até então sido estabelecidos em um *corpus* unitário. Mas se houve interessados nas ideias de Vitruvius e leitores no momento da publicação de seus Dez Volumes estes ou foram muito pouco numerosos ou pouco se manifestaram acerca da obra, dado o enorme silêncio que paira em torno do *De Architectura* e de seu autor nos anos e mesmo nos séculos que sucederam sua publicação⁷¹.

Conviria examinar em alguma medida se a exaltação ao empenho edificatório seria uma figura de discurso, ou se teria correspondido a uma prática efetiva sob o comando de Augusto. Nesse caso, tal política teria se direcionado à capital apenas ou haveria de se estender pelas longínquas e nem sempre pacíficas províncias? Em outros termos, trata-se de refletir se a proposta vitruviana de uma expansão construtiva com edifícios coroados de autoridade (*auctoritas*) seria um compromisso factível no interior de uma organização tão extensa e complexa como foi o Império Romano. Por outro lado, não seria uma preocupação de Augusto “permanecer fiel ao velho ideal romano de simplicidade e de economia”⁷², evitando o fausto e o

⁷¹ Plínio, o Velho (sec I d.C.) menciona Vitruvius em três passagens de sua História Natural (livros XVI, XXXV e XXXVI) e Frontino faz remissão ao gentílico do arquiteto em seu “*De aquae ductu urbis Romae*”, cf. Fleury, Ph., “Introduction”, p. IX, X, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I. Já Célio Faventino, no século III d.C. apresenta um resumo do *De Architectura*, sob o nome de “*Liber adbreuiatus de diversis fabricis architectonicae*” datando do século III d.C. e acrescentando o cognome *Pol(l)io* (ibid., p. X, XLVI, XLVII). Sérvio e Sidônio Apolinário também citam Vitruvius em período antigo (ibid., p. X). As referências a Vitruvius são exíguas até o período que ficaria conhecido como Renascimento, no qual o *De Architectura* experimentaria vasta difusão.

⁷² Grimal, P. “O século de Augusto”, p. 36, 37. Grimal fala em uma afetação de simplicidade por parte de Augusto, o que poderia se observar no relato de viagem posto em verso por Horácio a partir de uma sátira na qual descreve o círculo de Otávio, incluindo Virgílio e Mecenas contentando-se com “alojamentos modestos e cozinha vulgar”, rindo-se dos gracejos de qualquer bobo de aldeia, ao contrário do que era de se esperar do soberano do mundo: “o relato da ‘viagem a Brindes’ [...] é assim, para nós, um precioso testemunho: a primeira ocorrência de um tema dominante na propaganda do regime. Esta afetação de simplicidade é tanto mais digna de nota quanto ela contrasta de modo evidente com o aparato quase régio de que se rodeava Antônio na Ásia” (ibid., p. 37). O historiador afirma mesmo que a afetação de austeridade teria levado Augusto a abrir mão, em sua residência, dos jardins em voga no momento: “o próprio Augusto gostava das árvores bonitas. Se a afetação habitual de austeridade não o houvesse impedido, de boa vontade também ele se teria presenteado com jardins. Mas contentava-se com os frescos da sua residência, no Palatino, ou então, quando a inveja o tomava, ia passar algum tempo na *villa* de algum liberto cujo luxo não provocava escândalo”. (ibid., p. 110). Suetônio afirma: “em outros aspectos de sua vida, consta que foi extremamente sóbrio e sem suspeita de vício algum. Morou, primeiramente, perto do foro romano, acima das escadas dos ourives, na casa que fora do orador Calvo; depois, no Palatino, mas na modesta casa de Hortênsio, não atraente nem pelo tamanho nem pelo luxo, pois nela havia pórticos acanhados com colunas de Alba e nenhum mármore ou mosaico raro nos cômodos” (Suetônio, “Vida do divino Augusto”, LXXII, p. 96, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”). Nicholas Purcell (Purcell, N. “The apparitores: a study in Social Mobility”, p. 134) chama a atenção para outra passagem de Suetônio que mostra um pouco da relação entre *plebs* e *princeps* nas contribuições oferecidas à reconstrução de sua “modesta casa no Palatino”: “para a reconstrução de sua casa do Palatino, destruída por um incêndio, os veteranos, os colegiados, as tribos e também voluntários oriundos de outros estratos sociais contribuíram com dinheiro, individualmente e de acordo

luxo em geral ou ao menos evitando o fausto e o luxo privados? Além disso, caberia indagar se a sofisticação vislumbrada por Vitrúvio à arquitetura, enquanto *scientia*, seria compatível com a suposta austeridade de um povo permeado pela presença militar (que possibilitava a expansão dos territórios, mas marcava episódios internos de guerras e conflitos).

Júlio César havia deixado “um vasto programa de obras públicas”, segundo Pierre Grimal, e tinha intenção de “‘modernizar’ Roma e de dotá-la de monumentos públicos equiparáveis aos das grandes capitais helenísticas”⁷³. O assassinato de César deixara, entretanto, trabalhos e planos inconclusos. Um momento de turbulência se avizinhava em torno da sucessão do governante, especialmente na medida em que César limitara a distribuição do poder na República, concentrando-o em torno de si. As demandas quanto à administração de Roma, suas províncias e colônias não cessavam, mas a instabilidade atingia a população:

os conjurados que, a 15 de março de 44, assassinaram César estavam imbuídos de um único desejo: eliminar o ‘tirano’ que, havia cinco anos, impedia o livre funcionamento das instituições republicanas. Eles não imaginavam que estas instituições estavam condenadas por meio século de anarquia e pelo renovar quase incessante das guerras civis⁷⁴.

Otávio se encontrava em Apolônia (atual Albânia) no momento do assassinato de César, que o havia encarregado de preparar uma expedição contra os Partos, e tinha por volta de dezoito anos a essa época. Quando fica sabendo do ocorrido trata de regressar à Itália, uma vez que “o testamento de César designava-o como herdeiro”⁷⁵. Otávio não pretendia reivindicar apenas riquezas a que pudesse ter direito, mas a sucessão do pai adotivo, a exaltação de sua figura divinizada e vingar-se dos opositores:

à cabeça das suas tropas, decidiu marchar sobre Roma e reivindicar o consulado. Legalmente não tinha qualquer direito a ele. Era demasiado jovem para aceder à suprema magistratura. Mas as três legiões que o Senado tentou opor-lhe passaram para

com suas posses; mal tocou nesses montantes de dinheiro, sem tirar mais do que um denário de cada um deles” (Suetônio, “Vida do divino Augusto”, LVII, p. 88).

⁷³ Grimal, P. “O século de Augusto”, p. 41.

⁷⁴ Ibid., p. 21.

⁷⁵ Ibid., p. 23.

o seu lado, sem combate. O povo de Roma, tão fiel quanto os soldados à memória do deus César, conduziu unanimemente o seu herdeiro ao consulado, dando-lhe como colega um tal Quinto Pédio, homem sem ambição, que não podia fazer sombra nem oferecer obstáculos à sua ação. Neste dia de 19 de Agosto de 43, contra todas as expectativas, uma vez mais, a situação inverteu-se a favor de Otávio: entre os governadores rebeldes ocidentais e os assassinos de César, que tinha, alguns meses atrás solenemente jurado vingar, havia assegurado para si, através do golpe de Estado, uma posição mais forte do que a de qualquer deles, pois afinal era na sua pessoa que parecia, uma vez mais, ter-se encarnado a legalidade”⁷⁶.

Logo de início, o novo governo procedeu à condenação dos assassinos de César. Mas persistiam diferenças profundas e animosidade entre os próprios cesaristas. Entre Otávio e Antônio surpreende a solução provisória dos conflitos com o estabelecimento de um Segundo Triunvirato (o Primeiro Triunvirato, sob circunstâncias bem diversas, deu-se entre Júlio César, Pompeu e Crasso) que incluía ainda Lépido⁷⁷. Ao que parece, o ressentimento entre os triúnviros não superava as ameaças que constituíam os republicanos. A estes procedeu-se uma verdadeira caça, levados em sua maioria, à execução sem julgamento. A guerra estava de volta, entre os cesaristas, que estavam no Ocidente – principalmente na Itália –, e os republicanos, que tinham o apoio das províncias orientais⁷⁸, desde a presença dos conjurados Bruto e Cássio, os quais acabariam por amargar a derrota na Batalha de Filipos, assim como de boa parte da aristocracia romana defensora da República.

Terminada a contenda, coube a Antônio retomar as conquistas no Oriente e a sonhada expedição contra os Partos, vislumbrada por César⁷⁹. A Otávio, no Ocidente, restou a ingrata tarefa de recompensar com terras os soldados veteranos das vinte e oito legiões vitoriosas em Filipos, pois para isso teria que desalojar camponeses de suas terras⁸⁰. As proscrições e confiscações, sobretudo nas cidades da Itália Central, Etrúria, Úmbria e Sabina acendem o temor da revolução social decorrente das ações dos triúnviros⁸¹.

⁷⁶ Grimal, P. “O século de Augusto”, p. 28.

⁷⁷ Ibid., p. 28: “os três associados atribuíam a si mesmos a missão de restaurar o Estado e de assegurar para este uma constituição estável”.

⁷⁸ Ibid., p. 29.

⁷⁹ Ibid., p. 30.

⁸⁰ Ibid., p. 31.

⁸¹ Ibid., p. 32.

Em 33 a.C., com o fim do triunvirato, o poder deveria voltar às magistraturas ordinárias. Os dois cônsules – Caio Sósio e Cneu Domício Enobarbo –, designados há muito, eram partidários de Antônio e assumem o poder. Na primeira sessão, Sósio lança duras invectivas contra Otávio. Este, em reação, impõe um novo golpe de Estado, adentrando a sala de sessão com escolta armada e impondo silêncio aos cônsules, os quais deixam Roma, junto a trezentos senadores, dirigindo-se até Antônio, que estava em Éfeso naquele momento⁸². O gesto de Otávio evidenciava a ruptura total com Antônio, que, distante, era alvo dos rumores que o associavam a um mero instrumento de Cleópatra⁸³, com a divulgação dos seus desejos registrados no testamento confiado às Vestais, de deixar herança para os filhos que tivera com a rainha e de ser sepultado em Alexandria. Grimal fala de uma “propaganda malévola”⁸⁴, segundo a qual, Antônio teria se abandonado não apenas às delícias do Oriente, mas também aos interesses daqueles, constituindo uma ameaça à soberania romana: “italianos e Romanos tornar-se-iam escravos daqueles que, até então, haviam sido seus súditos”⁸⁵.

No fim de 32 a.C., é oficialmente declarada guerra contra Cleópatra. E, segundo o historiador francês, essa foi menos a ocasião de mostrar novamente a hegemonia do poderio romano do que o momento de se estabelecer definitivamente a imagem de Otávio como salvador divino, o único capaz de proteger os valores romanos pelo poder. Grimal reporta que muitos nobres que acompanhavam Antônio desertaram em favor do oponente⁸⁶. Os exércitos de Antônio e Cleópatra são derrotados na batalha decisiva de Ácio e ambos fogem para o Egito. Daí foi questão de tempo para submeter os partidários de Antônio, que acaba por se suicidar, assim como Cleópatra, diante das investidas de Otávio: “pela primeira vez, o mundo mediterrâneo, no qual se incluía o Egito, encontrava-se, na sua totalidade, unido no interior do Império”⁸⁷.

A trajetória de Augusto foi mesmo singular. E os sobressaltos políticos, dada sua magnitude, não podem ser desvinculados dos acontecimentos cotidianos. Assim, a figura de Otávio concentrando o poder passou a representar uma alternativa real a anseios profundos. Já havia, pouco após a morte de Júlio César, a intenção por parte de Otávio em “explorar o culto nascente do deus César, de quem ele era, daí em diante, filho”⁸⁸. A literatura nos mostra uma

⁸² Grimal, P. “O século de Augusto”, p. 44.

⁸³ Ibid., p. 45.

⁸⁴ Ibid., p. 38.

⁸⁵ Ibid., p. 45.

⁸⁶ Ibid., p. 46.

⁸⁷ Ibid., p. 47.

⁸⁸ Ibid., p. 23.

peculiar confluência entre a arte e o panorama político, com a Eneida de Virgílio, enquanto uma “justificação mítica da vocação dos *Iulii*”⁸⁹. A obra do mantuano dava sequência às deixas da *Ilíada* que indicavam que, mesmo após a destruição de Troia, o poder seria recobrado. Segundo Grimal, havia uma velha crença em Roma e em outras regiões da Itália de que “a cidade tivesse sido fundada pelo próprio Eneias, fugido de Troia e chegado à Itália com alguns companheiros”⁹⁰. Eneias era filho de Vênus e Anquises e de sua união com Creúsa, surgiu Ascânio, conhecido como *Iulo* entre os italianos. De *Iulo* descendia a *gens Iulia* de que faziam parte Júlio César e Augusto. A epopeia virgiliana tratava, assim, de traçar uma origem divina à estirpe dos Césares.

O que se vê com a ascensão de Augusto e seu estabelecimento definitivo no comando é a inauguração de um período de concentração de poder nas mãos do soberano. Ainda que o senado tivesse sido mantido, suas prerrogativas efetivas destoavam daquelas desempenhadas na república de outrora. Nas mãos de Augusto estava o controle de todo o mundo romano – uma porção considerável do mundo conhecido daquele momento. E a administração de tal portento requeria do governante mais que a superioridade militar – era preciso, ou ao menos muito conveniente, legitimar a autoridade por meio de signos visíveis, senão palpáveis, conduzindo as percepções e crenças dos homens⁹¹. Nesse sentido, a literatura e demais artes, bem como a religião, constituíam veículos consistentes de promoção de um ideário a difundir o sentimento comum da superioridade augustana⁹².

Em *Res Gestae Divi Augusti*, essa espécie de inventário oficial dos feitos de Augusto, já se nota no título o aceno à divinização do soberano. Ao mesmo tempo, porém, Augusto proclama o próprio empenho em recusar a hegemonia do poder:

em meu sexto e sétimo consulados, depois de extinguir as guerras civis e, por consenso de todos, senhor de tudo, passei a república de meu poder para o arbítrio do senado e do povo romano. Por esse mérito pessoal fui chamado de ‘Augusto’ por decreto do

⁸⁹ Grimal, P. “O século de Augusto”, p. 73.

⁹⁰ Ibid., p. 73. Na sequência, Grimal afirma ainda que “Virgílio não inventou esta lenda, que, antes dele, havia já sido objeto de tratamento por Nêvio, na sua epopeia sobre a *Guerra Púnica*, e que encobre provavelmente a lembrança de antigas migrações de Oriente para Ocidente, ocorridas talvez por volta do segundo milênio a.C.” (ibid., p. 73).

⁹¹ Hopkins, K., “Conquerors and slaves. Sociological studies in Roman History I” apud Crook, J. A., “Augustus: power, authority, achievement”, p. 117.

⁹² Sobre a supremacia do poder de Augusto em relação ao estatuto legal de sua posição face a demais membros do senado em comparação a situações posteriores de uma espécie de concentração “monárquica” do poder cf. Crook, J. A., “Augustus: power, authority, achievement”, p. 118 et seq.

senado; os umbrais de minha casa foram publicamente cobertos de louros, uma coroa cívica foi afixada acima de minha porta e um escudo de ouro posto na cúria Júlia. Atestava a inscrição do escudo que o senado e o povo romano o davam a mim pelo valor, pela clemência, pela justiça e pelo senso de dever. Depois disso, vi-me à frente de todos pela autoridade, mas nenhum poder tive a mais do que meus outros colegas também investidos de cargos⁹³.

A recusa alegada por Augusto de concentrar o poder em si ressoa preceitos morais como aqueles provenientes do estoicismo que Cícero coligiu em seu *De Officiis*, no intuito de oferecer um conjunto de princípios às ações individuais, mas sobretudo à moralidade social e política, mirando ao comportamento dos homens em sociedade⁹⁴. Para Cícero, os deveres envolvem uma *ratiocinatio*, um cálculo⁹⁵, que conduz ao ânimo grandioso (*animo magno*)⁹⁶ e elevado em relação às coisas humanas, a partir do que se afirma que “é odioso que dessa elevação e grandeza de alma nasçam facilmente a pertinácia e a paixão desmedida pela primazia”⁹⁷. O Arpinate continua mostrando que o desejo de superar a todos ameaça a equidade, que “é a essência da justiça”⁹⁸, da qual em momento algum se deve apartar. Corajosos e magnânimos, portanto, são aqueles que repelem a injustiça⁹⁹.

As palavras de *Res Gestae* XXIV estão em profunda consonância com aquelas que abrem o *De Architectura* de Vitrúvio, na medida em que ambos os textos reclamam a *auctoritas* associada ao *Princeps*. Augusto afirma distinguir-se pela autoridade, de modo que a virtude, a clemência, a justiça e a piedade o tornam superior, não apenas o poder. Vitruvius, no primeiro prefácio, destaca a *auctoritas* de Augusto, a qual, em conjunção a seu poder superlativo, poderia

⁹³ Augusto, “Feitos do Divino Augusto”, XXIV, p. 137-138, tradução de Trevizam, M. e Rezende, A. M., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*in consulatu sexto et septimo, postquam bella ciuilia exstinxeram, per consensum uniuersorum potitus rerum omnium, rem publicam ex mea potestate in senatus populique Romani arbitrium transtuli. Quo pro merito meo senatus consulto Augustus appellatus sum et laureis postes aedium mearum uestiti publice coronaque ciuica super ianuam meam fixa est atque clupeus aureus in curia Iulia positus, quem mihi senatum populumque Romanum dare uirtutis clementiaeque et iustitiae et pietatis caussa testatum est per eius clupeus inscriptionem. Post id tempus auctoritate omnibus praestiti, potestatis autem nihilo amplius habui quam ceteri qui mihi quoque in magistratu conlegae fuerunt*” (ibid., p. 124).

⁹⁴ Chiappetta, A., “Introdução”, in: Cícero, M. T., “Dos deveres”, p. XXV.

⁹⁵ Cícero, “*De Officiis*”, I, 59, with na english translation by Walter Miller, p. 62: “*ut boni ratiocinationes officiorum esse possimus*”.

⁹⁶ Cícero, “*De Officiis*”, I, 61, p. 62: “*splendidissimum uideri, quod animo magno elatoque humanasque res despiciente factum sit*”. Na tradução de Angelica Chiappetta: “bem mais brilhante parece aquilo que se faz com ânimo grandioso, elevado e alheio às coisas humanas” (Cícero, M. T., I, 61, “Dos deveres”, p. 32).

⁹⁷ Ibid., I, 64, p. 33. Em latim: “*sed illum odiosum est, quod in hac elatione et magnitudine animi facillime pertinacia et nimia cupiditas principatus innascitur*” (Cícero, “*De Officiis*”, I, 64, p. 66).

⁹⁸ Cícero, M. T., I, 64, “Dos deveres”, p. 34.

⁹⁹ Ibid., I, 65, p. 34.

materializar-se na autoridade da grandeza construtiva dos edifícios públicos¹⁰⁰. As construções, igualmente, ocupam a atenção do *Princeps* nas *Res Gestae* em que inventaria uma a uma as obras empreendidas: templos, cúria, foro, basílica, teatro, pórticos, além do restauro do Capitólio, de oitenta e dois templos sagrados, do teatro de Pompeu, de aquedutos e da Via Flamínia¹⁰¹.

Acerca ainda da *auctoritas* augustana, vale notar os termos com que Suetônio descreve o recebimento por Augusto do título de Pai da pátria:

o conjunto de cidadãos atribui-lhe o título de Pai da pátria com repentino e total consenso: primeiramente, a plebe, por uma legação enviada a Âncio; em seguida, porque não o aceitava, através de um significativo número de pessoas coroadas de louro, durante certa ocasião em que se dirigia aos espetáculos em Roma; logo depois, recebeu-o na cúria senatorial, não por decreto ou aclamação, mas através de Valério Messala¹⁰².

Em nome de todos – senado e povo romano – Messala saúda Augusto como Pai da pátria. Suetônio afirma citar literalmente a resposta de Augusto, proferida entre lágrimas: “realizados os meus votos, o que mais, ó senadores, devo suplicar aos deuses imortais, a não ser que me seja permitido manter esta vossa aprovação até o último dia de minha vida?”¹⁰³. Tanto na fala de Augusto reportada, quanto no relato de Suetônio, aparece o termo *consensus*. O acordo mútuo e o consenso obtidos em torno de um nome podem ser um efeito dos gestos articulados e deliberados no sentido da congregação dos homens ao redor daquele que se fazia apresentar como autorizado, elevado, superior. Não por acaso a etimologia do cognome *Augustus* (proposição de Munácio Planco) já era sublinhada por Suetônio como “um cognome não apenas novo, mas também grandioso, pois tanto os locais santos como aquilo que neles é

¹⁰⁰ Cf. n. 70.

¹⁰¹ Augusto, “Feitos do Divino Augusto”, III, p.138, tradução de Trevizam, M. e Rezende, A. M., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”.

¹⁰² Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, LVIII, p. 88-89, tradução de Trevizam, M. e Vasconcellos, P. S., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*Patris patriae cognomen uniersi repetino maximoque consensu detulerunt ei: prima plebs legatione Antium missa; dein, quia non recipiebat, inuenti Romae spetacula frequens et laureata; mox in curia senatus, neque decreto neque adclamatione, sed per Valerium Messalam*” (ibid., LVIII, p. 32).

¹⁰³ Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, LVIII, p. 89, tradução de Trevizam, M. e Vasconcellos, P. S., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*compos factus uotorum meorum, p. c., quid habeo aliud deos immortales precari, quam ut hunc consensum uestrum ad ultimum finem uitae mihi perferre liceat?*” (ibid., LVIII, p. 32).

consagrado por augúrio são chamados ‘augustos’, de *auctus*, *aiuum gestus* ou *gustus*”¹⁰⁴. Autoridade, religiosidade, gosto e, enfim, a grandiosidade são evocados com o nome Augusto. E para um tal consenso em torno de um homem concorriam ações junto ao povo resumidas pelo próprio Augusto no final de *Res Gestae* em quatro tópicos: 1- a concessão de dinheiro ao erário, à plebe e aos soldados; 2- construção de obras novas; 3- restauração de obras antigas; 4- dinheiro gasto em espetáculos teatrais, jogos, caçadas, reconstrução de cidades dizimadas por terremotos e incêndios, dinheiro dado individualmente a amigos e senadores¹⁰⁵. É de se notar a importância dada às construções, pois, dos quatro itens elencados por Augusto ao fim do texto, três envolvem os edifícios, sejam eles novos, a serem restaurados, ou reconstruídos. Nessa enumeração final de feitos, além das modalidades de construções mencionadas, lista-se apenas o dinheiro oferecido a indivíduos e os espetáculos promovidos.

Suetônio, de sua parte, na “Vida do divino Augusto”, escrevendo mais de um século depois de Vitrúvio, utiliza uma terminologia, senão idêntica, muito próxima à do arquiteto romano na exposição do cuidado de Augusto com os assuntos relativos às construções e às cidades, em consonância à *maiestas imperii*¹⁰⁶. A descrição de Suetônio também não destoa do escrito de Augusto, quanto ao empenho edilício do governante – “edificou muitas obras públicas”¹⁰⁷ – mas nem sempre em seu nome, senão nos de outros, como netos, esposa e irmã. O autor das *Vidas dos Doze Césares* reporta, ademais, que as construções eram amplamente incentivadas: “mas também exortou com frequência outros poderosos a adornar a Cidade, conforme as possibilidades de cada um, com monumentos novos ou reformados e decorados. Então, várias obras foram construídas por muitos [...]”¹⁰⁸.

¹⁰⁴ Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, VII, p. 56, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*ut Augustus potius uocaretur, non tantum nouo sed etiam ampliore cognomine, quod loca quoque religiosa et in quibus augurato quid consecratur augusta dicantur, ab auctu uel ab aiuum gestu gustuue*” (ibid., VII, p. 11).

¹⁰⁵ Augusto, “Feitos do Divino Augusto”, I, II, III, IV p.138, tradução de Trevizam, M. e Rezende, A. M., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”.

¹⁰⁶ Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, XXVIII, p. 70, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”: “a tal ponto urbanizou a Cidade, não ornada como convinha à glória do Império [*maiestate imperii*] e exposta aos incêndios e inundações, que jactou-se com toda justiça: ‘deixei de mármore a Cidade de tijolos que recebi’. E, de fato, conservou-a segura também para o futuro, o quanto pôde ser previsto pela razão humana”. Em latim: “*urbem neque pro maiestate imperii ornatam et inundationibus incendiisque obnoxiam excoluit adeo, ut iure sit gloriatus marmoream se relinquere, quam latericiam accepiisset. Tutam uero, quantum prouideri humana ratione potuit, etiam in posterum praestitit*” (ibid., XXVIII, p. 20). Cf. n. 68.

¹⁰⁷ Ibid., XXIX, p. 70.

¹⁰⁸ Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, XXIX, p. 71, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*sed et ceteros principes uiros saepe hortatus est, ut pro facultate quisque monimentis uel nouis uel reffectis et excultis urbem adornarent. Multaque a multis tunc exstructa sunt [...]*” (ibid., XXIX, p. 21).

Os registros históricos escritos que nos chegaram informam sobre uma preocupação especial com a atividade edilícia na Roma augustana. Viu-se também que a *auctoritas* cultivada por Augusto requeria mais que o poderio militar e o constrangimento pela força. Em que medida a arquitetura e o esmero na construção das cidades poderia afetar o controle e a administração do mundo romano, elevando tal autoridade do *Princeps* resta a ser examinado.

Dignitas, Honores, Munus

Se mensurar os feitos edificatórios de Augusto não é tarefa simples¹⁰⁹, posicionar o *De Architectura* e seu autor face aos acontecimentos desse campo no período não haveria de ser, do mesmo modo, ponto pacífico. É de se notar, contudo, a recorrência de uso dos vocativos *Imperator* e *Caesar* nos prefácios do escrito¹¹⁰. No primeiro prefácio, a fórmula conjunta *Imperator Caesar* replicaria o modo pelo qual Otávio (o futuro Augusto¹¹¹) é referido em inscrições¹¹², contribuindo, assim, a elucidar quem seja aquele a que se oferece a preceptiva sobre arquitetura, cujas dedicatórias se renovam ou se reafirmam pelos exórdios¹¹³. Que os vocativos refiram-se a Augusto é dado ver, segundo os comentadores, a partir da confluência de indicações expressas no *De Architectura*¹¹⁴, marcadas, sobretudo, pela afirmação da efervescência no campo da construção.

Ainda no primeiro prefácio, após explicar que esperou um momento propício para a publicação de seu escrito dedicado a um destinatário sobejamente ocupado, Vitruvius declara ter sido conhecido do pai desse destinatário nos assuntos referentes à arquitetura e se afirma alinhado a seus valores (*ideo quod primum parenti tuo de eo fueram notus et eius uirtutis*

¹⁰⁹ Cf. Gros, P.; Torelli, M. “Storia dell’urbanistica”, p. 167 et seq.

¹¹⁰ Philippe Fleury mostra que, à exceção do último capítulo do Livro I (§18), o vocativo *Caesar* só ocorre em prefácios: (I, pref., 1); (IV, pref., 1); (V, pref. 5); (VII, pref., 10); (IX, pref., 18). O vocativo *Imperator* aparece nos prefácios: (I, pref., 1); (II, pref., 4); (3, pref., 4); (IV, pref., 1); (V, pref., 1); (10, pref., 4) (Fleury, Ph. “Introduction”, p. LXXVI, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I).

¹¹¹ Há apenas uma menção ao título *Augustus* no *De Architectura*, em V, 1, 7, na expressão “*pronaos aedis Augusti*” (Fleury, Ph. “Introduction”, p. XVII, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I).

¹¹² Fleury, Ph. “Introduction”, p. XIX, XXXI, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I.

¹¹³ Cf. Soubiran, J., “Introduction”, p. XVIII, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX.

¹¹⁴ Cf. Romano, E., “La capanna e il tempio: Vitruvio o dell’Architettura”, p. 26; Fleury, Ph. “Introduction”, p. XIX, XXIII, LXXXI, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I; Soubiran, J., “Introduction”, p. XVII-XIX, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX.

studiosus)¹¹⁵. Na sequência, Vitrúvio fala da acolhida divina daquele pai na sede dos imortais – uma possível alusão aos esforços de divinização de Júlio César, após seu assassinato no senado¹¹⁶. Aponta ainda a transferência para o filho dos benefícios concedidos anteriormente pelo pai (*in te contulit fauorem*). O autor menciona sua atuação na preparação e manutenção de armas de guerra, junto a M. Aurélio, P. Minúcio e Gn. Cornélio, o que lhe teria permitido auferir os rendimentos, preservados posteriormente por recomendação da irmã do destinatário da obra¹¹⁷. Eis, pois, que Vitrúvio aponta a razão mais imediata de sua escrita, um certo vínculo de obrigação:

como, pois, eu estivesse obrigado por esse benefício, sem receio da pobreza no fim da vida, comecei a escrever estas coisas para ti, porque verifiquei que edificaste e edificas no momento presente muitos monumentos e no futuro te preocuparás com os edifícios públicos e privados, para que sejam entregues à memória dos vindouros como testemunho dos feitos notáveis. Redigi normas pormenorizadas, de modo que, tendo-as presentes, possas por ti ter conhecimento perante obras já construídas ou futuras, quaisquer que sejam. Com efeito, nestes livros expliquei todos os preceitos da arquitetura¹¹⁸.

¹¹⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3: “*cum uero adtenderem te non solum de uita communi omnium curam publicaue rei constitutione habere, sed etiam de opportunitate publicorum aedificiorum ut ciuitas per te non solum prouinciis esset aucta, uerum etiam ut maiestas imperii publicorum aedificiorum egregias haberet auctoritates, non putavi praetermittendum quin primo quoque tempore de his rebus ea tibi ederem, ideo quod primum parenti tuo de eo fueram notus et eius uirtutis studiosus*”. Tradução: “como observei tua preocupação não só com a vida comum a todos e a organização da República, mas ainda com as vantagens advindas das construções públicas, de modo que a cidade não fosse por ti ampliada apenas com províncias, e sim para que a majestade do poder recebesse a autoridade das egrégias edificações públicas, julguei que não devia deixar passar o primeiro momento para apresentar estes volumes a ti, uma vez que primeiramente fui conhecido nesse assunto por teu pai a cujos valores me dediquei”.

¹¹⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3: “*cum autem concilium caelestium in sedibus immortalitatis eum dedicauisset et imperium parentis in tuam potestatem transtulisset, idem studium meum in eius memoria permanens in te contulit fauorem*”. Tradução: “mas como o concílio celeste dedicou a ele um assento entre os imortais e transferiu o comando soberano ao teu poder, do mesmo modo, mantenho meu zelo à sua memória, recebendo favores de ti”. Cf. Gros, P., “Munus non ingratum”, p. 81.

¹¹⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3: “*itaque cum M. Aurelio et P. Minidio et Gn. Cornelio ad apparitionem ballistarum et scorpionum reliquorumque tormentorum refectionem fui praesto et cum eis commoda accepi; quae cum primo mihi tribuisti, recognitionem per sororis commendationem seruasti*”. Tradução: “Assim, com M. Aurélio, P. Minúcio e Gn. Cornélio, estive à frente da preparação de balistas e escorpiões, bem como na reparação de demais máquinas de atirar projéteis, com o que recebi recompensas, as quais concedeste a mim de início e mantiveste por recomendação de tua irmã”.

¹¹⁸ Vitrúvio, Tratado de Arquitetura, (I, pref., 3), p. 60, tradução: M. J. Maciel. Em latim: “*cum ergo eo beneficio essem obligatus, ut ad exitum uitae non haberem inopiae timorem, haec tibi scribere coepi; quod animaduerti multa te aedificauisse et nunc aedificare, reliquo quoque tempore et publicorum et priuatorum aedificiorum pro amplitudine rerum gestarum ut posteris memoriae traderentur curam habiturum, conscripsi praescriptiones terminatas ut eas adtendens et ante facta et futura qualia sint opera per te posses nota habere; namque his uoluminibus aperui omnes disciplinae rationes*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, - I, pref., 3 - p. 3).

Vitrúvio explicita que a dedicatória ao *Imperator Caesar* é marcada por um vínculo que envolve a concessão de um benefício ao arquiteto. Trata-se de uma relação importante, na medida em que é capaz de livrar o autor do medo da penúria material. Ao mesmo tempo, impõe um sentimento de obrigação para com seu benfeitor. A obra parece se explicar, assim, de início, como uma espécie de retribuição indispensável. Mas até que ponto o protocolo social de dependência poderia pautar a dinâmica de uma preceptiva cuja pretensão visava nada menos que ao estabelecimento de um estatuto teórico rigoroso à arquitetura¹¹⁹?

As pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas do século vinte propiciaram perspectivas especiais à exegese do *De Architectura*, sobretudo no que diz respeito à finalidade da empreitada vitruviana. Situar uma obra escrita relativamente às intenções de seu autor é relevante a uma análise mais profunda das informações apresentadas, bem como à compreensão de seu encadeamento, alerta-nos Pierre Gros, frisando que esse tipo de abordagem é ainda mais decisiva face a um conjunto de volumes que pretendem definir as normas de uma atividade profissional¹²⁰ em dado período, como faz o *De Architectura*. Contudo, afirma o comentador, até então os estudos sobre o escrito vitruviano não teriam fornecido uma resposta global que apontasse com nitidez para os seus propósitos, apesar dos esforços empreendidos, dada a projeção de categorias anacrônicas no tratamento dessa obra, que não se enquadra nas vertentes modernas de livros técnicos (de vulgarização ou dedicados a especialistas), mas também pela falta de estudos da situação social de seu autor no momento de sua publicação¹²¹.

Parte da opacidade do sentido e da composição da obra resultaria, portanto, da desconsideração de suas motivações e de seus destinatários, infere-se com Gros¹²². Posto isso, é preciso situar Vitrúvio nos estratos da sociedade romana, procurando compreender minimamente o lugar de que emanava a enunciação dos princípios publicados, no interior das organizações profissionais e administrativas de Roma. A partir das pesquisas desenvolvidas, principalmente em torno das dinâmicas próprias à sociedade romana daquele momento, Gros reúne dados fundamentais que permitem situar os arquitetos romanos como pertencentes à ordem dos *apparitores* (*ordo apparitorum*), do mesmo modo que os arúspices (*haruspices*) e

¹¹⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VII, (VII, pref., 10), p. 5: “*audemus institutiones novas comparare*”. Tradução: “ousamos propor novas instituições”.

¹²⁰ Gros, P. “*Munus non ingratum*. Le traité vitruvien et la notion de service”, p. 75. In: Le projet de Vitruve. Objet, destinataires et réception du *De Architectura*. Actes du colloque international de Rome (26-27 mars 1993). Rome: École Française de Rome, 1994.

¹²¹ Ibid., p. 75-76.

¹²² Ibid., p. 76.

os arautos (*praecones*), constituindo equipes técnicas ligadas aos governadores de províncias e a magistrados¹²³.

Uma das obras referenciais a Gros foi a compilação organizada por Claude Nicolet, dedicada às ordens romanas, no que diz respeito à sua “definição, recrutamento e funcionamento”, caracterizando assim “a hierarquia cívica e administrativa de Roma, no fim da República e no início do Império”¹²⁴. Para Nicolet, perguntar-se o que é um *ordo*, ou o que são *ordines* – termos abundantes em documentos e textos latinos – requer simultaneamente abordagens que tocam o campo da semântica e o campo da história social¹²⁵. Há, portanto, dificuldades ao redor do termo *ordo*, usos abusivos e enganosos, que não refletem o factual, na medida em que indivíduos poderiam forjar seu pertencimento a um grupo apoderando-se, por exemplo, dos signos exteriores, ou do título, já que a cada *ordo* correspondia um conjunto de títulos específicos¹²⁶. Logo, deparar-se com um documento apontando um certo título a um indivíduo não seria garantia do pertencimento efetivo daquele indivíduo ao *ordo*, ainda menos provaria o direito de usá-lo e o modo de obtenção, isto é, se por nascimento, favor, corrupção, serviços prestados, etc.¹²⁷.

A sociedade romana era sobretudo desigual e hierárquica e ainda que se procure uma adequação, em matéria social, entre o direito e as situações vividas, para Nicolet, é preciso ter em vista que “não é o bastante afirmar [...] que a natureza profunda dos *ordines* é ser uma categoria jurídica: pois a noção de *direito*, de *jus*, é ela própria polissêmica, intercambiável, ambígua”¹²⁸. Ainda segundo o estudioso, dada a segmentação da sociedade romana, cada *ordo* é, sob certos aspectos, uma “comunidade”, em que a desigualdade de posição (*status*), pelo menos até o segundo século, afasta-se da esfera do direito privado, desenvolvendo-se no “domínio próprio da esfera da vida política: a deliberação, a justiça, a magistratura, o comando, as finanças, a guerra, a administração”¹²⁹. A não ser quanto ao direito criminal, ou penal, que

¹²³ Gros, P. “*Munus non ingratum*. Le traité vitruvien et la notion de service”, p. 80. Gros remete a três documentos que atestam o pertencimento dos arquitetos à *ordo apparitorum*: a *lex Cornelia* de 81 a.C.; o Livro II do *De Lege Agraria* de Cícero (II, 32); a lei de 11 a.C. que diz respeito aos *curatores aquarum publicarum*, transmitida por Frontino, *De Aquaed.*, 100.

¹²⁴ Nicolet, C. “Les ordres romains: définition, recrutement et fonctionnement”, p. 7. In: Nicolet, C. “Des ordres à Rome”.

¹²⁵ Ibid., p. 8-9: “la question est, comme toujours, d’ordre à la fois sémantique et social. Je veux dire que ni la pure sémantique, ni une histoire sociale qui ne tiendrait pas compte du signifiant, du symbolique et même du non-dit, ne peuvent, isolément, donner de réponse adéquate”.

¹²⁶ Ibid., p. 9.

¹²⁷ Ibid., p. 9.

¹²⁸ Ibid., p. 9-10.

¹²⁹ Ibid., p. 10-11.

age contra as infrações cívicas (como a corrupção) e se aplica ao indivíduo, de maneira geral, a posição social não é determinada por fatores individuais no âmbito do direito privado:

de acordo com essa perspectiva, desaparece o divórcio entre sociedade civil e sociedade política, entre indivíduo e sociedade global. E desaparece precisamente na medida em que não é o indivíduo, abstrato e atomizado, que é o elemento inseparável do todo, mas o ‘grupo’ corporativamente organizado – o que Mommsen chamava de o ‘corporativismo’, retomando a noção contida no termo latino *corpus*”¹³⁰.

Esses “grupos” pouco têm a ver com os conjuntos estabelecidos pelas ligações naturais de parentesco (*gens, familia*) ou com a proximidade étnica das tribos na origem da cidade. Ao mesmo tempo, a presença de tais *ordines* não implica uma harmonização concertada entre esses “corporativismos” múltiplos e amplamente segmentados, enquanto corpo cívico complexo. Mas resta que as ordens (*ordines*) acabam por se integrar ao conjunto interno do corpo cívico (seja diretamente ou não), refletindo uma “tendência de identificação entre sociedade civil e sociedade política”¹³¹.

Cumpre frisar que um *ordo* não é composto exatamente por uma determinada categoria profissional agregada pela habilidade prévia em um ofício comum. E, apesar do emprego alargado e por vezes impreciso do termo, foi possível inventariar uma lista de vinte sete ou vinte oito *ordines* bem definidos: “não ‘métiers’ (*artes priuatae*), mas atividades que, mesmo sendo por vezes profissionais (como aquela dos *scribae*), interessam, diretamente ou não, à coletividade, ao Estado” ¹³². Para Nicolet, estudar as condições de admissão a um *ordo*, confrontando as regras enunciadas e os registros que se tem das práticas sociais, constituiria o método mais viável para se precisar suas fronteiras. Por vezes a norma social precedia a regulamentação oficial, de modo que, por exemplo, a hereditariedade da ordem senatorial só se torna compulsória entre 18 e 13 a.C., sob Augusto¹³³. Assim, seria notável a diversidade de origem na composição de um *ordo*, visto que:

¹³⁰ Nicolet, C. “Les ordres romains: définition, recrutement et fonctionnement”, p. 11.

¹³¹ Ibid., p. 12.

¹³² Cf. ibid., p. 13.

¹³³ Ibid., p. 15.

o pertencimento, ou a possibilidade de pertencimento, a um *ordo* dependia essencialmente, no fim das contas, de um conjunto de características ao mesmo tempo contingentes e necessárias (inatas e adquiridas, dir-se-ia) que não poderiam ser melhor definidas que pelo termo *dignitas*: é preciso em geral para ser admitido a um *ordo*, ser (por natureza, por ascese individual, por decisão soberana ou outra maneira) declarado ‘digno’. Mas, inversamente o pertencimento a um *ordo* (que pode ser, segundo o caso, hereditário ou não) cria uma *dignitas*, na medida mesma em que ela se supõe dada ou adquirida”¹³⁴.

É preciso, antes de mais, diferenciar os sentidos da palavra *dignitas*, advinda de *dignus*. Com efeito, e, segundo atestam Ernout e Meillet, etimologicamente, digno (*dignus*) é aquilo que convém a alguém, o que é merecido, tendo uma relação estreita com *decet* (o que convém), de modo que “*dignum est* é sinônimo de *decet*”¹³⁵. *Dignitas* é um termo derivado de *dignus* e significa dignidade, mérito, mas também, “posição elevada (sentido abstrato e concreto; diz-se especialmente de cargos honoríficos no Estado [...])”¹³⁶. Nessa última acepção de cargo honorífico, relaciona-se com *potestas*, poder ou potência, que advém de *potis* (senhor de, possuidor), que, por sua vez, denota em particular o “poder político” e o “poder do magistrado”¹³⁷. Raphael Bluteau define dignidade como cargo ou ofício honorífico, e aproxima o termo a *munus*¹³⁸. Não por acaso, é precisamente o vocábulo empregado por Vitruvius na célebre passagem do Livro VI em que define sua obra como *munus non ingratum*¹³⁹.

Vale sublinhar, com Nicolet, que a *dignitas*, no sentido de cargo honorífico, pode ser considerada como um pressuposto à admissão a um *ordo*, ao mesmo tempo em que decorre do pertencimento a um grupo desse. Tem-se, pois, que o ingresso em um *ordo* estava atrelado aos valores da *dignitas*. Estaria também a manutenção do posto ou do título vinculada à *dignitas*? Seja como for, a terminologia usada por Vitruvius no segundo parágrafo do prefácio ao Livro III não era outra¹⁴⁰, quando evocava o exemplo dos antigos estatuários e pintores – Míron, Policeto, Fídias e Lisipo – reconhecidos pela *dignitas* e favorecidos pela *commendatio*, as quais os alçaram à memória da posteridade. Mas, principalmente, agora podemos compreender a

¹³⁴ Nicolet, C. “Les ordres romains: définition, recrutement et fonctionnement”, p. 15-16.

¹³⁵ Ernout, A. & Meillet, A. “Dictionnaire étymologique de la langue latine - histoire des mots”, p. 298.

¹³⁶ Ibid., p. 298.

¹³⁷ Ibid., 934-935.

¹³⁸ Bluteau, R. “Vocabulário Português e Latino”. Disponível em:

<<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/dignidade>>. Acesso: 16/05/2019.

¹³⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, pref., 7), texte établi, traduit et commenté par Louis Callebaut, Paris, Les Belles Lettres, 2004, p. 5.

¹⁴⁰ Cf. n. 28.

sentença final dessa passagem em que Vitrúvio sustentava que a exiguidade dos bens familiares, a má sorte, ou a superação ambiciosa dos opositores obstavam a *dignitas* de alguns artífices que não padeciam de falta de diligência, aplicação ou solécia. Isto é, Vitrúvio enumera infortúnios que impediriam a obtenção de cargos honoríficos, funções ou certas posições sociais. Se, tomarmos o termo *dignitas* no sentido de mérito, a passagem em questão se torna pouco inteligível, como se estivéssemos diante da afirmação de que, embora hábeis e solertes, os artífices provenientes de famílias de poucos recursos, os desafortunados e os que foram superados pelos ambiciosos tornar-se-iam por isso indignos, isto é, desqualificados e sem valor. Parece bem mais plausível interpretar a passagem no sentido de que aqueles que se defrontam com os obstáculos enumerados acabam privados de certas honras, cargos ou posições socialmente elevadas.

É preciso ainda ter em mente que a complexa sociedade romana englobava uma mobilidade social que se desenvolvia horizontal e verticalmente pelos grupos em uma faixa intermediária, situada entre as ordens mais elevadas (como a senatorial e a equestre) e os contingentes mais numerosos de homens livres, estrangeiros, libertos e escravos. Segundo Purcell, é possível falar em uma sequência muito precisamente estratificada entre os *eques* e os escravos¹⁴¹. Uma das camadas mais elevadas entre os romanos era o grupo dos *apparitores*, que desde tempos imemoriais serviam os magistrados, os sacerdotes e os *princeps* dos assentamentos augustanos, na qualidade de: escribas (*scribae*), mensageiros (*viatores*), lictores (*lictors*) e arautos (*praecones*). Os *apparitores* precisavam ser livres, mas não tinham necessariamente que ter nascido livres e enquanto serviam como *apparitores* estavam proibidos de ingressar na magistratura – sob o principado isso seria mesmo impensável –, e, tal como indicado pela expressão *commendationis gratiam* do terceiro prefácio do *De Architectura*¹⁴², dependiam do favor:

“embora usualmente um *apparitor* na República, sem dúvida, devia sua nomeação ao favor de um magistrado particular, ele pertencia, conseqüentemente, enquanto servia,

¹⁴¹ Purcell, N. “The apparitores: a study in Social Mobility”, p. 127. Papers of the British School at Rome, Vol. 51 (1983), pp. 125-173.

¹⁴² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 2), p. 3, grifo nosso: “*maxime autem id animaduertere possumus ab antiquis statuariis et pictoribus, quod ex his qui dignitatis notas et commendationibus gratiam habuerunt, aeterna memoria ad posteritatem sunt permanentes, uti Myron, Polyclethus, Phidias, Lysippus, ceterique qui nobilitatem ex arte sunt consecuti*”. Cf. n. 28 para passagem completa.

e provavelmente quando parava de servir, a um particular corpo de *apparitores* que estava disponível para servir a qualquer magistrado de uma certa posição”¹⁴³.

Ainda conforme Purcell, esse corpo de *apparitores* recebia o nome de *decuria*, assim como os corpos que constituíam os colégios (*collegia*). E o pertencimento a essa corporação distinguia aquele seu membro em relação a homens proeminentes, mas com nomeações pessoais e que não pertenciam necessariamente a uma corporação, como os *accensi* e os *praefecti fabrum*, ainda que em ambos os casos possuíssem atribuições parecidas¹⁴⁴. Logo, a participação nesses grupos proporcionava ao membro “o prestígio de fazer parte do mecanismo atuante da *res publica*”¹⁴⁵. Tornar-se um funcionário público não eximia da dependência e do patrocínio que, de acordo com Purcell, havia sido o meio de obtenção de tal posto, que instigava ainda a expectativa de oportunidades adicionais. De qualquer modo, a participação nesses corpos era algo importante, na medida em que seus membros desempenhavam funções oficiais. Os estudos de Purcell sobre os postos de trabalho e grupos sociais se embasam nas compilações de inscrições epigráficas latinas (existem mais de quinhentas referindo-se aos *apparitores*), a partir das quais também pode inferir que muitos *apparitores* só contavam com o posto obtido para registrar na lápide como epitáfio, seja pelo malogro do patrocínio, baixo *status* ou qualquer outra razão¹⁴⁶. Assim, entre os diferentes grupos de *apparitores* parece ter havido gradações relativamente pronunciadas quanto ao prestígio obtido, além das diferenças de atividades exercidas (os *scribae*, por exemplo, desempenhavam atividades intelectuais em oposição aos *lictors* que realizavam trabalhos mais físicos e até mais arriscados). Não obstante as dúvidas que ainda pairam sobre esses grupos, sabe-se que o pertencimento a tais corpos era valorizado – o que explicaria as mais de quinhentas inscrições referindo-se aos *apparitores*. Parece igualmente claro que desempenhavam tarefas oficiais¹⁴⁷.

O desconhecimento sobre a duração dos serviços prestados pelos *apparitores* e as relações entre esses postos e outras atividades de seus detentores constitui uma lacuna apontada por Purcell, o qual afirma ainda que:

¹⁴³ Purcell, N., “The apparitores: a study in Social Mobility”, p. 127.

¹⁴⁴ Ibid., p. 127.

¹⁴⁵ Ibid., p. 127.

¹⁴⁶ Ibid., p. 130-131.

¹⁴⁷ Ibid., p. 129.

o fato de que apenas depois de alguns anos de serviço o *apparitor* pode vir a ser o detentor dos *munera* honoríficos de sua *decuria*, a ocorrência do posto de *sexprimus* ou *decemprimus* (o que é suficientemente provado pela simples existência de tais postos) e o fato de que alguns detenham seus postos duas vezes, enquanto muitos parecem permanecer *apparitores* embora chamem a si mesmos de *munere functi* ou *honore usi*, tornam certo que os postos aparitoriais não eram designações anuais¹⁴⁸.

Ao mesmo tempo tais postos não deveriam ser vitalícios, na medida em que é possível identificar antigos *apparitores* que posteriormente ocuparam posições sociais mais elevadas ou *apparitores* em partes do império onde não poderiam desempenhar suas atividades. Devia haver muitas posições flexíveis entre os postos aparitoriais mais elevados e os inferiores e, para Purcell, o pertencimento à *decuria* talvez expirasse quando o *apparitor* deixasse seu posto, embora o *status* de *decurialis* possivelmente perdurasse¹⁴⁹. Por conseguinte, tal *status* advindo desse pertencimento só poderia ser respeitado e desejado. As atividades desempenhadas, mais que cargos temporários, implicariam honrarias duradouras:

cerca de um décimo dos *apparitores* conhecidos tinham mais de um posto aparitorial. Alguns colecionavam surpreendentes seleções desses postos [...]. A prática é descrita em termos como ‘*exercuit decurias duas*’ ou ‘*hic habuit decurias...*’. Aqui também parece mais que estamos lidando com a acumulação de honrarias do que com uma carreira por meio de postos de *status* ascendente. Será mais seguro sugerir que um posto aparitorial poderia ser tanto um trampolim para o sucesso quanto uma honraria concedida a um homem que mereceu isso por outros meios. Quanto mais bem sucedida uma carreira, mais tentador é ver o posto aparitorial como uma recompensa e não como a base. Mas não há dúvida de que ambos ocorriam, e cada caso precisa ser julgado individualmente”¹⁵⁰.

É possível afirmar inequivocamente, segundo Purcell, que Vitruvius fazia parte do grupo dos *apparitores*, e possivelmente enquanto *scriba armamentarius*¹⁵¹, pois sabe-se que exerceu

¹⁴⁸ Purcell, N., “The apparitores: a study in Social Mobility”, p. 131.

¹⁴⁹ Ibid., p. 131.

¹⁵⁰ Ibid., p. 131.

¹⁵¹ Ibid., p. 156: “we have a man [Vitruvius] whose post is uncertain but connected with weapons, and a post whose function is unknown but connected with weapons. It seems very probable that Vitruvius was a *decurialis scriba armamentarius*. Along with Minidius and the others he fits marvellously well into the world of cultured Italians receiving patronage from the most exalted figures in Rome. [...] We are reminded that architects, like *scribae*,

atividade ligada a armas e sua escrita denota familiaridade com o universo cultural próprio dos *scribae*. Pode-se depreender, então, de maneira mais nítida que o autor do *De Architectura* se inscreve em uma posição relativamente bem demarcada no universo social romano. Sua obra escrita, do mesmo modo, poderia estar imersa entre os gestos de um indivíduo que quer ou precisa se fazer notar ao corpo aparitorial ou a partir dele.

Vale lembrar que Vitrúvio explicita no primeiro prefácio que escreve pela obrigação de um benefício a si concedido, o qual o livraria do temor de penúria no fim da vida¹⁵². Essa concessão teria sido mantida pela intercessão da irmã do *Caesar*, uma *commendatio* resultante do reconhecimento (*recognitio*), informa-nos o autor. Pierre Gros chama a atenção para o caráter técnico de termos como *commoda* e *recognitio*, os quais provavelmente reverberariam realidades bem concretas¹⁵³ do período em questão, mas pouco nítidas aos leitores extemporâneos. Vitrúvio escreve que recebera recompensas (*commoda*)¹⁵⁴ em função dos serviços prestados na preparação e reparação de máquinas de guerra. *Commoda* na passagem deve se referir aos emolumentos concedidos a funcionários, magistrados civis ou militares em exercício¹⁵⁵. Tais recompensas (*commoda*)¹⁵⁶ foram preservadas dada uma *recognitio* – palavra do vocabulário censorial que remeteria a uma espécie de listagem oficial dos membros dos *ordines* –, conforme nos mostra Gros, para o qual ainda a expressão *recognitionem tribuisti* de

haruspices and the rest, were often seconded to the staff of government officials. From every point of view, Vitruvius belongs in the apparitorial world”. Purcell se apoia na hipótese já refutada (Ruffel, P.; Soubiran, J. “Vitruve ou Mamurra?”, in: *Pallas*, 11/1962. pp. 123-179) de que Vitrúvio seria Mamurra, *praefectus fabrum* de César, ao propor que Vitrúvio tenha sido um *decurialis scriba armamentarius*, baseando-se ainda nas indefinições acerca do posto vitruviano conectado às armas e à incerteza de sua função igualmente ligada às armas.

¹⁵² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 3), p. 3: “*cum ergo eo beneficio essem obligatus, ut ad exitum uitae non haberem inopiae timorem, haec tibi scribere coepi*”.

¹⁵³ Gros, P. “*Munus non ingratum*. Le traité vitruvien et la notion de service”, p. 81.

¹⁵⁴ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3: “*itaque cum M. Aurelio et P. Minidio et Gn. Cornelio ad apparitionem ballistarum et scorpionum reliquorumque tormentorum refectionem fui praesto et cum eis commoda accepi; quae cum primo mihi tribuisti, recognitionem per sororis commendationem seruasti*”. Tradução: “Assim, com M. Aurélio, P. Minídio e Gn. Cornélio, estive à frente da preparação de balistas e escorpiões, bem como na reparação de demais máquinas de atirar projéteis, com o que recebi recompensas, as quais concedeste a mim de início e mantiveste por recomendação de tua irmã”.

¹⁵⁵ Termo ambíguo, *commoda* pode referir-se tanto aos emolumentos concedidos a funcionários, magistrados civis ou militares em exercício, quanto às gratificações em gêneros ou em moeda conferidas aos soldados após sua liberação, cf. Gros, P. “*Munus non ingratum*. Le traité vitruvien et la notion de service”, p. 82.

¹⁵⁶ Considerando a distinção proposta por M. H. Morgan entre três tipos de *commoda* (emolumentos concedidos a funcionários civis ou militares; gratificação aos soldados reformados; privilégios concedidos em gêneros – cf. Morgan, M. H., “The prefates of Vitruvius”, p. 167-170, in: *Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences* 44, 1909, 149-175), Fleury entende que o termo de I, pref., 2 deve ser tomado no sentido de “gratificações” recebidas ao menos duas vezes, mas não no sentido moderno de salário (Fleury, Ph., in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 15, p. 61-62).

I, pref., 2 poderia se referir ao censo realizado por Agripa e Otaviano entre 29 e 28 a.C., cujo objetivo era o de registrar e verificar os bens e dignidades¹⁵⁷, isto é, funções:

se nós nos lembrarmos que os *apparitores*, organizados em decúrias, formam eles também um *ordo*, podemos talvez compreender que naquela ocasião a situação de Vitrúvio tenha sido examinada, e que ele tenha sido confirmado em sua dignidade, e portanto em seus direitos ou privilégios de *apparitor*¹⁵⁸.

Mas o próprio Gros atesta a dificuldade para se determinar se o trecho vitruviano remeteria a uma espécie de “renovação de contrato” ou marcaria a passagem a uma fase de obtenção de proventos após o encerramento das atividades realizadas por Vitrúvio¹⁵⁹. Fleury aponta para a ideia de “passar em revista” contida no termo *recognitio*, como uma revisão periódica e regular na lista de concessão de subsídios pelo Estado, verificando-se quem deve ser mantido, excluído ou introduzido na lista¹⁶⁰.

É significativa a remissão à irmã que, segundo o texto, foi a responsável pela recomendação do arquiteto e manutenção, quiçá provisória, de sua gratificação. Esse recurso à irmã¹⁶¹ do soberano pode sinalizar uma situação ainda não decidida em definitivo¹⁶² e um esforço no sentido de encerrar positivamente uma questão prática – envolvendo talvez a própria subsistência do autor. A empreitada da publicação do escrito poderia, portanto, com grandes chances, estar envolvida no empenho de garantir proventos, seja pela confirmação ou

¹⁵⁷ Gros, P. “*Munus non ingratum*. Le traité vitruvien et la notion de service”, p. 82.

¹⁵⁸ Ibid., p. 83.

¹⁵⁹ Ibid., p. 83: “ce moment marque-t-il un simple renouvellement de contrat, en quelque sorte, ou une mise à la retraite? Il est impossible de trancher”.

¹⁶⁰ Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 17, p. 63. Fleury completa que “a palavra *recognitio* pode ser tomada no sentido técnico de ‘renovação’ [renouvellement] e é talvez assim que se deva compreender *recognitum* em relação às baixas dos soldados: *descriptum et recognitum ex tabula aenea* (Dessau, I.L.S. 1, 1986, 1987, 1988...)” (ibid., n. 17, p. 63). Nesse comentário, Fleury remete às *Inscriptiones Latinae Selectae* (I.L.S.) de Hermann Dessau.

¹⁶¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3. Cf. n. 117, 154. Para Philippe Fleury, é plausível tratar-se de *Octavia Minor*, irmã mais velha que dispunha de afeição e influência sobre Otaviano, o que forneceria ainda mais uma baliza cronológica ao escrito, já que Octávia morreu em 11 a.C. (Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 18, p. 63).

¹⁶² Fleury indica a hipótese de E. Gabba (La praefatio di Vitruvio, p. 52), segundo a qual, depois de servir a César, Vitrúvio teria se aliado a Antônio e precisaria da intervenção da irmã para se realinhar a Otaviano (Fleury, Ph., in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 13, p. 59-60). Pierre Gros interpreta o recurso à irmã como a busca por uma intercessão necessária à obtenção de gratificações após a revisão periódica da *recognitio*, em particular as operações de recenseamento empreendidas por Agripa e Otaviano em 29 e 28 a.C (Gros, P., “*Munus non ingratum*”, p. 83). Gros menciona ainda um registro epigráfico que atesta que Octávia deu suporte a liberto que ocupava a posição de *scriba librarius*, portanto, fazendo parte do grupo dos *apparitores* (ibid., p. 83).

manutenção do benefício recebido e descrito no texto, seja por uma eventual tentativa de ascensão ou afirmação social. Os estudos de Purcell contribuem precisamente no exame dos registros das atividades corporativas dos *apparitores*, tidos como uma das maiores instituições da *plebs urbana*¹⁶³. E, enquanto grupo amplo, seria de se esperar em seu interior, uma diversidade de posições, níveis hierárquicos e situações de seus membros – nem todos bem sucedidos. No final da República, afirma o estudioso, os escribas eram respeitados pela comunidade, mas ao mesmo tempo em que podiam ter um *status* que beirava aquele dos *eques*, eram ainda tomados como membros de um grupo subalterno¹⁶⁴.

A importância institucional dos *apparitores* está relacionada à possibilidade de mobilidade social, o que afetava todas as posições ocupadas no interior do grupo, sendo obviamente de maior interesse às camadas mais baixas: “o mundo aparitorial era o mundo do alpinista social; e é isso que constitui muito de seu interesse para nós”¹⁶⁵. As chances de ascender socialmente, por outro lado, faziam surgir os arrivistas e oportunistas que não mediam esforços para prosperar na intrincada trama social romana. Parece ser bem essa dinâmica aquela descrita por Vitrúvio no prefácio ao Livro III, relacionada ao campo das artes. O autor denuncia ali o afago das falsas razões que desviam dos juízos verdadeiros, obliterados pela adulação que,

¹⁶³ Purcell, N., “The apparitores: a study in Social Mobility”, p. 135: “altogether the record of the corporate activities of the *apparitores* amply reflects their position beside the tribes as one of the major institution of the *plebs urbana*”. Ocupando posições intermediárias, os *apparitores* tinham origens variadas, podiam ser homens livres ou libertos, o que possivelmente os aproximasse da *plebs* e os afastasse dos estratos sociais mais elevados.

¹⁶⁴ Ibid., p. 136. Cícero oferece exemplos das duas sortes de abordagens. Em *De Domo Sua*, empreende uma certa aproximação dos *apparitores* aos *eques*: “*summum est populi Romani populorumque et gentium omnium ac regum consilium senatus: decrevit ut omnes qui rem publicam saluam esse uellent ad me unum defendendum uenirent, ostenditque nec stare potuisse rem publicam si ego non fuisset, nec futuram esse ullam si non redisset. [74] Proximus est huic dignitati ordo equester: omnes omnium publicorum societates de meo consulatu ac de meis rebus gestis amplissima atque ornatissima decreta fecerunt. Scribae, qui nobiscum in rationibus monumentisque publicis uersantur, non obscurum de meis in rem publicam beneficiis suum iudicium decretumque esse uoluerunt. Nullum est in hac urbe conlegium, nulli pagani aut montani, quoniam plebei quoque urbanae maiores nostri conuenticula et quasi concilia quaedam esse uoluerunt, qui non amplissime non modo de salute mea sed etiam de dignitate decreuerint*” (Cícero, M. T., “*De Domo Sua ad Pontifices Oratio*”, 73-74, disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0014%3Atext%3DDom.%3Achapter%3D28>>. Acesso: 09/05/2019). Já em *Orationes in C. Verrem*, não é sem acidez que Cícero se refere aos escribas: “[184] *ad eos me scribas reuoca, si placet, noli hos colligere, qui nummulis corrogatis de nepotum donis ac de scaenicorum corollariis, cum decuriam emerunt, ex primo ordine explosorum in secundum ordinem ciuitatis se uenisse dicunt. Eos scribas tecum disceptatores huius criminis habeo qui istos scribas esse moleste ferunt. Tametsi cum in eo ordine uideamus esse multos non idoneos, qui ordo industriae propositus est et dignitati, mirabimur turpis aliquos ibi esse quo cuius pretio licet peruenire? tu ex pecunia publica HS terdecies scribam tuum permissu tuo cum abstulisse fateare, reliquam tibi ullam defensionem putas esse?*” (Cícero, M. T., *Orationes in C. Verrem*, III, 184, disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.02.0012%3Atext%3DVer.%3Aaction%3D2%3Abook%3D3%3Asection%3D184>>. Acesso: 09/05/2019).

¹⁶⁵ Purcell, N., “The apparitores: a study in Social Mobility”, p. 136.

a partir do convívio, leva à obtenção de favores (*gratia*)¹⁶⁶. A ambição é por duas vezes mencionada¹⁶⁷ como propulsora dos indoutos ávidos por glória, em detrimento da virtude da ciência.

Ademais, conforme nos adverte Pierre Gros, não se deve projetar anacronicamente sobre o período em que viveu Vitrúvio (ao que tudo indica entre o fim da República e início do Principado) o entendimento moderno acerca do significado e do papel do escrito técnico, que oscila hoje entre os manuais de vulgarização e os livros científicos voltados a especialistas¹⁶⁸. Embebidos em um temor reverencial pela ideia de especialidade e portadores de uma “sede puramente gratuita de conhecimento” seríamos incapazes de compreender um momento e um lugar em que:

“o saber não conferia qualquer poder real (a não ser talvez no domínio da aruspicina e da astrologia), quando a autoridade não decorria, em todo caso, da ciência, mas dos *honores*, e quando a hierarquia de valores não atribuía senão um lugar modesto aos profissionais e aos técnicos, os quais geralmente eram artífices e de origem ou de condições bem mais modestas”¹⁶⁹.

De fato, o termo *honores* aparece reiteradamente nos prólogos dos volumes finais do *De Architectura*. No Livro VI, ao falar da conveniência entre a casa e o estatuto social daquele que a ocupará, Vitrúvio expõe necessidades nas acomodações de acordo com as funções desempenhadas por alguns dos romanos de então. Daí decorre que aqueles que ocupam cargos honoríficos (*honores*) ou magistraturas (*magistratus*) e têm deveres para com os cidadãos precisam contar em suas casas com vestíbulos dignos de reis, átrios altos, peristilos amplíssimos, arvoredos e amplos passeios¹⁷⁰, entre outras características convenientes com a posição ocupada.

¹⁶⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 3), p. 4: “*nec tamen est admirandum si propter ignotitiam artis uirtutes obscurantur, sed maxime indignandum, cum etiam saepe blandiatur gratia conuiuorum a ueris iudiciis ad falsam probationem*”. Cf. n. 29.

¹⁶⁷ Cf. n. 28; n. 31.

¹⁶⁸ Gros, P., “*Munus non Ingratum*”, p. 75.

¹⁶⁹ Ibid., p. 76. No capítulo 3 deste trabalho teremos ocasião de indicar que tanto Cícero no *De Diuinatione* (I, 2) quanto Vitrúvio no *De Architectura* (IX, 6, 3) falam em uma *scientia* dos caldeus relacionada à predição de acontecimentos futuros pela observação dos astros.

¹⁷⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, texte établi, traduit et commenté par Louis Callebat, Paris, Les Belles Lettres, 2004, (VI, 5, 2), p. 21, grifo nosso: “*nobilibus uero, qui honores magistratusque gerundo praestare debent officia ciuibus, faciunda sunt uestibula regalia, alta atria et peristylia amplissima, siluae ambulationesque laxiores*”

Nos prefácios aos Livros VII, IX e X, entretanto, veem-se usos do termo *honores* que divergem um tanto daquele do sexto volume, no qual o significado da palavra *honores* remete a uma espécie de cargo ou posição, na sequência da enumeração de ocupações arroladas junto às respectivas necessidades arquitetônicas próprias às funções desempenhadas – que vão desde aquelas mais simples dos produtores agrícolas até às dos magistrados, passando por usurários, cobradores de impostos, advogados e oradores¹⁷¹.

No sétimo prólogo, Vitrúvio narra o empenho de Ptolomeu para superar em Alexandria a grandiosidade da biblioteca de Pérgamo, construída pelos reis da Dinastia Atálide. Com esse intuito, Ptolomeu decide instaurar premiações e honrarias (*honores*) aos vencedores dos jogos literários¹⁷². Aí o termo não tem mais o sentido de cargo, senão de homenagem. Tais honras dedicadas ao letrado vencedor do certame emulava os prêmios e as honras conferidas aos atletas vencedores dos jogos. Essa temática – da oposição entre o reconhecimento de feitos físicos e intelectuais – será retomada e ampliada no prefácio ao Livro IX. De fato, o nono prólogo se propõe a denunciar uma deturpação:

aos célebres atletas que venciam em Olímpia, Corinto e Nêmea, os antigos gregos conferiam elevadas honrarias, de modo que não apenas eram publicamente agraciados com palma e coroa, recebendo louvores, como ainda, ao regressar vitoriosos para suas cidades, eram conduzidos às muralhas do recinto urbano e à pátria por quadrigas, além do que, desfrutavam de um tributo vitalício instituído pelo estado. Então, ao observar isso, admiro-me que algo assim ou mesmo honrarias maiores não sejam atribuídas a esses escritores que oferecem utilidades infinitas a todas as épocas e a toda gente. Isso seria, pois, mais digno de se instituir, já que os atletas, por meio dos exercícios, tornam

ad decorem maiestatis perfectae”. Tradução de Justino Maciel: “para os nobres, porém, que devem prestar serviços aos cidadãos, assumindo as honras e as magistraturas, deverão fazer-se régios e amplos vestibulos, grandiosos átrios e peristilos, arvoredos e os mais longos passeios, com um acabamento correspondente ao que convém à majestade” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, VI, 5, 2, p. 312).

¹⁷¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, 5, 1-2), p. 20-21.

¹⁷² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VII, (VII, pref., 4), p. 2, grifo nosso: “*reges attalici magnis philologiae dulcedinibus inducti cum egregiam bibliothecam Pergami ad communem delectationem instituissent, tunc item Ptolomaeus infinito zelo cupiditatisque incitatus studio non minoribus industriis ad eundem modum contenderat Alexandriae comparare. Cum autem summa diligentia perfecisset, non putavi id satis esse, nisi propagationibus in seminando curaret augendam. Itaque Musis et Apolini ludos dedicavit et, quemadmodum athletarum, sic communium scriptorum uictoribus praemia et honores constituit*”. Tradução: “os reis da dinastia de Átalo, levados pelos maravilhosos encantos da literatura, instituíram em Pérgamo uma excelente biblioteca para usufruto comum; então, Ptolomeu, levado por uma irreprimível inveja e impetuosa cobiça, fez todo o possível para, com não menor indústria, construir em Alexandria uma biblioteca semelhante. Tendo-a completado com suma diligência, não se sentiu satisfeito com ela, procurando, por isso, aumentá-la e desenvolvê-la. E, assim, ofereceu públicos jogos às Musas e a Apolo, criando, como para os atletas, prêmios e honras para os vencedores dos jogos literários” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, VII, pref., 4, tradução: Maciel, M. J., p. 332).

seus corpos mais fortes, ao passo que os escritores não fortalecem apenas seus pensamentos, mas os de todos, na medida em que organizam preceitos, sob a forma de livros voltados à aprendizagem, aguçando as mentes¹⁷³.

Na passagem, Vitrúvio retoma o lugar-comum que opõe atletas a pensadores. Soubiran reconhece sua recorrência desde Xenófanes, VI século, e vê tantas nuances comuns entre a passagem vitruviana e o *Autolykos* de Eurípedes que não descarta a possibilidade de um empréstimo direto ao poeta trágico no nono prefácio, não obstante as semelhanças com a ode introdutória dos *Carmina* de Horácio¹⁷⁴ e mesmo com Isócrates¹⁷⁵. Em todo caso, ao percorrer esse trecho do *De Architectura*, é difícil não se lembrar do célebre julgamento de 399 a.C., descrito por Platão na Apologia de Sócrates, e, mais precisamente, do ponto em que Sócrates, condenado por pequena diferença de votos, sugere como punição alternativa comer à custa da cidade no Pritaneu¹⁷⁶. Essa tópica discursiva reitera que os feitos dos atletas vitoriosos não se comparam aos benefícios comuns proporcionados pelas obras dos pensadores, as quais se perpetuam ao uso de toda a coletividade.

Cabe aqui ressaltar como que uma inflexão mais nítida no discurso, por assim dizer, do conjunto dos prefácios. Se no primeiro exórdio Vitrúvio exaltava as grandiosas potencialidades da arquitetura voltada à majestade do poderio romano, a temática inicial do prefácio ao Livro IX, já anunciada no sétimo prólogo, conduz o leitor a um drama bem menos grandiloquente, qual seja, o do *status* do *scriptor*. De estratégia edilícia para o governo à reafirmação do papel dos escritores, o texto parece oscilar, e, de certo modo, na direção de seu *auctor*, que já alegava no terceiro prefácio preferir expor sua ciência por meio da publicação de preceitos a confrontar a ambição dos indoutos. A oscilação de temas, porém, não implica em contradição, na medida em que a *maiestas imperii*¹⁷⁷ prometida às construções públicas, retoricamente exaltadas na amplificação do discurso inaugural, desdobra-se no decoro de majestade perfeita (*ad decorem*

¹⁷³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, (IX, pref., 1), p. 2: “*nobilibus athleticis qui Olympia, Pythia, Isthmia, Nemea uicissent, Graecorum maiores ita magnos honores constituerunt uti, non modo in conuentu stantes cum palma et corona ferant laudes, sed etiam, cum reuertantur in suas ciuitates cum uictoria, triumphantes quadrigis in moenia et in patrias inuehantur, e reque publica perpetua uita constitutis uestigalibus fruuntur. Cum ergo id animaduertam, admiror quid ita non scriptoribus eidem honores etiamque maiores sint tributí, qui infinitas utilitates aeuo perpetuo omnibus gentibus praestant. Id enim magis erat institui dignum, quod athletae sua corpora exercitationibus efficiunt fortiora, scriptores non solum suos sensus, sed etiam omnibus, <cum> libris ad discendum et animos exacuendos praeparant praecepta*”.

¹⁷⁴ Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, n. 6, p. 43.

¹⁷⁵ Soubiran, J., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, p. XXI.

¹⁷⁶ Platão, “Apologia de Sócrates”, 36, p. 99-100, tradução: André Malta.

¹⁷⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3. Cf. n. 115.

maiestatis perfectae)¹⁷⁸ das construções particulares. Iluminam-se, pois, mutuamente e se prestam a revelações sucessivas, demonstrando uma guinada do escrito, que deixa rapidamente a promessa epidítica de uma arquitetura magnificente alinhada ao poder e assume a majestade da arquitetura convenientemente ajustada às diferentes situações da vida. Essa mudança de perspectiva – da *maiestas imperii* no primeiro prefácio ao *decor maiestatis perfectae* no Livro VI – poderia reverberar o espectro de demandas próprias ao período de expansão do mundo romano. As diferentes posições sociais repercutem na diversidade de necessidades construtivas, mas ao mesmo tempo, a grandeza do poder exaltada pelas edificações haveria de se fazer notar no cotidiano, segundo o *De Architectura*, sem se resumir a um núcleo monumental de edifícios emblemáticos. Pelo contrário, é no conjunto da disposição do recinto urbano, adequado a edifícios públicos – templos, foros, basílicas, etc. – e também a edifícios privados, que a arquitetura aconteceria. É bem verdade que os elos entre as diferentes esferas de atuação do arquiteto – o que englobava ainda, segundo Vitrúvio, a adução de águas, a construção de máquinas e máquinas de guerra – não são explicitamente abordados nos volumes divididos em tópicos específicos e pensados para consultas rápidas¹⁷⁹. Mas o prolongamento, por assim dizer, da majestade do poder até a majestade da edilícia privada convida-nos a procurar no escrito uma unidade. Simultaneamente, e em especial nos prefácios, concorre um discurso em defesa da própria voz do autor que procura justificar seu empreendimento ímpar, reivindicando *auctoritas*¹⁸⁰. Situado provavelmente no meio termo entre as altas esferas de decisão (que em tese poderiam se beneficiar das instruções coligidas) e os estratos sociais mais baixos de então, é possível que Vitrúvio estivesse ele próprio em busca de *honores* tanto quanto os escritores mencionados no nono prefácio.

Soubiran afirma que o nono proêmio conecta-se artificialmente ao Livro IX, de modo que poderia ser integralmente suprimido sem prejuízo da compreensão da matéria exposta no volume em questão, o que se pode igualmente observar com relação aos demais livros e seus

¹⁷⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, 5, 2), p. 21. Cf. n. 170.

¹⁷⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, (V, pref., 3), p. 2: “*non minus cum animaduertissem distentam occupationibus ciuitatem publicis et priuatis negotiis, paucis iudicauit scribendum, uti angusto spatio uacuitatis ea legentes breuiter percipere possent*”. Tradução de Justino Maciel: “até porque, vendo a cidade ocupada com negócios públicos e privados, julguei que deveria escrever em poucas palavras, para que os que recorressem a este tratado pudessem rapidamente consultá-lo no pouco tempo livre de que dispõem” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, V, pref., 3, p. 240).

¹⁸⁰ Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, cap. 1: “*De Architectura* e retórica”.

respectivos prefácios, afirma¹⁸¹. Seguindo estudo de G. Engel¹⁸², o comentador aponta ainda alguns elementos comuns nos prefácios, quais sejam, a renovação da dedicatória a Augusto e o procedimento reiterado de situar o leitor quanto ao tema que será tratado relativamente ao conjunto da obra¹⁸³. Segundo Engel e Soubiran, “todos os prólogos do *De Architectura* fornecem as indicações necessárias para se compreender o propósito do autor e a utilidade da obra”¹⁸⁴. Mas, para Soubiran, a expressão dessa finalidade é pouco nítida no nono prefácio, “a menos que pelo elogio entusiasta que faz dos grandes autores gregos e romanos, Vitruvius exorte implicitamente seu leitor a tomar consciência dos méritos de seu próprio tratado...”¹⁸⁵. As reticências empregadas pelo estudioso acenam para a dificuldade de interpretação do trecho que parece vago, e também para a dificuldade em se fixar um sentido a certas passagens do texto que talvez sejam intencionalmente evasivas.

A temática que relaciona arquitetura e poder, a *maiestas imperii*, de maneira explícita e direta se restringe apenas ao primeiro e altissonante prefácio, como uma espécie de *captatio benevolentiae* para todo o conjunto da obra dedicada ao *Imperator Caesar*. É verdade que o segundo prefácio, com a breve narrativa do arquiteto Dinócrates oferecendo seus préstimos a Alexandre, alude à arquitetura como instrumento político a serviço do dinasta, demonstrando uma série de implicações dos planos edilícios à consecução dos desígnios mais amplos do chefe supremo. Mas tem-se ali um breve enredo que, com certa facilidade, poderia ser assimilado à fábula, dada a sinuosidade da letra. Embora comportem reiteradamente dedicatórias ao *Caesar*, os demais prefácios avançam por assuntos mais distantes ao do interesse que os constructos arquitetônicos poderiam despertar às esferas mais amplas do poder romano, rumo a breves narrativas um tanto soltas, quase aleatórias, ao menos, aparentemente.

O tema da relação direta entre arquitetura e poder instituído, tomado no sentido abrangente de associação ao governo, esmaece na sequência do tratado como um todo, a despeito das invocações ao *Caesar*. O segundo prefácio que começava com a narrativa envolvendo Alexandre e o arquiteto Dinócrates, trata depois dos *initia humanitatis* e das origens das construções; o terceiro expõe um dito socrático e problematiza a transparência dos juízos; o quarto procura explicar brevemente a ordenação dos *uolumina*; o quinto justifica a escrita

¹⁸¹ Soubiran, J., “Introduction”, p. XIX, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX.

¹⁸² Engel, G., “*De antiquorum epicorum, didacticorum, historicorum proemiis*”, Diss. In Marbourg, 1910. Cf. Soubiran, J., “Introduction”, n. 1, p. XVIII, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX.

¹⁸³ Soubiran, J., “Introduction”, p. XVIII, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX.

¹⁸⁴ Ibid., p. XVIII.

¹⁸⁵ Soubiran, J., “Introduction”, p. XVIII, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, p. XVIII.

plana pela obscuridade da matéria; o sexto, a partir da anedota de um naufrágio, faz apologia à educação; o sétimo elogia e arrola os numerosos autores que serviram de fonte ou referência, ao mesmo tempo em que apresenta uma anedota criticando os que se apropriam de obras alheias alegando serem suas; o oitavo trata com brevidade dos quatro princípios elementares, com especial atenção para a água (excepcionalmente nesse há uma relação mais próxima entre o assunto do prefácio e a matéria apresentada no volume); o nono, relativamente longo, depois de comparar as honras atribuídas aos atletas com aquelas devotadas aos sábios e louvar os últimos, empreende um excuro pela geometria e depois retoma o elogio aos escritores, louvando autores romanos; por fim, o décimo fala brevemente sobre a responsabilidade de gerir obras públicas e sobre a lei de Éfeso que punia os desmandos, procurando evitar que os néscios assumissem as responsabilidades do arquiteto.

Vê-se, portanto, um distanciamento entre os temas tratados nos prefácios e os assuntos desenvolvidos nos respectivos volumes, com exceção do oitavo, que, ao versar sobre as águas, é prefaciado por uma temática próxima. De maneira geral, entretanto, a impressão que fica é a de falta de ligação. E, não obstante a variedade e copiosidade de tópicos expostos nos prefácios – que entre si parecem de início acentuadamente desconexos – uma leitura mais atenta pode captar a reiteração de advertências quanto às ações esperadas do arquiteto e o seu resultado traduzido em obras. Mas, em suma, a divulgação de preceitos voltados a uma possível apropriação política das potencialidades da arte edificatória parece não constituir efetivamente a temática central ao *De Architectura*¹⁸⁶. Mesmo se, a partir de dadas interpretações, os dois primeiros prefácios pudessem acenar nesse sentido, o terceiro inicia uma série de invectivas contra os indoutos (ou pelo elogio do conhecimento no sexto prefácio, o que constituiria uma maneira alternativa de dizer algo muito aproximado) que se estendem pela obra e culminam com a condenação dos néscios no décimo prefácio. Ali mesmo, no décimo e último prólogo, então, Vitruvius menciona a lei de Éfeso que distinguia os arquitetos que fossem de fato hábeis:

diz-se que na nobre e grande cidade grega de Éfeso foi instituída pelos *maiores* uma vetusta lei de duras condições, mas não juridicamente iníqua. Quando um arquiteto assumia os cuidados de uma obra pública, estimava os gastos a serem empregados.

¹⁸⁶ Janson observa: “to adress the Emperor was as suitable a practice for poets as it was for prose authors. There developed in this respect a prefatorial theme that could be employed in all genres” (Janson, T., “Latin prose prefaces”, p. 101). O autor abrange essa interpretação ao *De Architectura*: “when the dedication becomes an obligatory courtesy to a higher person, statements as to the interest of the recipient becomes a fiction. It is hardly more probable that Augustus read Vitruvius’ work than that Titus made any great use of the index to the *Naturalis Historia* that Pliny had compiled ‘on his account’” (ibid., p. 103).

Levada a estimativa ao magistrado, os bens do arquiteto eram dados em garantia, até que a obra fosse concluída. Acabada a obra, se os custos correspondessem ao estimado, o arquiteto revestir-se-ia de distinções e honras¹⁸⁷.

A passagem restringe-se inequivocamente às obras públicas. Nessa modalidade de construções, o arquiteto exitoso, tendo estimado previamente um custo próximo ao realmente utilizado na obra, além de ter seus bens pessoais desimpedidos (visto que haviam sido dados em garantia), recebia ainda *decreta* e *honores*, afirma o autor. O primeiro termo, plural de *decretum*, aponta para um campo semântico de decisão, escolha, deliberação, como que decretos definidos conjuntamente, e, portanto, com valor jurídico. *Honor*, no plural, *honores*, pode significar simplesmente honra, glória, consideração ou estima¹⁸⁸, como cargo honorífico, conforme já indicado. Interessa sublinhar que, de acordo com a Lei de Éfeso mencionada, ao arquiteto probo cabia o reconhecimento público, provavelmente acompanhado de recompensas materiais. O termo que Vitruvius usa para descrever essa concessão é *ornatur* (*decretis et honoribus ornatur*), voz passiva de *orno*, no provável sentido de equipar, guarnecer, mas guardando qualquer eco de embelecer e ornar¹⁸⁹. Assim, o arquiteto cioso de suas tarefas deve receber as homenagens pelos bons resultados, mas deve também receber os tributos pelo seu trabalho, dali em diante “ornado”. Ora, não era outro o termo na primeira sentença do *De Architectura* após o prólogo inicial: “a ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e variadas erudições, seu julgamento prova tudo o que perfaz as obras de outras artes”¹⁹⁰. A ciência do arquiteto é guarnecida por disciplinas e instruções, tal como o bom arquiteto deve se amparar por *decreta* e *honores*, propõe o autor. Mas não só as obras públicas devem se beneficiar do respaldo dos arquitetos bem preparados:

“oxalá os deuses imortais fizessem com que aquela lei fosse instituída pelo povo romano não apenas aos edifícios públicos mas ainda aos privados! Pois não sem penas

¹⁸⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre X, (X, pref., 1), p. 2: “*nobili Graecorum et ampla ciuitate Ephesi lex uetusta dicitur a maioribus dura condicione se iure esse non iniquo constituta. Nam architectus, cum publicum opus curandum recipit, pollicetur quanto sumptu id sit futurum. Tradita aestimatione magistratui bona eius obligantur, donec opus sit perfectum. Absoluto autem, cum ad dictum impensa respondit, decretis et honoribus ornatur*”.

¹⁸⁸ Torrinha, “Dicionário latino-português”, p. 383.

¹⁸⁹ Ibid., p. 593.

¹⁹⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 1), p. 4: “*architecti est scientia pluribus disciplinis et uariis eruditionibus ornata cuius iudicio probantur omnia quae ab ceteris artibus perficiuntur opera*”.

avancariam os imperitos, ao passo que aqueles versados nas doutrinas até o ápice da sutileza, sem dúvida, professariam a arquitetura”¹⁹¹.

Dedicado a Augusto, o escrito se destina simultaneamente a outros interlocutores. Elisa Romano propõe uma distinção entre destinatário da obra e aquele a quem se dedica – Augusto. Se no Primeiro Prefácio Vitrúvio se empenha na oratória da *maiestas imperii*, o transcorrer da obra vai deixando notar em seus exórdios, a partir do acúmulo de insinuações, fabulações e aparentes desvios, o tema recorrente da ameaça da estupidez à única via de êxito possível à arte edificatória, assentada na *scientia*. Ao mesmo tempo, passa a se revelar, pois, outro possível e mais amplo destinatário – o efetivo, para Elisa Romano¹⁹² – aquele do público leitor, que é também composto pelos pósteros e vindouros a quem Vitrúvio se endereça, na qualidade de futuros fiadores da *auctoritas* e da memória de seu autor (*sed tamen his uoluminibus editis, ut spero, etiam posteris ero notus*)¹⁹³.

À medida em que se avança pelos volumes do *De Architectura*, é possível observar o que parecia se afigurar de início como uma inflexão quanto ao destinatário da obra dedicada ao *Caesar* (*peto, Caesar, et a te et ab his qui ea uolumina sunt lecturi, ut [...]*)¹⁹⁴, mas destinada a grupos mais vastos de interlocutores, quais sejam, os que edificam e os homens bem instruídos: “quanto às potencialidades da arte e às raciocinações que lhe são próprias, prometo, segundo espero, distinguir-me, sem dúvida, com máxima autoridade por meio desses volumes, não somente aos que constroem, mas a todos os sábios”¹⁹⁵.

Nessa passagem (I, 1, 17), Vitrúvio deixa ver o espectro ampliado do possível público receptor de sua obra, contemplando além dos comitentes (*aedificantibus*) todos os homens cultivados (*sapientibus*) que pudessem vir a se interessar pelo alargamento de seus

¹⁹¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre X, (X, pref., 2), p. 2: “*utinam dii immortales fecissent ea lex etiam P. R. non modo publicis sed etiam priuatis aedificiis esset constituta! Namque non sine poena grassarentur inperiti, sed qui summa doctrinarum subtilidade essent prudentes, sine dubitatione profiterentur architecturam*”.

¹⁹² Romano. E., “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 174”: “se é verdade que a dedicatória a Augusto é nada mais que um selo apostado à obra, depois de concluída a composição, como uma exigência de formalidade, ela não tem qualquer peso na composição do *De Architectura*, que, ao contrário, desenvolve-se na linha da relação entre o autor e o seu real destinatário, o seu leitor”. Quando Romano fala em “composizione ultimata”, refere-se ao entendimento de que o primeiro prefácio consta da fase final de redação da obra, assim como em geral os proêmios sucedem as composições dos respectivos livros (Romano. E., “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, n. 3, p. 174).

¹⁹³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, pref., 5), p. 3.

¹⁹⁴ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 17), p. 14. Tradução: “peço, César, tanto a Ti quanto aos que haverão de ler esses volumes, que [...]”.

¹⁹⁵ Ibid., (I, 1, 17), p. 14: “*de artis uero quaeque insunt in ea ratiocinationes, polliceor, uti spero, his uoluminibus non modo aedificantibus, sed etiam omnibus sapientibus cum maxima auctoritate me sine dubio praestaturum*”.

conhecimentos, aventurando-se por um campo disciplinar em plena demarcação de suas fronteiras e com o intento de rigoroso estabelecimento dos preceitos para a disciplina (*conscripsi praescriptiones terminatas*)¹⁹⁶. Pelo que se tem notícia, ou mais precisamente, pela escassez de notícias da repercussão da obra nos primeiros três séculos após sua publicação, é possível ter uma ideia do modesto alcance inicial do escrito, em contraste com sua intensa difusão durante a Idade Média, e, sobretudo, a partir do assim chamado Renascimento italiano. Mas um ponto a ser destacado é o contraste entre as insistentes recomendações vitruvianas pelo reconhecimento dos verdadeiros arquitetos, merecedores de justas honrarias, e o silêncio inicial em torno do *De Architectura* e de seu autor. Uma infinidade de obstáculos se opõem mesmo a uma singela conjectura de explicação desse fato, pela gama enorme de circunstâncias e acontecimentos que nos escapam ao conhecimento. Não se sabe se Vitrúvio teria ou não sido agraciado com os *honores*, como ele próprio recomenda a partir do exemplo de Éfeso. Teria o autor acumulado bens materiais, sem conseguir a estima dos contemporâneos instruídos que, com pouquíssimas exceções, não o mencionam? Ou teria o autor posteriormente à escrita amargado uma penúria material, além de ser ignorado? O *De Architectura* teria sido divulgado, logo após sua publicação, ou, por alguma razão, teria ficado restrito inicialmente?

São muitas as incógnitas. Contudo, pudemos verificar indícios contundentes de que Vitrúvio estava atento às realidades construtivas de seu tempo. Não obstante, pusera-se a buscar na arquitetura do Oriente, entenda-se helenística, ensinamentos e critérios ao estabelecimento de uma doutrina que pudesse florescer em meio às particularidades, necessidades e carências do mundo romano a seus olhos. O esforço de sistematização e racionalização da disciplina contrapunha-se ao maior grau de aleatoriedade que fazia parte das decisões construtivas em um momento no qual a atividade ainda não contava com uma regulação própria e estrita, tampouco com os parâmetros de qualquer preceptiva. O *De Architectura*, ademais, prescinde da dimensão ritualística da religião ao expor os preceitos pautados pela *ratio*. Não se trata de uma inovação, já que tal se observa em tantas obras latinas, e talvez sobretudo em Lucrécio, ao combater abertamente certas crenças e mitos. Mas é algo significativo em um período no qual os templos ocupavam uma dimensão central na organização física, social e política das cidades. Nesse sentido, é surpreendente observar um tratamento não supersticioso à religiosidade que dava forma a boa parte dos conjuntos edificados de Roma. Ainda que no século I a.C. os romanos pudessem ter uma apreensão bastante parcial de seus próprios costumes de fundação e organização das cidades, pois já temporalmente longínquos dos sentidos originais e primitivos

¹⁹⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 3), p. 3.

de certos ritos e práticas, estes impunham-se ainda com frequência. Vê-se, assim, no escrito vitruviano, um distanciamento de qualquer justificação aos atos e processos construtivos assentes unicamente em práticas ritualísticas e um esforço de sistematização racional para toda a arte edificatória em um mundo intimamente ligado à *religio*, além de fortemente inclinado ao belicismo. Desse modo, caberia perguntar-se sobre o lugar da *scientia* do arquiteto, defendida tão vigorosamente pelo autor.

CAPÍTULO 2

***Physiologia e natura* em Vitrúvio:
bases para uma *scientia* do arquiteto.**

2. *Physiologia* e natura em Vitrúvio: bases para uma *scientia* do arquiteto.

Na abertura de sua obra, Vitrúvio se diz obrigado ao *Caesar* pela concessão de um benefício, o que ensejaria a publicação do *De Architectura*. Contudo, a obra dedicada a Augusto não se resume à formalidade do gesto de retribuição anunciado pelo autor. Com efeito, é possível verificar ao longo dos volumes um esforço hercúleo no estabelecimento de uma *architecti scientia*. Cumpre, pois, perquirir em que consiste tal ciência do arquiteto, a partir das indicações fornecidas pela própria obra escrita. O exame do Livro II permite que se observe uma etapa significativa da construção da trama do arrazoado, pelo agenciamento de fontes diversas. Sua articulação entre os Livros I e III é peculiar, por uma aparente quebra na sequência da exposição que ligaria o final do primeiro volume ao terceiro. No entanto, Vitrúvio se antecipa a essa possível objeção, argumentando que antes de apresentar os preceitos à *aedificatio* é preciso tratar dos princípios constitutivos da natureza das coisas. Ora, a terminologia empregada pelo autor, em torno da *rerum natura*, denota aproximação a uma abordagem epicurista na reflexão empreendida sobre os materiais de construção. De fato, os pontos de contato com o epicurismo de Lucrécio ultrapassam o recurso à exemplaridade formal da escrita do autor do *De Rerum Natura*. Ao mesmo tempo, verificam-se diferenças importantes entre ambos os autores, além de afinidades que o segundo volume vitruviano apresenta em relação a ideias comuns a outras doutrinas que compõem sua tessitura.

A inserção do Livro II no conjunto, por si só, nos fornece indicações importantes acerca do modo de construção dos Dez Livros enquanto corpo. Pois ali são mobilizadas referências do campo da *physiologia* e também doutrinas físicas, fundamentando a noção de natureza que dirige desenvolvimentos centrais da obra. O esmero na construção do texto pode não se evidenciar de imediato ao leitor moderno. Mas, variegado, o texto se irrompe como uma floresta apta a ser explorada. Copioso, faz-se um verdadeiro cosmos de instruções. E à medida em que se percorre as vias nem sempre fáceis do *De Architectura*, descortina-se um universo vasto e profícuo pela pavimentação de rotas na direção de uma *scientia* do arquiteto.

Articulação dos Livros I, II e III

Na sequência do eloquente prefácio inicial, o Primeiro Livro se inicia com a expressão “*architecti scientia*”, apontando sintaticamente para o arquiteto antes mesmo de mencionar a palavra arquitetura: “a ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e variadas erudições, seu julgamento prova tudo o que perfaz as obras de outras artes”¹. A *scientia* é o núcleo da oração, mas a atenção se volta ao arquiteto, evocado em primeiro lugar. Pouco à frente, o termo *architecti*, no plural, assume o núcleo da oração², explicitando a centralidade reivindicada à figura do arquiteto, enquanto portador de um saber especial, que permite mobilizar erudições diversas de maneira única, articulando o fazer e o raciocinar.

O comentário às nove disciplinas³ de que se vale o arquiteto ocupam a primeira porção do Livro I. Apenas após a ampla justificação de um ciclo de estudos a conciliar e a interconectar tais erudições como que em um corpo uno, conformando a atividade⁴, é que se passa a tratar da arquitetura, tomada em seis partes: “a arquitetura se assenta na ordenação, dita *τάξις* em grego, na disposição, a que os gregos chamam *διάθεσις*, na *eurythmia*, na *symmetria*, no *decor*, na distribuição, dita *οἰκονομία* em grego”⁵. Além das considerações de ordem mais ampla acerca do arquiteto e da arquitetura, o Livro Primeiro oferece prescrições à implantação das cidades, pautadas pela veemente busca por salubridade. Mas o volume ainda oferece prescrições para a construção de muralhas e torres e são apresentadas indicações para orientação de ruas em função dos ventos e seus efeitos. Por fim, são expostos critérios para a implantação do fórum e de edifícios sagrados.

¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 1), p. 4: “*architecti est scientia pluribus disciplinis et uariis eruditionibus ornata cuius iudicio probantur omnia quae ab ceteris artibus perficiuntur opera*”. Mireille Courrént nos convida a atentar para a ordem dos termos latinos, de modo que a ênfase ao primeiro termo – *architecti* – deve ser levada em conta (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 25).

² Ibid., (I, 1, 2), p. 4: “*itaque architecti qui sine litteris contenderant ut manibus essent exercitati non potuerunt efficere ut haberent pro laboribus auctoritatem. Qui autem ratiocinationibus et litteris solis confisi fuerunt umbram non rem persecuti uidentur. At qui utrumque perdidicerunt, uti omnibus armis ornati, citius cum auctoritate quod fuit propositum sunt adsecuti*”. Tradução: “assim os arquitetos que se esforçaram sem os conhecimentos obtidos pelos livros, como tivessem apenas as mãos exercitadas, não puderam garantir autoridade aos trabalhos. Vê-se que aqueles que se fiaram somente nos raciocínios e nas letras perseguem a sombra e não a coisa. Mas aqueles que aprenderam a fundo uma e outra coisa, como que ornados de armamentos, mais facilmente alcançaram o propósito com autoridade”.

³ São elas: letras, desenho, geometria, história, filosofia, música, medicina, direito e astronomia (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 1, 3 - p. 5).

⁴ Ibid., (I, 1, 12), p. 10: “*encyclios enim disciplina uti corpus unum ex his membris est composita*”. Tradução: “pois o ciclo da disciplina [do arquiteto] é composto como que por um corpo único a partir de seus membros”.

⁵ Ibid., (I, 2, 1), p. 14: “*architectura autem constat ex ordinatione, quae graece τάξις dicitur, et ex dispositione – hanc autem Graeci διάθεσις vocitant – et eurythmia et symmetria et decore et distributione, quae graece οἰκονομία dicitur*”.

À exceção do primeiro prefácio, que introduz o volume primeiro e faz as vezes de um exórdio a toda a obra, é recorrente ao final dos demais a presença de breves resumos retomando assuntos anteriormente expostos, bem como outro breve resumo dos assuntos que serão tratados em cada volume. No início do Livro II, observamos, porém, um comentário especial:

além disso, como no primeiro volume escrevi detalhadamente sobre o ofício da arquitetura e sobre a circunscrição dessa arte, igualmente sobre os recintos urbanos e sobre as divisões das áreas em seus interiores, haveria de prosseguir a ordem tratando dos templos sagrados, dos edifícios públicos e igualmente dos privados, cujas proporções e *symmetriae* deveriam ser de todo modo explicadas; não julguei oportuno apresentar antes, senão primeiramente tratar dos recursos materiais, cuja reunião em alvenarias e madeiramentos perfaz os edifícios para que tenham virtudes no uso; e daí terei exposto e dito como se combinam ajustadamente os princípios da natureza das coisas⁶.

O Livro I do *De Architectura* se encerrava com prescrições para os recintos urbanos (*moenia*), quanto à repartição de sua área interna e locação de edifícios públicos e sagrados. A pormenorização dos edifícios, tratando sobretudo das questões de proporção e *symmetria*, será exposta apenas a partir do Livro III, que versa sobre os templos, tanto como no Livro IV (também sobre templos), seguindo-se pelo Livro V, que aborda os edifícios públicos, pelo Livro VI, que dispõe sobre os edifícios privados, até o Livro VII, que aborda os acabamentos. Entre as recomendações sobre a organização interna dos recintos urbanos (Livro I) e a pormenorização dos preceitos para os edifícios (Livros III a VII), Vitruvius reserva o Livro II à tarefa de apresentar lições sobre os materiais de construção.

A decisão de reservar o Livro II à exposição dos materiais construtivos contraria uma possível tendência do desenrolar da preceptiva que terminara o Livro I indicando como situar os edifícios no interior do recinto urbano. A isso era de se esperar como sequência a exposição dos preceitos à construção dos edifícios. De todo modo, como notara Pierre Gros⁷, a posição do

⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, pref., 5), p. 3: “*cum autem primo uolumine de officio architecturae terminationibusque artis perscripsi, item de moenibus et intra moenia arearum diuisionibus, insequatur ordo de aedibus sacris et publicis aedificiis itemque priuatis, quibus proportionibus et symmetriis debeant esse uti explicentur, non putaui ante ponendum, nisi prius de materiae copiis, e quibus conlatis aedificia structuris et materiationibus perficiuntur, quas habeant in usu uirtutes, exposuisssem quibusque rerum naturae principiis essent temperatae dixissem*”.

⁷ Segundo Gros, “não seria de se esperar menos que a situação desse *uolumen* no tratado fosse plenamente satisfatória, a despeito de problemas que ela parece ter posto a seu autor: seus preceitos valendo, ao menos em princípio, para todos os tipos de edifícios, públicos ou privados, religiosos ou profanos, é normal que ele se

livro parece adequada, na medida em que, ao elencar os princípios dos materiais – o que há de mais elementar a qualquer construção –, antecede todas as lições mais minuciosas sobre os arranjos dos diferentes grupos de edifícios que serão expostas nos Livros III a VI.

O autor promete, no final do prefácio ao segundo livro, abordar a questão dos materiais disponíveis a serem reunidos para a realização da alvenaria e do madeiramento dos edifícios. O que se pretende é dar a conhecer as virtudes dos materiais ao uso (*in usu uirtutes*), isto é, suas qualidades físicas e suas potencialidades. Apenas entendendo as propriedades dos materiais será possível fazer deles um emprego pleno, tendo a natureza como exemplo. Vitruvius insiste que antes de pormenorizar as disposições da arte edificatória é preciso ter apresentado o modo pelo qual os princípios se combinam na natureza das coisas (*quibusque rerum naturae principiis essent temperatae*), ou seja, é preciso falar como os elementos (fogo, água, terra e ar) tomam parte na composição dos materiais de construção. Mas mais do que isso, Vitruvius tem em vista o estabelecimento de critérios gerais de compreensão da matéria, a partir do ponto de vista do arquiteto e seu desígnio que passa pelo entendimento de princípios naturais: “*exposuissent quibusque rerum naturae principiis essent temperatae dixissent*”⁸.

Sobre a expressão *rerum natura*, é difícil não ver aí um eco do *De Rerum Natura* de Lucrécio, a partir mesmo de indicação vitruviana contida no Livro IX: “de fato, muitos que nascerão depois de nossa época serão vistos a dissertar sobre a natureza das coisas (*de rerum natura*) juntamente com Lucrécio”⁹. Com efeito, o termo *natura* e seus cognatos estão por toda parte no *De Architectura*. Noção central na cultura romana, a natureza está presente de algum modo nas *Bucólicas* e nas *Geórgicas*¹⁰, inscrevendo-se mesmo no título do poema lucreciano. Na poesia bucólica de Virgílio o cenário é o ambiente pastoril do campo, e o poema didático sobre os trabalhos agrícolas instrui sobre solos, cultivos e até sobre a lida com o gado e as abelhas. No *De Rerum Natura*, Lucrécio estende os domínios do conceito, com a exposição de seu modo de compreender o atomismo e demais lições de Epicuro. Ao mesmo tempo, em Vitruvius se lê que a natureza compôs as proporções do corpo do homem – supremo modelo à arquitetura – e as relações métricas entre seus membros e o todo. Mas o que significa afirmar

encontre à frente dos volumes da *aedificatio*, em fator comum, de algum modo, aos livros III a VI” (Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, p. XII).

⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, pref., 5), p. 3. Tradução: “terei exposto e dito como se combinam ajustadamente os princípios da natureza das coisas”.

⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, (IX, pref., 17), p. 8-9: “*item plures post nostram memoriam nascentes cum Lucretio uidebuntur uelut coram de rerum natura disputare*”.

¹⁰ Lévy, C., “Philosopher à Rome”, in: “Le concept de nature à Rome – Actes du séminaire de philosophie romaine de L’Université de Paris XII- Val de Marne, édités para Carlos Lévy”, p. 18.

que “a natureza compôs...” (*natura composuit...*)¹¹? Entre o cenário campestre e a elaboração filosófica, há o registro na preceptiva vitruviana da *natura* como fonte e guia à intervenção no mundo pela arte. Cumpre notar a partir de alguns empregos, certos modos segundo os quais se enraíza no *De Architectura* a noção de natureza, uma das mais celebradas pelo pensamento ocidental, mas ao mesmo tempo uma das mais equívocas, dada a multiplicidade de sentidos assumida não só entre os diferentes autores, mas em um mesmo.

Natura no Livro I do De Architectura

Etimologicamente é atestada a proximidade com o verbo *nascor*, de modo que o vocábulo *natura* poderia ser tomado como “ação de fazer nascer, nascimento”¹², ainda que Ernout e Meillet indiquem a raridade dessa acepção arcaica, em seu “Dictionnaire étymologique de la langue latine”¹³. Com efeito, para Carlos Lévy, junto a André Pellicer, o termo *natura* aparece somente no início do segundo século (a.C.), como uma espécie de substituto muito raro para *ingenium*, não havendo exemplo dessa época ou posterior que permitisse atestar o sentido de “nascimento”, embora, etimologicamente, tal acepção fosse possível¹⁴. Um sentido próximo, mas ligeiramente desviado daquele de “nascimento” seria o que se pode depreender dos primeiros empregos de *natura*, enquanto “caracteres inatos” ou “disposições resultantes do nascimento”, aproximando do termo grego φύσις¹⁵ (*physis*). Lévy propõe que *natura* pode ter sido uma espécie de decalque semântico da palavra grega, relacionando-se ambos a um “surgimento”, com a diferença que o grego faria referência ao mundo vegetal e o latino ao animal¹⁶. Em relação ao grego φύω (*phyo*), do qual φύσις derivaria, segundo Chantraine, teria um sentido de “fazer crescer, fazer nascer, produzir”¹⁷, mas também raramente o sentido de “nascer” simplesmente. A derivação φύσις abarcaria, então, um sentido de “cumprimento

¹¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 1, 4), p. 7 : “*ita natura composuit corpus hominis [...]*”. Tradução: “assim, a natureza compôs o corpo do homem [...]”.

¹² Ernout, A. & Meillet, A. “Dictionnaire étymologique de la langue latine - histoire des mots”, p. 763.

¹³ Ernout, A. & Meillet, A. “Dictionnaire étymologique de la langue latine - histoire des mots”.

¹⁴ Lévy, C., op. cit., p. 18.

¹⁵ Ibid., p. 19.

¹⁶ Ibid., p. 19.

¹⁷ Chantraine, P., “Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots”, p. 1233.

(efetuado) de um devir”¹⁸ ou “natureza, na medida em que se realiza com todas as suas propriedades”¹⁹.

No Livro I do *De Architectura*, Vitrúvio afirma que além da ética cabe à filosofia tratar da natureza das coisas (*de rerum natura*)²⁰, o que em grego se denomina *physiologia* (φυσιολογία). Inclui-se a filosofia entre as disciplinas que fazem parte da instrução do arquiteto²¹, devendo este conhecer com diligência as questões naturais (*naturales quaestiones*)²², dentre as quais a adução das águas: “por exemplo, nas descidas, nas curvaturas e nas subidas a partir dos planos horizontais geram-se aqui e ali fenômenos naturais cujas consequências ninguém poderá remediar, a não ser aquele que conheça os princípios da natureza das coisas [*principia natura rerum*], a partir da filosofia”²³.

Se, dentre as disciplinas que devem tomar parte na formação do arquiteto, a filosofia se desdobra em duas vertentes (uma voltada à moral e outra às questões naturais), um pouco à frente no mesmo Livro I, quando Vitrúvio apresenta as partes constituintes da arquitetura²⁴ e suas respectivas definições, vê-se que o *decor* se divide em três – segundo o estabelecido (*statio*)²⁵, de acordo com o costume (*consuetudine*) e conforme a natureza (*natura*): “*decor* é o aspecto irrepreensível das obras, compostas com autoridade a partir das coisas que lhe convém.

¹⁸ Chantraine, P., “Dictionnaire étymologique de la langue grecque. Histoire des mots”, p. 1234.

¹⁹ Ibid., p. 1234.

²⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 7), p. 7-8: “*praeterea de rerum natura, quae graece φυσιολογία dicitur, philosophia explicat. Quam necesse est studiosus nouisse quod habet multas et uarias naturales quaestiones ut etiam in aquarum ductionibus*”. Tradução: “além disso, a filosofia explica a natureza das coisas, o que em grego se diz φυσιολογία (*physiologia*). É necessário que [o arquiteto] a conheça ainda mais profundamente, uma vez que há muitas e variadas questões naturais também à condução das águas”.

²¹ São elas: letras, desenho, geometria, história, filosofia, música, medicina, direito e astronomia (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 1, 3 - p. 5).

²² Mireille Courrént aponta que, em Vitrúvio, o uso do termo *natura* remete a noções provenientes dos estoicos, enquanto o emprego de *natura rerum* indica o recurso ao pensamento afeito ao epicurismo: “la pensée de Vitruve [...] possède la caractéristique d’être constituée à partir de notions et d’éléments d’explication empruntés aux différents courants philosophiques, sans qu’il adhère à l’un d’eux exclusivement” (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 54). Vale assinalar ainda que *Naturales Quaestiones* será o título de obra de Sêneca, autor associado ao pensamento estoico. Sem dúvida, a passagem vitruviana aponta mais fortemente para o epicurismo, no entanto, a terminologia empregada denuncia nas menores sutilezas uma combinação de fontes, operada amplamente ao longo da obra.

²³ Vitrúvio, Tratado de Arquitetura, (I, 1, 7), p. 66, tradução: M. J. Maciel, acréscimo nosso. Em latim: “*in cursibus enim et circuitibus et librata planitie expressionibus spiritus naturales aliter atque aliter fiunt quorum offensionibus mederi nemo poterit nisi qui ex philosophia principia rerum natura nouerit*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 1, 7 - p. 8).

²⁴ São elas: ordenação, disposição, *eurythmia*, *symmetria*, *decor* e distribuição. Cf. Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 1-9).

²⁵ Para Silvio Ferri, a *statio*, ou “mode de estar”, segundo sua tradução para o italiano, consiste na “concordância da estrutura arquitetônica ao significado da divindade e do lugar” (Vitruvio, *Architettura*, n. 5, p. 119).

Ele se faz segundo o estabelecimento que em grego se diz *thematismos*, pelo costume, ou, de acordo com a natureza (*natura*)”²⁶.

A expressão “*naturalis decor*” que aparece na sequência do texto poderia soar como um oxímoro ao leitor de hoje, caso a traduzíssemos por “decoro natural”. Ora, se o decoro consiste em um conjunto de convenções humanas contingentes, como haveria de ser inteiramente provida pela natureza? Se o *decor* for pensado em termos de adequação e conveniência, além de ser aquilo que contribui a que se produza na obra um resultado visível e agradável, faz todo sentido que venha acompanhado do adjetivo *naturalis*, no modo como é empregado, isto é, o *decor* na relação com a natureza, e o texto deixa claro:

ademais, haverá *decor* natural se primeiramente forem escolhidos para todos os templos regiões salubérrimas e fontes de água apropriadas nesses locais em que serão constituídos santuários desse modo, sobretudo à Esculápio, *Salus* e a outros deuses cujos numerosos remédios parecem curar os doentes. Sendo, pois, transferidos de um lugar pestilento para um salubre, e se for administrada água proveniente de fontes saudáveis, os corpos doentes se recuperam mais rapidamente²⁷.

Salubridade

A saúde está no escopo de Vitruvius e recorre com insistência no Livro I. Em relação ao *decor*, afirma-se que o lugar salubre, para onde os doentes devem ser transferidos, bem como

²⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 5), p. 16: “*decor autem est emendatus operis aspectus probatis rebus compositi cum auctoritate. Is perficitur statione, quod graece θεματισμός dicitur, seu consuetudine aut natura*”. Courrént propõe uma leitura combinada de três passagens do *De Architectura* (I, 1, 4; VI, 5, 1 e I, 2,7), incluindo aquela em aparece a expressão *naturalis decor* (I, 2, 7), as quais se vinculariam pelo recurso à ótica (Courrént, “*De Architecti Scientia*”, p. 91-95):

I, 1, 4: “*item per opticon in aedificiis ab certis regionibus caeli lumina recte ducuntur*”;

VI, 5, 1: “*nunc explicabimus quibus proprietatibus genera aedificiorum ad usum caeli regiones apte debeant spectare*”;

I, 2, 7: “*naturalis autem decor sic erit si primum omnibus templis saluberrime regiones aquarumque fontes in his locis eliguntur [...] Item naturae decor erit si cubiculis et bibliothecis ab oriente lumina capiuntur, [...] pinacothecis et quibus certis luminibus opus est partibus, a septentrione quod ea caeli regio neque exclaratur neque obscuratur solis curso [...]*”.

Ainda que I, 2, 7 não faça remissão direta à ótica, não se pode descurar da referência direta ao *aspectus* e à visão, a partir da definição de *decor* em I, 2, 5.

²⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 7), p. 18: “*naturalis autem decor sic erit si primum omnibus templis saluberrimae regiones aquarumque fontes in his locis idonei eliguntur in quibus fana constituantur, deinde maxime Aesculapio, Saluti et eorum deorum quorum plurimi medicinis aegri curari videntur*”.

as fontes salubres de água aceleram o processo de convalescença. O arquiteto afirma ainda que a natureza do lugar engrandeceria a reputação das divindades associadas à cura. Escreve, ademais, que haverá conveniência segundo a natureza (*naturae decor*) se os cômodos estiverem dispostos de modo a capturar a iluminação mais adequada a seus usos, sendo que os dormitórios e bibliotecas devem tomar a luz do oriente, os banhos e quartos de inverno devem recebê-la do “poente de inverno”, as pinacotecas e ambientes que necessitam luz menos intensa devem ser voltados para o norte²⁸.

Na exposição dos princípios para a implantação dos recintos urbanos, a salubridade ocupa invariavelmente um lugar central. Primeiro, diz Vitruvius, vem a escolha de um lugar saudável, cuja posição propicie uma temperatura amena²⁹. Em seguida, recomenda que sejam evitadas as regiões pantanosas:

quanto aos recintos urbanos, esses serão os princípios. Primeiro a escolha de um lugar salubérrimo. Este será elevado, não nebuloso nem gelado e voltado a uma região do céu nem quente nem fria, mas temperada; então, a vizinhança de pântanos será evitada. Pois, quando as brisas matutinas chegarem ao ópido com o sol nascente, e se unirem a essas névoas ali originadas, tornarão o lugar pestilento, e os sopros envenenados das bestas palustres misturados à névoa espargirão emanações aos corpos dos habitantes³⁰.

Vale aqui apontar a proximidade observada por Philippe Fleury entre as construções sintáticas de I, 2, 7, que tratava do *naturalis decor*, e de I, 4, 1, apresentando os princípios para escolha do lugar de implantação da cidade³¹. E a despeito de um eventual erro de cópia que

²⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 7), p. 18. É importante lembrar que as referências de orientação solar utilizadas por Vitruvius dizem respeito a uma situação localizada no hemisfério norte. Diferem, portanto, das condições de insolação de outros lugares de diferentes latitudes, como as nossas do hemisfério sul em que o quadrante norte é o mais ensolarado ao contrário de Roma que tem no sul o quadrante mais ensolarado e no norte o mais ameno.

²⁹ Vitruvius, Tratado de Arquitetura, I, 4, 1, p. 83: “no que diz respeito às cidades, serão estes os princípios. Primeiro, a eleição de um lugar o mais saudável possível. Ele será alto e não nebuloso, sem geadas e voltado para um quadrante do céu que não seja nem quente nem frio, mas temperado. Em latim: “*in ipsis uero moenibus ea erunt principia. Primum electio loci saluberrimi. Is autem erit excelsus et non nebulosus, non pruinosus regionesque caeli spectans neque aestuosas neque frigidas sed temperatas*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 4, 1 - p. 20-21).

³⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 1), p. 21: “*in ipsis uero moenibus ea erunt principia. Primum electio loci saluberrimi. Is autem erit excelsus et non nebulosus, non pruinosus, regionesque caeli spectans neque aestuosas neque frigidas sed temperatas; deinde si uitabitur palustris uicinitas. Cum enim aurae matutinae cum sole oriente ad oppidum peruenint et his ortae nebulae adiunguntur spiritusque bestiarum palustrum uenenatos cum nebula mixtos in habitatorum corpora flatu spargent, efficiunt locum pestilentem*”.

³¹ De fato, não há repetição formal idêntica entre as duas construções. Em I, 2, 7, temos “...sic erit si... deinde...”. Em I, 4, 1: “is erit... deinde...”. Fleury mostra que facilmente o *si* poderia se inverter em *is* por um erro no trecho

diferenciaria as construções aparentemente análogas dos dois trechos, o sentido geral de ambos parece suficientemente claro. Também se repete a menção ao lugar pestilento, que deve ser evitado como ameaça à saúde. Nisso, Vitrúvio ressoa Lucrécio, como também indica o comentador francês³²:

explicarei agora qual é a causa das doenças e donde pode nascer esta força mórbida capaz de repentinamente provocar um desastre mortífero na raça humana e nos rebanhos de animais. Há primeiro, como já ensinei acima, os elementos de muitas coisas que são vitais para nós, mas é fatal que voejem também aqueles que trazem consigo a doença e a morte. Quando eles por acaso se levantam e perturbam o céu, torna-se mórbido o ar. Toda esta força de doença, toda esta pestilência, ou vêm de fora, como vêm as nuvens e as névoas lá por cima pelos céus, ou nascem da própria terra, quando o solo úmido se decompõe, batido ao mesmo tempo pelas chuvas intempestivas e pelos raios do Sol³³.

Há entre os autores latinos – Vitrúvio e Lucrécio – uma identificação quanto à terminologia – *pestilintas*, *nebula* – mas também, e sobretudo, quanto ao entendimento do processo de disseminação da morbidez pelo ar, conduzida pela névoa. Do ponto de vista da escrita, essa é apenas uma de múltiplas aproximações entre o texto vitruviano e o *De Rerum Natura*, para não falar em apropriação ou referência direta. Tal procedimento acaba por ancorar

subsequente, especialmente, ao se considerar o aspecto truncado das orações de I, 4, 1 e a analogia com I, 2, 7, também entremeada pelo advérbio *deinde*. Ainda segundo o comentador francês, é difícil precisar em relação à I, 4, 1 se tratar-se-ia de um erro de cópia nos manuscritos ou do próprio Vitrúvio (Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 3, p. 125). Parece oportuna uma comparação entre as passagens completas:

(I, 2, 7): “*naturalis autem decor sic erit si primum omnibus templis saluberrimae regiones aquarumque fontes in his locis idonei eligentur in quibus fana constituatur, **deinde** maxime Aesculapio, Saluti et eorum deorum quorum plurimi medicinis aegri curari uidentur. Cum enim ex pestilenti in salubrem locum corpora aegra translata fuerint et e fontibus salubribus aquarum usus subministrabuntur, celerius conualescent*” (Vitrúvio, “De L’Architecture”, Livre I, - I, 2, 7 - p. 18, grifos nossos).

(I, 4, 1): “*in ipsis uero moenibus ea erunt principia. Primum electio loci saluberrimi. **Is autem erit** excelsus et non nebulosus, non pruinosus regionesque caeli spectans neque aestuosas neque frigidas sed temperatas; **deinde** si uitabitur palustris uicinitas. Cum enim aurae matutinae cum sole oriente ad oppidum peruenint et his ortae nebulae adiunguntur spiritusque bestiarum palustrium uenenatos cum nebula mixtos in habitatorum corpora flatu spargent, efficiunt locum pestilentem*” (Vitrúvio, “De L’Architecture”, Livre I - I, 4, 1 - p. 20-21, grifos nossos).

³² Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 4, p. 125.

³³ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, VI, 1090-1102, p. 138. Em latim: “*nunc ratio quae sit morbis aut unde repente / mortiferam possit cladem conflare coorta / morbida uis hominum generi pecudumque catueris, / expediam. Primum multarum semina rerum / esse supra docui quae sint uitalia nobis, / et contra quae sint morbo mortique necesses / multa uolare. Ea cum casu sunt forte coorta et perturbantur caelum, fit morbidus era. / Atque ea uis omnis morborum **pestilintasque** / aut extrinsecus ut nubes **nebulasque** superne / per caelum ueniunt, aut ipsa saepe coorta / de terra surgunt, ubi putorem umida nectant / intempestibus pluuiisque et solibus icta*” (Lucrécio, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, VI, 1090-1102, p. 317, grifos nossos).

o escrito sobre arquitetura na obra lucreciana, e, por consequência, estabelece uma ligação com a cultura latina³⁴.

A expressão *regiones caeli spectans* de I, 4, 1 remete ainda à apresentação da ótica em I, 1, 4. Ali, no início do Livro I, a ótica é sucintamente mencionada como uma espécie de subdivisão da geometria, constituindo mais um recurso à disposição do arquiteto, dentre as erudições que devem fazer parte de sua formação: “do mesmo modo, por meio da ótica a iluminação é corretamente conduzida pelas aberturas dos edifícios, a partir das regiões celestes”³⁵. Nesse grupo específico de passagens um elo é estabelecido entre a ótica, enquanto recurso do arquiteto que permite discernir e propor a melhor orientação ao edifício, e as decisões que afetam a salubridade tanto dos edifícios como das cidades. O *naturalis decor*, ou a conveniência natural, entra em relação com as outras duas passagens (I, 1, 4 e I, 4, 1), na medida em que reivindica a escolha sensata do sítio mais salubre, em que se encontram as melhores fontes de água. Depreende-se da passagem, portanto, a interferência do lugar salubre aos corpos que se pretendem saudáveis. O *naturalis decor* é uma modalidade de *decor*, e trata da adequação do edifício ao meio natural e sua repercussão no tratamento de doentes, mas sem se afastar da ideia de que o *decor* é *aspectus*, o que se vê nas disposições dos templos de Esculápio e Salus, por exemplo. Verifica-se a reiteração de noções que são requeridas a outras posteriores ou que se desdobram. O *De Architectura* é construído em torno dessa modalidade de expediente que demanda do leitor idas e vindas por tramas e subtramas que compõem a tessitura do conjunto.

Saúde, corpos, *firmitas*

Vitrúvio iniciara falando sobre a escolha do lugar salubérrimo à implantação do recinto urbano (I, 4, 1). Depois, previne o leitor sobre os malefícios advindos da orientação sul e oeste às cidades litorâneas, que haveriam de ser castigadas pelo sol de verão se assim dispostas,

³⁴ Para Courrént, tal expediente permite o estabelecimento de um vínculo com a cultura não arquitetural dos leitores que ali encontrariam noções familiares. A autora identifica o emprego de um léxico que remontaria ao pensamento médico e aos tratados hipocráticos: “Ares, águas e lugares”, por serem elementos referidos na passagem vitruviana, e “Dos Humores”, com relação às doenças provenientes dos pântanos (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 133, 134).

³⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 4), p. 5: “*item per optice in aedificiis ab certis regionibus caeli lumina recte ducuntur*”.

tornando-se pouco saudáveis³⁶. O autor fala em recintos urbanos salubres (*moenia salubria*) situados no litoral, de maneira ampla, isto é, sem explicitar que tem em vista o conforto dos habitantes daquele sítio. Na sequência, porém, direciona a preocupação para os efeitos do calor aos seres inanimados³⁷, alertando sobre a orientação solar das adegas (*cellis uinariis*), que devem ser voltadas para o norte, quadrante menos ensolarado e menos sujeito a mutações. Do mesmo modo, as provisões e frutos armazenados se deterioram mais rapidamente com o calor, caso os celeiros não sejam orientados no sentido oposto ao curso do sol³⁸, adverte o autor.

É importante observar que a atenção bascula da incidência solar para os efeitos produzidos pelo calor e pelo seu contrário. Trata-se, pois, de observar as mutações produzidas nos corpos pelo calor e pelo esfriamento³⁹. Merrill apontara o paralelismo entre a expressão vitruviana “*calor cum excoquit*” de I, 4, 3⁴⁰ e a de Lucrécio “*terram sol excoquit*”⁴¹. O *De Rerum Natura* anunciava a ação do calor nos diferentes corpos a partir da irradiação solar natural e do fogo, enquanto artifício – se o sol seca a terra, derrete o gelo e liquefaz a cera, o fogo, por sua vez, torna líquido o bronze, derrete o ouro, contrai couros e carnes. Lucrécio completa a sequência falando do ferro, que “endurece ao sair do fogo para a água”⁴². O ferro é justamente o exemplo escolhido por Vitrúvio para ilustrar o poder do calor, que suga as “virtudes naturais” (*naturales uirtutes*) desse material submetido ao fogo, alterando sua firmeza, fazendo-o maleável e facilmente moldável ao que se quer fabricar. No entanto, ao ser resfriado, imerso em água fria, o ferro retoma sua rigidez e suas propriedades:

³⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 1), p. 21: “*item si secundum mare erunt moenia spectabuntque ad meridiem aut occidentem, non erunt salubria quod per aestatem caelum meridianum sole exoriente calescit, meridie ardet; item quod spectat ad occidentem sole exorto tepescit, meridie calet, uespere feruet*”. Tradução de Justino Maciel: “do mesmo modo, se as cidades se encontrarem junto ao mar e estiverem orientadas para o sul ou para o ocidente não serão saudáveis, porque, pelo verão, o céu meridiano queima desde o nascer do Sol e arde ao meio-dia. Também o que está exposto a ocidente amorna ao nascer do Sol, aquece ao meio-dia e ferve à tarde” (Vitrúvio, Tratado de Arquitetura - I, 4, 1 - p. 83).

³⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 2), p. 21: “*hoc autem licet animaduertere etiam ex his quae non sunt animalia*”. Tradução de Justino Maciel: “com efeito, é possível verificar isso também a partir daquelas coisas que são inanimadas” (Vitrúvio, Tratado de Arquitetura - I, 4, 2 - p. 83-84).

³⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 2), p. 21.

³⁹ Ibid., (I, 4, 2), p. 21: “*igitur mutationibus caloris et refrigerationis corpora quae in his locis sunt uitiantur*”. Tradução: “portanto, os corpos situados nesses locais são corrompidos pela alternância entre calor e esfriamento”.

⁴⁰ Ibid., (I, 4, 3), p. 22: “*nam semper calor cum excoquit e rebus firmitatem et uaporibus feruidis eripit exsugendo naturales uirtutes*”. Tradução: “pois o calor arrebatava a firmeza das coisas ao arder e pelos vapores fervidos, sugando delas as virtudes naturais”.

⁴¹ A sentença completa é: “*principio terram sol excoquit et facit are*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, VI, 962, p. 311). Tradução: “em primeiro lugar o sol recoze e seca a terra” (Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, VI, 962, p.136).

⁴² Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, VI, 968, p.136. Em latim: “*umor aquae porro ferrum condurat ab igni*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, VI, 968, p. 311).

pois o calor arrebatava a firmeza das coisas ao arder, extraindo delas as virtudes naturais como vapores férvidos. Ele as dissolve tornando-as moles e fracas pela fervura, tal como observamos também no ferro, cuja natureza, mesmo sendo extremamente dura, amolece sobreaquecido no forno pelo vapor do fogo, de modo que pode facilmente ser forjado a toda sorte de forma; e, todavia, estando fundido e inflamado, ao ser imerso em água fria recobra a dureza e retoma o estado anterior⁴³.

Está em questão o estabelecimento de um quadro de propriedades das coisas. O aquecimento e o resfriamento alteram a firmeza dos corpos. *Firmitas*, sabemos, é um dos componentes da tríade vitruviana que caracteriza a arquitetura, segundo os campos da *Ratio Firmitatis*, *Ratio Utilitatis*, *Ratio Venustatis*. É possível antever que o interesse pelas propriedades físicas dos corpos e seu conhecimento significará ao arquiteto o meio de assegurar a solidez das edificações, pelo correto emprego dos materiais, além, é claro, das preocupações sanitárias envolvidas na implantação de edifícios e cidades.

Vitrúvio generaliza essa discussão em torno das mutações sofridas pelos corpos, afirmando que, durante o verão, eles “enfraquecem com o calor”⁴⁴, estejam em lugares doentes ou saudáveis. E, finalmente, explicita a ideia de que a determinação do local do recinto urbano interfere nos corpos dos homens: “por isso é preciso cuidar, no que concerne à locação dos recintos urbanos, das regiões que possam espargir emanações de calor aos corpos humanos”⁴⁵. O autor conclui que os lugares quentes são desvantajosos para a saúde humana. Daí porque é

⁴³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 3), p. 22: *nam semper calor cum excoquit e rebus firmitatem et uaporibus feruidis eripit exsugendo naturales uirtutes, dissoluit eas et feruore mollescentes efficit inbecillas, ut etiam in ferro animaduertimus quod, quamuis natura sit durum, in fornacibus ab ignis uapore percalefactum ita mollescit uti in omne genus formae facilliter fabricetur; et idem, cum molle et candens refrigeretur tinctum frigida, redurescat et restitatur in antiquam proprietatem*”.

⁴⁴ Vitrúvio, Tratado de Arquitetura, (I, 4, 4), p. 84. Em latim: “*omnia corpora calora fiant inbecilla*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 4, 4 - p. 22).

⁴⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 5), p. 22-23: “*quare cauendum esse uidetur in moenibus conlocandis ab his regionibus quae <cum> caloribus flatus ad corpora hominum possunt spargere*”. Segundo a tradução de Justino Maciel: “por isso se pensa que se devem evitar, no estabelecimento dos recintos urbanos, aquelas exposições que possam derramar sobre os corpos humanos exalações de calores” (Vitrúvio, Tratado de Arquitetura - I, 4, 5 - p. 85). A edição Belles Lettres propõe o acréscimo da partícula *cum* entre *quae* e *caloribus*. Ela não aparece em qualquer manuscrito, e Fleury nota ainda a ocorrência de um *a caloribus* apenas no manuscrito L, caracterizando uma possível conjectura do copista (Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 1, p. 127-128). A escolha adotada pelo editor segue uma indicação de Ruffel e supõe a desapareição de *c̄* ou *cū* entre *-e* e *ca-* (dos termos *quae* e *caloribus*). Os manuscritos V e S trazem ainda depois de *flatus* um *bestiarum* (no manuscrito S, à margem, mas em V no corpo do texto) não adotado na edição Belles Lettres, embora Fleury considere um complemento pertinente no sentido (Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 1, p. 128), o que caracterizaria uma retomada de I, 4, 1 quando se falava dos “sopros envenenados das bestas palustres” levados pela névoa, também compatível com a descrição lucreciana do *De Rerum Natura*, VI, 1098.

preciso ter cautela na escolha da posição da cidade, evitando que se sofra com os deslocamentos de ar quente.

Doutrinas dos elementos - *principia*

Vitrúvio apresenta os princípios de constituição dos corpos, recorrendo a doutrinas que explicavam o mundo físico a partir de critérios qualitativos:

pois, como todos os corpos são compostos a partir de princípios, aos quais os Gregos chamavam de στοιχεῖα (*stoicheia*), isto é, o calor, a umidade, a terra e o ar, do mesmo modo são concebidas as qualidades de toda sorte de animais no mundo, segundo a combinação (*temperatura*) natural das misturas (*mixtiones*) de elementos⁴⁶.

Conforme assinala Mireille Courrént, essa passagem condensa ideias expostas ao longo de todo o *De Architectura*, ao enumerar desenvolvimentos centrais à elaboração de uma concepção vitruviana de natureza⁴⁷. Vitrúvio fala em *principia*, remetendo à teoria elementar, composta de *calor*, *umor*, *terrenum* e *aer*, os quais referem-se ao que os gregos chamavam *stoicheia* (στοιχεῖα) e a que Vitrúvio possivelmente teve acesso por doxografias que expunham as doutrinas de Empédocles, Aristóteles, e ainda muito provavelmente as de Posidônio e Varrão. Ao se referir a esses corpos (*omnia corpora*) Vitrúvio se distancia do atomismo de Lucrecio, não obstante as (muitas vezes surpreendentes) afinidades entre as obras de ambos os autores. A noção de *compositio* é igualmente significativa em passagens centrais da obra vitruviana. A composição dos corpos pelos quatro elementos fundamenta a compreensão das características dos materiais de construção, mas está também nas bases das prescrições para a elaboração proporcional dos templos⁴⁸. Ainda segundo Courrént, derivaria de Empédocles a concepção segundo a qual uma mudança quantitativa na proporção dos quatro elementos produziria uma

⁴⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 5), p. 23: “namque e principiis, quae Graeci στοιχεῖα appellant, ut omnia corpora sunt composita, id est e calore et umore, terreno et aere, et ita mixtionibus naturali temperatura figurantur omnium animalium in mundo generatim qualitates”.

⁴⁷ Courrént, M. “De Architecti Scientia”, p. 122.

⁴⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 1, 1), p. 5-6: “aedium compositio constat ex symmetria cuius rationem diligentissime architecti tenere debent”. Tradução: “a composição dos templos assenta na *symmetria*, cujo raciocínio os arquitetos devem observar com a máxima diligência”.

mudança qualitativa na composição da matéria, quanto à dosagem ou mistura (*mixtio*) desses princípios (*principia*), destinados a atingir uma *temperatura*, isto é, um equilíbrio interno⁴⁹. Cada espécie possui qualidades naturais que podem ser entendidas como uma combinação (*temperatura*) própria. Essa combinação pode sofrer alterações quando submetida, por exemplo, ao calor intenso.

Logo, a divisão em quatro elementos fundamentais apresentada no *De Architectura* parece aproximar-se em alguns aspectos da concepção de Empédocles, mas teria sido transmitida ao autor por Posidônio de Apameia e Varrão, conforme sugere Fleury, a partir dos estudos de Pellati⁵⁰. Natural da colônia dórica de Agrigento, na Sicília, Empédocles teria escrito dois poemas – Sobre a Natureza e Purificações⁵¹. Parece bastante plausível que a doutrina elementar tenha chegado a Vitruvius por meio de algum intermediário, como resumos de doutrinas de pensadores gregos ou doxografias, dadas as variações na exposição dos princípios.

A doutrina dos quatro elementos se deixa depreender perpassando a obra de pensadores como Pitágoras, Platão e Aristóteles. De Tales costuma-se afirmar que considerava a água como elemento fundamental e Heráclito o fogo. Os chamados atomistas – Leucipo, Demócrito e Epicuro – também se distanciam da concepção de Empédocles. Lucrécio, associado a este último grupo, evidencia em seu poema as diferenças em relação ao autor de Agrigento e outros, expondo a questão:

é por este motivo que me parecem ter-se afastado muito da verdade todos aqueles que julguem ser o fogo a matéria das coisas e poder ele constituir o Universo, e os que puserem o ar como princípio da criação, ou os que pensarem que a água formava só por si as coisas, ou que a terra tudo gerava e se transformava em todos os corpos. Juntam-se a estes os que duplicam os elementos das coisas, ligando o ar ao fogo ou a terra à água, e os que crêem que tudo pode provir de quatro elementos, o fogo, a terra, o ar e a água⁵².

⁴⁹ Courrént, M., op. cit., p. 122-123.

⁵⁰ Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 3, p. 128.

⁵¹ De acordo com Remberto Kuhnen, a doutrina de Empédocles “pode ser vista como uma primeira síntese filosófica. Substitui a busca dos jônios de um único princípio das coisas pelos quatro elementos: fogo, terra, água e ar; combina ao mesmo tempo o ser imóvel de Parmênides e o ser em perpétua transformação de Heráclito, salvando ainda a unidade e a pluralidade dos seres particulares” (Kuhnen, R. F., in: “Os Pensadores”, vol. I, Pré-Socráticos, p. 219).

⁵² Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 705-715, p. 48. Em latim: “*quapropter qui materiem rerum esse putarunt / ignem, atque ex igni summam consistere posse, / et qui principium gignundis aera rebus / constituere, aut umorem quicumque putarunt / fingere res ipsum per se, terramue creare / omnia, et in rerum naturas uertier omnis, / magno opere a uero longe derrasse uidentur. / adde etiam qui conduplicant primordia rerum, / aera iungentes igni terramque liquori, / et qui quattor ex rebus posse omnia rentur / ex igni,*

Lucrécio compreende que todas as coisas se compõem de partículas mínimas que se agregam, entremeando-se e também alternando-se com o vazio. Daí, parecer-lhe um total descalabro associar o fogo, a água, a terra e o ar a elementos constituintes dos corpos⁵³. Nesse ponto, afasta-se amplamente da compreensão vitruviana, mas também daqueles filósofos cujas obras viriam a constituir as bases do pensamento ocidental moderno – Platão e Aristóteles. Assim, para Vitruvius, todos os corpos são constituídos por esses princípios – o calor, a umidade, a terra e o ar – aos quais os gregos chamavam στοιχεῖα⁵⁴ (*stoicheia*), afirma. E da mistura e combinação desses princípios é que são concebidos naturalmente todos os seres vivos do mundo, completa. Desse modo se estabelece uma espécie de equilíbrio fundamental pela participação dos quatro princípios naturais na composição dos seres. O mundo vitruviano, nesse sentido e à primeira vista, parece aproximar-se da concepção aristotélica, segundo a qual o mundo é pleno, porque totalmente ocupado pelos elementos-essências, sem que haja a possibilidade de existência do vácuo ou do vazio⁵⁵ como constituinte fundamental. Vitruvius ressalta que desajustes quanto aos princípios elementares promovem danos aos corpos:

portanto, quando naqueles corpos o calor supera os demais princípios, aniquila, então, e corrompe os outros pela fervura. Sob certas orientações celestes, essas agressões, ao

terra, atque anima procrescere, et imbri” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 705-715, p. 27).

⁵³ Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 685-692, p. 47: “mas a minha opinião é a seguinte: há certos elementos cuja reunião e cujos movimentos, ordem, posição, feitos, produzem o fogo, e que, desde que mudem de aspecto, mudam a natureza dos corpos; porém, não se parecem com o fogo nem com qualquer de outras coisas perceptíveis aos sentidos e capazes de nos fazer sentir o seu contato. Dizer depois, como ele [Heráclito] diz, que tudo é fogo, que nada há de real entre as coisas senão o fogo, parece-me o cúmulo da loucura”.

⁵⁴ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 5), p. 23. Quanto aos quatro princípios elementares, Vitruvius utiliza dois grupos de denominações: “*calor, umor* (e a variante *liquor*), *terrenum, aer*”, bem como “*ignis, aqua, terra, aer*”. A primeira série ocorre com muito mais frequência e é aplicada para explicar as decorrências do excesso ou da falta de algum elemento sobre os corpos. A segunda série de termos aparece apenas em três passagens (II, 2, 1; VIII, pref., 1; II, 5, 2) relacionadas à menção das teorias elementares. Em II, 5, 3 os dois grupos de termos se mesclam (Courrènt, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 124). Vale ainda ressaltar, de acordo com Courrènt, que *umor-liquor aer*, e *calor*, são os “atores da transformação”, ao passo que *aqua* e *ignis* são entidades materiais (ibid., p. 124). Isto é, dentro de um esforço de precisão de emprego vocabular, Vitruvius, segundo os estudos de Louis Callebaut, reserva, por exemplo, o termo *aqua* para água, enquanto massa líquida, geograficamente localizável. Já o termo *umor* serve para definir a água como elemento líquido ou o princípio úmido que pode se manifestar como vapor, umidade, líquidos presentes na terra, ou no corpo humano (ibid., n. 11, p. 124). Aristóteles diferencia elementos-essenciais (fogo, água, terra e ar), lugares naturais (água, terra e ar) e qualidades da matéria (calor, úmido, terreno e ar), cf. n. 55 e 62 deste capítulo.

⁵⁵ Segundo Chauvi, o mundo é pleno porque “totalmente ocupado pelas cinco essências e seus lugares naturais, de sorte que o vazio ou o vácuo não existe. Aristóteles irá marcar o Ocidente, até o século XVII, com a negação do vácuo (a frase célebre que permanece no pensamento científico ocidental é: ‘a natureza tem horror ao vazio’)” (Chauvi, M. “Introdução à História da Filosofia, vol. 1 – Dos Pré-socráticos a Aristóteles, p. 414). Cumpre observar que os elementos-essenciais para Aristóteles são: terra, água, ar, fogo e éter. Deles, compõem-se todos os seres possíveis do universo, ao mesmo tempo em que “esses elementos-essências são lugares naturais de todas as coisas existentes” (ibid., p. 414). Vitruvius diverge da doutrina aristotélica ao apresentar quatro princípios apenas, sem mencionar a esfera de éter, que, ademais, extrapola seu campo de interesse.

incidirem sobre os poros abertos, mais fazem o corpo férvido do que consentem uma boa constituição natural (*naturali temperatura*) consoante as misturas. Do mesmo modo, se o úmido ocupou os poros dos corpos e os alterou, os outros princípios, corrompidos pelo líquido, diluem e dissolvem as virtudes das composições. Igualmente, agressões são impostas aos corpos pelo esfriamento do úmido com os ventos e com as brisas. Tanto como a composição de ar e de terra para os corpos naturais, que, aumentando ou diminuindo, enfraquece os outros princípios: o excesso de terra em relação à abundância de alimento, o excesso de ar quanto ao peso do céu⁵⁶.

A passagem mostra que não apenas o excesso de calor, conforme já havia sido assinalado, provoca danos aos corpos. O calor agride os corpos, conduzindo-os ao caminho da fervura, o que compromete a *temperatura*, a constituição, ou a combinação bem proporcionada dos princípios que os compõem. Mas o úmido corrompe também, abalando as virtudes dos corpos enfraquecidos. O esfriamento do elemento líquido dos corpos por meio do ar em movimento, como vento ou brisa, atinge também os corpos. A proporção de terra nos corpos naturais, se desmedida, altera as quantidades dos outros componentes dos corpos e a consequência desse desequilíbrio é, por exemplo, o comprometimento da abundância na produção de alimentos. O trecho é finalizado com uma sentença breve e lacônica, “*aer gravitate caeli*”, indicando que uma alteração na quantidade do elemento ar provocaria uma alteração no “peso do céu”⁵⁷. O trecho “*e refrigerationibus umoris uentorum et aurarum infunduntur uitia*

⁵⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 6), p. 23: “*ergo in quibus corporibus cum exsuperat e principiis calor, tunc interficit dissoluitque cetera feruore. Haec autem uitia efficit feruidum ab certis partibus caelum, cum insidit in apertas uenas plus quam patitur e mixtionibus naturali temperatura corpus. Item si umor occupauit corporum uenas inpaesque eas fecit, cetera principia, ut a liquido corrupta, diluuntur et dissoluuntur compositionibus uirtutes. Item haec e refrigerationibus umoris uentorum et aurarum infunduntur uitia corporibus. Non minus aeris etiamque terreni in corpore naturalis compositio augendo aut minuendo infirmat cetera principia: terrenum cibi plenitate, era gravitate caeli*”. A edição de Frank Granger, baseada no manuscrito mais antigo, o *Harleianus* 2767, provavelmente do século oitavo, traz uma ligeira diferença com *terrena* em vez de *terrenum* da edição francesa, Les Belles Lettres, de 1990. Então, segundo Granger, temos “[...] *infirmat cetera principia terrena cibi plenitate, aer gravitate caeli*”, traduzido ao inglês pelo editor: “[...] weakens the other elements; the earthy by repletion of food, the aerial, by the heavy climate” (Vitruvius, Book I – I, 4, 6, p. 38-39). Na edição de Granger, tem-se *terrena*, plural do neutro *terrenum*, que tende a se confundir com as duas palavras anteriores também de gênero neutro: *cetera principia*. Na edição de Fleury, restitui-se o nominativo *terrenum*, talvez em analogia ao nominativo *aer* da sentença seguinte e seguindo provavelmente a edição de Rose (cf. nota IV, 6, em Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, p. 23). Fleury aponta ainda outras variantes encontradas em manuscritos, como *terreni* (nos manuscritos *G, H, W, S e e*), *terreno* (em *L*), *terrae* (em *f e p*), *terram* (em *V, P, v, f, l, b, c, e h*), cf. nota IV, 6, em Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, p. 23.

⁵⁷ De acordo com a física aristotélica, “a Terra é uma esfera em repouso no centro do universo” (Chauí, M., “Introdução à História da Filosofia, vol. 1 – Dos Pré-socráticos a Aristóteles, p. 413). Essa afirmação pode ajudar a que se tente uma interpretação ao menos do pano de fundo da escrita da passagem vitruviana, embora não se mostre de todo suficiente, já que quando Vitruvius fala em *aer gravitate caeli* não parece referir-se exatamente ao mundo celeste de acordo com as proposições aristotélicas. Para Aristóteles: “os movimentos para o alto e para baixo são próprios das quatro essências ou quatro elementos que compõem os corpos naturais (água, ar, terra e fogo). Como o lugar natural é definido pelo peso do corpo, compreendemos que os corpos nos quais predomina a terra, o lugar natural seja para baixo (uma pedra lançada na água, afunda); naqueles em que predomina a água o

corporibus”, de I, 4, 6, remete ainda à terminologia empregada, bem como à ideia de contaminação por aspersão, presentes na passagem em que se afirmava que as brisas matutinas (*aurae matutinae*)⁵⁸ se unem às névoas originadas nos pântanos (*ortae nebulae*), transportando a partir dessas áreas as emanções envenenadas das bestas.

Em I, 4, 6, Vitrúvio falava ainda de uma *naturali temperatura* para os corpos, isto é, a constituição bem dosada, naturalmente bem ajustada, entre os princípios elementares que compõem os corpos. Embora o autor tenha insistido mais sobre os danos provocados pelo calor em excesso – o que deveria ser uma preocupação inicial ao estabelecimento de cidades e edifícios –, os desequilíbrios que envolvem os outros princípios são mencionados pelo autor. Percebe-se no comentário tecido acerca dos quatro princípios uma abordagem ampla, isto é, dirigida aos corpos de maneira abrangente. O calor demasiado prejudica o corpo humano, mas também o armazenamento de grãos, e pode chegar mesmo a liquefazer o ferro. Essa gradação, que vai do corpo do homem ao mineral, mostra em Vitrúvio o movimento no sentido de expandir a reflexão aos componentes de todas as coisas, de modo que a *naturali temperatura* está em toda parte, em todos os corpos. E aí se inclui o úmido, ou o líquido, que, em desequilíbrio, pode provocar danos aos corpos, tanto quanto o ar e a terra destemperados, ou desproporcionados. Fala-se, portanto, em um equilíbrio na constituição natural pela combinação ou dosagem proporcional dos quatro princípios elementares, que antecede os indivíduos das espécies, estabelecendo as condições gerais de existência dos seres animados e inanimados.

A constituição dos animais

Na sequência do texto, Vitrúvio passa a tratar da constituição dos animais, convidando o leitor a perscrutar a natureza das aves, dos peixes e dos animais terrestres, bem como suas combinações constitutivas quanto aos princípios:

lugar natural tende a ser a superfície, mas ainda sob a água (os peixes permanecem na superfície sob a água, não descendo para o centro do mundo); naqueles onde predomina o ar, o lugar natural é para cima (uma bolha de ar aberta na água sobe para fora e acima da superfície); naqueles em que predomine o fogo, o lugar natural também é para o alto, pois o fogo arde para o alto. Assim, o centro do mundo é a terra, depois o ar, e por último o fogo, que constitui o ponto mais alto do mundo sublunar e a última esfera do sensível antes do início do mundo celeste ou das sete esferas de éter (ibid., p. 413).

⁵⁸ Cf. DA, (I, 4, 1). Cf. n. 30 supra.

mas se alguém quiser entender essas coisas mais diligentemente, deve direcionar a atenção e observar a natureza das aves, dos peixes e dos animais terrestres, considerando, assim, as diferentes constituições [*temperaturae*]. Com efeito, o gênero das aves tem uma mistura [de princípios elementares], o dos peixes outra, e muito diversa é a natureza dos animais terrestres. Os alados têm menos do elemento terra, menos do úmido, moderadamente de calor, muito de ar; portanto, a partir dos princípios mais leves de que sua mistura é composta, com mais facilidade sustentam o movimento no ar. A natureza aquática dos peixes, que tem moderadamente do quente, é composta de uma mistura que tem muito de ar e de terra, mas muito pouco de úmido, de modo que quanto menos do princípio úmido tenha no corpo, mais facilmente perduram no úmido; é por isso que, quando levados à terra, deixam a vida com a água. Do mesmo modo, os terrestres, por possuírem moderadamente os princípios de ar e de calor, pouco de terra e muito de úmido, e por terem abundantes partes úmidas, não podem assistir à vida na água durante muito tempo”⁵⁹.

Cada gênero de ser encerra uma determinada mistura de princípios elementares, afirma o autor. Assim, os alados, têm pouco do elemento terra, pouco do úmido, uma porção moderada de calor e muito de ar, numa composição mais leve e que torna mais fácil o voo pelo céu. A natureza aquática dos peixes envolve uma combinação do quente, mas sobretudo de ar e de terra, e muito pouco do úmido, para que possam perdurar mais em meio aquoso. Explica-se, assim, que morram os peixes quando levados à terra – por terem pouco de água em sua composição, perecem quando retirados desse meio e são introduzidos no seco, devido à falta daquele princípio. Os terrestres apresentam em sua composição ar, calor, pouco de terra e muito de úmido, de modo que não sobrevivem na água, pelo excesso desse elemento. O relato da constituição das aves destoa um pouco dos demais – os aquáticos só vivem na água por terem pouco desse elemento e os terrestres vivem no seco por terem pouco de terra. Mas os alados têm muito de ar, sendo esse seu ambiente. De fato, no trecho, Vitruvius não avança no sentido de alguma explicação para essa aparente contradição.

⁵⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 8), p. 24: “*sed si qui uoluerit diligentius haec sensu percipere, animaduertat attendatque naturas auium et piscium et terrestrium animalium et ita considerabit discrimina temperaturae. Aliam enim mixtionem habet genus auium, aliam piscium, longe aliter terrestrium natura. Volucres minus habent terreni, minus umoris, caloris temperatae, aeris multum; igitur leuioribus principiis compositae facilius in aeris impetum nituntur. Aquatiles autem piscium naturae, quod temperatae sunt a calido plurimunque ex aeris et terrenum sunt compositae, sed umorisoppido quam paulum, quo minus habent e principiis umoris in corpore, facilius in umore perdurant; itaque cum ad terram perduncunt, animam cum aqua reliquunt. Item terrestria, quod e principiis ab aere caloreque sunt temperata minusque habent terreni plurimumque umoris, quod abundant umidae partes, non diu possunt in aqua uitam tueri*”.

Vale notar, tal como aponta Fleury⁶⁰, a distância separando o entendimento vitruviano da doutrina aristotélica que, por vezes, parece lhe servir de referência, no que diz respeito à relação entre os princípios que compõem os animais e o meio em que vivem. Mas, para Aristóteles, nos animais aquáticos predomina a água, nas plantas a terra, nos alados o ar e nos terrestres o fogo⁶¹, de modo que o elemento predominante dos seres coincide com a região mais própria a eles – o oposto do que asseverara o arquiteto para os aquáticos e para os terrestres. Quanto aos alados, Vitruvius e Aristóteles inicialmente pareceriam coincidir, no que concerne à proposição de que as aves, as quais têm muito do elemento ar, vivam nessa região. As demonstrações presentes no *Da Respiração* de Aristóteles distinguem três meios naturais (ar, terra e água) e quatro qualidades da matéria (úmido, seco, frio e quente)⁶². E, de acordo com

⁶⁰ Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 2, p. 129: “Vitruve est en contradiction totale avec Aristote pour ce qui concerne le rapport entre la constitution des animaux et le milieu dans lequel ils vivent. Pour Aristote (Resp. 19, 477a, 27-31) les animaux aquatiques sont formés avec davantage d’eau, les animaux terrestres avec davantage de feu et les corps humides se conserveront mieux dans l’eau, les corps secs au sec. Aristote rejette expressément la théorie d’Empédocle à laquelle semble se rattacher Vitruve avec cependant des nuances [...] (ibid., 20, 477b)”.

⁶¹ Aristote, “De la respiration”, in “Psychologie d’Aristote: Opusculs (*Parva Naturalia*)”, traduction: Barthélémy Saint-Hilaire, Paris, Dumont, A L’Institut, 1847, 13, 477a, §5: “τὴν δ’ ἐξ ἀνάγκης καὶ τῆς κινήσεως αἰτίαν καὶ τὰ τοιαῦτα δεῖ νομίζειν συνιστάναι ζῶα καθάπερ καὶ μὴ τοιαῦτα πολλὰ συνέστηκεν· τὰ μὲν γὰρ ἐκ γῆς πλείονος συνέστηκεν, οἷον τὸ τῶν φυτῶν γένος, τὰ δ’ ἐξ ὕδατος, οἷον τὸ τῶν ἐνύδρων· τῶν δὲ πτηνῶν καὶ πεζῶν τὰ μὲν ἐξ ἀέρος τὰ δ’ ἐκ πυρός. Ἐκαστὰ δ’ ἐν τοῖς οἰκείοις τόποις ἔχει τὴν τάξιν αὐτῶν”. Na tradução de Saint-Hilaire: Il faut penser, de plus, que la cause nécessaire qui est produite par le mouvement, a composé aussi les animaux de cette façon, comme elle a encore composé, d’une façon toute différente, beaucoup d’autres êtres. Ainsi, dans la constitution des uns, il entre plus de terre, comme dans les plantes ; dans celle des autres, c’est l’eau qui prédomine, comme dans les aquatiques. Quant aux oiseaux et aux animaux terrestres, les uns sont formés d’air, et les autres, de feu; et chacun d’eux a sa place régulièrement assignée dans des lieux qui lui sont propres (Aristote, “De la respiration”, in “Psychologie d’Aristote: Opusculs (*Parva Naturalia*)”, traduction: Barthélémy Saint-Hilaire, Paris, Dumont, A L’Institut, 1847, 477a, §5. Disponível em:

<<http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/respiration1.htm>>. Acesso: 12/09/2019).

Segundo a tradução de Ross: “for some a grater proportion of earth in their composition, like plants and others, e.g. aquatic animals, contain a larger amount of water; while winged and terrestrial animals have an excess of air and fire respectively. It is always in the region proper to the element preponderating in the scheme of their constitution that things exist” (Aristotle, “On Breathing”, 19, 477a, in: “On Youth and Old Age, On Life and Death, On Breathing”, translated by G. R. T. Ross, disponível em:

<http://classics.mit.edu/Aristotle/youth_old.mb.txt>, acesso em 31/10/2017).

⁶² Vê-se que, em Aristóteles, as qualidades da matéria podem estar em oposição com o lugar, mas a matéria não. Ao mesmo tempo, o excesso de um elemento na matéria se conserva melhor em meio oposto, permitindo equilibrar esse excesso: “αἱ μὲν οὖν φύσεις τῆς ὕλης, ἐν οἷσπερ τόπῳ εἰσὶ, τοιαῦται οὔσαι τυγχάνουσιν, αἱ μὲν ἐν ὕδατι ὑγραί, αἱ δ’ ἐν τῇ γῇ ξηραί, αἱ δ’ ἐν τῷ ἀέρι θερμαί· [478a] αἱ μὲντοι ἕξεις αἱ μὲν υπερβάλλουσαι θερμότητι ἐν ψυχρῷ, αἱ δὲ τῇ ψυχρότητι ἐν θερμῷ τιθέμεναι σφύζονται μᾶλλον· ἐπανισοῖ γὰρ εἰς τὸ μέτριον ὁ τόπος τὴν τῆς ἕξεως ὑπερβολήν. Τοῦτο μὲν οὖν δεῖ ζητεῖν ἐν τοῖς οἰκείοις τόποις ἐκάστης ὕλης καὶ κατὰ τὰς μεταβολὰς τῆς κοινῆς ὥρας· τὰς μὲν γὰρ ἕξεις ἐνδέχεται τοῖς τόποις ἐναντίας εἶναι, τὴν δ’ ὕλην ἀδύνατον Aristote, “De la respiration”, in “Psychologie d’Aristote: Opusculs (*Parva Naturalia*)”, traduction: Barthélémy Saint-Hilaire, Paris, Dumont, A L’Institut, 1847, 14, 477b-478a, §8. Disponível em:

<<http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/respiration1.htm>>. Acesso: 12/09/2019). Tradução de Saint-Hilaire: “ainsi donc, les natures diverses de la matière, dans quelque lieu qu’elles soient placées, sont ce qu’est ce lieu, humides dans l’eau, sèches sur la terre, chaudes dans l’air. [478a] Mais cependant les qualités de cette matière se conservent mieux, quand elles ont un excès de chaleur, dans le froid, et quand elles ont un excès de froid, dans la chaleur, parce qu’alors le lieu rétablit en un juste équilibre l’excès de la qualité. Il faut donc que les êtres cherchent cet équilibre dans les lieux qui sont particulièrement propres à chaque organisation, et selon les variations du climat commun. Il se petit bien que les qualités de la matière soient en opposition avec les lieux, mais la matière elle-même ne saurait jamais y être”.

Courrént, quando Aristóteles afirmava que as espécies se conservam idealmente permanecendo no meio que constitui seu princípio elementar predominante, referia-se a seres que possuíam uma quantidade moderada daquele princípio elementar⁶³. Nesse caso, vê-se que mesmo o exemplo vitruviano dos seres alados destoa da filosofia aristotélica, na medida em que eles têm muito de ar, isto é, uma quantidade excessiva e não moderada do elemento preponderante de sua composição, identificado com o meio em que vive. Por outro lado, Aristóteles chega a afirmar que as qualidades da matéria, quando em excesso, conservam-se melhor em meio oposto, o que vale também para os animais⁶⁴. Por exemplo, as qualidades da matéria que têm excesso de calor se conservam melhor no frio e as que têm excesso de frio se conservam melhor no calor. Courrént afirma que “esse princípio é válido também em Vitruvius, para explicar a constituição de certas categorias: assim, os peixes vivem na água porque sua constituição comporta muito pouco de água e os animais terrestres, sendo excessivamente úmidos, não podem subsistir na água”⁶⁵.

Das aproximações e distanciamentos entre as passagens vitruvianas e aquelas de Aristóteles resta a constatação de que certas ideias aristotélicas tomam parte na obra sobre arquitetura. Entre outros pontos, a evocação vitruviana das aves diverge, entretanto, do pensamento aristotélico. De fato, a investigação desenvolvida no *Da Respiração* destoa do *De Architectura*, detendo-se sobre a presença ou ausência do sangue em circulação, do calor e do resfriamento para explicar o fenômeno da respiração, do envelhecimento e da morte. Ademais, infere-se que Vitruvius não teria tido acesso direto à obra do Estagirita⁶⁶. A descrição da composição das aves poderia conferir coerência demonstrativa a um discurso cuja pretensão fosse apresentar um quadro exaustivo das composições dos animais, propõe Courrént⁶⁷. Não

⁶³ Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 128.

⁶⁴ Aristote, “De la respiration”, in “*Psychologie d’Aristote: Opusculs (Parva Naturalia)*”, traduction: Barthélémy Saint-Hilaire, Paris, Dumont, A L’Institut, 1847, 14, 477a, §5: “Τῶν μὲν γὰρ ἕξεων τοὺς τὰς ὑπερβολὰς ἔχοντας οἱ ἐναντίοι τόποι καὶ ὥραι σφύζουσιν, ἡ δὲ φύσις ἐν τοῖς οἰκείοις σφύζεται μάλιστα τοῖσι. Tradução de Saint-Hilaire: “Il est bien vrai que les lieux et climats qui ont, à un degré éminent, les qualités contraires à celles de l’animal, contribuent à le conserver. Mais il n’en est pas moins certain que la nature de tout être se conserve, surtout dans les lieux qui lui sont particulièrement propres”.

⁶⁵ Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 128.

⁶⁶ Ibid., p. 127: “é mais que provável que Vitruvius não tenha lido diretamente, nem mesmo resumos presentes em manuais, a obra de Aristóteles: as duas referências a seu nome, que não se relacionam a qualquer ponto particular de sua teoria, foram, com toda evidência, tomados de empréstimo de uma lista de naturalistas encontrada em uma doxografia”. Como justificativa à afirmação de que Vitruvius não teria lido Aristóteles, Courrént remete à passagem do *Da Respiração* (14, 477a-b) em que o Estagirita refuta a ideia de Empédocles de que os animais mais quentes são aquáticos. Vitruvius afirma que os aquáticos têm uma quantidade moderada de calor (I, 4, 7). Cf. ainda Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 2, p. 129. Courrént também encontra pontos precisos de aproximação de desenvolvimentos do *De Architectura* com outras obras aristotélicas, como *Da juventude e da velhice* (de que o *Da Respiração* constitui a parte final) e o *Da longevidade e brevidade da vida* (Courrént, op. cit, p. 130).

⁶⁷ Ibid., p. 126.

haveria de ser sem propósito a imagem da ave em movimento, plena, no meio constituído pelo princípio elementar predominante em sua composição, contrastando com as descrições dos animais aquáticos e terrestres, os quais, pelo excesso de elementos predominantes, parecem ao deixar o meio de princípio oposto. Ao mesmo tempo, esse quadro de composição dos animais poderia indicar a adesão a determinadas correntes filosóficas baseadas na doutrina de Empédocles, mas que não nos chegaram. O pensamento do autor de Agrigento compõe um referencial importante para boa parte das investigações sobre a natureza entre os antigos⁶⁸. Tais afinidades e discrepâncias importantes entre o escrito vitruviano e suas possíveis fontes podem nos conduzir à conclusão de que a elaboração do *De Architectura* recorreu a compilações, resumos, enfim, à doxografia de autores antigos. Ao mesmo tempo, nos leva a pensar que Vitruvius não estava apenas reproduzindo fragmentos de doutrinas em sua obra, mas elaborando uma abordagem própria em torno de certos fenômenos naturais e em conformidade às necessidades encontradas no desenvolvimento de sua doutrina sobre arquitetura.

Saúde, corpos, animais

O Livro Primeiro do *De Architectura*, após tratar das disciplinas e erudições necessárias à formação do arquiteto, bem como das partes constitutivas da arquitetura e suas divisões, volta-se para a apresentação dos princípios ao estabelecimento dos recintos urbanos⁶⁹. O primeiro deles trata da escolha do lugar salubre e a escrita envereda para as questões naturais, concernentes à composição dos corpos em seus princípios elementares. A exposição encampa ainda a constituição dos animais, em relação à qual Vitruvius solicita a cuidadosa atenção do leitor, necessária à compreensão da matéria mais ampla dos princípios naturais, que estão nas bases do pensamento sobre arquitetura que ali se erige. Abranger a composição animal pode

⁶⁸ Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 127: “o sistema empedocleano, por outro lado, muito difundido no pensamento latino, influenciou fortemente a teoria física de Vitruvius, sem que seja certo que ele tenha sido capaz de associar ao nome do pensador grego as ideias que lhe toma frequentemente, e que provinham, na sua época, da *doxa*”.

⁶⁹ Nas recentes edições do *De Architectura*, a parte mencionada do Livro I, e que concerne à orientação da busca pelo lugar salubre, é definida como capítulo IV. Essa divisão já se encontra nos manuscritos, dos quais o mais antigo data do século IX (Fleury, Ph. “Introduction”, p. LIII, in: Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre I; cf. ainda Krinsky, C. H., “Seventy-eight Vitruvius manuscripts”, in: *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 30, p. 36-70, 1967). Segundo Fleury, de modo geral, os manuscritos mantêm uma divisão do Livro I em doze capítulos, com rubricas dentre as quais o editor escolheu sete, ainda que seja pouco provável que a divisão remonte ao próprio Vitruvius (Fleury, Ph. “Introduction”, p. LXXVI-LXXVIII, in: Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre I).

parecer um alargamento excessivo aos desenvolvimentos esperados de um tratado de arquitetura. Mas não se pode perder de vista a declaração vitruviana de que nos Dez Volumes tratou de abarcar todas as matérias indispensáveis à disciplina do arquiteto (*namque his uoluminibus aperui omnes disciplinae rationes*)⁷⁰. Desenvolvimentos centrais do arrazoado envolvem uma raciocinação sobre a natureza, que, em última instância, perpassa todo o processo de trabalho do arquiteto, desde a escolha do sítio, a orientação adequada de cidades e edifícios, a lida com materiais naturais, a adução das águas, a construção de máquinas e principalmente a composição dos edifícios em conformidade à *symmetria*⁷¹. A fundamentação conceitual acerca dos princípios elementares anunciada no Livro I é mobilizada em movimentos textuais posteriores, ao longo dos demais volumes, mas sobretudo no Livro II que trata dos materiais, além do Livro VIII que versa sobre as águas. O Livro IX, sobre a gnomônica, e o Livro X, dedicado à mecânica, guardam ainda relações com uma concepção de natureza. Assim, o excursus sobre os animais, no primeiro volume, pode ser entendido como componente dessa organização das proposições vitruvianas que se completam estando dispersas pelos volumes, embora o autor se esforce ainda por explicar a ligação ao leitor, entre as doutrinas físicas e a salubridade do sítio:

portanto, se as coisas são assim, tal como propusemos, vê-se que os corpos dos seres vivos são compostos a partir daqueles princípios, e julgamos que, seja pelo excesso, seja pela falta, elas sofrem e se corrompem. Não duvidamos que seja oportuno indagar com mais diligência de que modo poderemos eleger regiões ajustadíssimas quanto à orientação celeste, quando se demanda a salubridade pelas disposições nos recintos urbanos⁷².

A explicação dos princípios naturais não se desencontra com o pensamento sobre o meio circundante, próprio à arte edificatória. O movimento seguinte do texto reforça essa inclinação, ao apresentar o expediente empregado pelos antigos (*ueteres*) para avaliar as condições de salubridade de determinado local⁷³. Eles tratavam de imolar animais que pastavam pela área

⁷⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 3), p. 3.

⁷¹ Esse assunto será desenvolvido no capítulo 3.

⁷² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 8), p. 24: “*ergo si haec ita uidentur quemadmodum proposuimus et e principiis animalium corpora composita sensu et percipimus et e superationibus aut defectionibus ea laborare dissoluique iudicamus, non dubitamus quin diligentius quaeri oporteat uti temperatissimas caeli regiones eligamus cum quaerenda fuerit in moenium conlocationibus salubritas*”.

⁷³ Ibid., (I, 4, 9), p. 24-25: “*itaque etiam atque etiam ueterem reuocandam censeo rationem*”. Tradução: “assim, penso que é preciso recorrer reiteradamente aos procedimentos dos antigos”.

em que se queria estabelecer um ópido⁷⁴ ou um acampamento fixo⁷⁵, com a finalidade de inspecionar seus fígados. Se a primeira víscera estivesse escura (*liuida*) e defeituosa (*uitiosa*), outros animais eram sacrificados para saber se havia alguma doença ou algum problema no pasto local:

por isso, estimo que ainda e ainda as razões dos antigos devam ser evocadas. Pois, os antepassados, tendo imolado os animais que pastavam naqueles locais em que queriam constituir ópidos ou acampamentos fixos, inspecionavam os seus fígados. Se as vísceras do primeiro estivessem escuras e defeituosas, outros animais imolavam, duvidando se estivessem lesadas por uma morbidez ou pela pastagem. Após terem examinado múltiplas vísceras, e provando íntegra e plena a natureza dos fígados, em função da água e do pasto, ali constituíam suas fortificações; se, no entanto, encontrassem vísceras viciosas, saberiam que as futuras provisões pestilentas de água e alimento originadas naquele local seriam transferidas aos corpos humanos. Sendo assim, migravam, mudando de região à procura de salubridade em todas as coisas⁷⁶.

É preciso ter em mente que a inspeção da natureza dos fígados (*natura iocinerum*) dos animais do lugar constitui um parâmetro indicador da salubridade de um determinado sítio. Expediente prático transmitido pelos antigos, segundo relata o autor, esse exame descrito deixa entrever um modo de conceber o mundo como uma conjunto intimamente ligado, cujas partes se organizam em relações de dependência. Conectam-se seres inanimados – como a água –, vegetais – como os alimentos –, animais, que se valem desses recursos e, finalmente, o homem, que estuda como se inserir nesse conjunto, de modo que possa se preservar, conservando a saúde.

Para confirmar a relação entre as pastagens e a saúde dos animais, Vitruvius dá o exemplo de duas cidades cretenses, Cnossos e Gortina, uma à direita e a outra à esquerda do rio Protereus,

⁷⁴ Cidades fortificadas dos antigos romanos.

⁷⁵ Segundo Justino Maciel, a expressão *castra stativa* se refere a “acampamento fortificado permanente, acantonamento fixo, castro militar romano” (Vitruvius, Tratado de Arquitetura, n. 119, p. 87).

⁷⁶ Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 9), p. 25: “*itaque etiam atque etiam ueterem reuocandam censeo rationem. Maiores enim pecoribus immolatis quae pascebantur in his locis quibus aut oppida aut castra stativa constituebantur inspiciebant iocinera et, si erant liuida et uitiosa primo, alia immolabant dubitantes utrum morbo an pabuli uitio laesa essent. Cum pluribus experti erant et probauerunt integram et solidam naturam iocinerum ex aqua et pabulo, ibi constituebant munitiones; si autem uitiosa inueniebant, iudicio transferebant idem in humanis corporibus pestilentem futuram nascentem in his locis aquae cibique copiam et ita transmigrabant et mutabant regiones quaerentes omnibus rebus salubritatem*”.

na sequência da descrição do local insalubre identificado por meio da inspeção das vísceras portadoras de morbidez:

vê-se que isso ocorre pelo fato de que as propriedades salubres do pasto e do alimento são provenientes da terra, como se pode observar e reconhecer nos campos cretenses que ficam nas imediações do rio Protereu, em Creta, entre as duas cidades de Cnossos e Gortina. À direita e à esquerda do rio os animais pastavam; mas aqueles que pastavam próximos à Cnossos tinham o baço normal, enquanto aqueles na outra parte não tinham o baço apto. Daí, pois, os médicos, indagando sobre essa situação, encontraram uma erva a que os animais roíam fazendo o baço diminuir. Então, colhendo essa erva, curavam os doentes do baço por esse medicamento, que era chamado ὄσπληνον entre os cretenses. Isso permite saber que as propriedades dos locais, quer sejam pestilentos ou saudáveis, advêm naturalmente do alimento e da água⁷⁷.

No rebanho que pastava próximo à Cnossos observava-se o baço normal, mas aquele de Gortina não apresentava baço apto (*apparentem*). Investigando o lugar, os médicos descobriram uma erva que consumida pelo rebanho, diminuía-lhes o baço. Passaram a fazer uso dessa erva como medicamento para tratar as doenças do baço. Esse relato vitruviano procura reforçar a relação observada entre as propriedades naturais do lugar e a saúde. Ou seja, de imediato, a saúde dos animais é afetada pelo alimento e pela água. Mas, ao fim e ao cabo, Vitruvius tem em vista a saúde humana que analogamente haverá de se ver contaminada habitando local insalubre. Em adição, é pela *ratiocinatio*, expressa aqui pelos termos *cognoscere* e *scire*, que o arquiteto deve refletir sobre a escolha adequada do lugar à implantação dos recintos urbanos. Para tanto, deve conhecer os princípios naturais que constituem o meio e os corpos que constituem a natureza desde os elementos primordiais. Trata-se, sobretudo, de apreender um conjunto intimamente relacionado no interior da natureza, cujo entendimento se torna rota incontornável na escolha do sítio no qual se queira edificar.

⁷⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 10), p. 25-26: “*hoc autem fieri uti pabulo ciboque salubre proprietates terrae uideantur, licet animaduertere et cognoscere ex agris Cretensium qui sunt circa Pothereum flumen, quod est Cretae inter duas ciuitates Gnoson e Gortynam. Dextra enim et sinistra eius fluminis pascuntur pecora; sed ex his quae pascuntur proxime Gnoson <splenem habet>, si quae autem ex altera parte proxime Gortynam non habent apparentem splenem. Unde etiam medici quaerentes de ea re inuenerunt in his locis herbam quam pecora rodendo inminuerunt lienem. Ita eam herbam colligendo curant lienosos hoc medicamento, quod etiam Cretenses ὄσπληνον uocitant. Ex eo licet scire cibo atque aqua proprietates locorum naturaliter pestilentes aut salubres esse*”.

Natura e φύσις

O caráter normativo expresso pelo termo natureza entre os antigos não se depreende de imediato a partir da etimologia de φύσις, de acordo com Arthur Lovejoy e George Boas:

a palavra é, quanto à forma, um substantivo verbal derivado de φύειν, “gerar, produzir, dar à luz”, ou mais provavelmente do passivo φύεσθαι, “nascer ou ser produzido, ou vir a ser”; e a sua significação original, já amplamente perdida na Grécia clássica, era sem dúvida simplesmente ‘nascimento’ ou ‘origem’⁷⁸.

Para os estudiosos, a palavra φύσις foi fundamentalmente um sinônimo de γένεσις, e dessa equivalência teriam sido derivados os múltiplos sentidos de “natureza”, de modo que o termo *natura*, transpondo φύσις ao latim, ressoaria as conotações literárias e filosóficas do vocábulo grego⁷⁹.

Precisamente essa multiplicidade de sentidos denunciados já entre os antigos gregos, mas presentes até hoje em diversos idiomas ocidentais, pode ser identificada no *De Architectura*. Assim, quando Vitrúvio fala das “virtudes naturais” (*naturales uirtutes*) do ferro parece aproximar-se do uso que Lovejoy e Boas consideram o mais antigo emprego literário de natureza tomada como a “qualidade” ou o “caráter”⁸⁰, no sentido de uma característica própria. As virtudes naturais do ferro, sugadas pelo calor, determinam alterações em sua forma. Isto é, sob altas temperaturas o ferro perde sua “força”, seu “poder”, ou sua rigidez “natural”, própria, intrínseca, em condições normais.

Um outro emprego da palavra natureza, no sentido de uma característica transitória, fica evidente quando Vitrúvio fala das condições dos fígados dos animais de determinado lugar⁸¹.

⁷⁸ Lovejoy, A. O; Boas, G., “Primitivism and related ideas in Antiquity”, p. 103.

⁷⁹ Ibid., p. 103.

⁸⁰ Lovejoy e Boas (ibid., p. 103) encontram em Homero o que julgam o uso mais primitivo de φύσις como qualidade ou caráter, mais precisamente no canto X da Odisseia, quando Hermes dá a Odisseu a erva “moli”: “disse isso e deu-me a droga Argifonte, / após puxá-la do solo, e mostrou-me sua natureza. / Na raiz era preta, e ao leite assemelhava-se a flor; / os deuses chamavam-na ‘moli’” (Homero, Odisseia, tradução Christian Werner, X, 302-305, p. 313). Em grego: “ὥς ἄρα φωνήσας πόρε φάρμακον ἀργεῖφόντης / ἐκ γαίης ἐρύσας, καὶ μοι φύσιν αὐτοῦ ἔδειξε./ ῥίζη μὲν μέλαν ἔσκε, γάλακτι δὲ εἶκελον ἄνθος / μῶλυ δὲ μιν καλέουσι θεοί” (Homer. The Odyssey with an English Translation by A.T. Murray, PH.D. in two volumes. Cambridge, MA., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd. 1919, X, 302-305. Disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0012.tlg002.perseus-grc1:10.302-10.344>>.

Acesso: 13/09/2017.

⁸¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 9), p. 25.

A “natureza dos fígados” (*natura iocinerum*) é o que se propunha inspecionar. A “natureza” de um órgão refere-se ao estado, às condições e qualidades momentâneas presentes nele. Uma característica visível⁸², identificável, mas que não reflete um traço permanente daquele objeto. Isto é, podem existir fígados saudáveis e fígados doentes. A saúde ou a doença não são características definidoras do fígado e inerentes a essa espécie de órgão, mas podem estar presentes (para Vitrúvio, como índices das condições locais de salubridade) alternativamente (não é possível um órgão ser completamente são e completamente doente ao mesmo tempo) em órgãos singulares, isto é, em uma mesma região é possível que haja um animal com o fígado doente e outro com o fígado sadio. Nesse caso, então, a “natureza do fígado” expressa a constituição, ou a qualidade momentânea do fígado em um dado lugar (pois afetado por ele).

De outra parte, as ditas “virtudes naturais” do ferro, suas propriedades de rigidez e resistência (que lhe conferem a forma) são arrebatadas pelo calor, afirma Vitrúvio⁸³. Nem por isso deixa de ser ferro, mesmo liquefeito e fundido, recobrando suas características com o resfriamento. Logo, a condição proporcionada pelo calor subtrai do ferro “temporariamente” suas “virtudes naturais”, recobradas posteriormente pelo esfriamento. O exemplo do ferro e suas “virtudes naturais” parece indicar um sentido da noção de natureza que tende ao que se exprime por “inato” ou “inerente”, de maneira que na passagem vitruviana de I, 4, 3, diz-se que a resistência do ferro, ou suas *naturales uirtutes*, são subtraídas pelo calor e depois retornam com o esfriamento (*cum refrigeretur... redurescat et restituatur in antiquam proprietatem*)⁸⁴. Embora não seja possível explicar a mudança de estado do ferro, o vocabulário da restituição e do re-endurecimento, ou seja, do retorno a um estado físico, conduz à interpretação de uma qualidade permanente no ferro, muito embora possa sofrer alguma ordem de perturbação (no caso, pelo calor).

Vê-se, assim, que a palavra *natura* assume, no exemplo da inspeção das vísceras dos animais, um sentido de qualidade ou característica, sem, no entanto, implicar a significação de uma qualidade essencial intransferível ou inamovível⁸⁵. Trata-se da natureza exprimindo um

⁸² Lovejoy e Boas apontam que, tanto em Píndaro quanto em Ésquilo, *φύσις* usualmente diz respeito ao conjunto visível de características de uma dada pessoa ou de um dado objeto (Lovejoy, A. O; Boas, G., “Primitivism and related ideas in Antiquity”, p. 104). Direcionada também, todavia, às qualidades morais e intelectuais dos homens, os estudiosos vêem aí um processo de transição de sentido do termo *φύσις* que passa de “origem” (*birth*) a “característica inata ou qualidade” (*innate characteristic or quality*) até “característica” em geral, sendo o sentido de “origem” (*birth*) em grande parte sobrepujado e fadado ao esquecimento (ibid., p. 104).

⁸³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 3), p. 22.

⁸⁴ Ibid., (I, 4, 3), p. 22.

⁸⁵ Para Lovejoy e Boas, o termo *φύσις*, entendido como “qualidade inata”, “inerente”, “real” ou mesmo “natureza permanente”, pode assumir uma significação de “características superficiais, transitórias ou meramente aparentes” (Lovejoy, A. O; Boas, G., “Primitivism and related ideas in Antiquity”, p. 104). Os estudiosos fornecem exemplos

traço presente em algo momentaneamente (a condição do fígado, que pode ser íntegro ou lívido). Mas o outro emprego do termo natureza, no exemplo do ferro, aponta muito fortemente para o sentido de permanência (evidenciado pela descrição do retorno ao estado físico anterior à fusão), ainda que a mudança de estado desse mineral – passível de ser fundido – provoque dificuldades na explicação do processo sofrido.

O termo *physis* pode ainda se referir ao campo de estudo que investiga a constituição da matéria e das coisas no mundo, relacionando-se especialmente aos discursos dos filósofos gregos ditos pré-socráticos ou, por vezes, *physiologoi*⁸⁶. É comum atribuir-se a pensadores como Anaximandro, Anaxímenes, Heráclito, Parmênides, Empédocles, entre outros, obras intituladas “Sobre a Natureza”, ou “*Peri Physeos*” (περὶ φύσεως)⁸⁷. José Cavalcante de Souza nos adverte, todavia, que são pouco conhecidas as condições em que tais obras foram escritas, além de não se saber nem mesmo se receberam de pronto algum título, embora tenham sido aqueles autores a produzirem, ao menos em parte, as circunstâncias de utilização do título:

o destes primeiros escritos, com as exceções correspondentes a uma incipiente variedade de produção, é um só, talvez generalizado pela tradição: “*Peri Physeos*”, i. é, “Sobre a Natureza”. Isto é, em termos. Pois é muito provável que o que os gregos entendiam por “*physis*” absolutamente não coincide com o que nós, com nossa ciência e nossa tradição, entendemos por “natureza”. E, mesmo, sem exagerar, o nosso “sobre” que inadvertidamente colamos a “natureza”, conforme um velho hábito que em si abriga a possibilidade da dissertação erudita, talvez não corresponda também ao “peri” dos gregos, que é concretamente um “em torno de”, e portanto designa, com

da literatura grega antiga em que as ações reprováveis (constituindo uma natureza transitória) de determinados personagens não condiziriam com suas “naturezas permanentes” (ibid., p, 104).

⁸⁶ Em “A sentença de Anaximandro”, Martin Heidegger endossa a posição de Hegel ao afirmar que Aristóteles seria uma das principais fontes sobre a época mais antiga da filosofia, atitude essa já tomada pelo primeiro sucessor de Aristóteles: “Teofrasto morreu por volta de 286 a.C. Ele tinha escrito uma obra, *Physikōn dóxai*. ‘Opiniões daqueles que falam dos *phýsei ónta*’. Aristóteles também os chama *physiologoi*. Refere-se ele aos pensadores dos primórdios que tratam das coisas da natureza. *Physis* quer dizer: céu e terra, plantas e animais, como em certa medida, o homem. Esta palavra refere-se a uma região particular do ente que se delimita, de maneira geral, tanto em Platão como em Aristóteles, em face do *êthos* e *lógos*. *Phýsis* não possui mais a ampla significação da totalidade dos entes. O modo de ser dos entes no sentido de *phýsei ónta* é delimitado por Aristóteles no início das considerações temáticas da Física, isto é, da ontologia dos *phýsei ónta* em face dos *tékhnē ónta*. Os primeiros são aquilo que no seu emergir se produz a partir de si mesmo; os outros são aquilo que é produzido através da representação e do fazer humanos” (Heidegger, M., “A sentença de Anaximandro”, tradução: Ernildo Stein, in: “Os Pensadores”, vol. I, Pré-Socráticos, p. 27).

⁸⁷ Vale lembrar com José Cavalcante de Souza, a situação em que se deram essas primeiras obras, tendo ainda em mente as dificuldades de transmissão até nossos dias: “os escritos desses filósofos na íntegra se perderam todos, como a maior parte da riquíssima literatura grega. O que sobrou deles foram pequenos trechos, às vezes o correspondente a uma página, às vezes pedaços de frases, às vezes uma palavra, inseridos em textos que séculos depois (IV séc. a.C. – VI séc. d.C.) se escreveram e que, alguns por acaso, se salvaram. Sobraram também muitas notícias sobre a vida e a doutrina deles” (Souza, J. C., “Para ler os Fragmentos dos Pré Socráticos”, in: “Os Pensadores”, vol. I, Pré-Socráticos, p. 7).

relação ao escrito, e ao que está escrito, uma aproximação em círculo. Uma pequena diferença, que implica outra maior, a que abrange o nosso comportamento e o dos gregos com a linguagem, com a fala⁸⁸.

Em Platão, mais precisamente, Leis, 891c, Lovejoy e Boas identificam um registro de elaboração mais sistemática descrevendo a associação entre φύσις e as partes constitutivas da matéria pelos “*physiologoi*”, ao apontar-se que eles viam no fogo, na água, na terra e no ar os princípios de todas das coisas, nomeando tais elementos “natureza”⁸⁹. Interessa aqui observar que desde cedo era reconhecida a aproximação de φύσις aos quatro princípios elementares. Tal acepção também se atribui à *natura*, em Vitruvius, ao se mencionar o bom ajuste natural quanto às combinações dos quatro princípios elementares nos corpos (*naturali temperatura corpus*)⁹⁰, os quais podem se desestabilizar ou mesmo aniquilar-se pela presença desproporcional de quente, úmido, terra ou ar.

Em resumo, no Livro I do *De Architectura*, nas passagens que constituem o capítulo 4, é possível observar três sentidos da palavra *natura* em correspondência a três sentidos frequentes do termo grego φύσις: 1- aquele de qualidade ou caráter de algo, o que é inerente ou inato (como no caso do ferro, em I, 4, 3); 2- uma qualidade ou uma natureza transitória, superficial ou aparente (como no caso do fígado dos animais, em I, 4, 9); e 3- a natureza associada aos princípios elementares que constituem as coisas – fogo, água, terra e ar (I, 4, 5 e I, 4, 6 em relação à composição dos animais)⁹¹.

⁸⁸ Souza, J. C., “Para ler os Fragmentos dos Pré Socráticos”, in: “Os Pensadores”, vol. I, Pré-Socráticos, p. 7.

⁸⁹ Plato, Laws, (891c), in: Platonis Opera, ed. John Burnet, Oxford University Press, 1903: “κινδυνεύει γὰρ ὁ λέγων ταῦτα πῦρ καὶ ὕδωρ καὶ γῆν καὶ ἀέρα πρῶτα ἡγεῖσθαι τῶν πάντων εἶναι, καὶ τὴν φύσιν ὀνομάζειν ταῦτα αὐτά, ψυχὴν δὲ ἐκ τούτων ὕστερον”. Disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=urn:cts:greekLit:tlg0059.tlg034.perseus-grc1:10.891c>>.

Acesso em 14/09/2017. Lovejoy e Boas citam também uma passagem da Física (II, 193a ss.) em que Aristóteles expõe esse sentido de φύσις como o elemento primário das coisas, do mesmo modo que a madeira constitui a “natureza” da cama e o bronze a da estátua: “12- Δοκεῖ δ' ἡ φύσις καὶ ἡ οὐσία τῶν φύσει ὄντων ἐνίοις εἶναι τὸ πρῶτον ἐνυπάρχον ἐκάστῳ, ἀρρῦθμιστον <ὄν> καθ' ἑαυτό, οἷον κλίνης φύσις τὸ ξύλον, ἀνδριάντος δ' ὁ χαλκός” (Aristote, Physique, II, 193, Tome Deux, Livre II, Chapitre III). Disponível em:

<<http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/phys21.htm>>. Acesso: 15/09/2017). Na tradução francesa de Barthélémy Saint-Hilaire: “De même, il y a des gens qui s'imaginent que la nature et l'essence des choses que nous voyons dans la nature, consiste dans l'élément qui est primitivement dans chacune de ces choses, sans avoir par soi-même aucune forme précise. Ainsi, pour ces gens-là, la nature d'un lit, c'est le bois dont il est fait ; la nature d'une statue, c'est l'airain qui la compose” (Aristote, Physique, II, 193, Tome Deux, Livre II, Chapitre III, traduction française: J. Barthélémy Saint-Hilaire. Disponível em:

<<http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/phys21.htm>>. Acesso: 15/09/2017).

⁹⁰ Vitruve, “De L'Architecture”, Livre I, (I, 4, 6), p. 23.

⁹¹ Cf. ainda Lovejoy, A. O; Boas, G., “Primitivism and related ideas in Antiquity”, p. 104-106.

Materiais: *scientia e causa*

O autor explicitara o objetivo de, no Segundo Volume, tratar “dos recursos materiais, cuja reunião, a partir de alvenarias e madeiramentos, perfazem os edifícios para que tenham virtudes no uso”⁹². Conclui em seguida que à realização dessa tarefa é necessário examinar a constituição dos materiais que, enquanto corpos agrupados, dão corpo à arquitetura: “daí terei exposto e dito como se combinam ajustadamente os princípios da natureza das coisas”⁹³.

Após uma digressão pelos primórdios da humanidade (*initia humanitatis*), de que trataremos mais à frente, o autor se propõe a retornar à investigação sobre as propriedades dos materiais:

agora retomarei o propósito de tratar dos recursos materiais, assinalando quais são aptos ao acabamento dos edifícios. Raciocinarei sobre o modo pelo qual parecem ser criados segundo a natureza das coisas e como se constituem pelas misturas de princípios congregados, sem que se torne um assunto obscuro, mas evidente aos leitores. Pois, nenhum gênero de matéria, nenhum corpo, nenhuma coisa, pode ser pensado a não ser como produzido pela reunião dos princípios. Nem de outro modo a natureza das coisas admite receber explicações em conformidade aos preceitos dos físicos: a não ser que as causas inerentes às coisas, em relação a ‘como’ e a ‘o que’ sejam, possam receber demonstrações segundo sutis raciocínios⁹⁴.

A palavra empregada não poderia ser mais inequívoca acerca do procedimento anunciado: *ratiocinabor*, isto é, literalmente, “raciocinarei”. Devemos nos lembrar que no Livro I, Vitruvius afirmara que “a ciência do arquiteto nasce do fazer e do raciocinar”⁹⁵. E o movimento

⁹² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, pref., 5), p. 3: “*de materiae copiis, e quibus conlatis aedificia structuris et materiationibus perficiuntur, quas habeant in usu uirtutes*”.

⁹³ Ibid., (II, pref., 5), p. 3: “*exposuisssem quibusque rerum naturae principiis essent temperatae dixissem*”.

⁹⁴ Ibid., (II, 1, 9), p. 9: “*nunc reuertar et de copiis quae aptae sunt aedificiorum perfectionibus, quemadmodum uideantur esse ab natura rerum procreatae quibusque mixtionibus principiorum congressus temperentur, ne obscura sed perspicua legentibus sint, ratiocinabor. Namque nulla materiarum genera neque corpora neque res sine principiorum coetu nasci neque subici intellectui possunt, neque aliter natura rerum praeceptis physicorum ueras patitur habere explicationes, nisi causae, quae insunt in his rebus, quemadmodum et quid ita sint, subtilibus rationibus habeant demonstrationes*”.

⁹⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 1): “*ea nascitur ex fabrica et ratiocinatione*”. O trecho completo: “*architecti est scientia pluribus disciplinis et uariis eruditionibus ornata cuius iudicio probantur omnia quae ab ceteris artibus perficiuntur opera. Ea nascitur ex fabrica et ratiocinatione. Fabrica est continuata ac trita usus meditatio quae manibus perficitur e materia cuiuscumque generis opus est ad propositum deformationis. Ratiocinatio autem est quae res fabricatas sollertiae ac rationis pro portione demonstrare atque explicare potest*”. Tradução: “a ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e variadas erudições, seu julgamento prova tudo o que perfaz as obras de outras artes. Ela nasce do fazer e do raciocinar. O fazer é o contínuo e exercitado uso da

do *De Architectura* a que nos aproximamos agora trata justamente de elucidar o método vitruviano anteriormente indicado. Pois, à ação de fazer (*fabrica*) são indispensáveis os materiais. A utilização destes na fabricação dos edifícios não prescinde, contudo, de uma meditação acerca de seus princípios constitutivos. A obra construída requer do arquiteto, portanto, as mãos exercitadas, em perfeita sintonia com a capacidade de refletir até a profundidade requisitada pelos desafios concernentes à atividade. E, para o autor, é preciso que o arquiteto compreenda mesmo a natureza das coisas. Não obstante o sabor lucreciano da expressão *natura rerum*, ela diz respeito ao entendimento da constituição dos corpos compostos por diferentes misturas de princípios elementares, tal como explicado pelos “físicos”. Ora, essas conjunções de elementos estão distantes da concepção atomística apresentada por Lucrécio em seu *De Rerum Natura*, como veremos adiante. Mas, se a abordagem vitruviana quanto à constituição da matéria não coincide inteiramente com aquela lucreciana, é possível ainda identificar um ímpeto análogo em lançar-se ao entendimento das questões naturais, enquanto fundamento de um campo de reflexão.

O autor promete, no final do prefácio ao segundo livro, abordar a questão dos materiais disponíveis a serem reunidos para a realização da alvenaria e do madeiramento dos edifícios. O que se pretende é dar a conhecer as virtudes dos materiais ao uso (*in usu uirtutes*), isto é, suas qualidades físicas e suas potencialidades. Entender as propriedades mais recônditas dos materiais é desvelar a *ratio* dos constituintes físicos da arquitetura, com vistas ainda à *Vtilitas*, pelos usos dos lugares, pela adequação aos gêneros construtivos e pela comensuração dos recursos. Vitruvius insiste que antes de pormenorizar as disposições da arte edificatória é preciso ter apresentado o modo pelo qual os princípios se combinam na natureza das coisas (*quibusque rerum naturae principiis essent temperatae*), ou seja, é preciso falar como os elementos (fogo, água, terra e ar) tomam parte na composição dos materiais de construção. Afinal, para o arquiteto latino, não se pode prescindir do entendimento acerca das causas das coisas, o que significa explicar sua natureza mais íntima, sua origem e constituição⁹⁶.

preparação daquilo que se perfaz com as mãos a partir da matéria e com o propósito de conformação de cada gênero de obra. Já o raciocinar é aquilo que pode demonstrar e explicar as coisas fabricadas pela solécia e razão em suas porções”.

⁹⁶ Cf. DA, (II, 5, 2); Courrént, M., “*De architecti Scientia*”, p. 150.

Minerais

Para Vitrúvio, o conhecimento sobre os princípios elementares da matéria, constituídos por combinações dos quatro elementos, fundamenta o entendimento sobre as qualidades dos materiais empregados nos edifícios⁹⁷. Sobretudo as alterações que esses materiais podem sofrer interessam ao autor, o qual prescreve aqueles mais convenientes, segundo as propriedades naturais dos corpos. Em primeiro lugar, discorre-se sobre os tijolos, feitos de terra. Mas, ainda que a terra seja um dos princípios elementares, as propriedades dos solos variam, já que podem conter barro arenoso, pedras ou areia grossa⁹⁸. O solos que contêm esses componentes, produzem tijolos pesados e pouco resistentes às águas das chuvas⁹⁹. Por outro lado, os tijolos confeccionados a partir de terra esbranquiçada argilosa, terra vermelha ou saibro forte serão leves e dotados de firmeza (*firmitas*)¹⁰⁰, isto é, podem ser empilhados mais facilmente sem deixar de oferecer a integridade esperada aos elementos da construção. Espera-se igualmente

⁹⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 2, 2), p. 10: “*ex his ergo congruentibus cum res omnes coire nascique uideantur et hae in infinitis generibus rerum natura essent disparatae, putavi oportere de uarietatibus et discriminibus usus earum quasque haberent in aedificiis qualitates exponere, uti, cum fuerint notae, non habeant qui aedificare cogitant errorem, sed aptas ad usum copias aedificiis comparent*”. Tradução: “daí, portanto, parecendo todas as coisas agrupadas e produzias em acordos [de princípios elementares] e essas coisas sendo de naturezas diversificadas, segundo infinitos gêneros, julguei oportuno expor suas variedades e diferenças de uso, bem como as qualidades que possam oferecer aos edifícios, de modo que, sendo conhecidas, não sejam motivo de erro aos que cogitam edificar, mas que sirvam como provisões aptas ao uso nos edifícios”.

⁹⁸ DA, (II, 3, 1). É preciso distinguir os princípios elementares, a partir dos quais tudo mais é constituído, e a terra, tomada como uma porção de solo que frequentemente engloba diferentes materiais, dentre os quais pedra e areia. Ou seja, numa porção de solo não há necessariamente apenas o elemento terra. É preciso lembrar que, em I, 4, 7, quando Vitrúvio falava da composição dos animais, afirmava, por exemplo, que os peixes contêm muito de ar e terra (*plurimumque ex aeris et terreni*) em sua constituição e justamente por terem pouco do úmido vivem em meio aquático. Em II, 6, 5, Vitrúvio aponta a variedade de composição dos solos que variam com sua localização: “*omnibus locis et regionibus non eadem genera terrae nec lapides nascuntur*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 6, 5 - p. 19). Tradução: “não há em todos os lugares e regiões os mesmos tipos de terras nem de pedras”.

⁹⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 3, 1), p. 11. Segundo Courrént, a água é o fator principal de deterioração na física vitruviana (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, n. 68, p. 150), aplicada na passagem à intelecção das qualidades dos materiais presentes nos tijolos, cuja composição repercute diretamente no seu peso e integridade.

¹⁰⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 3, 1), p. 11: “*itaque primum de lateribus, qua de terra duci eos oporteat dicam. Non enim de harenoso neque calculoso neque sabuloso luto sunt ducendi, quod, ex his generibus cum sint ducti, primum fiunt graues, deinde, cum ab imbribus in parietibus sparguntur, dilabuntur et dissoluuntur paleaeque in his non cohaerescunt propter asperitatem. Faciendi autem sunt ex terra albida cretosa siue de rubrica aut etiam masculo sabulone. Haec enim genera propter leuitatem habent firmitatem et non sunt in opere ponderosa et facilius aggerantur*”. Tradução de M. Justino Maciel: “logo em primeiro lugar tratarei dos tijolos, dizendo de que qualidade de terra convém fazê-los. Pois não deverão ser elaborados a partir de barro arenoso, que tenha pedras ou areia grossa, porque, se forem produzidos a partir dessas variedades, resultarão, logo de início, pesados, e depois, quando nas paredes forem regados pelas chuvas, serão desfeitos e dissolvidos, além de que a palha não encontrará neles adesão, por causa da sua aspereza. Deverão, em contrapartida, ser confeccionados a partir de terra esbranquiçada abundante em argila, de terra vermelha ou ainda vigoroso saibro. Com efeito, essas variedades apresentam consistência devido à sua textura leve, não são pesadas na obra e argamassam-se facilmente” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel, São Paulo, Martins Fontes, 2007 - II, 3, 1 - p. 121).

do edifício como um todo que seja provido de *firmitas*, pela capacidade de resistir às adversidades do clima. A fabricação dos tijolos também ocupa a atenção de Vitrúvio, que indica que deve ser realizada na primavera e no outono, o que permite uma secagem uniforme, ao passo que no verão o sol escaldante acelera o cozimento exterior do tijolo sem que seu interior fique seco. Se isso ocorrer, o tijolo haverá de se contrair enquanto continua a secar internamente, rachando as partes exteriores que já estavam secas. Conclui Vitrúvio que assim, rachados, os tijolos se tornam frágeis. E eles deveriam mesmo ser fabricados dois anos antes do uso, completa. Ademais, a má preparação do tijolo há de repercutir nos revestimentos que também racharão, se os tijolos se contraírem¹⁰¹.

Dessas recomendações sobre os tijolos podemos extrair alguns pontos importantes acerca do método de reflexão vitruviano, envolvendo artifícios de lida com os materiais de construção. Entendidos como corpos constituídos por princípios elementares, estão expostos à degradação pelo calor do sol e pela água. Não apenas a água das intempéries, mas aquela que permanece no interior do tijolo que não passou adequadamente pelo processo de secagem. Ora, a água em seu interior provocará reações que desestabilizarão porções importantes da obra. A integridade e perenidade do edifício pressupõem a lida e a compreensão adequada dos comportamentos dos materiais, segundo suas constituições (*temperaturae*). Assim, na multiplicidade de solos que possam se prestar à fabricação de tijolos, aqueles mais adequados são apontados pela *ratiocinatio* do arquiteto, a partir de uma reflexão sobre a natureza dos corpos¹⁰². Segundo Courrént, “a teoria dos elementos serve de quadro conceitual à ordenação

¹⁰¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 3, 2), p. 11-12: “*ducendi autem sunt per uernum tempus et autumnale, ut uno tenore siccescant. Qui enim per solstitium parantur, ideo uitiosi fiunt quod, summum corium sol acriter cum praecoquit, efficit ut uideatur aridum, interior autem sit non siccus. Et cum postea siccescendo se contrahit, perrumpit ea quae erant arida. Ita rimosi facti efficiuntur inbecilli. Maxime autem utiliores erunt, si ante biennium fuerint ducti: namque non ante possunt penitus siccescere. Itaque cum recentes et non aridi sunt structi, tectorio inducto rigideque obsolidato permanente, ipsi sidentes non possunt eandem altitudinem qua est tectorium tenere, contractioneque moti non haerent cum eo, sed ab coniunctione eius disparantur*”. Tradução de M. Justino Maciel: “deverão ser confeccionados no tempo primaveril ou outonal, para secarem com uniformidade. Pois os que são argamassados no solstício ficam defeituosos, devido ao fato de o interior não ficar enxuto quando o sol queima violentamente a superfície exterior, fazendo-o parecer seco. E, quando posteriormente se contrair secando, destroça o que já estava seco. Assim, ficando rachados, tornam-se inconsistentes. Serão, por outro lado, muitíssimo mais vantajosos se confeccionados com dois anos de antecedência: com efeito, não podem secar completamente antes desse prazo. Por essa razão, quando são aplicados de feitura recente e não secos, permanecendo o revestimento aplicado rigidamente consolidado, os tijolos abatem-se, não podendo manter a mesma altura que apresenta o revestimento, e não aderem a ele, deslocados pela contração, separando-se da sua ligação” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, II, 3, 2, tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel, p. 121-122).

¹⁰² Conforme Courrént, “o discurso vitruviano sobre os materiais é constantemente uma explicação do diverso pelo simples, do indivíduo pela espécie, pela confrontação de dois referenciais: o cambiante e o imutável. Os mesmos princípios se aplicam à infinidade de formas que a matéria pode assumir. Minerais e vegetais, que constituem as duas categorias de materiais de construção, são, portanto, redutíveis às leis físicas já expostas no Livro I” (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 152).

da matéria”¹⁰³, uma vez que eles são dotados da imutabilidade de sua condição de princípios elementares, vindo a constituir a matéria que, ao contrário, é caracterizada pela disposição à mudança.

O comentário sobre a fabricação dos tijolos ilustra um modo de compreender a ligação entre os princípios elementares e as coisas, compostas por combinações daqueles. Os quatro princípios elementares primordiais são indivisíveis e imutáveis. A matéria das coisas no mundo, por outro lado, está exposta à mudança e à degradação que podem decorrer de acidentes ou da ação do tempo¹⁰⁴. Mas a intervenção humana e, mais precisamente, do arquiteto, ocorre no sentido de controlar o processo natural de degradação pela compreensão física do mundo. Trata-se, pois, de retirar, pela ciência, o artefato arquitetônico do curso corriqueiro de degenerescência dos materiais, estabelecendo-se os meios que garantam perenidade aos edifícios e elementos construídos pela durabilidade de seus materiais. À propósito, no Livro II, Vitruvius fala em um modo de dispor tijolos de diferentes dimensões, de maneira que a parte mediana desses tijolos seja assentada sobre a união que fica entre as fiadas inferiores. Com isso, obtém-se firmeza ao arranjo ao mesmo tempo em que se consegue uma vista venusta ao conjunto de peças construtivas que compõem a parede¹⁰⁵. Os campos da *Firmitas* e da *Venustas* são evocados na passagem e aparecem intrinsecamente solidarizados, como resultantes do conúbio entre *fabrica* e *ratiocinatio*. A compreensão física da natureza dos materiais reverbera enquanto característica visível no artefato construído.

Vitruvius prossegue enumerando tipos de areia, já que ela é parte integrante da alvenaria (*caementicia structura*). Com isso, suas qualidades físicas e sua composição material trazem

¹⁰³ Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 150.

¹⁰⁴ De acordo com Mireille Courrént, nas passagens do *De Architectura* dedicadas aos materiais: “não há, para cada espécie do mundo físico, um ‘estado de natureza’ imutável em relação ao qual viria agir a atividade humana; em contrapartida, a existência de cada indivíduo é uma longa degeneração da matéria contra a qual o homem pode agir para fixá-la em um determinado estado, que, dentro da ordem natural, seria momentaneamente útil. Remontar aos princípios das coisas, é, portanto, antes de tudo, libertar-se do tempo, ultrapassar a transitoriedade da matéria para alcançar a essência das espécies. Mas fixar (pela inteligência) a essência das espécies permite, por sua vez, agir sobre seus indivíduos, imersos na mudança. Na ideia de natureza, tal como o pensamento vitruviano a elabora, o tempo é assim o ponto de contato necessário entre a *ratiocinatio* e a *fabrica*” (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 151).

¹⁰⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 3, 4), p. 13: “*fiunt autem cum his lateribus semilateria. Quae cum struuntur, una parte lateribus ordines, altera semilateres ponuntur. Ergo ex utraque parte ad lineam cum struuntur, alternis coriis parietes alligantur et medii lateres supra coagmenta conlocati et firmitatem et speciem faciunt utraque parte non inuenustam*”. Tradução: “além disso, como estes, fazem-se meios tijolos. Quando se constrói, põem-se de um lado disposições regulares de tijolos e, de outro, meios tijolos. Dispõem-se na construção, em cada um desses lados com ajuda de um cordel e travam-se as paredes com fiadas alternadas, colocadas as partes médias dos tijolos sobre as juntas, assim produzindo de um lado e de outro **firmeza e uma vista venusta**” (Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel, II, 3, 4, p. 123, alterações nossas em negrito).

consequências para todo o conjunto edificado. O autor adverte que se não houver areais disponíveis na região da obra, a areia poderá ser extraída de rios, cascalhos ou mesmo do mar. Nesses casos, contudo, restam dificuldades quanto à capacidade de carga a ser recebida pela estrutura, e mesmo vícios, como a dificuldade de secagem, impossibilitando ainda a realização de abóbadas¹⁰⁶. Vemos que a escolha e a composição de um material como a areia repercutem nas possibilidades construtivas.

Outro ponto a se notar no Livro II é o registro da capacidade de se alterar certas propriedades dos materiais. E a demonstração disso se dá com a cal, obtida a partir da transformação sofrida pela pedra branca ou pelo tufo calcário (*silex*) no processo de queima. A cal não é encontrada na natureza, senão produzida pelo cozimento de rochas calcárias em fornos¹⁰⁷:

assim, pois, quando a cal recebe a água e a areia, ela consolida a estrutura, parecendo que a causa disso é que as pedras são constituídas, como os corpos restantes, pelos elementos anteriormente referidos. As que têm mais ar são moles; as que têm mais água ficam mais maleáveis, devido à umidade; as que têm mais terra são duras; as que têm mais fogo são mais frágeis¹⁰⁸.

Os princípios elementares (*principia*) são novamente evocados ao tratar das pedras que, do mesmo modo que animais e vegetais, possuem uma *temperatura*, isto é, uma determinada dosagem de cada elemento na mistura que a constitui, a partir da qual se compreende suas propriedades. É possível, então, identificar que se trata de um procedimento regular no pensamento vitruviano em torno da solidez¹⁰⁹.

A passagem que trata da cal ilustra bem a capacidade transformadora do homem que processa materiais naturais, conferindo-lhes utilizações inesperadas. Para a obtenção da cal, o

¹⁰⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 4, 2), p. 13-14; Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, (II, 4, 2), p. 124.

¹⁰⁷ Vitruvius não chega a apresentar detalhes do processo de obtenção da cal, material que foi largamente utilizado pelos romanos como aglutinante (Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 1, p. 89), obtido pela queima em fornos com temperatura em torno dos 1000° (ibid., n. 2, p. 89).

¹⁰⁸ Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, II, 5, 2, p. 126-127. Em latim: “*quare autem cum recipit aquam et harenam calx tunc confirmat structuram, haec esse causa videtur quod e principiis, uti cetera corpora, ita et saxa sunt temperata. Et quae plus habent aeris, sunt tenera; quae aquae, lenta sunt ab umore; quae terrae, dura; quae ignis fragiliora*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 5, 2 - p. 16).

¹⁰⁹ Mireille Courrént chama tal procedimento de “leitura arquitetural da matéria” (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 152).

emprego do fogo nas fornalhas é indispensável¹¹⁰. O fogo e o calor estão, portanto, intimamente ligados ao processo de transformação dos materiais, como já havia sido exposto no Livro I, relativamente ao ferro¹¹¹. Depois de ter passado pelo processo de cozimento, uma rocha calcária tornada cal serve de aglutinante, e é combinada a outros materiais, como pedras, tijolos e areia¹¹². O resultado desse enorme aquecimento é uma alteração na *temperatura*, a combinação natural dos elementos contidos na rocha calcária. Esse processo de cozimento promove na rocha calcária uma alteração de sua combinação constitutiva de princípios elementares e, por consequência, de suas propriedades, quando se lhe acrescenta fogo. A transformação da rocha calcária em cal está na base da técnica construtiva viabilizada pela alvenaria, permitindo a realização de obras impossíveis de serem realizadas exclusivamente com os materiais que a natureza oferece em estado bruto.

É importante, ademais, ressaltar a centralidade da ideia de causa no pensamento de Vitruvius. A compreensão da solidez das estruturas passa necessariamente pelo entendimento da composição elementar dos corpos e suas transformações possíveis. É preciso, pois, compreender o processo pelo qual a cal faz liga com água e areia, considerando-se ainda que os diferentes tipos de pedras se distinguem exatamente pelas diferentes dosagens de ar, umidade, terra e fogo. As constituições (*temperaturae*) das pedras são percebidas como propriedades: as pedras que têm mais ar em sua composição são mais moles; aquelas que têm mais umidade são mais maleáveis; as que têm mais terra são mais duras; e as que têm mais fogo são frágeis. Pode-se antever daí também o úmido como vetor de transformação dos elementos. Transformação negativa no caso da fabricação dos tijolos, quando estes persistem com umidade em seu interior, sem ter completado adequadamente o processo de secagem, e impõem problemas à edificação sob a forma de rachaduras e possíveis solapamentos. Ao tratar das pedras, o Livro II traz a afirmação de que as rochas macias, embora tenham a vantagem de poderem ser mais facilmente trabalhadas, “se são usadas em locais cobertos, resistem ao peso da estrutura, mas, se são utilizadas em lugares abertos e expostos, são arruinadas e destruídas

¹¹⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 5, 2), p. 16: “*cum uero coniecta in fornacem ignis uehementi feruore correpta amiserint pristinae soliditatis uirtutem, tunc exustis atque exhaustis eorum uiribus relinquuntur patentibus foraminibus et inanibus*”. Tradução: “quando lançadas ao fogo da fornalha, tomadas pela veemente fervura, [as rochas calcárias] perdem a coesão prévia, então, consumidas e exauridas suas forças, abrem poros e vazios”.

¹¹¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 3), p. 22.

¹¹² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 5, 3), p. 16: “*igitur cum patent foramina eorum et raritates, harenae mixtionem in se corpiunt et ita cohaerescunt siccescendoque cum caementis coeunt et efficiunt structurarum soliditatem*”. Tradução: portanto, tendo sido abertos poros e interstícios, a cal toma conta da mistura com areia, aderindo, assim, e secando combinada com as pedras, produz a consolidação das alvenarias”.

pelas geadas e pelo gelo do inverno”¹¹³. A capacidade das rochas moles em arruinar e destruir a estrutura se deve à combinação com a geada e com o gelo, que são manifestações do princípio úmido. Por outro lado, diz Vitruvius, a pedra tiburtina¹¹⁴ e aquelas de mesmo gênero são capazes de suportar tempestades, embora sejam pouco resistentes ao fogo, que nelas logo se espalha, porque:

têm pouco elemento líquido na sua constituição natural, assim como não muito do princípio terreno, antes uma maior quantidade de ar e fogo. Portanto, como nelas há menos umidade e menos terra, então também o fogo, empurrado pelo toque e pela força da exalação do ar, entrando profundamente nos ocos de seus veios, referve, tomando aí lugar, originando pelas suas próprias substâncias ardores idênticos¹¹⁵.

A pedra tiburtina composta por pequena quantidade do elemento úmido e de terra, mas muito de ar e fogo, é sensível justamente ao fogo. A pedra de Anício¹¹⁶, de sua parte, tendo pouco do elemento fogo, é resistente aos incêndios¹¹⁷. A lógica de toda essa enunciação é aquela chamada por Courrént de “*trop-plein*”, ou do extravasamento, isto é, quando um material tem muito de um elemento, não suporta a ação adicional desse mesmo elemento oferecida a partir do meio em que se encontra¹¹⁸.

¹¹³ Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, II, 7, 2, p. 133. Em latim: “*et si sunt in locis tectis, sustineant laborem, si autem in apertis et patentibus, gelicidiis et pruina congesta friantur et dissoluuntur*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 7, 2 - p. 21).

¹¹⁴ Pedra proveniente das proximidades da cidade de Tibur, atual Tivoli. Também conhecida como travertino, cf. Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 10, p. 102.

¹¹⁵ Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, II, 7, 2, p. 133. Em latim: “[...] *simulque sunt ab eo tacta, dissiliunt et dissipantur ideo quod temperatura naturali paruo sunt umore itemque non multum habent terreni, sed aeris plurimum et ignis. Igitur cum umor et terrenum in his minus inest, tum etiam ignis, tactu et ui uaporis ex his aere fugato, penitus insequens interuenientium uacuitates occupans feruescit et efficit a suis ardentia corporibus similia*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 7, 2 - p. 21).

¹¹⁶ Anício é nome próprio. Os *Anicii* eram provavelmente os proprietários da pedreiras que levavam o nome da gens, cf. Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 1, p. 105.

¹¹⁷ Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, tradução: M. Justino Maciel, II, 7, 3, p. 134: “essas pedras apresentam enormes vantagens: com efeito, nem a estação das geadas nem o toque do fogo pode prejudicá-las, pois se apresentam sólidas e por esse motivo se conservam por muito tempo, pelo fato de serem, por natureza, caldeadas de pouco ar e fogo, temperadamente de umidade e muito do princípio terreno. Assim, consolidadas por densos constituintes, não são prejudicadas pelas tempestades nem pela violência do fogo”. Em latim: “*haec autem habent infinitas uirtutes: neque enim his gelicidiorum tempestas neque ignis tactus potest nocere, sed est firma et ad uetustatem ideo permanens, quod parum habet e naturae mixtione aeris et ignis, umoris autem temperate plurimumque terreni. Ita spissis comparationibus solidata neque ab tempestatibus neque ab ignis uehementia nocetur*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 7, 3 - p. 22).

¹¹⁸ “O princípio de ação da água e do fogo é, portanto, aquele do extravasamento (*trop-plein*): os corpos muito úmidos não podem suportar um aporte de água exterior: o excesso de umidade os desfaz; por outro lado, os que possuem muito pouco resistem bem às intempéries. A mesma regra vale para os corpos contendo muito de fogo e a ação do calor” (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 152-153).

Fica evidente, a partir das passagens do segundo volume concernentes aos minerais, o esforço no estabelecimento de um quadro coerente de entendimento acerca dos corpos naturais, com vistas às potencialidades de seu emprego na arte edificatória. Entender a constituição das coisas da natureza abre caminho, portanto, à produção arquitetônica enquanto intervenção nos lugares. Os recursos oriundos da natureza são o substrato a partir do qual pode expandir o engenho do arquiteto no desempenho de sua atividade. O discurso sobre os minerais deixa claro que o interesse despertado pelos materiais ultrapassa os recursos tal como encontrados em seu estado primitivo, revelando que a *ratiocinatio* do arquiteto pode conferir um sentido completamente novo à fabricação tectônica. Além dos minerais, o grupo de vegetais está no escopo de Vitrúvio.

Vegetais

Tendo tratado dos animais no Livro I, e dedicado boa parte do Livro II aos minerais, a porção final deste segundo volume é devotada aos vegetais. De fato, a madeira era, à época de Vitrúvio, e ainda hoje, um importante material de construção. E a abordagem dos vegetais começa precisamente com indicações acerca do corte das árvores:

a madeira deverá ser cortada desde o começo do outono até um pouco antes daquele tempo em que o vento favônio começa a soprar. Pois na primavera todas as árvores estão cheias de vida e todas produzem, por si próprias, o desabrochar da folhagem e dos frutos anuais¹¹⁹.

Mas, as instruções gerais, que orientavam acerca do melhor período para o corte da árvore, emprega uma analogia para explicar o desenvolvimento das árvores, evocando a condição da mulher grávida:

¹¹⁹ Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, II, 9, 1, p. 150. Em latim: “*materies caedenda est a primo autumnio ad id tempus quod erit antequam flare incipiat fauonius. Vere enim omnes arbores fiunt praegnantibus et omnes suae proprietatis uirtutem efferunt in frondem anniuersariosque fructus*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 9, 1 - p. 35-36).

quando, então, estiverem vazias (*inanes*) e úmidas devido à estação, tornam-se inconsistentes e fracas pelos interstícios; do mesmo modo ocorre aos corpos das mulheres, os quais, quando concebem, não são considerados íntegros até o parto. Nem os corpos das escravas grávidas se apresentam sãos, porque o feto em crescimento arrebatava para si as potencialidades alimentares da refeição, e quanto mais firme fica ao longo do desenvolvimento da gestação, menos ele deixa consistente o próprio corpo que o gerou. Uma vez nascido o feto, então, o corpo, que antes tinha o alimento arrebatado pela prole, recupera-se das veias vazias e postas à disposição, sorvendo a seiva. Consolida-se e retorna à antiga firmeza natural¹²⁰.

Já presente em outros autores¹²¹, a aproximação proposta por Vitrúvio entre a árvore na primavera e a mulher grávida estabelece um elo entre a natureza dos vegetais e aquela dos animais, quanto a ordenações de seus desenvolvimentos. A madeira deve ser cortada no início do outono e antes que o favônio comece a soprar. O vento de oeste, ou favônio, é índice da plenitude florescente da primavera, presente também em Lucrécio¹²². Nessa estação as árvores se mostram *praequantas*, prenhes, de flores e frutos, daí se fazem frondosas (*omnes suae proprietatis uirtutem efferunt in frondem*), exibindo o vigor de sua natureza. Entretanto, essa exuberância exterior esconde um interior fragilizado, pois exaurido com a demonstração de vitalidade. Daí a aproximação com as mulheres grávidas (*cum sunt praequantia*), cujos nutrientes são sugados e desviados pelos futuros rebentos. Por outro lado, a gestação humana, ilustrada pela imagem da mulher que concebe, funde-se à imagem da movimentação dos

¹²⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 1), p. 35-36: “*cum ergo inanes et umidae temporum necessitate eorum fuerint, uanae fiunt et raritibus inbecillae; uti etiam corpora muliebria, cum conceperint, ad foetus [a] partum non iudicantur integra, neque in uenilibus ea, cum sunt praequantia, praestantur sana, ideo quod in corpore praeseminatio crescens ex omnibus cibi potestatibus detrahit alimentum in se, et quo firmior efficitur ad maturitatem partus, eo minus patitur esse solidum id ex quo ipsum procreatur. Itaque edito foetu, quod prius in aliud genus incrementi detrahebatur, cum a disparatione procreationis est liberatum, inanibus et patentibus uenis in se recipiens lambendo sucum etiam solidescit et redit in pristinam naturae firmitatem*”.

¹²¹ Pierre Gros afirma que a comparação entre a árvore na primavera e a mulher grávida não é original, na medida em que se encontra no fragmento 571 de Empédocles e no fragmento 148 de Demócrito (Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 4, p. 154). Essa proposição de uma espécie de continuidade entre o reino vegetal e o animal receberia desenvolvimentos diferentes entre ambos os autores. Vitrúvio, de sua parte, forneceria uma terceira via bastante particular e diferente das prévias, de modo a enfatizar a alteração sofrida pela mulher, exaurida durante a gestação.

¹²² Vale notar a semelhança da passagem vitruviana com a descrição da primavera associada ao vento Favônio do Hino à Vênus, que abre o *De Rerum Natura* de Lucrécio: “apenas reaparece o aspecto primaveril dos dias e o sopro criador do Favônio, já livre, ganha forças, primeiro te celebram e à tua vinda, ó deusa, as aves do ar, pela tua força abaladas no mais íntimo do peito” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 10-13, p. 39). Em latim: “*nam simul ac species patefactast uerna diei, / et reserata uiget genitabilis aura Fauoni, / aerie primū uolucres te, diua, tuumque / significant initum percussae corda tua ui*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 10-13, p. 2).

vegetais, que se multiplicam em florada, em determinado momento do ciclo das estações. A imagem do feto instalado no corpo da mãe se equipara ao da árvore que frutifica.

Após a digressão sobre a mulher grávida, o paralelismo à árvore é explicado: “pela mesma razão, no tempo do outono, com a maturidade dos frutos e o enfraquecimento das folhas, as raízes das árvores se recuperam, recebendo em si a seiva da terra, e restituem-se à antiga força”¹²³. “*Eadem ratione*”, “pela mesma razão”, prossegue Vitrúvio afirmando que o motivo que torna frágil a condição da mulher grávida, exemplificado pela imagem da escrava grávida, permite que se perceba mais vivamente o que se passa no mundo vegetal, prioritariamente quanto às árvores¹²⁴. Recomenda-se, pois, que os melhores momentos para a realização do corte das árvores ocorram: no outono, quando não estão *praegnantes*, “prenhes”, nem interiormente inanes, mas recuperaram a seiva que as alimenta e fortalece; ou no inverno, quando as árvores recobram as forças, consolidando-se. Afinal, tendo cumprido a missão do espetáculo primaveril, como as mães após terem projetado sua prole ao mundo, as árvores restabelecem sua solidez natural. E é de se notar ainda que o vocabulário empregado para designar os efeitos da gravidez na mulher retoma aquele utilizado nas passagens anteriores sobre os minerais, como *inanitas* e *raritas*¹²⁵, mas também presentes no Livro I, com a noção de *inbecillitas*¹²⁶. Vê-se que os termos que designam o vazio (*inanitas*, *raritas*) replicam uma noção central na exposição do *De Rerum Natura* de Lucrecio, embora Vitrúvio não adote integralmente o atomismo lucreciano, ao se valer também de outras doutrinas dos elementos.

As primeiras linhas vitruvianas sobre as árvores, por si só, já apontam uma variedade de possíveis fontes ao *De Architectura*. A começar pelo de fato de que a aproximação entre os mundos animal e vegetal é um lugar comum no pensamento grego, e recorrente entre os aristotélicos, nos escritos hipocráticos, além de estar presente no pensamento de Empédocles¹²⁷.

¹²³ Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, II, 9, 1, p. 150. Em latim: “*eadem ratione, autumnali tempore, maturitate fructuum flaccescente fronde, e terra recipientes radices arborum in se sucum recuperantur et restituuntur in antiquam soliditatem*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 9, 2 - p. 36).

¹²⁴ DA, (II, 9, 3).

¹²⁵ Pierre Gros sustenta que “*raritas* é uma noção eminentemente lucreciana”, a qual indica a baixa densidade de um corpo ou o vazio (Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, p. XVI). O termo *raritas* não ocorre em Lucrecio, embora *raresco* seja empregado nos livros IV e VI, ainda assim, o comentador atesta a proximidade entre o sentido de *raritas* e aquele de *inane* no *De Rerum Natura* (ibid., n. 31, p. XVI).

¹²⁶ O termo *inbecillitas* aparece em diferentes passagens. Relacionado no Livro I ao enfraquecimento pelo calor: I, 4, 3 e I, 4, 4. Na exposição sobre os tijolos: II, 3, 2. A noção de *inanitas* é evocada na descrição do processo de obtenção da cal: Vitruv. II, 5, 2. Também relacionado à cal é empregado o termo *raritas*: II, 5, 3.

¹²⁷ Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 160-161. Courrént indica ainda a *Historia Plantarum* de Teofrasto como referência “quase obrigatória” sobre as árvores, que em V, 1, 1 antecipa as recomendações de Vitrúvio (de II, 9, 1) sobre o melhor momento para a realização do corte das árvores (ibid., n. 87, p. 161). Para Empédocles, os frutos seriam um excedente do elemento água e do elemento fogo, e a maturação dos frutos seriam o primeiro passo no sentido de decomposição da árvore, uma vez que a seiva, que permanece na árvore e não é lançada com

Os pontos de contato com o excurso sobre as plantas presente no *Da natureza da criança*, obra que faz parte do *corpus hippocraticum*, deixa ver que o recurso expositivo vitruviano de aproximação da árvore à mulher caracteriza um modo de apreender a natureza que procura a generalização de processos naturais, desdobrando-se nos mais diversos seres, a despeito de suas diferentes classificações – vegetal e animal, nas passagens em questão. Mas além dessa correspondência física entre os seres, há que se observar o uso de exemplos vinculados ao cotidiano com as menções à gravidez e à escrava. Também é preciso ter em mente que a finalidade do excerto é fornecer indicações para obtenção da madeira que, livre dos componentes naturais promotores da degeneração como a água (*liquor*), pode durar muito mais e desempenhar da melhor maneira seu papel na arquitetura. Para isso, o elemento líquido deve ser removido da árvore:

recomenda-se, porém, que seja cortada de modo a chegar ao centro da medula, e assim deixar ficar, a fim de que seque, escorrendo a seiva. Desse modo, esta, que se encontra inutilmente na árvore, sendo destilada através do alburno, não se transformará aí em matéria purulenta nem corromperá a qualidade da madeira. Então, quando estiver seca e sem umidade, a árvore será posta abaixo e estará em ótimas condições de uso¹²⁸.

Na sequência, deixa claro que o elemento úmido é o fator principal de desagregação da madeira: “os líquidos que não têm como sair das árvores, acumulando-se internamente, apodrecem, deixando-as vazias e corrompidas”¹²⁹. Ora, a degeneração e corrupção da matéria viva é um dado da natureza e Vitruvius o reconhece. A eliminação, por meio de cortes e incisões, do elemento líquido (*liquor*) presente nos poros da madeira, amplia sua duração. A seiva não eliminada da árvore cortada e ainda presente na madeira torna-se mais espessa e viciosa, levando ao apodrecimento da madeira. A árvore não vive sem a seiva, caso seja deixada de pé após receber cortes mais profundos, mas, uma vez derrubada, se passar pelos cuidados

o fruto, é composta sobretudo de água, elemento recorrente nos processos de decomposição (ibid., n. 93, p. 163). No *Da natureza da criança*, obra que faz parte do *corpus hippocraticum*, há um longo trecho (§22-27) dedicado às plantas, explicando a ação dos quatro elementos nos vegetais, e no qual pode-se observar similaridade à ideia da árvore no outono apresentada logo no início de II, 9, 1 em Vitruvius (ibid., p. 162-163).

¹²⁸ Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, II, 9, 3, p. 151. Em latim: “*caedi autem ita oportet uti incidatur arboris crassitudo ad mediam medullam, et relinquatur, uti per eam exsiccescat stillando sucus. Ita qui inest in his inutilis liquor effluens per torulum non patietur emori in eo saniem nec corrumpi materiae qualitatem. Tum autem, cum sicca et sine stillis erit arbor, deiciatur et ita erit optima in usu*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 9, 3 - p. 35-36).

¹²⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 4), p. 37: “*qui autem non habent ex arboribus exitus umores, intra con crescentes putrescunt et efficiunt inanes eas et uitiosas*”.

descritos, em conformidade à *ratio* apresentada por Vitrúvio, é possível que se obtenha uma madeira que dure por um longo período¹³⁰. Esse material durável é da maior utilidade na arte edificatória, sustenta o arquiteto.

Vale notar, a partir de II, 9, 1, que a *firmitas* é descrita ocorrendo em corpos animais: os das mulheres grávidas, cuja firmeza natural é arrebatada pelo feto sugando-lhes os nutrientes, lê-se. Mas essa seção do segundo volume é dedicada aos vegetais e era em relação a eles que se prestava a analogia com a condição da mulher grávida, do que se conclui que os raciocínios que concernem a obtenção de madeira, a partir dos vegetais, têm igualmente a busca por *firmitas* como horizonte. Nas árvores que produzem a madeira, a durabilidade é determinada pela estrutura oculta de seus veios e poros, que podem estar repletos ou vazios de *sucus* e, por consequência, do princípio líquido (*liquor*). A consistência dos corpos decorre, portanto, de processos que só podem ser apreendidos pelo conhecimento da natureza das coisas e de seus princípios, do mesmo modo que acontecia com os minerais e com os animais.

No Livro II, prevê-se ainda diferentes espécies de árvores aplicáveis à construção, cada uma delas com características particulares: o roble, o olmo, o choupo, o cipreste e o abeto. As diferentes propriedades dessas madeiras decorrem das diferentes composições quanto aos princípios elementares, de modo que os empregos não coincidem: “nem mesmo as árvores têm entre si características naturais similares, mas cada gênero comparado aos outros se distingue em eficácia nas obras, devido às propriedades determinadas pelos princípios constitutivos”¹³¹. É, portanto, a proporção dos princípios elementares que determina as propriedades das madeiras, do mesmo modo que nos animais e nos minerais. Tais qualidades da matéria são apresentadas a partir do interesse que possam oferecer à arquitetura. Daí a abordagem das árvores restringir-se basicamente à etapa de corte, sem que se apresente o ciclo completo desde a gênese e a germinação até a degradação e decomposição dos vegetais.

O abeto é descrito como portador das qualidades de leveza e rigidez, por possuir muito de ar e de fogo em sua composição e pouco do úmido e de terra. Então, é dotado de rigidez

¹³⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 4), p. 37: “*ergo si stantes et uiuae siccescendo non senescunt, sine dubio, cum eae ad materiam deiciuntur, cum ea ratione curatae fuerint, habere poterunt magnas in aedificiis ad uetustatem utilitates*”. Tradução: “portanto, se, quando em pé e vivazes não envelhecem [isto é, não duram muito], quando as drenamos, sem dúvida que, ao cortá-las para madeira, se tiverem sido tratadas desse modo, elas proporcionarão grandes vantagens nos edifícios, durante muito tempo” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel, II, 9, 4, p. 151-152, acréscimo nosso).

¹³¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 5), p. 38: “*nec cetera easdem habent inter se natura rerum similitates, sed singula genera principiorum proprietatibus comparata alios alii generis praestant in operibus effectus*”.

natural e tem a capacidade de suportar cargas sem se deformar com facilidade¹³². Contudo, é sensível ao fogo, devido aos interstícios repletos de ar, os quais permitem que as chamas se propaguem¹³³. Vitruvius avança nas recomendações sobre as árvores e suas aplicações na construção, tendo sempre por guia um esquema de combinação dos elementos voltado ao pensamento arquitetural. Assim, compreende que as porções mais baixas do abeto, próximas da terra e da umidade, em contato com as raízes, não tenham nós, ao passo que na parte superior os ramos sejam lançados para os ares desde os nós, com a força do calor¹³⁴. Resta, então, que a parte alta do abeto, pela dureza dos nós é dita *fusterna*, termo derivado de *fustis*¹³⁵ – remetendo, pois, ao fuste da coluna –, serve às partes do madeiramento requisitadas por consideráveis solicitações de cargas, tal como anunciado em II, 9, 6. A parte baixa do abeto, seccionada em quatro partes, excluindo-se o alburno, que é a porção mais periférica antes da casca, presta-se bem aos “trabalhos de madeira que caracterizam o interior (*intus*) dos edifícios”, o que Vitruvius designa pela expressão *opera intestina*¹³⁶.

O carvalho, ou carvalho-quercus, é apresentado na sequência, constituído por abundância do elemento terreno e pouca quantidade dos demais princípios: úmido, ar e fogo. Vitruvius afirma, ademais, que o carvalho dura infinitamente se estiver enterrado no local onde se edifica. Depois explica que, por não possuir os vazios dos poros, o carvalho não suporta o contato com a água, ou o elemento úmido (*umor*). Sendo compacto, ele não consegue receber o líquido, mas resiste deformando-se e rachando¹³⁷. Esse parágrafo nos oferece algumas dificuldades, a começar pelo fato de ser dissonante ao princípio geral exposto no Livro I (I, 4, 8), a partir do que se afirmava que os animais que tinham excesso de um elemento viviam no meio oposto (como os peixes que, por possuírem muito de ar e de terra, vivem em meio aquoso; enquanto

¹³² Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 6), p. 38.

¹³³ Courrént chama a atenção para a semelhança da constituição do abeto e da pedra calcária, cujas *temperaturae* são compostas por muito de ar e fogo, pouco de úmido e terra, e comportamentos análogos relativamente à mudança, não obstante pertençam a reinos diferentes (vegetal e mineral) (Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 165). Afirma-se em II, 9, 6 que o calor é responsável pela corrupção do abeto, já que o fogo se propaga pelos poros repletos de ar (ibid., p. 165-166).

¹³⁴ Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 7), p. 38.

¹³⁵ Cf. Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre II, n. 2, p. 161. Não por acaso o tronco da coluna do templo, isto é, a porção que fica entre a base e o capitel, recebe o nome de fuste.

¹³⁶ Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 7), p. 38.

¹³⁷ Ibid., (II, 9, 8), p. 39: “*contra uero quercus terrenis principiorum satietatibus abundans parumque habens umoris et aeris et ignis cum in terrenis operibus obruitur, infinitam habet aeternitatem. Ex eo cum tangitur umore, non habens foraminum raritates propter spissitatem non potest in corpus recipere liquorem, sed fugiens ab umore resistit et torquetur et efficit, in quibus est operibus, ea rimosa*”. Tradução: “em contrapartida, o carvalho-quercus, abundando até a saciedade de elementos terrestres, e tendo pouco de umidade, ar e fogo, quando é enterrado em construções de terra tem uma longuíssima duração. Por isso, quando tocado pela umidade, não possuindo aberturas de poros, devido à sua densidade, não poderá receber em si a água” (Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel, II, 9, 8, p. 153).

os terrestres, por possuírem muito do elemento úmido, não podem viver na água). Ora, o carvalho não deveria durar eternamente cravado na terra, se possui em abundância o elemento terreno, segundo o esquema de equilíbrio entre os princípios¹³⁸, exposto em I, 4, 8. Ocorre, contudo, que na passagem em questão torna-se predominante a ideia de que a ausência de vazios e porosidade na madeira densa do carvalho inviabiliza seu contato com a água, como seria de se esperar a partir do esquema anterior da constituição dos corpos por misturas de princípios elementares e suas relações com os meios. Por outro lado, tanto no comentário sobre a pozolana (II, 6, 1) – uma espécie de pó empregado nas alvenarias de construções sub-aquáticas e de molhes –, quanto na apresentação do processo para obtenção da cal (II, 5, 2), o fogo tem papel decisivo. A pozolana viabiliza estruturas que suportam a água porque é obtida em lugares profundos onde há fogo e vapores ardentes¹³⁹, que eliminam o elemento aquoso desse material, originado, portanto, pela força do elemento ígneo. De maneira semelhante, a cal se obtém pela queima da rocha calcária na fornalha. A cal misturada à água e à areia consolida a estrutura, afirma-nos Vitruvius (II, 5, 2). A causa da obtenção de solidez se explica pela combinação de princípios em um processo que produz poros e interstícios ao material: “quando lançadas ao fogo da fornalha, tomadas pela veemente fervura, [as rochas calcárias] perdem a coesão prévia, então, consumidas e exauridas suas forças, abrem poros e vazios”¹⁴⁰. Daí, resta que “o elemento líquido que existe no corpo da pedra, assim como o ar, quando consumidos e expulsos, deixam um resíduo de calor latente”¹⁴¹. Quanto à cal, vemos que a solidez proporcionada às estruturas deve-se à ação dos poros e interstícios (instaurados na rocha calcária pelo fogo) em junção a outros materiais: “portanto, tendo sido abertos poros e interstícios, a cal toma conta da mistura com areia, aderindo, assim, e secando combinada com as pedras, produz a consolidação das alvenarias”¹⁴². Bem, o carvalho-querco tem carência do elemento fogo e de ar. Além disso, é

¹³⁸ Conforme Pierre Gros, “a reação suposta do carvalho não está em conformidade ao esquema de equilíbrio entre os *principia*: sua deficiência em água deveria, em virtude das ‘regras’ da *temperatura*, suscitar uma afinidade para com o elemento aquoso; é o que se passa, por exemplo, quanto à cal viva, em razão de sua *ieiunitas* (*supra*, II, 6, 4); é a razão também pela qual o álamo absorve facilmente a água que falta à sua textura (*infra*, II, 9, 10). Mas aqui a compacidade da madeira acarreta uma impermeabilidade (relativa) que é interpretada em termos ‘animistas’. O postulado das afinidades ou das incompatibilidades seletivas entre os corpos primeiros será, como se sabe, um dos fundamentos da ‘física’ medieval, até Newton” (Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 5, p. 164). O excursus sobre as árvores poderia divergir de outras fontes mobilizadas no *De Architectura*, possuindo afinidades com a *Historia Plantarum* de Teofrasto, que afirma também que o carvalho tem extraordinária durabilidade, embora apodreça na água (*ibid.*, n. 1, p. 163).

¹³⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 6, 1), p. 17.

¹⁴⁰ *Ibid.*, (II, 5, 2), p. 16: “cum uero coniecta in fornacem ignis uehementi feruore correpta amiserint pristinae soliditatis uirtutem, tunc exustis atque exhaustis eorum uiribus relinquuntur patentibus foraminibus et inanibus”.

¹⁴¹ *Ibid.*, (II, 5, 3), p. 16: “ergo liquor, qui est in eius lapidis corpore, et era cum exustus et ereptus fuerit habueritque in se residuum calorem latentem”.

¹⁴² *Ibid.*, (II, 5, 3), p. 16: “igitur cum patent foramina eorum et raritates, harenae mixtionem in se corripunt et ita cohaerescunt siccescendoque cum caementis coeunt et efficiunt structurarum soliditatem”.

descrito como uma madeira compacta e densa (dotado de *spissitas*), tendo poucos poros e interstícios (como consequência da escassez do elemento ar). Assim, explica-se que não se deteriore na presença de água (já que o carvalho-querco tem poucos poros), mas não se apresenta justificativa para a rejeição que oferece ao úmido, ao se deformar e rachar na presença de água. Desse ponto de vista, o arrazoado vitruviano sobre o carvalho-querco não é de todo coerente com as demais passagens do Livro II, nem mesmo com as proposições gerais dos elementos do Livro I.

O carvalho-ésculo (*aesculus*), por possuir “equilibradamente todos os elementos, apresenta enormes vantagens nas edificações”¹⁴³, afirma o autor. Ainda assim, quando exposto ao úmido, é suscetível aos efeitos deletérios da água, que penetra profundamente pelos seus poros, repelindo os princípios aéreo e ígneo. Mas, por possuir os princípios elementares em quantidades equilibradas, o carvalho-ésculo é superior ao carvalho-cerro (*cerrus*) e à faia (*fagus*), os quais possuem misturas (*mixtio*) com muito de ar, e, por consequência, têm muitas passagens e interstícios fazendo com que rapidamente se degradem quando expostos ao úmido.

Vimos um esforço surpreendente na produção de um quadro referencial baseado especialmente nas teorias dos elementos e tendo por finalidade a compreensão da natureza dos corpos que compõem a arquitetura. A construção de edifícios abrange inevitavelmente a lida com os minerais e os vegetais, mas também envolve os animais. O primeiro grupo compreende os solos que possibilitam a produção de tijolos, as areias, a cal, as pedras, sem mencionar as combinações de materiais que produzem alvenarias. No segundo, o emprego mais imediato dos vegetais na construção se dá pela madeira obtida com as árvores. Por último, os animais não interessariam diretamente ao arquiteto em busca de materiais, senão pelo fato de que são o ponto de partida na exposição vitruviana do esquema geral de compreensão da constituição dos corpos, quanto às combinações de elementos, oferecendo as referências de um quadro geral que se apresenta. Logo, pudemos ver que a divisão em três escalas da participação dos princípios elementares – pouco, moderado e muito¹⁴⁴ – está presente de maneira ampla no entendimento da constituição de todos corpos da natureza, tendo na noção ciceroniana de *mediocritas*¹⁴⁵ o equilíbrio que, em geral, produz as condições mais úteis e propícias.

¹⁴³ Vitruvius, “Tratado de Arquitetura”, II, 9, 9, p. 153-154). Em latim: “*aesculos uero, quod est omnibus principiis temperata, habet in aedificiis magnas utilitates*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 9, 9 - p. 39).

¹⁴⁴ Cf. Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 128; *ibid.*, p. 166.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 145; p. 157.

O próprio homem faz parte do grupo dos animais e é para ele que se direciona todo o esforço da produção arquitetônica. Desde a salubridade e as proteções contra o calor extenuante e as agressões da água – dos céus, dos cursos fluviais, na composição dos materiais –, passando pelos recursos bélicos de proteção dos recintos urbanos até a magnificência da *symmetria* nos edifícios, é para a sobrevivência e o deleite humano que a arquitetura é pensada. A descrição do carvalho-querco aponta uma oscilação no esquema geral vitruviano de composição dos corpos, cuja justificativa, caso tenha existido, parece nos escapar. Percebemos, contudo, operar com desenvoltura o quadro de entedimento baseado nos dois pares de elementos que combinados procuram dar conta de todas as características e propriedades da matéria, segundo a *temperatura* de cada corpo, isto é, a dosagem de cada elemento na mistura que constitui a natureza dos seres: ar e fogo são leves, enquanto água e terra são pesados. Simultaneamente, fogo e água são os responsáveis pelas transformações que os corpos sofrem no entendimento vitruviano sobre os corpos¹⁴⁶. É pela ação do fogo que a rocha calcária se transforma em cal. A presença da água nos tijolos que não foram secos adequadamente pode arruinar paredes e acabamentos, assim como o elemento úmido não escoado das árvores é fator de degradação da madeira. Os vazios (*inanes*) e interstícios (*raritates*) dos corpos desempenham um papel decisivo na degradação da matéria, na medida em que é por esses poros, repletos de ar, que se propaga o fogo e por onde penetra a água. O vocabulário lucreciano da *natura rerum* se reforça com o uso de termos como *raritas* e *inane*. Na passagem do carvalho-querco (II, 9, 8) tais termos são mobilizados e a teoria dos elementos parece sofrer uma torção, em aparente contradição com o esquema geral apresentado no Livro I (I, 4, 8) e com as passagens do Livro II. Conviria ainda procurar pontos de contato entre o atomismo de Lucrécio e o pensamento de Vitruvius.

Entre Lucrécio e Vitruvius: *inane*

O atomismo está na base do pensamento de Lucrécio como recurso explicativo de tudo o que é criado, logo, como princípio das “grandes coisas”, como a terra, o mar, o céu e os seres vivos. Ou seja, o mundo se estabelece a partir das partículas mínimas e do vazio, mas os exemplos dessas *magnae res* retratam a natureza das coisas a partir de imagens de uma natureza,

¹⁴⁶ Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 167.

por assim dizer, exterior. A constituição íntima das coisas é ilustrada pelos maiores portentos do mundo exterior visíveis ao homem. Essa natureza exterior desempenha ainda uma função no *De Rerum Natura* como que de um grande cenário de fundo à exposição da doutrina, seguindo certos parâmetros poéticos comuns à literatura latina do período. Mas a magistral ambiência em Lucrécio tem por fim deflagrar os estratos mais íntimos das coisas, a natureza enquanto princípio de constituição.

Ora, nada mais distante aos desenvolvimentos centrais do *De Architectura* do que essa figuração da natureza como exterioridade, empreendida pelos poetas e pela literatura¹⁴⁷. Segundo o autor dos Dez Livros, a escrita sobre arquitetura prescinde da ritmação de metros e versos dos poemas, bem como das expectativas criadas pelas histórias, atraindo continuamente os ouvintes ou leitores. Vitrúvio se vale frequentemente das doutrinas dos elementos como recurso de entedimento da natureza das coisas e a dualidade corpo-vazio do atomismo está longe de ser uma base de referência unívoca à sua reflexão. Mas não é casual o uso da expressão *natura rerum*¹⁴⁸ que se repete no escrito vitruviano, apontando uma ligação com o pensamento de Lucrécio que vai além da reverência à autoridade do poeta. Vitrúvio empreende um amálgama que concilia o que aparentemente seria inconciliável. Pois, se em Aristóteles a teoria dos quatro elementos aliada à compreensão sobre o lugar natural implica a impossibilidade da existência do vazio (o chamado horror ao vazio), Vitrúvio trata de incorporar o vácuo aos esquemas que partem das combinações dos princípios elementares detectados nos corpos, segundo uma gradação de quantidades em três níveis: pouco, moderado, muito. O autor apropria-se, portanto, da noção de vazio como recurso explicativo de desenvolvimentos centrais da reflexão sobre a natureza dos corpos ao tratar dos materiais de construção. O termo empregado pelo arquiteto latino não é outro senão aquele lucreciano: *inane*. Em Lucrécio, sem o vazio não há movimento e transformação na matéria. Em Vitrúvio, recorre-se à ideia de vazio

¹⁴⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre V, (I, pref., 1-2), p. 1: “*non enim de architectura sic scribitur uti historia aut poemata. Historiae per se tenent lectores, habent enim nouarum rerum uarias expectationes. Poematorum uero carminum metra et pedes ac uerborum elegans dispositio et sententiarum inter personas distinctas, uersuum pronuntiatio prolectando sensus legentium perducit sine offensa ad summam scriptorum terminationem. Id autem in architecturae conscriptionibus non potest fieri, quod uocabula ex artis propria necessitate concepta inconsueto sermone obiciunt sensibus obscuritatem*”. Tradução: “pois, não se escreve sobre arquitetura assim, como história ou poemas. As histórias por si mesmas retêm os leitores, já que contam com várias expectativas de coisas novas. Os metros dos versos e os pés dos poemas, assim como a disposição elegante das palavras e das frases entre pessoas distintas, atraindo os sentidos dos leitores pela pronúncia dos versos, conduz até o término dos escritos sem obstáculo. Mas isso não ocorre nos escritos sobre arquitetura, porque os vocábulos concebidos pela necessidade própria à arte lançam obscuridade ao discurso não habitual”.

¹⁴⁸ Dentre as ocorrências, no *De Architectura*, da expressão *natura rerum* e correlatos, poderíamos destacar: (I, 1, 7): *principia rerum natura*; (II, pref., 5): *rerum naturae*; (II, 1, 9): *natura rerum*; (II, 2, 2): *rerum natura*; (IX, pref., 17): *de rerum natura*.

Cf. Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 53-54.

para compreender os processos de mudança nos corpos e sua degradação. Desse modo, o vazio aliado às misturas dos quatro elementos, é fundamental em Vitrúvio para explicar, por exemplo, a ação da cal nas alvenarias a partir de sua queima¹⁴⁹. São igualmente os poros e interstícios que aproximam o reino animal ao vegetal na comparação empreendida entre a condição da mulher grávida e a árvore na primavera, pois, ambas sugadas pela gestação ficam vazias, *inanes*¹⁵⁰. Em Vitrúvio o vazio se expressa ainda por poro (*foramen*) e interstício (*raritas*), importantes à compreensão do comportamento da madeira do carvalho¹⁵¹.

Mas se estendermos a noção de vazio para além da terminologia comum à lucreciana, também no Livro I encontramos a ideia de porosidade e interstício enunciada pela expressão *apertas uenas*¹⁵². Esses veios, ou poros, abrem-se nos corpos castigados pelo calor, mais do que podem suportar com a mistura de princípios elementares de sua constituição natural. O princípio do calor devasta os demais princípios, assim como o princípio líquido dissolve o vigor da composição equilibrada de princípios. Ambos, calor e líquido em excesso, agem nos poros (*uenas*) dos corpos, causando sua degradação. Logo, essa ideia de porosidade presente nos corpos é um elemento chave na compreensão arquitetônica da matéria, na medida em que

¹⁴⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 5, 2), p. 16: “*cum uero coniecta in fornacem ignis uehementi feruore correpta amiserint pristinae soliditatis uirtutem, tunc exustis atque exhaustis eorum uiribus relinquuntur patentibus foraminibus et inanibus*”. Tradução: “quando lançadas ao fogo da fornalha, tomadas pela veemente fervura, [as rochas calcárias] perdem a coesão prévia, então, consumidas e exauridas suas forças, abrem poros e vazios”. E ainda: “*igitur cum patent foramina eorum et raritates, harenae mixtionem in se corripiunt et ita cohaerescunt siccescendoque cum caementis coeunt et efficiunt structurarum soliditatem*” (ibid., Livre II - II, 5, 3 - p. 16). Tradução: portanto, tendo sido abertos poros e interstícios, a cal toma conta da mistura com areia, aderindo, assim, e secando combinada com as pedras, produz a consolidação das alvenarias”.

¹⁵⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 1), p. 35-36: “*cum ergo inanes et umidae temporum necessitate eorum fuerint, uanae fiunt et raritatibus inbecillae; uti etiam corpora muliebria, cum conceperint, ad foetus [a] partum non iudicantur integra [...]*”. Tradução: “quando, então, [as árvores] estiverem vazias (*inanes*) e úmidas devido à estação, tornam-se inconsistentes e fracas pelos interstícios; do mesmo modo ocorre aos corpos das mulheres, os quais, quando concebem, não são considerados íntegros até o parto [...]

¹⁵¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 8), p. 39: “*contra uero quercus terrenis principiorum satietatibus abundans parumque habens umoris et aeris et ignis cum in terrenis operibus obruitur, infinitam habet aeternitatem. Ex eo cum tangitur umore, non habens foraminum raritates propter spissitatem non potest in corpus recipere liquorem, sed fugiens ab umore resistit et torquetur et efficit, in quibus est operibus, ea rimosa*”. Tradução: “em contrapartida, o carvalho-quercus, abundando até a saciedade de elementos terrestres, e tendo pouco de umidade, ar e fogo, quando é enterrado em construções de terra tem uma longuíssima duração. Por isso, quando tocado pela umidade, não possuindo aberturas de poros, devido à sua densidade, não poderá receber em si a água” (Vitrúvio, “Tratado de Arquitetura”, tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel, II, 9, 8, p. 153).

¹⁵² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 6), p. 23: “*ergo in quibus corporibus cum exsuperat e principiis calor, tunc interficit dissoluitque cetera feruore. Haec autem uitia efficit feruidum ab certis partibus caelum, cum insidit in apertas uenas plus quam patitur e mixtionibus naturali temperatura corpus. Item si umor occupauit corporum uenas inpaesque eas fecit, cetera principia, ut a liquido corrupta, diluuntur et dissoluuntur compositionibus uirtutes*”. Tradução: “portanto, quando naqueles corpos o calor supera os demais princípios, aniquila, então, e corrompe os outros pela fervura. Sob certas orientações celestes, essas agressões deixam o corpo férvido ao incidirem sobre os poros abertos, e isso supera o que pode suportar pela sua constituição natural (*naturali temperatura*) consoante as misturas de princípios. Do mesmo modo, se o úmido ocupou os poros dos corpos e os alterou, os outros princípios, corrompidos pelo líquido, diluem e dissolvem as virtudes das composições”.

desvela o processo natural de deterioração e de transformação da matéria. Contornar a decomposição dos materiais abre caminho para a perenidade (*perpetuitas*) da arquitetura. E certas transformações impostas aos corpos propiciam novos recursos construtivos, como o poder aglutinante da cal, que dá coesão às alvenarias (o que se deve à abertura de poros na rocha calcária aquecida). Tais processos afetam a consolidação da obra construída e sua *firmitas*. Ao mesmo tempo, compreender a ação dos princípios dos corpos acaba por promover a preservação de todas as coisas que se servem das edificações como proteção, tal como as provisões de cereais e grãos estocados, os vinhos nas adegas, os livros nas bibliotecas, e, claro, o homem nos lugares em que habita e se abriga.

Initia humanitatis: etiologia

A raciocinação vitruviana sobre a natureza dos corpos, sejam eles animais, minerais ou vegetais, incide sobre a constituição íntima da matéria, para além do que a visão ou os sentidos alcançam. Trata-se de inquirir sobre os meandros ocultos da natureza das coisas, tendo por objetivo o balizamento necessário à produção da arquitetura. Nesse trânsito de ideias provenientes da *physiologia* – concomitantes, porém, às erudições advindas de disciplinas diversas –, a abstração supera o recurso sensorial das descrições, no que concerne aos desenvolvimentos centrais aos Livros I e II. Todavia, o primeiro capítulo do segundo volume empreende um notável excursus pelas origens da construção, vinculadas à própria origem da civilização:

mas antes de iniciar as explicações sobre as questões naturais, tratarei das razões dos edifícios, como seu início foi concebido e de que modo suas invenções iam se desenvolvendo; prosseguirei abordando os primórdios do pensamento sobre natureza das coisas desde a antiguidade, bem como as invenções perquiridas por aqueles escritores que dedicaram preceitos ao início da humanidade¹⁵³.

¹⁵³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, pref., 5), p. 4-5: “*sed antequam naturales res incipiam explicare, de aedificiorum rationibus, unde initia ceperint et uti creuerint eorum inuentiones, ante ponam et insequare ingressus antiquitatis rerum naturae et eorum qui initia humanitatis et inuentiones perquisitas scriptorum praeceptis dedicauerunt*”.

Dentro desse alegado “desvio”, efetuado pela própria posição do Livro II¹⁵⁴, que trata dos materiais, no *De Architectura*, haveria um outro “desvio”, pois, em vez de tratar diretamente dos materiais, Vitrúvio se volta aos *initia humanitatis*: “os homens de primitivos costumes, tal como os animais selvagens, nasciam nas matas, nas cavernas e nas florestas e essa vida impunha que se nutrissem de alimentos silvestres”¹⁵⁵. Vale notar que esse modo ancestral de sobrevivência descrito se limita à crueza dos recursos naturais tal como encontrados no meio, de modo que, nascido na selva, o homem dali recolhe o alimento necessário¹⁵⁶. O clamor mais básico da existência é atendido sem que se aplique qualquer transformação especial às coisas que o cercam. Trata-se de remontar a invenção (*inuentio*) em arquitetura à origem mais remota que o pensamento pode alcançar. Pierre Gros nos lembra de que o significado da *inuentio* destoa da ideia moderna de invenção como novidade¹⁵⁷. Entre os antigos, inventar é descobrir no sentido de encontrar algo que já havia. Ora, o Livro II trata justamente de desvelar a constituição oculta dos corpos, especialmente daqueles materiais que servem à construção. E Vitrúvio se põem a mostrar como se dá o início desse processo de busca pela *inuentio*, que permite ao homem alçar-se ao mundo do artifício, com o surgimento da técnica:

logo, como, por causa da descoberta do fogo (*ignis inuentio*), tivesse surgido inicialmente a reunião entre os homens, sua agregação e convivência, e, em um único local se reunissem muitos agraciados com um prêmio da natureza, pois, ao contrário dos restantes animais, não andavam curvados, mas eretos caminhavam espiando a

¹⁵⁴ O Livro I havia sido encerrado após as prescrições para implantação dos edifícios sagrados no recinto urbano. O Livro III tratará justamente dos templos, o que levaria a ver entre o primeiro e o terceiro volumes uma propensão à continuidade, de modo que o segundo volume, que aborda os materiais, poderia ser tomado como uma espécie de interrupção no fluxo do conjunto dos volumes. Entretanto, Vitrúvio se antecipa a essa possível censura, justificando sua decisão e o propósito da organização empreendida entre os três primeiros livros da obra: “além disso, como no primeiro volume escrevi detalhadamente sobre o ofício da arquitetura e sobre a circunscrição dessa arte, igualmente sobre os recintos urbanos e sobre as divisões de áreas em seus interiores, haveria de prosseguir a ordem tratando dos templos sagrados, dos edifícios públicos e igualmente dos privados, cujas proporções e comensurabilidades deveriam ser de todo modo explicadas; não julguei que devesse apresentar antes essas ponderações, senão prioritariamente tratar dos recursos materiais, cuja reunião em alvenarias e madeiramentos perfaz os edifícios para que tenham virtudes no uso; e daí terei exposto e dito como se combinam ajustadamente os princípios da natureza das coisas” (DA, II, pref., 5). Em latim: “*cum autem primo uolumine de officio architecturae terminationibusque artis perscripsi, item de moenibus et intra moenia arearum diuisionibus, insequatur ordo de aedibus sacris et publicis aedificiis itemque priuatis, quibus proportionibus et symmetriis debeant esse uti explicentur, non putaui ante ponendum, nisi prius de materiae copiis, e quibus conlatis aedificia structuris et materiationibus perficiuntur, quas habeant in usu uirtutes, exposuissem quibusque rerum naturae principiis essent temperatae dixissem*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, - II, pref., 5 -, p. 3).

¹⁵⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 1), p. 4: “*homines uetere more ut ferae in siluis et speluncis et nemoribus nascebantur ciboque agresti uercendo uitam exigebant*”.

¹⁵⁶ Tal estado primevo de dureza remete a Lucrécio e a Virgílio: Gros nos aponta a passagem do *De Rerum Natura* (V, v. 925-926) e das *Geórgicas* (I, v. 64) (Gros, P., “Commentaire”, in: “De L’Architecture”, Livre II, n. 1, p. 64).

¹⁵⁷ Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, p. XIX.

magnificência do mundo e dos astros; do mesmo modo, facilmente lidavam com o que bem queriam por meio das mãos e dedos; unindo-se, começaram uns a fazer coberturas de folhagens, outros a cavar refúgios sob os montes, alguns, imitando os ninhos das andorinhas e o seu modo de construir, começaram a fazer habitações de lama e gravetos, onde pudessem se abrigar. Então, observando outros abrigos e adicionando coisas novas a suas cogitações, dia após dia efetuavam melhores tipos de cabanas¹⁵⁸.

A invenção do fogo (*ignis inuentio*) marca o princípio remoto e imemorial da própria atividade do arquiteto, e explica o sentido da *inuentio* vitruviana. O fogo é um elemento da natureza e, enquanto tal, não tem sua origem no homem, que detecta, entretando, a possibilidade de dominá-lo. Vitruvius narra o momento preciso em que o homem opera uma ruptura em sua condição primitiva de animal entre os animais. No mesmo nível dos demais seres – as andorinhas lhes serão mestres na arte de construir – a descoberta do fogo haverá de descortinar a via prometeica da técnica, propiciando ao mesmo tempo uma aproximação peculiar entre os membros da espécie humana, colocando-se ao redor das chamas, em admiração. Com a posse do fogo, o homem se encontra em condições de olhar para si mesmo e de se reconhecer destacado de tudo mais, ainda por ter sido agraciado pela natureza com a possibilidade de postar-se ereto. Anuncia-se aí um paradoxo que acompanha a relação entre *natura* e arte: a natureza confere ao homem os meios com os quais pode se distinguir de todos os outros animais (*reliqua animalia*) presentes na natureza, inaugurando ainda uma via de realizações técnicas que haverão de se diferenciar de todos os processos naturais de transformação, alterando-os mesmo, por vezes. Ou seja, é uma dádiva da natureza a condição para superar uma parte significativa dela própria. Manipulando o fogo e se aproximando de seus semelhantes, o homem ereto pode ver-se a si mesmo. A centelha da reflexão requer o abandono da posição curvada, e permite que se descortine no outro a imagem própria antes escamoteada pela dureza da vida selvagem. Aprumado, é possível igualmente maravilhar-se com o mundo e com o firmamento. Nesse momento, diz-nos o autor, o homem percebe que as articulações de suas mãos eram muito mais que simples apêndices extremos do corpo, visto que operavam em conexão estreita a um

¹⁵⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 2), p. 5: “*ergo cum propter ignis inuentionem conuentus initio homines et concilium et conuictus esset natus, et in unum locum plures conuenirent habentes ab natura praemium praeter reliqua animalia ut non proni, sed erecti ambularent mundique et astrorum magnificentiam aspicerent, item manibus et articulis quam uellent rem facilliter tractarent, coeperunt in eo coetu alii de fronde facere tecta, alii speluncas fodere sub montibus, nonnulli hirundinum nidos et aedificationes earum imitantes de luto et uirgulis facere loca quae subirent. Tunc obseruantes aliena tecta et adicientes suis cogitationibus res nouas, efficiebant in dies meliora genera casarum*”.

aparato cognitivo peculiar. Daí o início da edificação, desde a apreensão da técnica – com o domínio do fogo – e entre a capacidade reflexiva e a operativa, esta última enormemente potencializada pela execução coletiva das tarefas. Na multiplicidade inicial de ensaios construtivos dos casebres primitivos, as andorinhas oferecem exemplos, mas pouco depois os próprios membros do agrupamento se convertem em modelos uns aos outros. O texto prossegue assinalando as origens remotas dos edifícios na primitiva procura por abrigo:

como, por natureza, os homens podiam imitar e aprender, alguns gloriavam-se cotidianamente mostrando aos outros os feitos edificatórios, e, assim exercendo seus engenhos em competir, dia após dia efetuavam juízos melhores. Primeiro, tendo erguido forquilhas e tendo interposto gravetos, cobriram as paredes com lama. Outros, secando porções de lama, elevavam paredes e as ligavam com travessas de madeira; para evitar a chuva e o calor, cobriam-nas com canas e folhagens. Depois que as coberturas não puderam suportar as águas nas tempestades de inverno, estabeleceram uma cumeeira e aplicaram a lama sobre as coberturas inclinadas, conduzindo as águas da chuva que caíam no telhado¹⁵⁹.

Vitrúvio falava de uma progressão no pensar, dia após dia, sendo esta uma característica exclusivamente humana. Depois, afirma tratar-se de uma condição natural a capacidade do homem em imitar e aprender. Surgem também as diferenças entre os homens, ensejando a competição entre eles. Em todo caso, todos precisavam se proteger da chuva e do calor – os dois principais elementos desagregadores da matéria no pensamento vitruviano sobre os corpos¹⁶⁰. Mas, seja em apoio mútuo ou com a rivalidade, uma espécie de protoemulação, os homens ingressam em uma nova fase, aptos a produzir o que viria a ser um arquétipo das casas, de pródiga fortuna pelos séculos, com a solução do telhado em duas águas.

No Livro II, pode-se identificar como que um duplo recurso à natureza. Na descrição dos *initia humanitatis*, a natureza é apresentada como instância originária da capacidade do homem em imitar e aprender, bem como é provedora dos recursos primários (empregados desde os primeiros abrigos construídos pelo homem) – uma espécie de mãe comum que se confunde

¹⁵⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 3), p. 5: “*cum essent autem homines imitabili docilique natura, cotidie inuentionibus gloriantes alius alii ostendebant aedificiorum effectus, et ita exercentes ingenia certationibus in dies melioribus iudiciis efficiebantur. Primumque furcis erectis et uirgulis interpositis luto parietes texerunt. Alii luteas glaebas arefacientes struebant parietes, materia eos iugumentantes, uitandoque imbres et aestus tegebant harundinibus et fronde. Posteaquam per hibernas tempestates tecta non potuerunt imbres sustinere, fastigia facientes, luto inducto proclinatis tectis, stillicidia deducebant*”.

¹⁶⁰ Cf. Courrént, M., “De Architecti Scientia”, p. 62; p. 138; p. 152-153.

com o meio circundante¹⁶¹. De outra parte, na sequência do segundo volume, a natureza é tomada enquanto qualidade íntima de cada coisa e cada material a ser perscrutado e utilizado no limite de suas potencialidades. Ambas as abordagens convergem enquanto modalidades de remissão às origens. A ideia de origem tende a se identificar à própria noção de natureza em sua extensão: como estado primitivo do mundo e como constituição elementar das coisas ou dos materiais. Condição primeira que conduz ao alvorecer da civilização, de um lado, condição constitutiva de tudo o que existe, de outro.

Quanto ao recurso à natureza pela descrição dos *initia humanitatis*, Vitruvius demonstra interesse pelas origens, valendo-se do procedimento etiológico que procura explicar ou justificar um quadro, investigando sua causa¹⁶². De fato, a sequência do texto mostra que as elaborações vitruvianas sobre as origens não partem meramente da abstração e da fantasia de seu autor, apoiando-se, todavia, na observação de povos contemporâneos seus que adotavam processos construtivos mais rudimentares, ao alicerçar a suposição de um início¹⁶³: “podemos notar como foram instituídas essas coisas escritas acima a partir do fato de edifícios serem construídos desse modo até os dias atuais em nações estrangeiras como a Gália, a Hispânia, a Lusitânia, a Aquitânia, com ripas de carvalho ou palha”¹⁶⁴.

Como referências, são citados ainda os exemplos dos povos Colcos e dos Frígios. Entre os primeiros havia abundância de florestas o que permitia a utilização de troncos inteiros de árvores na construção, afirma-se. Já entre os Frígios, a escassez de madeira os levava a escavar pequenos montes (*tumulos naturales*) e a cobri-los com galhos entrelaçados formando um cone a ser preenchido por terra. Acerca dessa última modalidade de solução, Vitruvius salienta a eficiência térmica: “assim, os raciocínios dessas coberturas propiciam invernos quentíssimos e verões fresquíssimos”¹⁶⁵. Vitruvius encerra o parágrafo afirmando que os processos construtivos

¹⁶¹ Uma certa tonalidade lucreciana na escrita dessas passagens de Vitruvius dividem espaço com ideias estoicas, como veremos no Capítulo 3.

¹⁶² Segundo Elisa Romano, a etiologia “é um esquema linear de conexão entre presente e passado. Este mecanismo simples, que responde a uma pergunta fundamental e primária (‘qual é a origem? qual é a causa?’), também se aplica aos fenômenos da natureza” (Romano, E., “Vitruvius fra storia e antiquaria”, § 15).

¹⁶³ Vitruvius se valeria ainda de um “método antiquário”, que parte de uma “origem” e procura reconstruir uma época passada a partir de documentos, monumentos, traços materiais ou literários (Romano, E., “Vitruvius fra storia e antiquaria”, § 14).

¹⁶⁴ Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 4), p. 6: “*haec autem ex is, quae supra scriptae sunt, originibus instituta esse possumus sic animaduvertere, quod ad hunc diem nationibus exteris ex his rebus aedificia constituuntur, uti Gallia, Hispania, Lusitania, Aquitania scandulis robusteis aut stramentis*”. Elisa Romano comenta que “no interior desse excursus etnográfico a identificação da forma originária de habitação na cabana construída com estacas, canas e folhagens vem deduzida pela inferência a partir das populações estrangeiras (*nationes exterae*) da Gália, Hispânia, Lusitânia, Aquitânia, Cólquida e Frígida que ainda adotavam aquelas soluções” (Romano, E., “Vitruvius fra storia e antiquaria”, § 13).

¹⁶⁵ Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 5), p. 7: “*ita hiemes calidissimas, aestates frigidissimas efficiunt tectorum rationes*”. É de se notar essa observação, à primeira vista despretensiosa, mas que põe a passagem do

da cabana podem ainda ser encontrados entre outros povos e lugares, tais como: nas coberturas de terra e palha em Massília (atual Marselha); no Areópago de Atenas, um teto feito de lama; além da choupana de Rômulo no Capitólio e certas coberturas de templos na parte alta da cidade.

Para Elisa Romano, trata-se de um processo indutivo¹⁶⁶, na medida em que parte da observação para a reconstrução hipotética¹⁶⁷ de tempos remotos, tal como é reafirmado no tratado: “portanto, a partir desses sinais, podemos julgar quais foram os raciocínios concernentes às antigas invenções dos edifícios”¹⁶⁸. Expondo seus critérios e método, Vitruvius esclarece ao leitor que suas inferências se ancoram na observação das construções de povos estrangeiros e das antigas construções remanescentes¹⁶⁹.

A natureza das coisas, na civilização

De acordo com o Livro II, a arquitetura se constitui enquanto atividade específica após um processo no qual o homem opera transformações a uma suposta situação primeva. Depois do fogo, da vida em grupo, e da palavra, o homem se distancia da condição pregressa e o despontar da arte edificatória, resultante dos esforços primordiais em busca de abrigo, abre caminho ao surgimento das demais artes, que passam a acompanhar as diversas situações da vida em sociedade.

Se no Livro I foram expostas as circunscrições do ofício e as habilidades imprescindíveis ao arquiteto, no Livro II busca-se situar a atividade quanto às suas origens, fazendo remontar ao inferido início da humanidade, e permitindo ver como que as causas do estado de coisas a que se chegou nas artes. Mas a natureza não conferiu aos homens apenas os

Livro II em total consonância ao quarto capítulo do Livro I, que chamava a atenção justamente sobre as propriedades dos materiais e em especial para o desequilíbrio nos corpos causado pelo excesso de calor e seus impactos nos edifícios e nos recintos urbanos.

¹⁶⁶ Lehoux, referindo-se a argumentos de enumeração do personagem Quinto do *De Divinatione* de Cícero, nos lembra que só se pode anacronisticamente chamar de indutivo um argumento daquele período (Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 24).

¹⁶⁷ Romano, E., “Vitruvius fra storia e antiquaria”, § 13.

¹⁶⁸ Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 6), p. 7: “ita his signis de antiquis inuentionibus aedificiorum, sic ea fuisse ratiocinationes, possumus iudicare”.

¹⁶⁹ Romano, E., “Vitruvius fra storia e antiquaria”, § 13.

sentidos, armando as mentes de cogitações e deliberações, diz Vitrúvio¹⁷⁰. Atentos às elaborações dos mais antigos, os homens deixaram as cabanas por residências assentadas sobre fundações, vedadas por paredes de tijolos ou pedras, cobertas de telhas. Do empenho na observação das tentativas errantes e incertas passaram a raciocínios precisos sobre a *symmetria*¹⁷¹. Nesse momento, o homem pôde perceber a profusão de produtos da natureza, afirma o autor¹⁷², assinalando assim uma ruptura imposta. Claramente diferencia-se o homem da natureza provedora que o circunda e lhe oferece a matéria bruta a ser trabalhada. A vida alcançada se distanciara daquela bestial e agreste (*fera agrestique uita*), passando a pautar-se pelos prazeres (*uoluptatibus*) no universo do discernimento e das escolhas.

Ora, a concatenação da passagem pelos *initia humanitatis* em um livro que tratará dos materiais de construção dá-se na medida em que o distanciamento da vida selvagem não deixa o homem livre ou desvinculado de algum modo da natureza das coisas, isto é, de suas características e propriedades intrínsecas. O conhecimento em torno da *natura* é o fundamento a toda sorte de superação das limitações da vida primitiva, determinada pelos recursos materiais em estado bruto, mas que passam a ser processados uma vez que se alcança o progresso técnico: “pois, acerca daquilo que é apto ao uso nos edifícios, quais sejam suas qualidades e virtudes, tanto quanto puder, direi”¹⁷³. Tratar dos materiais básicos, não obstante sua ligação às raízes “naturais”, é agora uma tarefa sofisticada. Lidar com a matéria-prima não implica dali em diante aproximar-se dos recursos no sentido mais imediato – como o animal que se relaciona ao meio e consegue abrigo –, senão examiná-los à luz da ciência e das doutrinas, segundo um voo que só o intelecto humano pode promover. Daí talvez a insistência incomum de Vitrúvio em justificar repetidamente a pertinência do conteúdo proposto ao livro segundo. Em II, pref., 5, como de costume, Vitrúvio encerrara o prefácio justificando a inserção da matéria a ser apresentada, que nesse caso ocupa um lugar intermediário às temáticas do Livro I e do Livro

¹⁷⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 6), p. 8: “*cum ergo haec ita fuerint primo constituta et natura non solum sensibus ornaisset gentes quemadmodum reliqua animalia, sed etiam cogitationibus et consiliis armaisset mentes et subiecisset cetera animalia sub potestate*”. Tradução: “como assim fosse desde o início constituída toda a gente, de modo que a natureza não lhe tivesse guarnecido tão somente com os sentidos, tal como ocorre com os restantes animais, mas munido as mentes de pensamentos e deliberações, submetendo os outros animais a seu domínio”.

¹⁷¹ Ibid., (II, 1, 7), p. 8: “[*gentes*] *et incertis ad certas symmetriarum perduxerunt rationes*”. Tradução: “aquela gente transpôs as incertas por precisas razões de *symmetriae*”.

¹⁷² Ibid., (II, 1, 7), p. 8: “*posteaquam animaduerterunt profusos esse partus naturae ad materiam et abundantem copiam ad aedificationes ab eam comparatam, tractando nutrierunt et auctam per artes ornauerunt uoluptatibus elegantiam uitae*”. Tradução: “quando perceberam a profusão de produtos da natureza que serviam de material e a abundância por ela fornecida para as edificações, valeram-se deles, manejando-os, e por meio das artes ornaram de prazeres a elegância da vida que se elevava”.

¹⁷³ Ibid., (II, 1, 7), texte établi et traduit par Louis Callebaut, p. 8: “*igitur de his rebus, quae sunt in aedificiis ad usum idoneae quibusque sunt qualitatibus et quas habeant uirtutes, ut potuero, dicam*”.

III. Em II, 1, 8, o autor surpreendentemente retoma a justificativa: “não julgue que eu tenha errado, pois oferecerei a razão”¹⁷⁴, procurando evidenciar a conexão com as ideias do Livro I: “portanto, no primeiro discorri sobre os deveres dessa arte. Neste, discutirei acerca das questões naturais da matéria e de que uso possam ter”¹⁷⁵.

Não cabe mais aos homens imitar a construção dos ninhos das andorinhas, como afirma ter ocorrido no início, pois à necessidade fundamental de abrigo vieram se somar as escolhas próprias à cultura afastada da rispidez da natureza selvagem. Vitruvius esclarece que na incursão pelos *initia humanitatis* não expõe a origem da arquitetura, mas os primeiros esforços por abrigo: “com efeito, este livro não apresenta como a arquitetura nasceu, mas como foram instituídas as origens dos edifícios e por meio de quais raciocínios se nutriram e progrediram gradativamente até o atual aperfeiçoamento”¹⁷⁶. Vê-se que o escopo da passagem se direciona à remota origem do construir. Retroceder ao princípio aponta o esforço em retrazar como que as causas fundantes da arte edificatória, no intento de elucidá-la. Assim como quem quer compreender a arquitetura desde as origens dos abrigos primitivos, tratar dos materiais requer um mergulho em suas “origens” e causas, isto é, impõe perquirir a sua constituição pela mistura de elementos ou princípios a partir da *natura rerum*, natureza das coisas¹⁷⁷. E é explicitando essa mudança de direção que Vitruvius encerra o primeiro capítulo do Livro II e a digressão empreendida:

agora retomarei o propósito de tratar dos recursos materiais, assinalando quais são aptos ao acabamento dos edifícios. Raciocinarei sobre o modo pelo qual parecem ser criados segundo a natureza das coisas e como se ajustam pelas misturas de princípios congregados, sem que se torne um assunto obscuro, mas evidente aos leitores¹⁷⁸.

A natureza das coisas (*natura rerum*) passará a ocupar o centro da atenção, adverte o autor que evoca os leitores (*legentibus*) e os conclama a participarem do percurso intelectual

¹⁷⁴ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 8), p. 9: “*Ne putet me errauisse, sic reddam rationem*”. Pierre Gros nota a repetição, cf. Gros, P., “Introduction”, in: “De L’Architecture”, Livre II, p. XI.

¹⁷⁵ Ibid., (II, 1, 8), p. 9: “*ergo in primo [pronuntiaui] de artis officio. In hoc de naturalibus materiae rebus, quem habeant usum disputabo*”.

¹⁷⁶ Ibid., (II, 1, 8), p. 9: “*namque hic liber non profitetur unde architectura nascatur, sed unde origines aedificiorum sunt institutae et quibus rationibus enutritae et progressae sint gradatim ad hanc finitionem*”.

¹⁷⁷ Sobre os argumentos de causa e efeito no *De Rerum Natura*, cf. Markovic, D. “The Rhetoric of Explanation in Lucretius’ *De Rerum Natura*”, p. 129 et seq.

¹⁷⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 9), p. 9: “*nunc reuertar et de copiis quae aptae sunt aedificiorum perfectionibus, quemadmodum uideantur esse ab natura rerum procreatae quibusque mixtionibus principiorum congressus temperentur, ne obscura sed perspicua legentibus sint, ratiocinabor*”.

que os guiará diante do que há de expor acerca da matéria-prima, mas de um modo muito distante já daquele primitivo contato com a natureza há pouco descrito. Trata-se agora de buscar compreender, por meio de demonstrações racionais e a partir dos preceitos dos físicos, a constituição dos materiais e, principalmente, suas causas¹⁷⁹.

***De Architectura*: confluência de fontes**

O brevíssimo segundo capítulo do Livro II cataloga filósofos que pensaram a constituição da matéria:

primeiro, Tales julgou que a água era o princípio de todas as coisas. Heráclito de Éfeso, que por causa da obscuridade dos escritos foi chamado Σχολεινός¹⁸⁰ pelos gregos, pensou que era o fogo; Demócrito, que foi seguido por Epicuro, os átomos, chamados de corpos mínimos pelos nossos e de indivisíveis por alguns. A doutrina dos Pitagóricos adicionou à água e ao fogo o ar e a terra¹⁸¹.

Dentre os pensadores inicialmente listados chama a atenção o fato de se evocar concepções diferentes, senão bastante divergentes. Lucrécio, embora não seja mencionado no trecho, seguindo de perto preceitos centrais do epicurismo, e mesmo louvando Epicuro, censura as doutrinas dos quatro elementos¹⁸², caras aos pensadores mencionados: Tales, Heráclito e os

¹⁷⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 9), p. 9-10: “*namque nulla materiarum genera neque corpora neque res sine principiorum coetu nasci neque subici intellectui possunt, neque aliter natura rerum praeceptis physicorum ueras patitur habere explicationes, nisi causae, quae insunt in his rebus, quemadmodum et quid ita sint, subtilibus rationibus habeant demonstrationes*”. Tradução: “pois, nenhum gênero de matéria, nenhum corpo, nenhuma coisa, pode ser pensado a não ser como produzido pela reunião dos princípios [elementares]. Nem de outro modo a natureza das coisas admite receber explicações em conformidade aos preceitos dos físicos: a não ser que as causas inerentes às coisas, em relação a ‘como’ e a ‘o que’ sejam, possam receber demonstrações segundo raciocínios sutilíssimos”. Segundo Gros, “Vitruvius parece querer redigir um verdadeiro *De rerum natura* com esse Livro II. Nota-se o cuidado com o qual ele distingue a natureza das coisas e o modo de apreensão pelo espírito desta natureza” (Gros, P., “Commentaire”, in: “De L’Architecture”, Livre II, n. 1.9.3, p. 78).

¹⁸⁰ *Schoteinós*, isto é, obscuro.

¹⁸¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 2, 1), texte établi et traduit par Louis Callebaut, p. 10: “*Thales primum aquam putauit omnium rerum esse principium. Heraclitus Ephesius, qui propter obscuritatem scriptorum a Graecis Σχολεινός est appellatus, ignem; Democritus quique est eum secutus Epicurus atomos, quas nostri insecabilia corpora, nonnulli individua uocitauerunt. Pythagoreorum uero disciplina adiecit ad aquam et ignem aera et terrenum*”.

¹⁸² O autor do *De rerum Natura* censura o equívoco das doutrinas dos quatro elementos: “é por este motivo que me parecem ter-se afastado muito da verdade todos aqueles que julguem ser o fogo a matéria das coisas e poder

Pitagóricos. Quanto à Demócrito e Epicuro parecem ter se alinhado no emprego da noção de átomo, o que não exclui diferenças entre os pensamentos de ambos¹⁸³.

Chama a atenção também, no trecho referido, a ausência de menção à Empédocles¹⁸⁴, tendo sido este a propor os quatro elementos como os constituintes de todas as coisas a partir de suas combinações¹⁸⁵. Tornou-se recorrente o entendimento de que, para Tales, o princípio único era a água e, para Heráclito, o fogo. Mas tal como aponta Francesco Pellati, para Empédocles os princípios se organizam em dois pares de opostos, conciliando postulados do Jonismo, do Pitagorismo e do Eleatismo, quanto ao ser e ao devir. Ademais, aparecem ainda os quatro elementos até mesmo na concepção platônica do Timeu¹⁸⁶, embora não haja consenso

ele constituir o Universo, e os que puserem o ar como princípio da criação, ou os que pensarem que a água formava só por si as coisas, ou que a terra tudo gerava e se transformava em todos os corpos. Juntam-se a estes os que duplicam os elementos das coisas, ligando o ar ao fogo ou a terra à água, e os que crêem que tudo pode provir de quatro elementos, o fogo, a terra, o ar e a água” (Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 705-715, p. 48). Em latim: “*quapropter qui materiem rerum esse putarunt / ignem, atque ex igni summam consistere posse, / et qui principium gignundis aera rebus / constituere, aut umorem quicumque putarunt / fingere res ipsum per se, terramue creare / omnia, et in rerum naturas uertier omnis, / magno opere a uero longe derrasse uidentur. / adde etiam qui conduplicant primordia rerum, / aera iungentes igni terramque liquori, / et qui quattor ex rebus posse omnia rentur / ex igni, terra, atque anima proscere, et imbri*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 705-715, p. 27). Para Lucrécio, Empédocles e outros pensadores se equivocaram por associarem os princípios das coisas aos quatro elementos, ignorando o vazio: “mas também este, e os que acima nomeamos [...] ruíram ao tratar dos princípios das coisas e, porque eram grandes, com grandes quedas se abateram. Primeiro porque admitem o movimento tirando o vazio às coisas e aceitam os corpos brandos e porosos, o ar, o sol, o fogo, a terra, os animais e as plantas, sem que juntem o vazio à sua substância” (Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 735-745, p. 48). Em latim: “*hic tamen, et supra quos diximus [...] / principiis tamen in rerum fecere ruinas, / et grauius magni magno cecidere ibi casu; / primum quod motus exempto rebus inani / constituunt, et res mollis rarasque relinunt, / aera, solem, ignem, terras, animalia, fruges, / nec tamen admiscent in eorum corpus inane*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 735-745, p. 28). Cf. também Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 3, p. 128.

¹⁸³ Pierre Gros nota que não se pode confundir um princípio gerador como a água no pensamento de Tales de Mileto e os “princípios” de Demócrito e de sua Escola de Abdera, “que serão os átomos dos Epicuristas” (Gros, P., in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 2.2.1, p. 78). O comentador afirma ainda que em I, 4, 5 Vitruvius equivocadamente assimila os quatro elementos à noção de στοιχεῖα, cara a Demócrito e aos partidários da Escola de Abdera, denunciando por meio dessa “ligeira confusão no domínio do vocabulário”, o “caráter híbrido de sua ‘filosofia’ da natureza” (ibid., n. 2.2.1, p. 78). O modo sumário das passagens em que o autor lista os pensadores ditos físicos e os atomistas (II, 2, 1; I, 4, 5; VII, pref., 2; VIII, pref., 1; IX, 6, 3) leva Gros a inferir a utilização por Vitruvius de uma doxografia estoica, tendo por intermediário possivelmente Varrão ou Cícero (ibid., n. 2.2.1, p. 78).

¹⁸⁴ É de se notar ainda a ausência entre os “físicos” de Anaxímenes, que considerava o ar como o princípio das coisas, e de Leucipo entre Demócrito e Epicuro, conforme indica Pellati (Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, in: Rinascimento 2, 1951, p. 247).

¹⁸⁵ Francesco Pellati convida a atentar para o registro de Aristóteles (Met. A, 3, 984a) em que atribui a Empédocles o acréscimo do quarto elemento, a terra, de modo que “nos quatro elementos, que não têm princípio nem fim, Empédocles vê a forma primeira e irreduzível da natureza, eles, perenemente envolvidos por duas forças contrárias, ora se compõem em virtude do amor na unidade da curvatura da Esfera, suprema e perfeita paz, ora sob a ação do ódio, destacam-se e se dispersam, em ordem de leveza, símiles com símiles, dando forma e vida, quando as duas forças se equilibram, àquele que nós chamamos mundo visível, o Cosmos, até que, perecendo este mundo pela ação desagregadora daquele mesmo Ódio que a gerou, o Amor retoma a vantagem e reconstitui na harmonia da Esfera divina a unidade das coisas: ciclos cósmicos alternados do místico drama do universo” (Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, in: Rinascimento 2, 1951, p. 245).

¹⁸⁶ Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, in: Rinascimento 2, 1951, p. 247.

de que Vitrúvio ou sua fonte conhecessem essa obra¹⁸⁷. De todo modo, é apenas aos Pitagóricos que se atribui a doutrina dos quatro elementos na passagem em questão, o que pode não ser meramente casual¹⁸⁸.

O Livro VIII, que versa sobre as águas e sua condução, desde a abertura do prólogo, como que retoma as considerações de II, 2, 1. Mas se à primeira vista parece apenas repetir o movimento anterior, com mais atenção pode-se observar que trata de expandi-lo, em certo sentido, modificando-o ligeiramente:

sendo um dos Sete Sábios, Tales de Mileto professou que a água era o princípio de todas as coisas; Heráclito, o fogo; os sacerdotes dos magos, água e fogo; Eurípides, a quem os atenienses chamavam de filósofo cênico, discípulo de Anaxágoras, pensava que eram o ar e a terra, e esta, tendo sido fecundada pela chuva vinda dos céus, procriava os filhos dos homens e de todos os animais do mundo, e de todas as coisas que dela pudessem descender, as quais haveriam de se decompor, retornando à terra, coagidas pela inevitável ação do tempo. E as coisas nascidas do ar, também retornam às regiões celestes sem admitir a destruição, mesmo mudando de forma por sua desagregação, acabam por recuperar o estado e as propriedades anteriores. Em verdade, Pitágoras, Empédocles, Epicarmo e outros físicos e filósofos propuseram serem quatro esses princípios: ar, fogo, terra, água. A coerência desses princípios, a partir da configuração natural definida pelo gênero, determina as qualidades das coisas¹⁸⁹.

¹⁸⁷ Para Gros, a mediação platônica do Timeu parece não ter sido conhecida por Vitrúvio ou por sua fonte (Gros, P., in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 5, p. 80). Segundo a interpretação de Pellati, a física pitagórica predominou por um período expressivo: “portanto, somente se pensarmos que a física pitagórica dominou e controlou toda a especulação filosófica helênica do Vº século e que as tradições doxográficas acabaram por reportar ao Pitagorismo todos os pensadores gregos daquele tempo, torna-se fácil reconhecer como Vitrúvio, assumindo a doutrina elementar não diretamente, mas através de Posidônio e Varrão, de Platão, de Aristóteles e do Pitagorismo do final do Vº século, mas particularmente pela reelaboração platônica, contida no diálogo que leva o nome do pitagórico Timeu, não tenha conseguido separar o conteúdo pitagórico daquele propriamente de Empédocles” (Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, in: Rinascimento 2, 1951, p. 255).

¹⁸⁸ A referência vitruviana, segundo Gros, consiste em mais uma prova da grande difusão do “pitagorismo” entre os círculos cultivados do fim da República (Gros, P., in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, n. 5, p. 80).

¹⁸⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, (VIII, pref., 1), p. 2: “*de septem sapientibus Thales Milesius omnium rerum principium aquam est professus, Heraclitus ignem, Magorum sacerdotes aquam et ignem, Euripedes, auditor Anaxagorae, quem philosophum Athenienses scaenicum appellauerunt, aera et terram, eamque e caelestium imbrium conceptionibus inseminatam fetus gentium et omnium animalium in mundo procreauisse, et quae ex ea essent prognata, cum dissoluerentur temporum necessitate coacta, in eandem reddere, quaeque de aere nascerentur item in caeli regiones reuerti neque interitiones recipere et dissolutione mutata in eam recidere in qua ante fuerant proprietatem. Pythagoras uero, Empedocles, Epicharmos alique physici et philosophi haec principia esse quattuor proposuerunt: aerem, ignem, terram, aquam eorumque inter se cohaerentiam naturali figuracione e generum discriminibus efficere qualitates*”.

Tal como II, 2, 1, o Prefácio ao Livro VIII se inicia fazendo referência a Tales¹⁹⁰ e a Heráclito e as respectivas atribuições dos princípios concedidas à água e ao fogo. Não é simples precisar a alusão aos “sacerdotes magos” (*Magorum sacerdotes*), parecendo tratar-se de uma remissão a religiões orientais¹⁹¹. Em todo caso, Vitruvius afirma que acreditavam na primazia da água e do fogo, enquanto Eurípides, discípulo de Anaxágoras, segundo o texto, pensava que a água e a terra fossem os princípios das coisas. Ou seja, o elemento aquático sutilmente desponta como prevalente nas primeiras linhas do livro que trata precisamente das águas. Da narração da água que fecunda a terra, vinculada na passagem à posição defendida por Eurípides¹⁹², Callebat nos informa tratar-se de um tema bastante frequentado por gregos e romanos¹⁹³, incluindo Lucrécio. A menção a Pitágoras associado aos quatro elementos reaparece, mas dessa vez é sucedida por Empédocles, aquele ao qual se atribui predominantemente, na antiguidade e por muitos séculos subsequentes, a autoria da doutrina dos quatro elementos. Epicarmo presumivelmente foi um comediógrafo discípulo de Pitágoras¹⁹⁴.

Dessa retomada dos princípios elementares no Livro VIII pode-se depreender um reforço da figura de Pitágoras que ocupa um papel central também em II, 2, 1. Ladeado pela remissão à Empédocles no Livro das Águas, é de se notar uma aparente incongruência entre ambas as passagens. Tal discrepância poderia justificar-se por uma eventual tentativa de adequar a referência teórica à temática a ser apresentada – o Livro II trata dos assuntos relativos aos materiais de construção e o Livro VIII de processos técnicos que envolvem a água. Assim, o segundo volume estaria mais voltado às questões da solidez na constituição dos corpos, enquanto o oitavo a qualidades da água, ambos remetendo à *physiologia* e a doutrinas físicas¹⁹⁵.

¹⁹⁰ Em VIII, pref., 1, aponta-se Tales como um dos Sete Sábios. No comentário ao Livro Oitavo, Louis Callebat afirma que, de acordo com a tradição mais difundida, os Sete Sábios eram os filósofos e homens de estado gregos: Bias de Priene, Quilon de Esparta, Cleóbulo de Lindos, Periandro de Corinto, Pítaco de Mitilene, Sólon de Atenas e Tales de Mileto (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII -VIII, pref., 1 - p. 2).

¹⁹¹ Possivelmente uma referência aos sacerdotes Caldeus do Zoroastrismo, cf. Callebat, L., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, n. 4, p. 40; cf. Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, p. 248.

¹⁹² Presente em sua obra Crisipo.

¹⁹³ Cf. Callebat, L., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, n. 6, p. 41.

¹⁹⁴ Cf. *ibid.*, Livre VIII, n. 9, p. 43.

¹⁹⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 7), p. 7-8: “*praeterea de rerum natura, quae graece φυσιολογία dicitur, philosophia explicat*”. Tradução: “além disso, a filosofia explica a natureza das coisas, o que em grego se diz *φυσιολογία (physiologia)*”. E também: “por exemplo, nas descidas, nas curvaturas e nas subidas a partir dos planos horizontais geram-se aqui e ali fenômenos naturais cujas consequências ninguém poderá remediar, a não ser aquele que conheça os princípios da natureza das coisas, a partir da filosofia (Vitruvius, Tratado de Arquitetura - I, 1, 7 - p. 66, tradução: M. J. Maciel). Em latim: “*in cursibus enim et circuitibus et librata planitie expressionibus spiritus naturales aliter atque aliter fiunt quorum offensionibus mederi nemo poterit nisi qui ex*

No entanto, uma discrepância aparece ao se atentar à remissão análoga empreendida em I, 4, 5, quando Vitrúvio reporta os quatro princípios elementares como *calore, umore, terreno e aere*, em vez de *aerem, ignem, terram e aquam*. Isso é significativo, na medida em que se sabe que Aristóteles não considera os quatro elementos como substâncias primordiais tal como Empédocles, mas “como manifestações de ações combinadas das quatro qualidades fundamentais opostas (quente-frio, seco-úmido) sobre a matéria primitiva”¹⁹⁶, e nesse aspecto a passagem vitruviana (I, 4, 5) parece se aproximar mais da proposição aristotélica. Ao mesmo tempo, a ideia da combinação de elementos primordiais e irreduzíveis que se dosam na composição (*mixtionibus naturali temperatura*) dos animais e das coisas, apresentada em I, 4, 6, parece ressoar com proximidade a doutrina de Empédocles¹⁹⁷. Pellati propõe uma aproximação entre a concepção empedoclea e aquelas difundidas pelos pitagóricos, como Filolau, que teria admitido a distinção fundamental dos elementos¹⁹⁸. Nesse sentido, é possível vislumbrar como se constroem a provável miscelânea de fontes e a amálgama teórica no *De Architectura*.

Charles Kahn sublinha o prestígio assumido pelos seguidores de Pitágoras em Roma desde o século III a.C., essa espécie de “filosofia italiana”¹⁹⁹. Varrão, morto em 27 a.C. – ano provável da publicação do tratado –, e uma das fontes citadas por Vitrúvio, teria sido enterrado “à maneira pitagórica”, em um caixão de argila, com flores de murta, oliveira e choupo-negro”²⁰⁰. Essa notícia pode indicar alguma proximidade de Varrão ao pitagorismo e talvez uma certa popularidade da doutrina entre os romanos do século I a.C.²⁰¹. A tradução por Cícero do Timeu de Platão poderia reforçar a ideia da difusão do pitagorismo em Roma, na medida em que o próprio nome do diálogo remete a um pitagórico. Kahn reporta ainda que se sabe por Aulo Gélio que na obra, atualmente perdida, “*Hebdomades* ou Sobre Retratos” (*Hebdomades uel de imaginibus*) Varrão faria uma referência a Nigídio Fígulo, evocado também por Cícero no proêmio à tradução do Timeu. Tido como *pythagoricus et magus*, a figura de Nigídio Fígulo se liga a cultos orientais e à astrologia²⁰². Donde se depreende que as referências feitas por Vitrúvio no início do Livro VIII parecem retratar a efervescência cultural nos meios letrados de

philosophia principia rerum natura nouerit” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 1, 7 - p. 8, trad.: Ph. Fleury).

¹⁹⁶ Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, n. 5, p. 253.

¹⁹⁷ Cf. *ibid.*, p. 256-257; cf. n. 56 *supra*.

¹⁹⁸ Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, n. 5, p. 245-246.

¹⁹⁹ Kahn, C. H. “Pitágoras e os pitagóricos”, p. 115.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 118. Para essa afirmação, Kahn se apoia na notícia de Plínio, o Velho, presente em sua *História Natural*, XXXV, 160.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 117-121.

²⁰² *Ibid.*, p. 120-121.

Roma no século I a.C., entremeada por doutrinas variadas. E a própria construção do *De Architectura* seria marcada pelo recurso a fontes diversas.

Daí que, segundo Pellati, as divergências entre as exposições das doutrinas físicas expostas nos Livros II e VIII seriam explicadas precisamente pela adoção de fontes diferentes, de modo que o Livro II teria como principal referência Posidônio e o Livro VIII, Varrão²⁰³. O Livro VIII do *De Architectura* remete também a Posidônio²⁰⁴, mas, segundo o comentador italiano, Vitruvius teria ali recorrido sobretudo a Varrão, de quem derivaria provavelmente a atribuição a Pitágoras da teoria empedoclea dos quatro elementos²⁰⁵. Pellati ainda vê na referência a Epicarmo mais um possível elo entre Varrão e Vitruvius, na medida em que o nome do poeta cômico também era o título de uma obra de Ênio que justamente admitia os quatro princípios elementares e é mencionada no *De Re Rustica* de Varrão: “seus princípios [sc. da agricultura] são os mesmos que Ênio escreve serem os do mundo, água, terra, ar e fogo”²⁰⁶. Na passagem vitruviana, o nome Epicarmo parece empregado como nome próprio e não como título de obra, pois vem em sequência coordenativa com outros nomes próprios (Pitágoras, Empédocles...). Em todo caso, a atribuição do título Epicarmo por Ênio a uma obra sua indicaria no mínimo alguma afinidade na abordagem com a figura de quem toma emprestado o nome. Então, é possível ver que se está sempre transitando por uma espécie de circuito romano comum de ideias.

A única referência a Posidônio nos dez volumes é aquela de VIII, 3, 27. No entanto, para Pellati, o pensador nascido em Apameia, atual Síria, consiste numa das principais fontes do Livro II e do *corpus* vitruviano como um todo. Discípulo de Panécio, presume-se que tenha sido autor de uma obra monumental, incluindo filosofia, história, geografia, etnologia, matemática, astronomia e meteorologia, mas da qual pouco restou, a não ser fragmentos transmitidos por outros autores²⁰⁷. Tendo Posidônio tratado da história da humanidade, conforme aponta Bréhier²⁰⁸, parece apoiar-se a afirmação de Pellati, considerando o filósofo de

²⁰³ Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, p. 250: “as divergências continuam notáveis mesmo nas continuações dos dois passos do Livro II e do Livro VIII, dedicados por Vitruvius à física dos antigos, revelando claramente que ao ditar essas duas passagens ele se inspirou em duas fontes diferentes, tendo presumivelmente aderido a Posidônio no Livro II e a Varrão no Livro VIII”.

²⁰⁴ Nominalmente referido em DA, VIII, 3, 27.

²⁰⁵ Cf. Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, n. 1, p. 250. Pellati atesta igualmente a disposição de Varrão por ser sepultado conforme o costume dos pitagóricos, *pythagoreo modo* (ibid., n. 1, p. 250).

²⁰⁶ Varrão, “Das Coisas do Campo”, tradução, introdução e notas: Matheus Trevizam, p. 33, acréscimo nosso. Em latim: “*eius principia sunt eadem, quae mundi esse Ennius scribit, aqua, terra, anima et sol*” (ibid., p. 32).

²⁰⁷ Chauí, M. S., “Introdução à história da filosofia – As escolas helenísticas”, Volume II, p. 181.

²⁰⁸ Bréhier, E., História da Filosofia, 1978, p. 132, apud Chauí, M. S., “Introdução à história da filosofia – As escolas helenísticas”, Volume II, p. 184.

Apameia como um importante referencial ao segundo livro, embora seu nome não seja mencionado lá. Lucrécio apontava aspectos positivos no vigor da selvageria primitiva dos homens, ao passo que para Vitrúvio o abrandamento da vida em sociedade constituiria um progresso. Pierre Gros vê nessa atitude vitruviana afinidade ao pensamento de Posidônio²⁰⁹. Para Elisa Romano, é provável que Posidônio tenha sido a principal fonte à história da civilização exposta no Livro II²¹⁰, e também a outras partes do *De Architectura*²¹¹.

Nos emaranhados de referências ao longo dos Dez Livros, é comum ainda surpreender-se. Pois em VIII, pref., 1, a imagem da água que fecunda a terra no texto vitruviano, embora remeta provavelmente a um *topos* disseminado pela literatura, suscita passagem do *De Rerum Natura* de Lucrécio:

realmente todos somos oriundos duma semente celeste; é pai de nós todos aqueles donde a terra nossa mãe criadora recebe as gotas de líquida chuva; assim fecundada, dá à luz as esplêndidas searas e as árvores vigorosas e a raça humana, dá à luz todas as gerações de animais bravios²¹².

Entre Vitrúvio (VIII, pref., 1) e Lucrécio (II, 991-995), a terminologia é muito próxima: *fetus – feta; gentium – genus humanum; omnium animalium – omnia saecula ferarum*. Enquanto Vitrúvio fala em água e terra, Lucrécio fala em pai e mãe, mas a construção das passagens se espelham. Os paralelismos entre as escritas das obras de ambos os autores já havia sido apontada por W. A. Merrill: “pelo que me consta, não foi dada atenção à influência de Lucrécio em Vitrúvio, e parece digno notar sua similaridade na enunciação, e sua mútua relação em outros aspectos”²¹³. Merrill chegou mesmo a arrolar expressões análogas e coincidências terminológicas, em extensas séries. Vê-se que as coincidências entre Vitrúvio e Lucrécio dão-se: no âmbito de certos conteúdos expressos (como no exemplo acima aproximando Vitruv. VIII, pref., 1 a Lucr., II, 991), comportando-se por vezes como *topoi*, lugares comuns; nas construções de frases; e, finalmente, no emprego de palavras idênticas ou muito próximas.

²⁰⁹ Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, p. XXXII.

²¹⁰ Romano, Elisa. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 113.

²¹¹ Ibid., p. 27, p. 76.

²¹² Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, II, 991-995, p. 67. Em latim: “*denique caelestis sumus omnes semine oriundi; / omnibus ille idem Pater est, unde alma liquentis / umoris guttas Mater cum terra recepit, / feta parit nitidas fruges, arbustaque laeta, / et genus humanum, parit omnia saecula ferarum*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, II, 991-995, p. 78).

²¹³ Merrill, W. A., “Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”, p. xvi.

Merrill aventa a possibilidade de uma fonte comum, o que é bastante plausível²¹⁴, mas a partir da profusão de coincidências é difícil não pensar na contribuição direta do *De Rerum Natura* ao *De Architectura*²¹⁵.

O segundo livro do *corpus* vitruviano procura tratar dos materiais fornecidos pela natureza (*de naturalibus materiae rebus*), conforme atestam as expressões correlatas: *res naturales*, no final do prefácio, e *apparitiones*, no último parágrafo do capítulo 10, encerrando o volume²¹⁶. Ambas diriam respeito aos materiais oferecidos em seu estado originário pela natureza, a fim de expor suas características, a serem exploradas na construção²¹⁷. Isso constitui apenas em parte o propósito vitruviano com o segundo volume²¹⁸, uma vez que busca nas origens da constituição dos corpos a fundamentação para as recomendações expedidas. Nesse sentido, o breve capítulo dois, que fala de doutrinas acerca dos princípios das coisas, não pode ser visto como mera digressão no curso das matérias apresentadas, assumindo uma relevância central na explicitação das intenções do autor em examinar a natureza da matéria, com vistas à arte edificatória:

“daí, portanto, parecendo todas as coisas agrupadas e produzias em acordos [de princípios elementares] e essas coisas sendo de naturezas diversificadas, segundo infinitos gêneros, julguei oportuno expor suas variedades e diferenças de uso, bem como as qualidades que possam oferecer aos edifícios, de modo que, sendo conhecidas, não sejam motivo de erro aos que cogitam edificar, mas que sirvam como provisões aptas ao uso nos edifícios”²¹⁹.

²¹⁴ Cf. Starr, R. J., “The circulation of Literary Texts in the Roman World”, in: *The Classical Quarterly*, New Series, Vol. 37, nº 1, 1987, pp. 213-223.

²¹⁵ Referindo-se aos paralelismos entre o Livro II de Vitruvius e o Livro V de Lucretius: “probably both followed a common authority, yet I cannot but believe that Vitruvius has some Lucretian reminiscences here” (Merrill, W. A., “Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”, p. xviii). Para Merrill, Vitruvius teria lido e estudado o *De Rerum Natura*, mas particularmente os Livros IV, V e VI (ibid., p. xxi).

²¹⁶ Gros, P., “Introduction”, in: “De L’Architecture”, Livre II, p. XII.

²¹⁷ Gros nota que o termo *apparitiones* dos manuscritos fora corrigido por Fra Giocondo em *apparationes*, o que não se sustentaria (ibid., p. XII-XIII). O texto latino editado por Louis Callebaut nos traz: “*ergo quoniam de apparitionibus est explicatum, in ceteris uoluminibus de ipsis aedificiis exponetur*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, 10, 3 - p. 47). Tradução: “portanto, uma vez que se explicou sobre os produtos (*apparitionibus*) [da natureza], nos outros volumes há de se tratar dos próprios edifícios”.

²¹⁸ Gros discorre sobre a ambivalência presente no segundo volume entre o anúncio de técnicas edificatórias como temática e a reflexão sobre a estrutura elementar da matéria, que requer uma abordagem cosmológica, isto é, a partir da física, em sentido antigo (Gros, P., “Introduction”, in: “De L’Architecture”, Livre II, p. XII-XV). O comentador fala ainda da ocorrência de “considerações estranhas” e “generalizações forçadas” enquanto “procedimentos de validação” caras à ciência grega (ibid., p. XV), isto é, tratar-se-ia de adequações na construção do escrito vitruviano a partir de procedimentos recorrentes e esperados às obras.

²¹⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 2, 2), p. 10: “*ex his ergo congruentibus cum res omnes coire nascique uideantur et hae in infinitis generibus rerum natura essent disparatae, putauit oportere de uarietatibus et discriminibus usus earum quasque haberent in aedificiis qualitates exponere, uti, cum fuerint notae, non habeant qui aedificare cogitant errorem, sed aptas ad usum copias aedificiis comparent*”.

O recuo às origens da edificação procura, portanto, justificar a investigação abstrata em torno da constituição da matéria em uma obra escrita voltada a uma disciplina fortemente vinculada à materialidade, como a arquitetura. Entender o surgimento dos primeiros abrigos humanos requer a inferência dos gestos primordiais diante dos materiais em seu processamento mais rudimentar. O recurso às origens, à *causa* e à *ratio* são procedimentos compartilhados entre Lucrécio e Vitruvius. Entender a natureza dos materiais a serem empregados implica em compreendê-los desde sua constituição mais íntima, pela combinação dos princípios elementares. E precisamente nesse movimento de reflexão o autor-arquiteto procede como Lucrécio²²⁰. Assim, os sentidos assumidos pela arquitetura em seu alto grau de elaboração, bem como os usos tecnicamente adequados dos materiais, repousam sobre o entendimento acerca da natureza das coisas.

Perdidas as obras de Posidônio, as quais se supõe terem também servido de fonte ao *De Architectura*, especialmente ao Livro II, restam, contudo, proximidades flagrantes com o *De Rerum Natura*, ainda que as posições de ambos os autores nem sempre coincidam. De fato, Lucrécio no início do quinto livro, discorrendo também sobre longínquos tempos primevos, expõe seu projeto:

é marchando nas suas pegadas [de Epicuro] que eu vou investigando e expondo por palavras as razões das coisas, e de que maneira foi criada cada uma delas e a necessidade que há de persistirem nessa lei, visto que não poderiam quebrar as fortes determinações do tempo²²¹.

O poeta fala igualmente dos primeiros homens que ainda desconheciam a agricultura, valendo-se tão somente do que lhes ofertasse espontaneamente o sol, a chuva e a terra²²². Aqueles homens bebiam dos rios e das fontes como as feras, e andavam errantes. Desconheciam

²²⁰ O comentário de Gros sobre o Livro II do *De Architectura* é incisivo: “é quase um *De rerum natura* que nos é assim proposto, limitado certamente aos reinos mineral e vegetal e, nesses reinos, ao que é explorável pelo construtor, mas centrado, todavia, na análise física dos componentes” (Gros, P., “Introduction”, in: “De L’Architecture”, Livre II, p. XIII). Para o comentador, o breve capítulo 2, que versa sobre a composição da matéria, é, por isso, o cerne do Livro II (cf. *ibid.*, p. XIII).

²²¹ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, V, 55-58, p. 105. Em latim: “*cuius ego ingressus uestigia dum rationes persequor ac doceo dictis, quo quaeque creata foedere sint, in eo quam sit durare necessum nec ualidas ualeant aevi rescindere leges*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, V, 55-58, p. 206).

²²² Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, V, 937, p. 116.

o fogo. Não se vestiam, habitando “as florestas, os cavos dos montes e os bosques”²²³, e para se proteger dos ventos e das chuvas “escondiam com ramagens os membros esqueléticos”²²⁴.

Lucrécio vê uma superioridade do homem em condição primitiva: “mas a raça que houve naqueles campos foi muito mais dura, como era natural [*ut decuit*], dado que a tinha criado uma dura terra; tinha como fundamento ossos maiores e mais sólidos e as carnes estavam ligadas por fortes nervos”²²⁵. Os primeiros homens, diz, tinham corpos mais robustos e resistentes, suportando melhor o calor e o frio, expostos que estavam às intempéries. A novidade da comida não lhes ameaçava, sujeitos ao alimento que aleatoriamente conseguissem em suas errâncias. O corpo não contava com qualquer cuidado a não ser o do próprio vigor. Mesmo diante de tanta dureza, para Lucrécio, a vida em sociedade consegue muitas vezes ser mais ameaçadora do que a cruel vida selvagem²²⁶. Segundo essa ótica, as cabanas, as peles, o lume e o matrimônio tornaram possível a vida em sociedade. O convívio com a prole teria abrandado os homens, cujos corpos haviam se fragilizado, tornando-se mais sensíveis ao frio, por contarem com o auxílio do fogo. Exatamente o fogo, cujo domínio, para Vitruvius, marca irreversivelmente a passagem do homem a uma situação superior, convertendo-se em símbolo do domínio da técnica. Ao mesmo tempo, o emprego do fogo requer conhecimento acerca da natureza das coisas e seus princípios elementares, desvelados pela *scientia* do arquiteto. Logo, vê-se que no *De Architectura* a consecução da arte permite expandir as possibilidades do homem primitivo, pelo campo que se abre na convergência do fazer e do raciocinar.

²²³ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, V, 955, p. 117. Em latim: “*sed nemora atque cauos montis siluasque colebant*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, V, 955, p. 245).

²²⁴ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, V, 956, p. 117. Em latim: “*et frutices inter condebant squalida membra*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, V, 956, p. 245).

²²⁵ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, V, 925-928, p. 116, acréscimo nosso, indicando termo latino. Em latim: “*at genus humanum multo fuit illud in aruis / durius, ut decuit, tellus quod dura creasset, / et maioribus et solidis magis ossibus intus / fundatum, ualidis aptum per uiscera neruis*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, V, 925-928, p. 244).

²²⁶ Mesmo podendo servir de pasto para as feras e estando abandonado à próprio sorte na floresta, a vida em sociedade impõe agruras maiores: “mas não havia num só dia a morte de milhares de homens arregimentados debaixo de bandeiras, nem os revoltos plainos do mar partiam nos rochedos os navios e os homens [...] Depois, a penúria de alimentos dava à morte os membros enfraquecidos, ao passo que hoje é a abundância que nela os mergulha. Muitas vezes, porque o não sabiam, a si próprios administravam veneno; agora mais hábeis, administram esse veneno aos outros” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, V, 1000-1010, p. 117). Pierre Gros bem lembrara essa oposição entre Lucrécio, que vê o progresso com certo desalento, e Vitruvius, entusiasmado com os caminhos das descobertas, numa espécie de otimismo posidoniano, segundo o comentador (Gros, P., “Introduction”, in: “De L’Architecture”, Livre II, p. XXXII).

Venus, Voluptas

Já no primeiro verso do *De Rerum Natura* é possível observar uma aproximação de Vênus à *uoluptas*, noção central à doutrina de Epicuro: “*aeneadum genetrix, hominum dioumque uoluptas, / alma Venus*”²²⁷. Seria equivocados, entretanto, estabelecer uma identificação direta entre a figura de Vênus e a natureza, considerando que o autor descreve a deusa como criadora ou “força fecundante da criação”, que traz os seres à luz²²⁸, em especial os animais. Mas, já que Vênus governa a natureza, não se pode sustentar uma equivalência entre ambas²²⁹. Pierre Boyancé propõe que a imagem de Vênus no poema lucreciano coincida com a noção de *uoluptas*, prazer²³⁰.

Vitrúvio estende à circunscrição da arquitetura certos atributos frequentemente associados à deusa, agrupando-os em torno do campo designado por *Ratio Venustatis*²³¹, tendo por fim a *uoluptas*, obtida a partir de recursos técnicos que afetam os sentidos dos espectadores²³². Na arte edificatória, a busca por uma obra que, em razão da diligência em sua ordenação e disposição, promova o encanto, atraindo os olhos, é incumbência do arquiteto e

²²⁷ Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi et traduit par Alfred Ernout, I, 1-2, p. 2. Tradução: “ó mãe dos Enéadas, prazer dos homens e dos deuses, ó Vênus criadora” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 1-2, p. 39).

²²⁸ Boyancé, P. “Lucrèce et l’épicurisme”, p. 65-66.

²²⁹ “Visto que sozinha vais governando a natureza” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 21, p. 39). Em latim: “*quae quoniam rerum natura sola gubernas*” [...] (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi et traduit par Alfred Ernout, I, 21, p. 2).

²³⁰ Pierre Boyancé identifica *Venus* à *Voluptas* e não à ideia de natureza em Lucrécio: “Vênus é aquela que faz tudo chegar ao limiar da luz. Tem-se desprezado esse verso, e se tem interpretado Vênus como a natureza criadora, como a força fecundante da criação: todas interpretações não fundamentalmente errôneas, mas insuficientemente exatas, pois insuficientemente epicuristas e mesmo insuficientemente antigas, penetradas inconscientemente de não sei qual influência de romantismo à la Rousseau. Lucrécio certamente diz – e ainda nessa mesma frase – que Vênus ‘governa a natureza’; mas é exatamente isso que nos deve esclarecer e que nos esclarece efetivamente por uma luz que me parece cegante. Se ela governa a natureza, isso implica que ela não se identifica a aquela, mas que é sua lei universal, o motor. [...] Para um epicurista é a *Voluptas* que move toda a atividade dos seres vivos, o soberano bem a que eles se interessam. Os homens são como os outros seres vivos e não dispõem de um lugar privilegiado a esse respeito. / Como não ver que Vênus é a *Voluptas*?” (Boyancé, P., “Lucrèce et l’Epicurisme”, p. 65-66).

²³¹ Para Vitrúvio, a arquitetura comporta três partes: *ratio firmitatis*, *ratio utilitates*, *ratio uenustatis* (Vitrúvio, “De L’Architecture”, Livre I, - I, 3, 2 - p. 20). Cf. . Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, n. 16, p. 19.

²³² Sobre *uoluptas* no Livro III do *De Architectura*, cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 123.

decorre da *symmetria*²³³ e da *eurythmia*²³⁴, as quais são obtidas por meio de ajustes óticos preceituados sobretudo no Livro III. Assim, a potência que incita o movimento de vida, desdobra-se em alguma medida na arte do arquiteto de engendrar mecanismos e disposições proporcionadas de modo a encantar o espectador com a obra venusta. E, conforme o *De Architectura*, os prazeres da arte só são possíveis na vida em sociedade, já que é apenas pela reunião de indivíduos que podem florescer em apogeu.

Uma reflexão sobre a oferta aleatória de recursos pela natureza leva Vitruvius a tecer considerações sobre o lugar do prazer entre os homens, diante da imprevisibilidade do meio. No sexto capítulo do Livro II, o autor fala de um gênero de pó (*genus pulueris*), possivelmente a pozolana, material de propriedades naturais admiráveis. Encontrado na região de Baías e do Vesúvio, quando combinado com cal e pedra produz grande solidez às estruturas, mesmo aquelas construídas no mar, como os molhes. O autor explica que, sob os montes, há fogos maximamente ardentes de enxofre, ou alúmen, ou betume. Esse calor das profundezas permeia a terra produzindo tufos (rochas de baixa densidade), despojados de água pelo fogo subterrâneo e pelos vapores das chamas. Por isso, os materiais desprovidos do úmido tornam-se coesos em ambiente aquático – dada a presença do componente que lhes falta em sua constituição natural – resultando numa estrutura bastante sólida²³⁵.

Vitruvius justifica sua explicação – de ocorrência de fogo nas profundezas da terra – observando que há lugares escavados que produzem vapores fervidos, além das fontes de águas quentes encontradas em certas localidades. Menciona ainda a notícia transmitida pelos antigos de que o Vesúvio teria expelido chamas nos campos ao redor²³⁶, evidenciando presença de fogo

²³³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 4), p. 16: “*Item symmetria est ex ipsius operis membris conueniens consensus ex partibusque separatis ad uniuersae figurae speciem ratae partis responsus. Vti in hominis corpore e cubito, pede, palmo, digito ceterisque particulis symmetros est eurythmiae qualitas, sic est in operum perfectionibus. Et primum in aedibus sacris aut e columnarum crassitudinibus aut triglypho aut etiam embatere*”. tradução: “por sua vez, *symmetria* é o acordo conveniente dos membros da própria obra entre si e a correlação de uma determinada parte, dentre as partes separadas, com a vista do conjunto da figura. Do mesmo modo que no corpo do homem – desde o côvado, o pé, o palmo, o dígito e outras partes – a qualidade eurrítmica da *symmetria* ocorre na realização das obras. E primeiro nos templos sagrados, ou a partir das espessuras das colunas, ou do tríglifo, ou ainda do *embater*”. Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos livros I e III do *De Architectura* de Vitruvius”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 59.

²³⁴ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 3), p. 15-16: “*eurythmia est uenusta species commodusque in compositionibus membrorum aspectus. Haec efficitur cum membra operis conuenientia sunt altitudinis ad latitudinem, latitudinis ad longitudinem, et ad summam omnia respondent suae symmetriae*”. Tradução: “*eurythmia* é a vista venusta e o aspecto comensurado nas composições dos membros. Ela se faz quando a conveniência dos membros da obra ocorre da altura para a largura, da largura para o comprimento, e quando suas *symmetriae* correspondem ao conjunto de todas as coisas”. Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos livros I e III do *De Architectura* de Vitruvius”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 60.

²³⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 6, 1), p. 17.

²³⁶ Ibid., (II, 6, 2), p. 18.

no interior. Mas o autor interroga acerca do fato da Etrúria, mesmo sendo rica em fontes de água quente, não dispor de um pó capaz de assegurar a solidez das estruturas sob a água, como ocorre em outros locais. A resposta girará em torno da variedade de solos e pedras encontrados nos diferentes lugares, de modo que as reações à exposição ao fogo subterrâneo também serão diferentes, originando materiais com comportamentos dessemelhantes. No entanto, essa observação leva a um questionamento mais amplo, tendo partido do tema da oferta natural de materiais: “portanto, não ocorrem aquelas vantagens igualmente em todos os locais onde fervilham numerosas fontes de águas quentes, mas todas as coisas constituídas segundo a natureza são fortuitamente determinadas e não produzidas para o prazer dos homens”²³⁷. Há que se ressaltar, da conclusão vitruviana de que os produtos da natureza não estão dispostos para o prazer do homem, como consequência, a afirmação de que o artifício humano é capaz de promover o prazer – o que se harmoniza plenamente aos desenvolvimentos do *De Architectura* relativamente aos dispositivos arquitetônicos prescritos no Livro III com vistas à obtenção de *uenustas* e *uoluptas*.

As noções de *opportunitas* e de *uoluptas*²³⁸ se desenham antagonicamente, mas também em polifonia e contraponto, articulando-se pelo conceito de natureza (*natura*). *Opportunitas* diz respeito aos benefícios e vantagens oferecidos pelos recursos naturais em sua distribuição aleatória, enquanto o prazer (*uoluptas*) dos homens não se obtém tão somente com os recursos em estado bruto do meio. Gros propõe que se aproxime a passagem que trata das fontes naturais de águas quentes (II, 6, 5) àquela em que Vitrúvio descrevia o alvorecer das artes ornando de prazeres a elegância da vida que se afastava da dureza primitiva (II, 1, 7)²³⁹. Desse modo, ficaria

²³⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 6, 5), p. 19-20, alteração e grifo nossos: “igitur non in omnibus locis quibus efferuent aquae calidae crebri fontes eadem opportunitates possunt similiter concurrere, sed omnia, uti natura rerum constituit, non ad *uoluptatem* hominum, sed ut fortuito disparata, procreantur”.

²³⁸ Cumpre assinalar acerca dessa passagem (II, 6, 5) que a palavra *uoluptatem*, encontrada em todos os manuscritos, foi corrigida por *uoluntatem* em boa parte das edições modernas. Inclui-se nesse grupo a excelente edição de 2003 da Collection des Universités de France, Les Belles Lettres, do Livro II, estabelecida e traduzida por Louis Callebaut, com introdução e notas de Pierre Gros. As edições italiana de Antonio Corso, inglesa de I. Rowland e a grega moderna de P. Léphas não fazem alteração nesse ponto dos manuscritos, trazendo *uoluptatem*. No artigo “*Voluptas* chez Vitruve”, Pierre Gros sugere uma motivação moralista e religiosa a essa correção, com intuito de afastar a referência direta ao prazer, que decorre da palavra *uoluptas* (Gros, P., “*Voluptas* chez Vitruve”, in: “*Vitruve et la Tradition de Traités d’Architecture : Fabrica et Ratiocinatio*”. Rome : École Française de Rome, 2006. p. 485-488). Conforme mostra o comentador, no entanto, *uoluntas* não é uma noção central ao *De Architectura* e parece afastar-se da trama conceitual da passagem em análise (ibid., p. 485).

²³⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 7), p. 8: “posteaquam animaduertunt profusos esse partus naturae ad materiam et abundantem copiam ad aedificationes ab eam comparatam, tractando nutrierunt et auctam per artes ornauerunt uoluptatibus elegantiam uitae”. Tradução: “quando perceberam a profusão de produtos da natureza que serviam de material e a abundância por ela fornecida para as edificações, valeram-se deles, manejando-os, e por meio das artes ornaram de prazeres a elegância da vida que se elevava”.

patente que as *uoluptates* teriam sido proporcionadas pelas artes como consequência da superação de um estado primitivo²⁴⁰.

A presença do prazer como escopo da arquitetura já havia sido anunciada por Vitrúvio no Livro I em uma passagem de controversa interpretação: “a cogitação é o cuidado pleno no estudo e na atividade vigilante e o efeito prazeroso das propostas”²⁴¹. Tal efeito se manifesta e se depreende nas obras excelentes: “a visão persegue as venustidades, e, se não somos acariciados pelo prazer (*uoluptati*) advindo da proporção e das adições modulares, de modo que o que falta seja aumentado por meio de ajustes, um aspecto devastado e sem graça será remetido aos observadores”²⁴². Essa passagem do Livro III, que trata dos templos e, por conseguinte, da modalidade mais elevada da arte edificatória, é de importância central ao entendimento da dimensão da arquitetura denominada por Vitrúvio *Ratio Venustatis*, ao vincular as noções de *uenustas* e *uoluptas*. Para além do aparato sensorial envolvido na capacidade de enxergar, a visão (*uisus*) que persegue o encanto e a beleza passa pelo crivo do homem distante já do estado primitivo da natureza, pois, alçado à situação em que o refinamento das artes constitui o fundamento a partir do qual pode se relacionar com o mundo pela intermediação do artifício – via privilegiada à *uoluptas*. Em sociedade e com a especialização da técnica, o prazer proporcionado pelas relações métricas da obra – pela *eurythmia* e *symmetria*, enfim – comanda o olhar do homem.

²⁴⁰ Segundo Gros, “a passagem da *casa* [cabana primitiva] à *domus*, que constitui para Vitrúvio o passo decisivo relativamente ao florescimento do indivíduo em um quadro social apropriado, tem por consequência última a introdução das *uoluptates* na existência humana. Tudo se passa como se o fim da atividade criadora dos homens fosse a *uoluptas*” (Gros, P., “Voluptas chez Vitruve”, p. 486, acréscimo nosso).

²⁴¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 2), p. 15: “*cogitatio est cura studii plena et industriae uigilantiaeque effectus propositi cum uoluptate*”. De acordo com a tradução francesa de Philippe Fleury, o prazer se vincula à atividade do arquiteto: “la méditation est le travail d’un esprit laborieux, ingénieux et toujours en éveil pour réaliser un projet avec plaisir” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 2, 2 - p. 15). Conforme a tradução portuguesa de Justino Maciel, o prazer também não é o efeito da obra, mas explicitamente uma condição vinculada ao indivíduo que exerce a profissão de arquiteto: “a reflexão caracteriza-se pela dedicação plena ao estudo e ao trabalho, sendo também o resultado de uma atenção constante, com satisfação pessoal, em relação ao objetivo proposto” (“Vitrúvio, Tratado de Arquitetura”, tradução: M. Justino Maciel - I, 2, 2 - p. 75). Silvio Ferri entende o prazer na passagem como efeito sensível produzido pela obra: “la ‘cogitatio’ è cura – piena di studio e di vigile attività – onde conseguir l’effetto proposto con sensazioni piacevoli” (Vitruvio, “Architettura – Dai Libri I-VII”, texto critico, traduzione e commento di Silvio Ferri - I, 2, 2 - p. 115-116). A tradução inglesa de Frank Granger traz um “charming effect proposed” (Vitruvius, “On Architecture, I”, edited from the Harleian Manuscript 2767 and translated into english by Frank Granger - I, 2, 2 - p. 27) que se alinha à interpretação de Ferri a não ser pelo discutível termo “imagination” traduzindo *cogitatio*. Acerca da expressão “*cum uoluptate*”, Gros propõe um paralelo à “*cum auctoritate*” de I, 1, 2, de modo a designar não uma circunstância acidental ou secundária à informação principal, mas um resultado deliberadamente atrelado à obra (Gros, P., “Voluptas chez Vitruve”, op. cit., p. 487).

²⁴² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 3, 13), p. 21: “*Venustates enim persequitur uisus, cuius si non blandimur uoluptati proportionem et modulorum adiectionibus, uti quod fallitur temperatione adaugeatur, uastus et inuenustus conspicientibus remittetur aspectus*”.

Ao mesmo tempo, o encantamento pelos olhos já pressupunha o prazer em um nível mais primitivo. É difícil não ver na *uenustas* vitruviana um eco dos poderes e atribuições de Vênus, deusa do amor, do comércio carnal e soberana no território do prazer. Lucrécio abre seu poema invocando a deusa que sozinha governa a natureza²⁴³:

ó mãe dos Enéadas, prazer dos homens e dos deuses, ó Vênus criadora, que por sob os astros errantes povoas o navegado mar e as terras férteis em searas, por teu intermédio se concebe todo gênero de seres vivos e, nascendo, contempla a luz do sol: por isso de ti fogem os ventos, ó deusa; de ti, mal tu chegas, se afastam as nuvens do céu; e a ti oferece a terra diligente as suaves flores, para ti sorriem os plainos do mar e o céu em paz resplandece inundado de luz²⁴⁴.

Sob os astros, a jurisdição de Vênus irrompe céus, mares e terras. E todos os seres vivos lhe devem reverência, pois dela dependem suas existências, gerados do encontro amoroso²⁴⁵: “todos possessos do teu encanto e desejo, te seguem, aonde tu os queira levar”²⁴⁶. Ao tratar da natureza das coisas, é imperioso que Lucrécio parta da deusa ou da potência que anima a geração de seres no mundo²⁴⁷: Vênus, identificada ao prazer (*uoluptas*)²⁴⁸.

Em Lucrécio, a vida está intrinsecamente ligada à *uoluptas* – fonte de movimento dos viventes e da perpetuação das espécies. Transmitindo a doutrina de Epicuro por meio de versos burilados o autor recorre aos encantos da arte poética para administrar aos ouvintes ou leitores

²⁴³ “Visto que sozinha vais governando a natureza” (Lucrécio Caro, T., “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 22, p. 39). Em latim: “*quae quoniam rerum naturam sola gubernas*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, I, 21, p. 2).

²⁴⁴ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 1-9, p. 39. Em latim: “*Aeneadum genetrix, hominum dioumque uoluptas, / alma Venus, caeli subter labentia signa / quae mare nauigerum, quae terras frugiferentis / concelebras, per te quoniam genus omne animantum / concipitur, uisitque exortum lumina solis, / te, Dea, te fugiunt uenti, te nubila caeli / aduentumque tuum, tibi suavis daedala tellus / summittit flores, tibi rident aequora ponti, / placatumque nitet diffuso lumine caelum*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, I, 1-9, p. 2).

²⁴⁵ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 19, p. 39: a todos incutindo no peito o brando amor”. Em latim: “*omnibus incutiens blandum per pectora amorem*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, I, 19, p. 2).

²⁴⁶ Ibid., I, 16-17, p. 39. Em latim: “*ita capta lepore / te sequitur cupide quo quamque inducere pergis*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, I, 15-16, p. 2)

²⁴⁷ Cf. Salem, J., “Lucrèce et l’éthique - la mort n’est rien pour nous”, p. 19-22.

²⁴⁸ Para Pierre Boyancé, em Lucrécio, a identificação de Vênus à natureza criadora e à força fecundadora não constitui uma interpretação errônea, sendo, porém, insuficiente (Boyancé, P., “Lucrèce et l’Epicurisme”, p. 65). Pois, se Vênus governa a natureza, exercendo um poder de arranjo, não poderia coincidir completamente, identificando-se a ela, argumenta o comentador (ibid., p. 66). Lucrécio vincula a natureza à gênese de todos os seres (desde as combinações das partículas mínimas) e não apenas aos seres vivos, que compõem o território de atuação do poder de Vênus. São os seres vivos que obedecem à deusa, impelidos ao encontro amoroso, o que em terminologia epicurista se diz *Voluptas* – o soberano bem que move a atividade dos viventes: “como não ver que Vênus é a *Voluptas*?” (ibid., p. 66).

o remédio amargo da filosofia²⁴⁹, de vias penosas. Para a persuasão, apela aos sentidos com a musicalidade dos versos e assim assume, como bem observa Boyancé, “que nós não somos pura razão”²⁵⁰. Mas será que o *De Architectura* teria lugar a uma semelhante valorização dos sentidos, defendendo com tanta veemência a *ratio*?

A tripartição vitruviana da arquitetura em *Firmitas*, *Utilitas* e *Venustas*²⁵¹, reserva lugar – com o terceiro termo – ao prazer proporcionado pela obra em sua vista venusta (*uenusta species*). Ademais, se a figura da deusa Vênus não coincide inteiramente com a ideia de natureza no poema lucreciano, tampouco em Vitruvius a *uoluptas* é tomada como dádiva natural. O poema deixa evidente, desde as primeiras palavras, a vasta extensão dos domínios da deusa, sem a qual ficaria comprometida a geração e propagação das espécies. A presença da *Ratio Venustatis* no *De Architectura* é menos óbvia, pois diz respeito não ao impulso que leva a espécie humana a se unir amorosamente, mas ao prazer que atrai os homens no quadro de refinamento da vida ornada pelas artes. O prazer despertado pela venustidade move os homens capturados desde a vista da arte, pela métrica das relações proporcionais estabelecidas nas obras com destreza. Para Vitruvius, a *uoluptas* não ocorre a partir da matéria em estado bruto, tal como encontrada na natureza, mas da sofisticação das artes desenvolvidas pela civilização. Por consequência, o prazer advindo da comensurabilidade da obra está no horizonte do ofício do arquiteto, uma vez que a *Ratio Venustatis* coroa a arquitetura fornecendo ao homem o que a

²⁴⁹ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 935-950, p. 50-51: “assim como os médicos, quando tentam dar às crianças o repugnante absinto e, não significando este engano prejuízo, possam deste modo readquirir a saúde, assim também eu, como esta doutrina parece muito desagradável a quem a não tratou, e foge diante dela, horrorizado, o vulgo, quis, em verso eloquente e harmonioso, expor-te as minhas ideias, e ungi-las, por assim dizer, do doce mel das Musas; a ver se por acaso posso manter o teu espírito encantado com meus versos, enquanto penetras toda a natureza e as leis de sua formação”. Em latim: “*id quoque enim non ab nulla ratione uidetur; / sed ueluti pueris absinthia taetra medentes / cum dare conantur, prius oras pocula circum / contingunt mellis dulci flauoque liquore, / ut puerorum aetas inprovida ludificetur / labrorum tenuis, interea perpotet amarum / absinthii laticem, deceptaque non capiatur, / sed potius tali pacto recreata ualescat, / sic ego nunc, quoniam haec ratio plerumque uidetur / tristior esse quibus non est tractata, retroque / uolgens abhorret ab hac, uolui tibi suauiloquenti / carmine Pierio rationem exponere nostram / et quae musaeo dulci contingere melle, / si tibi forte animum tali ratione tenere / uersibus in nostris possem, dum perspicis omnem / naturam rerum qua constet compta figura*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, I, 935-950, p. 35-36).

²⁵⁰ Boyancé, P., “Lucrèce et l’Epicurisme”, p. 64.

²⁵¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 3, 2), p. 20: “*haec autem ita fieri ut habeatur ratio firmitatis, utilitatis, uenustatis. Firmitatis erit habita ratio cum fuerit fundamentorum ad solidum depressio, quaque e materia, copiarum sine auaritia diligens electio; utilitatis autem <cum fierit> emendata et sine inpeditione usus locorum dispositio et ad regiones sui cuiusque generis apta et commoda distributio; uenustatis uero com fuerit operis species grata et elegans membrorumque commensus iustas habeat symmetriarum ratiocinationes*”. Tradução: “essas coisas [sc. relativas à *aedificatio*] devem ser feitas tal que se regulem pelos raciocínios em torno da firmeza, da utilidade e da venustidade. O raciocínio sobre a firmeza será obtido quando houver uma escolha diligente das fundações, para que sejam escavadas até uma camada sólida do terreno, e dos recursos materiais, para que sejam empregados sem avaréza; o raciocínio sobre a utilidade será obtido quando houver uma correta disposição e o uso sem impedimentos dos lugares em relação às orientações solares, bem como uma distribuição apta, segundo o gênero, e comedida; o raciocínio sobre a venustidade, então, será obtido quando houver uma vista agradável e elegante da obra, e a comensuração de seus membros tiver justos raciocínios acerca das *symmetriae*”.

natureza por si só não é capaz de prover ao ambiente habitado de maneira sedentária e coletiva: *uoluptas*.

Em seu diálogo *De Finibus Malorum et Bonorum*, Cícero procura expor os termos centrais do epicurismo, defendido pelo personagem Torquato, o qual afirma que o bem supremo é posto por Epicuro como o prazer (*uoluptas*) e o sumo mal a dor²⁵². É conhecida, porém, a fortuna negativa que essa identificação do bem supremo ao prazer haveria de ter pela posteridade, mas já descrita por Diógenes Láércio²⁵³. O diálogo de Cícero aponta o que considera serem pontos frágeis na doutrina de Epicuro, ainda assim evita as críticas vis que o epicurismo recebeu. Lê-se no *De Finibus* que, para Epicuro, a ausência total de dor determina os limites do sumo prazer, embora ele possa variar sob outras condições²⁵⁴. Trata-se de uma definição oposta à imagem dissoluta que por vezes se atribuiu ao filósofo do jardim, não obstante sua busca pela *sapientia* e pela *tranquillitate*, como se lê no *De Finibus*²⁵⁵. Diógenes Láércio, então, emenda que os detratores de Epicuro são desatinados, a partir dos testemunhos positivos que se tem do filósofo e mesmo da “continuidade ininterrupta de sua escola que, enquanto quase todas as outras desapareciam, permanece para sempre com um contingente inumerável de discípulos”²⁵⁶. No entanto, a frugalidade de Epicuro²⁵⁷ não faz relegar a segundo plano em sua doutrina o apreço pela *scientia*, sobretudo a partir da natureza:

então, se tivermos uma consistente ciência das coisas, [...] nunca renunciaremos à nossa posição, pois não seremos vencidos pelo discurso de qualquer um. [64] A não ser que a natureza das coisas seja minuciosamente examinada, de modo algum poderemos defender os juízos, conforme as sensações²⁵⁸.

²⁵² Cícero, “Les termes extrêmes des biens et des maux”, Tome I, Livres I-II, texte établi et traduit par Jules Martha, IX, 29, p. 22: “*quaerimus igitur, quid sit extremum et ultimum bonorum; quod omnium philosophorum sententia tale debet esse, ut ad id omnia referri oporteat, ipsum autem nusquam. Hoc Epicurus in uoluptate ponit, quod summum bonum esse uult, summumque malum dolorem*”.

²⁵³ Lê-se em Diógenes Láércio comentários de detratores de Epicuro e mesmo calúnias com a publicação de cartas forjadas sob o nome do filósofo: “ele teria escrito ainda a muitas cortesãs, especialmente a Leôntion, por quem Metrôdoros também estava enamorado. Há até uma citação de um trecho de sua obra *Do Fim Supremo*, nos seguintes termos: ‘não sei como conceber o bem se excetuo os prazeres do palato, os prazeres do sexo e os prazeres derivados da audição ou da contemplação da beleza’” (Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, tradução do grego: Mário da Gama Kury, p. 284).

²⁵⁴ Cícero, “Les termes extrêmes des biens et des maux”, Tome I, Livres I-II, texte établi et traduit par Jules Martha, XI, 38, p. 28: “*omnis autem priuatione doloris putat Epicurus terminari summam uoluptatem, ut postea uariari uoluptas distinguere possit, augeri amplificarique non possit*”.

²⁵⁵ Ibid., XIII, 42-43, p. 30-31.

²⁵⁶ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, tradução do grego: Mário da Gama Kury, p. 285.

²⁵⁷ “O próprio Epicuro diz em suas cartas que se contentava apenas com água e um simples pão” (ibid., p. 285).

²⁵⁸ Cícero, “Les termes extrêmes des biens et des maux”, Tome I, Livres I-II, XIX, 63, p. 42: “*tum uero, si stabilem scientiam rerum tenebimus, [...] ad quam omnia iudicia rerum diriguntur, numquam ullius oratione uicti sententia desistemus. [64] Nisi autem rerum natura perspecta erit, nullo modo poterimus sensuum iudicia defendere*”.

E é o conhecimento da natureza que faz com que aprimoremos nossos costumes, segundo o epicurismo²⁵⁹. Será, contudo, possível afirmar algo semelhante com relação aos Dez Volumes? Em outras palavras, é de se indagar se a *scientia* do arquiteto em Vitróvio se vincula prioritariamente à compreensão da natureza a partir das sensações, lastreando a ética, tal como no epicurismo. Ou, por outro lado, haveria ao *De Architectura* outro referencial teórico balizando suas prescrições? Tendo o prazer (*uoluptas*) por sumo bem, Epicuro reserva uma posição privilegiada à sensação em sua doutrina, na medida em que todo ser animado procura o prazer e dele se compraz desde o nascimento, repelindo a dor²⁶⁰. Além disso, o prazer se sente, como se sente o calor do fogo, a brancura da neve e a doçura do mel. Daí que, para o epicurismo, sem sensação nada resta ao homem, sendo que a mente e a razão nos fazem compreender que o prazer é desejável por si só²⁶¹. Vimos que o epicurismo de Lucrécio toma parte em movimentos centrais do Livro II, sobretudo pela noção de *inane*, mas também se distancia significativamente em outros pontos. Será que a *uoluptas* vitruviana revela um lugar privilegiado à sensação, tal como na doutrina epicurista, ou trata-se antes de mais um agenciamento singular de noções no interior do escrito sobre arquitetura? Viu-se no estudo ao Livro II que, além do epicurismo e de outras doutrinas, o estoicismo de Posidônio aparece como uma fonte relevante. Conviria, pois, avançarmos ao volume seguinte da obra vitruviana, o Livro III, no intuito de empreender um exame acerca dos desígnios que movem as prescrições aos edifícios e sua fundamentação conceitual, procurando traçar um quadro de suas referências principais.

²⁵⁹ Cícéron, “Les termes extrêmes des biens et des maux”, Tome I, Livres I-II, XIX, 63, p. 42: “*denique etiam morati melius erimus, cum didicerimus quid natura desideret*”. Tradução: “enfim, teremos melhores costumes, se aprendermos o que a natureza deseja”.

²⁶⁰ Ibid., VIII, 29-30, p. 22.

²⁶¹ Ibid., IX, 30-31, p. 23.

CAPÍTULO 3

IMAGENS ESTOICAS: natureza e ética no *De Architectura*

3. IMAGENS ESTOICAS: natureza e ética no *De Architectura*

Vitrúvio fala, no primeiro volume, de uma *scientia*¹ do arquiteto, ornada de muitas disciplinas e variadas instruções. Mas o que quer dizer essa *scientia* do arquiteto? No Livro II empreendeu-se um verdadeiro mergulho pelas doutrinas dos físicos e a palavra *scientia* aparece apenas uma vez ao final do prefácio, procurando qualificar o próprio autor em seu empreendimento². De qualquer modo, no terceiro prefácio Vitrúvio anuncia a pretensão de dar a ver sua ciência com a publicação dos preceitos sobre arquitetura, de preferência a um embate com a ambição dos indoutos³. Deve-se ter em mente que a noção de ciência a que o autor se refere não pode ser desvinculada ao momento de escrita e publicação do *De Architectura*, à cultura latina do século I a.C., e, também ao teor da obra vitruviana, voltada à técnica. Nesse sentido, parece proveitoso apontar que a previsão de acontecimentos futuros pela observação astronômica também era tida como *scientia*, e em certo sentido mesmo a divinação⁴ (ou adivinhação) era tida igualmente como *scientia*. Diferentemente dos epicuristas, os filósofos estoicos aceitavam e defendiam a divinação, tomada como fato evidente que demonstrava a providência divina. Ao mesmo tempo as imagens estoicas são recorrentes no *De Architectura*. Mas seria seu emprego um expediente retórico e persuasivo direcionado ao público receptor da obra, na medida em que Augusto e seu círculo mais próximo eram afeitos ao estoicismo? Ou tais imagens revelariam uma adesão mais profunda por parte do autor relativamente à abordagem estoica de determinados temas?

¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 1), p. 4: “*architecti est scientia pluribus disciplinis et uariis eruditionibus ornata cuius iudicio probantur omnia quae ab ceteris artibus perficiuntur opera*”.

² Ibid., Livre II, (II, pref., 4), p. 3: “*per auxilia scientiae scriptaque, ut spero, perueniam ad commendationem*”. Tradução: “espero, com o auxílio da ciência e desse escrito, alcançar a recomendação”.

³ Ibid., Livre III, (III, pref., 1), p. 2-3.

⁴ Cícero fala da divinação como “*praesensionem et scientiam rerum futurarum*” (Cícero, “*De Diuinatione*”, I, I, p. 222, in: “*De Senectute, De Amicitia, De Diuinatione*”, with an english translation by William Armistead Falconer. London: William Heinemann Ltd. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1953).

Diuina Mens

As primeiras palavras do *De Architectura* remetem à divindade do *Caesar*: “*cum diuina tua mens et numen, Imperator Caesar [...]*”⁵. Tal atribuição de caráter divino a Augusto não é exclusiva ao escrito vitruviano, mas ocorre repetidamente em Cícero⁶ e também em Horácio⁷, apontando a estirpe magnífica do sucessor de Júlio César. A expressão *diuina mens* se repete algumas vezes ao longo dos volumes⁸, mas apenas em duas ocasiões se aplica a pessoas: no Livro I, em referência a Augusto, e no Livro IX, designando aqueles homens capazes de antever acontecimentos meteorológicos⁹.

A fórmula *diuina mens* que abre o primeiro prefácio também se aproxima muito do encômio que Lucrécio rende ao mestre Epicuro no início do terceiro livro do *De Rerum Natura*, com as expressões *diuina mente* e *diuom numen*¹⁰. Todavia, o louvor a Augusto inaugura todo o conjunto da obra vitruviana. Essa proximidade no tratamento de Epicuro por Lucrécio e de Augusto por Vitruvius parece, pois, restringir-se ao aspecto formal da enunciação, ainda porque as demais ocorrências da expressão *diuina mens* no escrito sobre arquitetura distanciam-se de princípios da doutrina epicurista, ressoando, ao contrário, postulados da escola estoica. No sexto livro do *De Rerum Natura*, por exemplo, Lucrécio combate o recurso à religião para explicar os fenômenos naturais¹¹. O autor de *De Rerum Natura* rechaça a evocação do divino como justificativa ou explicação dos

⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 1), p. 2: “*cum diuina tua mens et numen, Imperator Caesar, imperio potiretur orbis terrarum inuitaque uirtute cunctis hostibus stratis triumpho uictoriaque tua ciues gloriarentur et gentes omnes subactae tuum spectarent nutum populusque romanus et senatus liberatus timore amplissimis tuis cogitationibus consiliisque gubernaretur, non audebam, tantis occupationibus, de architectura scripta et magnis cogitationibus explicata edere, metuens ne, non apto tempore interpellans subirem tui animi offensionem*”. Tradução: “com tua divina mente e vontade, *Imperator Caesar*, tu obtiveste o poder sobre o orbe terrestre com invencível força diante de todos os estratos inimigos, glorificando os cidadãos com o triunfo e a tua vitória, submetendo toda gente a observar o teu comando. Como governavas o povo romano e o senado livres do temor, graças a tuas amplíssimas ponderações e desígnios, não ousaria, diante de tamanhas ocupações, apresentar escritos sobre arquitetura em meditações extensamente desenvolvidas, temendo certamente ofender-te, por interpelar em tempo inapto”.

⁶ Cf. Callebat, “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, texte établi, traduit et commenté par Louis Callebat, Paris, Les Belles Lettres, 2003, n. 21, p. 47.

⁷ Cf. Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 1, p. 51.

⁸ A saber: (I, pref., 1); (VI, 1, 11); (VIII, pref., 3); (IX, 1, 1); (IX, 5, 4); (IX, 6, 3) e (X, 1, 4 - *res diuinae*).

⁹ DA, I, pref., 1 e IX, 6, 3.

¹⁰ Cf. Merrill, W. A., “Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”, p. xvii. No *De Rerum Natura*: *diuina mente* (3, 15); *diuom numen* (3, 18).

¹¹ Lucrécio Caro, T., “Da natureza”, in: Os Pensadores, vol. 5, tradução e notas de Agostinho da Silva, (VI, 90), p. 126: “[aqueles levados por uma cega doutrina] não podem, de modo algum, explicar as causas do que acontece, e julgam que tudo sucede por divino poder”. Em latim: “*quorum operum causas nulla ratione uidere / possunt ac fieri diuino numine rentur*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, VI, 90-91, p. 272).

acontecimentos, reivindicando, ao contrário, o entendimento das leis que regulam os fenômenos naturais¹². Há, portanto, diferenças entre ambas as escolas relativamente à cosmologia e à teologia. O emprego de *diuina mens* no prefácio ao livro oitavo do *De Architectura*, que trata das águas, exhibe um sentido pouco compatível com os preceitos epicuristas:

os seres vivos se forem desprovidos das potencialidades do úmido, exangues e esgotados do princípio líquido das coisas, ressecam completamente. Por isso, a divina mente (*diuina mens*) não estabelece o que é necessário a toda gente como particularmente difícil e custoso, tal qual as pérolas, o ouro, a prata e outras coisas que nem o corpo nem a natureza deseja, mas, espalha pelo mundo, ao alcance das mãos, aquilo sem o que a vida dos mortais não pode ser assegurada¹³.

Fica claro, pela passagem do Livro VIII, que a *diuina mens* referida não diz respeito à inteligência de um indivíduo, senão a uma providência divina que garante o funcionamento do mundo e dos ciclos da natureza, mas sem se confundir por completo a ela. Louis Callebat afirma que “a expressão é aplicada por Vitruvius à inteligência divina que organiza o universo e preside seu destino”, além do que, ela “recobre sem dúvida uma crença essencialmente estoica mas, com toda a probabilidade, desde muito tempo vulgarizada”¹⁴. É certo que entre os escolarcas e expoentes da escola estoica há significativas nuances e inflexões¹⁵, todavia lê-se em Diógenes Laércio, após citar o filósofo Apolodoro na exposição geral do estoicismo, que “Deus é uma substância única, quer se chame de mente, ou destino, ou Zeus”, sendo “designado ainda por muitos outros nomes”¹⁶. É de se notar também que na sequência imediata Laércio fala de uma

¹² Lucrécio Caro, T., “Da natureza”, in: Os Pensadores, vol. 5, tradução e notas de Agostinho da Silva, (VI, 81), p. 126: “tenho que expor o aspecto e a lei do céu, tenho de cantar as tempestades e os resplandecentes raios e o que fazem e a causa que os provoca”. Em latim: “*esta ratio caeli <species> que tenenda, / sunt tempestates et fulmina clara canenda, / quid faciant et qua de causa cumque ferantur*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, VI, 83-85, p. 272).

¹³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, (VIII, pref., 3), p. 3: “*animalia uero si fuerint sine umoris potestate, exsanguinata et exsucata a principio rerum liquore interarescent. Igitur diuina mens quae proprie necessaria essent gentibus non constituit difficilia et cara, uti sunt margaritae, aurum, argentum ceteraque quae neque corpus nec natura desiderat, sed sine quibus mortalium uita non potest esse tuta, effudit ad manum parata per omnem mundum*”.

¹⁴ Callebat, L., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, n. 21, p. 47.

¹⁵ Lévy, C. “Les Philosophies hellénistiques”, p. 101-111.

¹⁶ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, tradução do grego, introdução e notas: Mário da Gama Kury, VII, 135, p. 212. Em grego: “Ἐν τ’ εἶναι θεὸν καὶ νοῦν καὶ εἰμαρμένην καὶ Δία: πολλάς τ’ ἑτέρας ὀνομασίας προσονομάζεσθαι” (Laertius, D., edição: Hicks, R. D., 1972, disponível em:

anterioridade de Deus, como razão do cosmos que encontra no elemento úmido a continuidade de sua obra, além de expor a participação dos demais elementos na constituição das coisas¹⁷.

O excerto vitruviano de VIII, pref., 3 guardaria ainda alguma relação com a doutrina estoica reelaborada por Posidônio de Apameia, que tomava a Providência como uma inteligência ou mente (νοῦς) capaz de prever, na medida em que provê¹⁸. De acordo com Diógenes Laércio, “o cosmos é ordenado pela razão e pela providência, como dizem Crisipo no quinto livro de sua obra *Da Providência*, e Posidônio no terceiro livro de sua obra *Dos Deuses*, enquanto a mente penetra em todas as partes do cosmos, como a alma em nós. Entretanto, em algumas partes penetra mais, e em outras menos”¹⁹. Sabemos assim que há uma razão e providência a ordenar o cosmos, penetrando em todas as suas partes, mas não de maneira uniforme. Essa mente pode penetrar nos seres como princípio de coesão entre ossos e nervos ou como a inteligência na parte principal da alma²⁰. Logo, o cosmos se identifica a Deus, autor da ordem universal, mas também pode ser tomado como a ordem das estrelas ou ainda como o conjunto dessa ordem das estrelas e Deus²¹.

<www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0257%3Abook%3D7%3Achapter%3D1>, acesso: 22/11/2019).

¹⁷ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 136, p. 212: “no princípio, Deus estava só em seu ser, e transformava toda a substância em sua volta por meio do ar e da água; e como no sêmem está o germe, da mesma forma aquilo que é a razão seminal do cosmos permanece como criador do úmido, de tal maneira que a matéria passa a ter por sua obra a faculdade de continuar a gerar. O próprio Deus criou em primeiro lugar os quatro elementos – fogo, água, ar e terra. Esse ponto é discutido por Zenão em sua obra *Do Cosmos*, por Crisipo no primeiro livro de sua *Física*, e por Arquêdemus na obra *Dos Elementos*. ‘Elemento’ é definido como aquilo de que todas as coisas tiram sua existência e em que afinal se dissolvem”. Em grego: “κατ’ ἀρχὰς μὲν οὖν καθ’ αὐτὸν ὄντα τρέπειν τὴν πᾶσαν οὐσίαν δι’ ἀέρος εἰς ὕδωρ: καὶ ὥσπερ ἐν τῇ γονῇ τὸ σπέρμα περιέχεται, οὕτω καὶ τοῦτον σπερματικὸν λόγον ὄντα τοῦ κόσμου, τοιόνδ’ ὑπολείπεσθαι ἐν τῷ ὕγρῳ, εὐεργὸν αὐτῷ ποιοῦντα τὴν ὕλην πρὸς τὴν τῶν ἐξῆς γένεσιν: εἴτ’ ἀπογεννᾶν πρῶτον τὰ τέσσαρα στοιχεῖα, πῦρ, ὕδωρ, ἀέρα, γῆν. λέγει δὲ περὶ αὐτῶν Ζήνων τ’ ἐν τῷ Περὶ τοῦ ὅλου καὶ Χρύσιππος ἐν τῇ πρώτῃ τῶν Φυσικῶν καὶ Ἀρχέδημος ἐν τινὶ Περὶ στοιχείων. ἔστι δὲ στοιχεῖον ἐξ οὗ πρῶτον γίνεται τὰ γινόμενα καὶ εἰς ὃ ἔσχατον ἀναλύεται” (Laertius, D., op. cit., VII, 136).

¹⁸ Calébat, L., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, n. 21, p. 47.

¹⁹ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212-213. Em grego: “Τὸν δὲ κόσμον διοικεῖσθαι κατὰ νοῦν καὶ πρόνοιαν, καθά φησι Χρύσιππος τ’ ἐν τῷ πέμπτῳ Περὶ προνοίας καὶ Ποσειδώνιος ἐν τῷ τρίτῳ Περὶ θεῶν, εἰς ἅπαν αὐτοῦ μέρος διήκοντος τοῦ νοῦ, καθάπερ ἐφ’ ἡμῶν τῆς ψυχῆς: ἀλλ’ ἤδη δι’ ὧν μὲν μᾶλλον, δι’ ὧν δὲ ἥττον” (Laertius, D., op. cit., VII, 138).

²⁰ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 139, p. 213.

²¹ Ibid., VII, 137-138, p. 212: “o termo ‘cosmos’ tem para os estoicos uma significação tríplice: primeiro o próprio Deus, cuja qualidade é idêntica àquela de toda a substância do cosmos; ele é por isso incorruptível e incriado, autor da ordem universal, que em períodos de tempo determinado absorve em si toda a substância do cosmos, e por seu turno a gera de si. (138) Segundo, a ordem cósmica das estrelas; terceiro, o conjunto resultante de ambas as partes”. Em grego: “Λέγουσι δὲ κόσμον τριχῶς: αὐτόν τε τὸν θεὸν τὸν ἐκ τῆς ἀπάσης οὐσίας ἰδίως ποιόν, ὃς δὲ ἀφθάρτος ἐστὶ καὶ ἀγέννητος, δημιουργὸς ὢν τῆς διακοσμήσεως, κατὰ χρόνων ποιάς περιόδους ἀναλίσκων εἰς ἑαυτὸν τὴν ἅπασαν οὐσίαν καὶ πάλιν ἐξ ἑαυτοῦ γεννῶν. [138] καὶ αὐτὴν δὲ τὴν διακόσμησιν τῶν ἀστέρων κόσμον εἶναι λέγουσι: καὶ τρίτον τὸ συνεσθηκὸς ἐξ ἀμφοῖν” (Laertius, D., op. cit., VII, 137-138). Carlos Lévy chama a atenção para o terceiro significado de deus, que combina as dois primeiros (isto é, como o conjunto de deus – o princípio ativo – e dos astros), como uma

Conforme transmitido por Diógenes Laércio, para o estoicismo, o cosmos “possui a qualidade da substância universal”²², o que se elucida com a asserção reportada dos “Elementos de Meteorologia” de Posidônio, segundo a qual o cosmos “é um sistema constituído de céu e terra e de suas naturezas intrínsecas, ou seja, é um sistema de deuses e homens e de tudo que é criado por obra sua. O céu é a circunferência extrema em que a divindade tem sede”²³.

No Livro IX do *De Architectura*, dedicado às razões gnomônicas²⁴ (*gnomonicis rationibus*) que permitem entender como se projetam as sombras no gnômon, implicando a observação dos movimentos dos astros, Vitruvius afirma:

essas coisas são estabelecidas pela divina mente e provocam a maior admiração aos que as consideram, pois a sombra do gnômon no equinócio não tem a mesma amplitude em Atenas, em Alexandria, em Roma, nem mesmo em Placência ou em outros locais do orbe terrestre²⁵.

Ou seja, há uma ordem cósmica determinada pela divina mente e que caracteriza o peculiar curso dos astros, exemplificado pelas diferentes extensões de sombras produzidas em diferentes posições geográficas em dado momento. Vitruvius constata que as diversas localidades não recebem a iluminação solar de maneira idêntica, em função da peculiaridade da trajetória do sol, e isso resulta da intervenção de uma *diuina mens*. Segundo Soubiran, tal modo de compreender a organização do cosmos é de origem estoica, muito embora, a ideia de um universo regido por uma divindade tenha sido muito comum em todas as épocas²⁶. Há também uma menção feita a essa divina mente na conclusão da parte em que são apresentadas as constelações que ficam à esquerda do sol nascente e ao sul:

paráfrase desastrada das fórmulas de Posidônio (DL, VII, 138) definindo o mundo como conjunto de céu, terra e seres que existem neles (Lévy, C. “Les Philosophies hellénistiques”, p. 139).

²² Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212.

²³ Ibid., VII, 138, p. 212. Em grego: “καὶ ἔστι κόσμος ὁ ἰδίως ποιὸς τῆς τῶν ὅλων οὐσίας ἢ, ὥς φησι Ποσειδώνιος ἐν τῇ Μετεωρολογικῇ στοιχειώσει, σύστημα ἐξ οὐρανοῦ καὶ γῆς καὶ τῶν ἐν τούτοις φύσεων ἢ σύστημα ἐκ θεῶν καὶ ἀνθρώπων καὶ τῶν ἕνεκα τούτων γεγονότων. οὐρανὸς δὲ ἐστὶν ἡ ἐσχάτη περιφέρεια ἐν ᾗ πᾶν ἴδρυται τὸ θεῖον” (Laertius, D., op. cit., VII, 138).

²⁴ A gnomônica, ou *gnomonice* em latim, consiste no estudo das leis do comportamento dos raios de sol através da sombra do gnômon. Conforme Justino Maciel, o gnômon consiste em um “ponteiro, agulha, haste vertical que permite a formação de sombra sobre a superfície do relógio solar, sua dimensão e direção” (Maciel, M. J., in: Vitruvius, “Tratado de arquitetura”, n. 12, p. 436).

²⁵ Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre IX, (IX, 1, 1), p. 9: “*ea autem sunt diuina mente comparata habentque admirationem magnam considerantibus, quod umbra gnomonis aequinoctialis alia magnitudine est Athenis, alia Alexandria, alia Romae, non eadem Placentiae ceterisque orbis terrarum locis*”.

²⁶ Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruvius, “Livre IX”, n. 1, p. 70.

“expus os retratos das constelações do universo, tal como sejam configuradas e conformadas por determinação da natureza e da divina mente, segundo o físico Demócrito, mas de modo que possamos apreendê-las, acompanhando com os olhos, desde seu surgimento até desaparecerem”²⁷.

Natureza e divina mente distinguem-se mas agem conjuntamente no modo segundo o qual se estabelecem as configurações estelares. Trata-se, pois, de uma ordem cósmica fixada que pode ser compreendida pela inteligência humana, mas também percebida pelo sentido da visão. A remissão a Demócrito no trecho é desconcertante, uma vez que o sabor estoico de toda a passagem conflita com a impossibilidade da doutrina do filósofo de Abdera em admitir uma inteligência ordenadora do mundo ou uma divindade que o governe²⁸. Há, contudo, passagens do *De Natura Deorum* de Cícero com menções a Demócrito e vocabulário análogo que poderiam ter servido de modelo a Vitruvius, ou no mínimo indicariam o compartilhamento de um referencial comum²⁹.

Diuinatione e religio

No Livro I, Vitruvius descrevia uma maneira de se avaliar a salubridade de um local onde se desejasse estabelecer assentamento, pela inspeção das vísceras de animais. A evocação dos antepassados (*maiores*) como provedores de um processo transmitido aos pósteros não prescindia, porém, de racionalidade: “*itaque etiam atque etiam ueterem reuocandam censeo rationem*”³⁰. Trata-se de buscar um método antigo, essa *ueterem rationem*, que extrai conclusões acerca da salubridade de um lugar a partir das condições do fígado de um animal que ali vive e se alimenta. Logo, o recurso aos antigos recomendado no texto não se justifica pela manutenção de um rito, tampouco como evocação divina a partir de um cerimonial mágico-religioso. No entanto, a prática dos

²⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, (IX, 5, 4), p. 24: “*quae figurata conformataque sunt siderum in mundo simulacra, natura diuinaque mente designata, ut Democrito physico placuit, exposui, sed tantum ea quorum ortus et occasus possumus animaduvertere et oculis contueri*”.

²⁸ Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “Livre IX”, n. 38, p. 196-197.

²⁹ Ibid., n. 38, p. 197:

“Vitruve: *siderum... simulacra, natura diuinaque mente designata...*

Cicéron, N. D. I, 29: *Democritus, qui tum imagines eorumque circumitus in deorum numero refert, tum illam naturam quae imagines fundat ac mittat...*

Ibid. 120: *Democritus... censet imagines diuinitate praeditas inesse in uniuersitate rerum*”.

³⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 9), p. 24. Tradução: “assim, afirmo que se deve ainda e ainda revocar o método antigo”.

auspícios, entre os romanos, valia-se do exame das entranhas do animal oferecido em sacrifício na busca por presságios, especialmente o fígado, conforme mostrara Rykwert³¹, sendo que “disto se encarregava um adivinho de categoria especial, o arúspice, ou adivinhador pelo fígado”³². Ainda segundo o estudioso, era comum atribuir-se uma origem etrusca aos auspícios³³, bem como à aruspicação, embora, o exame das entranhas de animais sacrificados fosse uma prática universal e a adivinhação pelo fígado tivesse origem na Suméria³⁴.

Na Roma do século I a.C., a divinação, ou adivinhação, ocupava lugares importantes da vida de seus habitantes, nos âmbitos religioso, cultural e também político. É preciso ter em mente que ao final do período republicano a divinação desempenhava um papel de destaque no interior da religião oficial do estado: “dos três maiores colégios de sacerdotes, dois eram encarregados da supervisão de áreas de divinação: os áugures e os *quindecimviri sacris faciundi* (Conselho dos Quinze para o exercício dos ritos)”³⁵. Segundo Wardle, os arúspices compunham o terceiro maior colégio de sacerdotes e eram etruscos a cuidar da *etrusca disciplina*, lidando com a interpretação de fenômenos naturais, como os raios, presságios e inspeção de entranhas³⁶. Os *quindecimviri sacris faciundi* faziam parte da elite romana, enquanto os arúspices eram membros da elite etrusca, e, ainda de acordo com Wardle, os arúspices tinham sua ação na vida pública romana delimitada pelo senado, que os convocava a interpretar fenômenos específicos, de modo a controlar seu poder. A divisão da autoridade religiosa em corpos diferentes moderava igualmente seu poder, na medida em que esses colégios eram poderosos meios de controle. Lembremos de que a lei augural orientava as assembleias e as eleições³⁷.

³¹ Rykwert, J. “A ideia de cidade”, p. 43.

³² Ibid., p. 43.

³³ De acordo com Gratti, “auspício significa literalmente o sinal dado pela observação das aves, mas pode ser aplicado a outros sinais visuais, como relâmpagos, raios, etc. O sacerdote responsável em tomar os auspícios era o áugure. Suas insígnias eram a *aquamanila* e o *lituus*, um bastão curvo. O ritual augural era assim: com o *lituus*, o áugure traçava um *templum*, espaço celeste determinado por duas linhas perpendiculares e em cujo interior se observavam os sinais enviados pelos deuses. O próprio ato de fundação da cidade de Roma é marcado por um ritual augural” (Gratti, B. R., “Estudo Introdutório”, in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, p. 22).

³⁴ Rykwert, J. “A ideia de cidade”, p. 43.

³⁵ Wardle, D. “Introduction”, in: Cícero, “On divination”, Book 1, p. 2.

³⁶ Ibid., p. 2.

³⁷ Cícero narra um acontecimento tanto em *De natura Deorum* (II, 10), quanto no *De Divinatione* (I, 33), segundo o qual, durante as eleições consulares de 162 a.C. um coletor de votos teria caído morto enquanto desempenhava sua função. O senado chamou os arúspices, que indicaram uma falha no ritual. Tibério Graco, enquanto cônsul e áugur, insultou os arúspices etruscos e ordenou que continuassem a votação. Posteriormente Graco reconsidera sua decisão, ao se dar conta que durante as preparações das eleições teria acidentalmente cruzado o *pomerium*, o limite sagrado da cidade, e essa falha no ritual invalidaria a eleição

Mas, apesar das ligações profundas entre divinação e política na Roma do século I a.C., as crenças estavam mesmo arraigadas entre os indivíduos e os grupos da população³⁸. Cícero escreve um *De Diuinatione*, dedicando toda uma obra à divinação:

há uma antiga crença, originada já nos tempos heroicos e confirmada por consenso não só do povo romano como também de todos os povos, que algum tipo de adivinhação existe entre os homens a qual os gregos chamam de μαντική [*mantiké*], isto é, o pressentimento e conhecimento das coisas futuras³⁹.

Para Cícero, a μαντική (*mantiké*) é *praesensio*, pressentimento e previsão, mas também *scientia rerum futurarum*, isto é, o conhecimento ou a ciência de coisas futuras. O Arpinate adverte que o vocábulo μαντική, tal como se lê em Platão, relaciona-se ao furor. De fato, sua raiz etimológica remete à *manía* (μαντική = μανική, que advém de μανία)⁴⁰. E nisso, prossegue o autor, os romanos superam os gregos, por nomearem divinação – palavra que traz em si referência aos deuses (*diui*) – a essa capacidade que aproxima os homens ao poder divino.

No *De Diuinatione* fala-se ainda sobre os caldeus⁴¹, que seriam assim denominados não pela arte exercida, mas pela origem, enquanto povo, tendo produzido “uma ciência a partir de uma longa observação dos astros, para que fosse possível ser predito o que acontecerá e a quem, e quem nasceu sob qual destino”⁴². Em seu nono volume, Vitrúvio igualmente menciona o povo caldeu: inicialmente, pela referência a

dos cônsules daquele ano. O senado pede então a renúncia deles, o que rende elogios do personagem Balbus no *De natura Deorum* e de Quintus no *De Diuinatione* (Lehoux, D., “What did the Romans know?”, p. 28).

³⁸ Wardle, D. “Introduction”, in: Cícero, “On divination”, Book 1, p. 3.

³⁹ Cícero, “De divinatione”, I, 1, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, p. 44, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009. Em latim: “*uetus opinio est iam usque ab heroicis ducta temporibus, eaque et populi Romani et omnium gentium firmata consensu, uersari quandam inter homines diuinationem, quam Graeci μαντικήν appellant, id est praesensionem et scientiam rerum futurarum*” (*De Diuinatione*, I, 1, edição Falconer, W. A., 1923, disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2007.01.0042%3Abook%3D1%3Asection%3D1>>, acesso em 09/12/2019).

⁴⁰ Cf. *coment. ad loc.*, in: *De Diuinatione*, op. cit., I, 1.

⁴¹ Falconer afirma que *Chaldaei* chegou a ser usado como sinônimo daqueles capazes de exercer a divinação e faziam parte da classe dominante entre os babilônios (*De Diuinatione*, op. cit., *coment. ad locum*, I, 1, n. 1).

⁴² Cícero, “*De diuinatione*”, I, 2, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, p. 44, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009. O trecho completo em latim: “*qua in natione Chaldaei, non ex artis sed ex gentis uocabulo nominati, diuturna obseruatione siderum scientiam putantur effecisse, ut praedici posset quid cuique euenturum et quo quisque fato natus esset*” (*De Diuinatione*, op. cit., I, 2).

Beroso, um divulgador da disciplina caldaica na Ásia⁴³. Mas Beroso, que teria sido um sacerdote na Babilônia e vivido no século terceiro antes de nossa era⁴⁴, é evocado em IX, 2, 1 pela explicação oferecida acerca das fases da lua. O arquiteto prossegue expondo as reflexões do matemático Aristarco de Samos sobre o mesmo assunto, em complemento. Disso, pode-se ver bem como é tênue a separação entre a disciplina dos caldeus e as conclusões do *mathematicus*. Ou seja, não há ali uma fronteira rígida entre rito e razão, como esperado em nossa cultura atual. E a previsão do futuro pelos Caldeus é dita ciência (*scientia*) por Cícero. Já o texto vitruviano prossegue versando sobre a *astrologia*, termo que difere do sentido contemporâneo dado à palavra astrologia, aproximando-se mais de astronomia⁴⁵ – a tradução possivelmente mais adequada – muito embora tal atividade (a *astrologia* referida por Vitrúvio) englobasse práticas que extrapolariam o que entendemos hoje pelo campo científico de estudo dos astros:

de resto ficará para as cogitações dos caldeus a interpretação feita a partir da astronomia sobre os efeitos que os doze signos, os cinco astros, o Sol e a Lua têm sobre a vida humana, porque é característica deles uma arte de horóscopos que tem em vista, mediante o estudo dos astros, esclarecer os fatos passados e futuros. Foram oriundos da própria nação dos caldeus aqueles que nos deixaram os resultados das suas investigações, em que revelaram grande inteligência [*sollertia*] e agudeza de espírito; e o primeiro entre eles foi Beroso, que se estabeleceu na ilha de Cós, onde expôs a sua ciência [...]"⁴⁶.

Os caldeus teriam sido os responsáveis pela invenção (*inuentio*) desse mister transmitido aos romanos. Por isso, diz-se serem dotados de *sollertia*, uma habilidade e destreza incomum, e *acumen*, uma capacidade também inusual de penetração em determinada atividade. As noções de solércia e acume, ou agudeza, aparecem em desenvolvimentos centrais do *De Architectura*. Logo no início do Livro I, após afirmar

⁴³ DA, (IX, 2, 1).

⁴⁴ Cf. Soubiran, J., "Commentaire", in: Vitruve, "Livre IX", n. 1, p. 116-117.

⁴⁵ Cf. *ibid.*, n. 3, p. 200.

⁴⁶ Vitrúvio, Tratado de Arquitetura, (IX, 6, 2), p. 457, tradução: M. J. Maciel, acréscimo nosso. Em latim: "*ceterum ex astrologia quos effectus habeant signa XII, stella V, sol, luna ad humanae uitae rationem, Chaldaeorum ratiocinationibus est concedendum, quod propria est eorum genethliologiae ratio, uti possint ante facta et futura ex ratiocinationibus astrorum explicare. Eorum autem inuentiones reliquerunt, in quae sollertia acuminibusque fuerunt magnis, qui ab ipsa ratione Chaldaeorum profluxerunt; primusque Berosus in insula et ciuitate Coo consedit, ibique aperuit disciplinam [...]*" (Vitrúvio, "De L'Architecture", Livre IX - IX, 6, 2 - p. 25).

que “a ciência do arquiteto é ornada de muitas disciplinas e variadas erudições”⁴⁷, ao expor seu entendimento sobre a *ratiocinatio*, tendo estabelecido também que a ciência do arquiteto decorre do fazer (*fabrica*) e do raciocinar (*ratiocinatio*), o autor escreve que “o raciocinar é aquilo que pode demonstrar e explicar as coisas fabricadas, em suas partes, pela solércia e razão”⁴⁸. Ainda no Livro I, dizia-se que os grandes sábios (*mathematici*) eram aqueles aos quais a natureza conferiu solércia, acume e memória de tal modo que pudessem conhecer profundamente a geometria, a astronomia, a música e outras disciplinas⁴⁹. Vitruvius entende, enfim, que a solércia não é um atributo natural concedido a todos, de modo que o aspirante a arquiteto deve se esforçar por obter um conhecimento amplo das ciências, ainda que não tão profundo quanto o daqueles homens que se distinguem dos demais em argúcia – os *mathematici*⁵⁰.

Assim, podemos ver que a solércia atribuída aos caldeus é um dom escasso entre os homens e talvez por isso seja tão precioso. Os adivinhos do Livro IX equiparam-se nesse quesito aos *mathematici* do Livro I. A solércia é um dom que homens notáveis possuem, como o arquiteto Dinócrates, na narrativa do segundo prefácio, desde as primeiras palavras: “o arquiteto Dinócrates, confiante de suas ideias e solércia [...]”⁵¹. A noção de solércia aparece na maioria dos volumes vitruvianos⁵² e com frequência designa ainda habilidades em artes e campos conexos à arquitetura, como a destreza na escultura e na pintura (III, pref., 2), na música (V, 4, 3), na escrita (VII, pref., 10), na mecânica (X, pref., 3).

⁴⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 1), p. 4: “*architecti est scientia pluribus disciplinis et uariis eruditionibus ornata [...]*”.

⁴⁸ Ibid., (I, 1, 4): “*ratiocinatio autem est quae res fabricatas sollertiae ac rationis pro portione demonstrare atque explicare potest*”.

⁴⁹ Ibid., (I, 1, 17), p. 13: “*quibus uero natura tantum tribuit sollertiae, acuminis, memoriae ut possint geometriam, astrologiam, musicen, ceterasque disciplinas penitus habere notas, praetereunt officia architectorum et efficiuntur mathematici*”. Tradução: “aqueles a quem a natureza conferiu tamanha solércia, agudeza e memória, de tal modo que pudessem conhecer profundamente a geometria, a astronomia, a música e outras disciplinas, ultrapassaram o campo de deveres dos arquitetos e se tornaram matemáticos”.

⁵⁰ Ibid., (I, 1, 18), p. 13-14: “*cum ergo talia ingenia ab naturali sollertia non passim cunctis gentibus, sed paucis uiris habere concedatur, officium uero architecti omnibus eruditionibus debeat esse exercitatum et ratio propter amplitudinem rei permittat non iuxta necessitatem summas, sed etiam mediocres scientias habere disciplinarum [...]*”. Tradução: “como, pois, tais engenhos não fossem concedidos sob a forma de solércia natural a todos em toda parte, mas a poucos homens, o dever do arquiteto deveria ser o de se preparar em todas as erudições e, por causa da abrangência das matérias, não é possível aproximar-se das exigências de uma razão eminente, mas possuir um conhecimento mediano das disciplinas”.

⁵¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, texte établi et traduit par Louis Callebaut, introduit et commenté par Pierre Gros, (II, pref., 1), p. 1: “*Dinocrates architectus cogitationibus et sollertia fretus [...]*”.

⁵² São elas: (I, 1, 1); (I, 1, 17); (I, 1, 18); (II, pref., 1); (II, 1, 6); (II, 8, 11 – *acumen et sollertia*); (III, pref., 2 – três ocorrências); (III, 3, 9); (V, 4, 3); (V, 5, 8); (V, 6, 7); (V, 8, 1); (VI, 1, 10 – duas ocorrências); (VI, 1, 11); (VI, 7, 6); (VII, pref., 10); (VII, pref. 15); (VIII, 6, 12 – *acumen et sollertia*); (IX, pref., 9); (IX, 6, 2); (X, pref., 3); (X, 9, 1); (X, 16, 2); (X, 16, 8); (X, 16, 12).

O último uso da expressão *diuina mens*, no Livro IX do *De Architectura*, dirige-se a indivíduos, qualificando-os, e não assume sentido cósmico:

no que diz respeito, designadamente, às ciências da natureza, Tales de Mileto, Anaxágoras de Clazômenas, Pitágoras de Samos, Xenófanes de Cólofon, Demócrito de Abdera deixaram-nos aprofundados raciocínios sobre as leis que regem a natureza e de que maneira ela sofre seus efeitos. Seguindo os resultados das suas investigações, Eudoxo, Euctemon, Calipo, Méton, Filipe, Hiparco, Arato e outros, através do estudo dos parapegmas, no contexto da astronomia, descobriram o nascimento e o ocaso dos astros, bem como as previsões do estado do tempo, deixando aos vindouros esses conhecimentos expostos em pormenor. A sua sabedoria deverá ser apreciada pelos homens, porque foi de tal modo importante a sua obra que até parecerão ter possuído uma inteligência divina que os levava a indicar com antecedência previsões do estado do tempo futuro. Igualmente este assunto deverá ser deixado às suas obras e investigações⁵³.

O aceno à natureza (*natura rerum*) somado ao vocabulário jurídico-legal⁵⁴ (*gubernare*) conferem uma tonalidade lucreciana a parte da oração de Vitruvius, que começara, entretanto, arrolando pensadores cujas reflexões sobre os elementos constituintes da matéria, como visto no capítulo anterior, são abertamente censuradas pelo autor do *De Rerum Natura*. A um segundo grupo de autores menos celebrados pelos pósteros atribui-se o desenvolvimento dos parapegmas, que, segundo Maciel, tratam-se de “calendários gregos de pedra com indicação do zodíaco, dos dias e de previsões meteorológicas, de que há exemplos arqueológicos”⁵⁵. Então, desse grupo representado por Eudoxo, Euctemon, Calipo, Méton, Filipe, Hiparco e Arato diz-se ter inventado o parapegma a partir da astronomia. Tomados como homens de *scientia*, capazes não apenas de prever os movimentos dos astros desde sua aparição até sua retirada, como

⁵³ Vitruvius, *Tratado de Arquitetura*, (IX, 6, 3), p. 458, tradução: M. J. Maciel, acréscimo nosso. Em latim: “*de naturalibus autem rebus Thales Milesius, Anaxagoras Clazomenius, Pythagoras Samius, Xenophanes Colophonius, Democritus Abderites rationes, quibus e rebus natura rerum gubernare[n]tur, quemadmodumcumque effectus habeat, excogitatas reliquerunt. Quorum inuenta secuti, siderum ortus et occasus tempestatumque significatus Eudoxus, Euctemon, Callipus, Meto, Philippus, Hipparchus, Aratus ceterique ex astrologia parapegmatorum disciplinis inuenerunt, et eas posteris explicatas reliquerunt. Quorum scientiae sunt hominibus suspiciendae, quod tanta cura fuerunt ut etiam uideantur diuina mente tempestatum significatus post futuros ante pronuntiare. Quas ob res haec eorum curis studiisque sunt concedenda*” (Vitruvius, “De L’Architecture”, Livre IX - IX, 6, 3 - p. 25-26).

⁵⁴ Cf. Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 49 et seq.

⁵⁵ Maciel, M. J., in: Vitruvius, “Tratado de arquitetura”, n. 58, p. 458.

antecipar ou pressagiar condições ou acontecimentos meteorológicos⁵⁶. Além da *scientia* admirável, afirma-se ainda serem investidos pela *diuina mens*, concedendo-lhes a possibilidade de anunciar com antecedência as condições futuras do tempo. *Religio* e *scientia* se entrelaçam na passagem⁵⁷. O termo religião não é suficiente para exprimir o significado de *religio*, assim como ciência não traduz inteiramente *scientia*. Essa divina mente, ou inteligência divina, investe de religiosidade as interpretações e os estudos desses homens.

No primeiro livro do *De Diuinatione*, após a afirmação da presença constante da divinação entre os diversos povos⁵⁸, Cícero escreve que existem dois modos de inspiração e acesso à divinação, sendo um pelo delírio e outro pelo sonho, ambos prescindindo de razão e ciência (*sine ratione et scientia*)⁵⁹. Contudo, tanto para o Arpinate⁶⁰, quanto para Vitrúvio⁶¹, a *scientia* é perfeitamente compatível com a predição dos acontecimentos a partir da astronomia. Vale lembrar também que o arquiteto começara a passagem sobre os homens especiais (IX, 6, 3), que imbuídos da *diuina mens* podem antever as condições do clima, fazendo uso de termos ligados à investigação da natureza pela razão (*de naturalibus autem rebus [...] rationes [...] excogitatas reliquerunt*). Cícero adverte, porém, que as práticas divinatórias confirmam-se mais pelos eventos do que pela razão, ainda que filósofos tenham aderido à divinação:

⁵⁶ Cf. Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “Livre IX”, n. 19, p. 207.

⁵⁷ Para Soubiran, a expressão *diuina mente* de IX, 6, 3 se aplica seguramente a homens e não à divindade que rege o universo: “há no *De Architectura* uma espécie de religião da ciência, que raramente se exprime com tanta nitidez como na frase final desse capítulo” (Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “Livre IX”, n. 29, p. 215).

⁵⁸ Cícero, “*De diuinatione*”, I, 2, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, p. 44: “não vejo nenhum tipo de povo nem tão humano e instruído, nem tão desumano e bárbaro, que pense que as coisas futuras não são anunciadas e podem ser entendidas e preditas por certas pessoas”. Em latim: “*gentem quidem nullam video neque tam humanam atque doctam neque tam immanem atque barbaram, quae non significari futura et a quibusdam intellegi praedicique posse censeat*” (*De Divinatione*, I, 2, op. cit.).

⁵⁹ *De Diuinatione*, I, 4, op. cit.: “*et cum duobus modis animi sine ratione et scientia motu ipsi suo soluto et libero incitarentur, uno furente, altero somniantem*”.

⁶⁰ Cícero, “*De diuinatione*”, I, 2, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, p. 44, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009: “os caldeus, nomeados não pelo nome da arte mas do povo, produziram, julga-se, uma ciência a partir de uma longa observação dos astros, para que fosse possível ser predito o que acontecerá e a quem, e quem nasceu sob qual destino”. Em latim: “*qua in natione Chaldaei, non ex artis sed ex gentis uocabulo nominati, diuturna observatione siderum scientiam putantur effecisse, ut praedici posset quid cuique euenturum et quo quisque fato natus esset*” (*De Diuinatione*, op. cit., I, 2).

⁶¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, (IX, 6, 3), p.26: “*quorum scientiae sunt hominibus suspiciendae, quod tanta cura fuerunt ut etiam uideantur diuina mente tempestatum significatio post futuros antes pronuntiare [...]*”. Vale notar o vocabulário comum entre Vitrúvio e Cícero, quanto às predições: “*significatus post futuros*” no primeiro e “*significari futura*” no último. Logo, não estamos comparando atributos diferentes, mas capacidades análogas de previsão do futuro.

tais coisas, como eu penso, os antigos aprovaram mais advertidos pelos eventos que instruídos pela razão. Foram, por outro lado, reunidos certos argumentos refinados dos filósofos para demonstrar porque a adivinhação seria verdadeira. Destes, para falar sobre os mais antigos, Xenófanes de Colofão foi o único que, embora dizendo que os deuses existem, negou inteiramente a adivinhação; mas todos os demais, com exceção de Epicuro, que balbucia sobre a natureza dos deuses, admitiram a adivinhação, porém não do mesmo modo. De fato, Sócrates e todos os socráticos, Zenão e aqueles que provieram dele, permaneceram na opinião dos antigos filósofos, com aprovação da antiga Academia e dos peripatéticos; Pitágoras já anteriormente atribuíra a ela uma grande autoridade, uma vez que ele próprio queria ser áugure; Demócrito, um autor de peso, admitiu o pressentimento das coisas futuras em várias passagens”⁶².

Com efeito, a divinação fazia parte da vida dos romanos. Schofield chama a atenção para a notícia do grande número de obras escritas dedicadas aos auspícios. Embora poucas tenham nos chegado, teriam sido escritas em sua maioria por homens, que como Cícero, fossem eles próprios áugures⁶³. O círculo em torno de Cícero era composto por figuras eminentes nesses assuntos, como seu correspondente Aulo Cecina que traduziu para o latim o *Disciplina Etrusca*, além de Nigídio Fígulo e Marco Terêncio Varrão, alguns dos principais escritores sobre o tema nesse período de fins da República⁶⁴. O relato ciceroniano dá conta de que pensadores de diferentes correntes filosóficas aprovavam a divinação, incorporando-a mesmo no conjunto de conhecimentos possíveis.

O *De Diuinatione* apresenta uma lista de pensadores estoicos que trataram dessa prática de pressentimento das coisas futuras:

mas defendendo os estoicos quase tudo isso, o que Zenão espalhara em seus comentários como uma espécie de semente, e Cleantes o fizera com um pouco

⁶² Cícero, “*De diuinatione*”, I, 5, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, p. 47. Em latim: “*atque haec, ut ego arbitror, veteres rerum magis euentis moniti quam ratione docti probauerunt. Philosophorum uero exquisita quaedam argumenta, cur esset vera diuinitio, collecta sunt. E quibus, ut de antiquissimis loquar, Colophonius Xenophanes [p. 228] unus, qui deos esse diceret, diuinationem funditus sustulit; reliqui uero omnes praeter Epicurum balbutientem de natura deorum diuinationem probauerunt, sed non uno modo. nam cum Socrates omnesque Socratici Zenoque et ei qui ab eo essent profecti manerent in antiquorum philosophorum sententia uetere Academia et Peripateticis consentientibus; cumque huic rei magnam auctoritatem Pythagoras iam ante tribuisset, qui etiam ipse augur vellet esse, plurimisque locis grauis auctor Democritus praesensionem rerum futurarum comprobaret*” (*De Diuinatione*, I, 5, op. cit.).

⁶³ Schofield, M., “Cicero for and against divination”, in: *The Journal of Roman Studies*, vol. 76, 1986, p. 49.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 49.

mais de abundância, um homem de inteligência agudíssima veio acrescentar-se, Crisipo, que explicou todo o pensamento acerca da adivinhação em dois livros, um primeiramente sobre oráculos, outro sobre sonhos; seguindo-o, Diógenes da Babilônia, aluno dele, publicou um livro, Antípatro dois, e cinco o nosso Posidônio. Mas até mesmo um dos nomes principais dessa escola, Panécio, mestre de Posidônio, discípulo de Antípatro, se afastou dos estoicos; contudo, não ousou negar que há a capacidade de adivinhação, mas dizia duvidar”⁶⁵.

A recusa ciceroniana em atribuir aos antigos uma completa aprovação de justificativa racional à divinação, que se afirmaria, contudo, pelos eventos (*ueteres rerum magis euentis moniti quam ratione docti probauerunt*), não impede a apresentação de toda uma linhagem do estoicismo, que com exceção de Panécio, encontra nessa prática um campo próprio⁶⁶. Diógenes Laércio registra igualmente que entre os estoicos a adivinhação era amplamente aceita, mas não por todos⁶⁷. Após referir-se a Beroso, um dos caldeus solertes e estudiosos dos astros, Vitrúvio cita Antípatro como seu discípulo, possivelmente o estoico Antípatro de Tarso, mencionado por Cícero entre os adeptos da filosofia do Pórtico, discípulo de Diógenes da Babilônia e mestre de Panécio⁶⁸. Panécio, por sua vez, foi mestre de Posidônio⁶⁹, que teria sido uma fonte importante ao *De Architectura*⁷⁰.

⁶⁵ Cicero, “*De Diuinatione*”, I, 6, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, p. 48. Em latim: “*sed cum Stoici omnia fere illa defenderent, quod et Zeno in suis commentariis quasi semina quaedam sparsisset et ea Cleanthes paulo uberius fecisset, accessit acerrimo vir ingenio, Chrysippus, qui totam de divinatione duobus libris explicavit sententiam, uno praeterea de oraculis, uno de somniis; quem subsequens unum librum Babylonius Diogenes edidit, eius auditor, duo Antipater, quinque noster Posidonius. sed a Stoicis vel princeps eius disciplinae, Posidonii doctor, discipulus Antipatri, degeneravit Panaetius; nec tamen ausus est negare vim esse divinandi, sed dubitare se dixit*” (*De Diuinatione*, I, 6, op. cit.).

⁶⁶ Cf. Gratti, B. R., “Estudo Introdutório”, in: Cicero, “*De Diuinatione*”, p. 31. Malcom Schofield entende que “o apelo à experiência é verdadeiramente estoico e sua proeminência no Livro I provavelmente reflete uma estratégia estoica. Em geral, os estoicos insistiriam que alguém pode conhecer o ‘o que’ (ὅτι) sem conhecer o ‘porquê’ (διότι): e que todos podemos ter uma certeza (uma φαντασία καταληπτική) a respeito de algo que é de tal modo, mesmo que isso possa ser matéria de conhecimento científico (ἐπιστήμη) apenas para Deus ou para o Sábio” (Schofield, M., “Cicero for and against divination”, p. 51).

⁶⁷ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 149, p. 215: “Παναίτιος, entretanto, diz que a adivinhação é absolutamente inexistente. Em grego: “ὁ μὲν γὰρ Παναίτιος ἀνυπόστατον αὐτὴν φησιν” (Laertius, D., op. cit., VII, 149). Cf. ainda Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “Livre IX”, n. 3, p. 200.

⁶⁸ Cf. Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “Livre IX”, n. 10, p. 203.

⁶⁹ Segundo Mireille Courrént, Posidônio teria sido um dos mestres de Cícero (Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 16).

⁷⁰ Cf. Pellati, F. “La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio”, p. 250; Fleury, Ph., in: Vitruve, Livre I, n. 3, p. 128; Romano, Elisa. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 27, 76, 113; Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 16, 35, 45, 47-50, 61, 70, 73, 84, 85, 88, 139, 140, 144, 146.

O *De Divinatione* de Cícero se propõe a discutir precisamente a importância a ser dada aos auspícios, às coisas divinas e à religião, para que não se recaia em posições dominadas pela impiedade, tampouco naquelas marcadas pela superstição⁷¹. Segundo Daryn Lehoux, a noção de *religio* acaba precariamente traduzida por “religião” em línguas modernas ocidentais⁷², em função de uma forte ênfase dada ao sentido de crença⁷³ também enquanto livre escolha individual. Isso não significa, por outro lado, que a noção romana de *religio* não abarque a aceitação de crença, mas que, antes mesmo dessa, possui um sentido de obrigação aos costumes e às tradições⁷⁴. Trata-se ainda de ter em vista que a política, na Roma do século I a.C., era permeada pelo rito. A *religio* se expressava, pois, pela ação, não se restringindo à crença de foro íntimo. Para ilustrar essa ideia, Lehoux remete a uma frase das Partições Oratórias de Cícero, segundo a qual, a parte da virtude que se dá em comunidade é a justiça, enquanto aquela para com os deuses é a *religio* e aquela para com os pais a *pietas*⁷⁵. Tais aspectos da virtude seriam reconhecidos e demonstrados pela ação, tornando-se assim visíveis a todos.

Ao mesmo tempo, o *auspiciu*m se refere a alguma sorte de comunicação com o divino⁷⁶, mas Lehoux mostra ainda que os auspícios estão relacionados precisamente a tomadas de decisão políticas e militares por parte do estado, valendo-se de ritos que podiam envolver sacrifícios e animais sagrados⁷⁷. Os *auspicia*, em geral, não dizem

⁷¹ Cicero, “*De Divinatione*”, I, 7, op. cit., tradução: Gratti, B. R., p. 48: “pois, se em todos os casos é torpe a leviandade em dar seu assentimento e o erro, assim o é principalmente neste assunto em que se deve discutir que importância devemos atribuir aos auspícios, às coisas divinas e à religião, porque há o perigo de nos comprometermos com uma fraude ímpia, se ignoramos tudo isso, ou de uma superstição de anciã, se o aceitamos”. Em latim: “*nam cum omnibus in rebus temeritas in assentiendo errorque turpis est, tum in eo loco maxime in quo iudicandum est quantum auspiciis rebusque divinis religionique tribuamus; est enim periculum, ne aut neglectis iis impia fraude aut susceptis anili superstitione obligemur*” (*De Divinatione*, I, 7, op. cit.).

⁷² Lehoux se refere especificamente à língua inglesa, em que escreve (Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 26).

⁷³ Ibid., p. 26.

⁷⁴ Ibid., p. 26.

⁷⁵ Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 27. *De Partitione Oratoria*, 78: “*in communione autem quae posita pars est, iustitia dicitur, eaque erga deos religio, erga parentes pietas vulgo autem bonitas, creditis in rebus fides, in moderatione animadvertendi lenitas, amicitia in benevolentia nominatur. Atque hae quidem uirtutes cernuntur in agendo*” (Cícero, *De Partitione Oratoria*, Loeb Classical Library, p. 368). Segundo a tradução de Angélica Chiappetta: “a parte colocada na comunhão é dita ‘justiça’; a que se dá com relação aos deuses é denominada ‘religião’; em relação aos parentes, ‘piedade’ [e, para o vulgo, ‘bondade’]; nas coisas emprestadas, ‘fé’; na moderação ao censurar, ‘delicadeza’; na benevolência, ‘amizade’”. Por certo, essas virtudes são discernidas ao agir” (Chiappetta, A., “*Ad animos faciendos – Comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De officiis de Cícero*”, p. 190).

⁷⁶ No *De Natura Deorum*, II, 12, lê-se: “elevada é a autoridade dos áugures; e qual arte dos arúspices não é divina?”. Em latim: “*magna augurum auctoritas; quid haruspicum ars nonne divina?*” (Cícero, M. T., “*De Natura Deorum*”, II, 12, ed. O. Plasberg. Leipzig: Teubner, 1917. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2007.01.0037%3Abook%3D2%3Asection%3D12>>. Acesso: 26/12/2019.).

⁷⁷ Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 27.

respeito à predição do futuro, senão à tentativa de garantir a aprovação divina antes de tomadas de decisões políticas ou empreendimentos militares⁷⁸. Um ponto esclarecedor é o fato de que os ritos dos áugures⁷⁹ e auspícios eram desempenhados por magistrados, às vezes designados especificamente a tal propósito, mas em outras ocasiões faziam parte do conjunto de responsabilidades de pretores e censores⁸⁰. Isso mostra que a *religio* estava presente nas mais diversas esferas da vida dos romanos, incluindo a política. Uma política na qual o rito fazia parte das obrigações daqueles que ocupavam posições de destaque. Assim, o posto de áugure era dos mais cobiçados, eventualmente mais do que o consulado, e o próprio Cícero foi eleito ao cargo⁸¹. Mas para além do aspecto formal dos ritos envolvidos na *religio*, segundo Lehoux, os auspícios constituíam as bases de legitimidade de todo o sistema legal, político e militar romano⁸². De qualquer maneira, a eficácia estava no escopo do ritual, e a *impia fraude* de que Cícero falava no *De Diuinatione* (I, 7) relacionava-se a uma violação às obrigações políticas pela negligência aos auspícios, ao rito sagrado e à *religio*. Por outro lado, ser *pius* e agir conforme a *pietas* significava ser diligente nas obrigações para com os deuses, a família, os patronos⁸³ e Roma. A sobreposição entre postos políticos e religiosos mostra como a divinação ocupava um lugar central na vida dos romanos, arraigada que estava mesmo na administração pública.

Suetônio nos deixou registros da proximidade de Augusto às *religiones* (*circa religiones talem accepimus*)⁸⁴, abrangendo crenças pessoais do *princeps*, como a pele de foca que levava consigo de amuleto contra trovoadas e relâmpagos, mas ainda a importância dada a sonhos próprios ou alheios⁸⁵. O termo *religiones*, grafado no plural

⁷⁸ Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 28.

⁷⁹ De acordo com Gratti, Cícero utiliza o termo áugure em três sentidos: adivinho; adivinho através das aves e membro do colégio de áugures Cícero, “*De diuinatione*”, I, 5, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, n. 105, p. 46).

⁸⁰ Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 28.

⁸¹ Ibid., p. 29.

⁸² Ibid., p. 28.

⁸³ Ibid., p. 29.

⁸⁴ Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, XC, p. 44, in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”.

⁸⁵ Ibid., XCI, p. 44. No *De Diuinatione*, Quinto inicia sua fala expondo os tipos de adivinhação, dentre os quais os sonhos: “de fato, há dois tipos de adivinhação, dos quais um é artificial, o outro é natural. [12] Ora, qual é o povo, qual é a nação que não é movida pela predição dos harúspices ou dos que interpretam prodígios ou raios, dos áugures, dos astrólogos, das sortes (estas são inteiramente artificiais) ou dos sonhos e vaticínios (acredita-se que essas duas são naturais)? Na verdade, julgo ser mais necessário investigar os acontecimentos de tais coisas do que suas causas. Há, de fato, uma força natural que prenuncia o futuro, quer tendo-se observado por um longo tempo a interpretação dos sinais, quer por uma espécie de inspiração e sopro divino” (Cícero, “*De Diuinatione*”, I, 11-12, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, p. 50). Em latim: “*duo sunt enim diuinandi*

em Suetônio, indica a amplitude da noção que abarca aspectos de culto aos deuses, da religião oficial, mas também de crenças pessoais e superstições. Pois é possível ler ainda que Augusto “tinha certos auspícios e presságios como infalíveis”⁸⁶, ou seja, para Augusto, inverter os lados do sapato, trocando o lado direito pelo esquerdo, era considerado um mal sinal; o orvalho na véspera de viagem longa por terra ou por mar era sinal de futuro êxito e breve retorno⁸⁷. Ainda segundo o relato de Suetônio, Augusto se posicionou sobre os cultos em Roma, respeitando aqueles antigos, ainda que fossem de origem estrangeira, mas desprezando os demais⁸⁸. Augusto dissolve a assembleia dos Sacerdotes de Ceres Ática quando eles começaram a revelar práticas mais secretas e prossegue sozinho, visto que tinha sido iniciado no culto em Atenas⁸⁹. Augusto acreditava no destino e na possibilidade de sua previsão pelos astros: “em seguida, Augusto obteve tão grande fé em seu destino que divulgou seu horóscopo e cunhou moedas com o símbolo do signo de Capricórnio, sob o qual nascera”⁹⁰.

O *De Diuinatione* de Cícero nos transmitiu que a maior parte dos escolarcas estoicos defendia a divinação⁹¹. Não se deve, pois, perder de vista a familiaridade entre divinação e estoicismo: Cícero chama de “fortaleza dos estoicos” aos argumentos de duas vias, segundo os quais, não apenas “se existem deuses, então existe divinação”, mas também “se existe divinação, existem deuses”⁹². Diógenes Laércio deixa um registro

genera, quorum alterum artis est, alterum naturae. [12] quae est autem gens aut quae ciuitas quae non aut extispicum aut monstra aut fulgora interpretantium, aut augurum, aut astrologorum, aut sortium (ea enim fere artis sunt), aut somniorum aut uaticinationum (haec enim duo naturalia putantur), praedictione moueatur? quarum quidem rerum eventa magis arbitror quam causas quaeri oportere. Est enim uis et natura quaedam, quae tum obseruatis longo tempore significationibus, tum aliquo instinctu inflatuque diuino futura praenuntiat” (Cícero, *De Diuinatione*, I, 11-12, op. cit.).

⁸⁶ Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, XCII, p. 105, tradução de Trevizam, M. e Vasconcellos, P. S., in: Suetônio e Augusto, “A vida e os Feitos do Divino Augusto”. Em latim: “*auspicia et omina quaedam pro certissimis obseruabat*” (Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, XCII, p. 44, op. cit.).

⁸⁷ Ibid., XCII, p. 44.

⁸⁸ Ibid., XCIII, p. 44.

⁸⁹ Ibid., XCIII, p. 44.

⁹⁰ Ibid., XCIV, p. 109. Em latim: “*tantam mox fiduciam fati Augustus habuit, ut thema suum uulgauerit nummumque argenteum nota sideris Capricorni, quo natus est, percusserit*” (Suetônio, “Vida do Divino Augusto”, XCIV, p. 46-47).

⁹¹ Cícero, M. T., “*De Diuinatione*”, I, 6.

⁹² Cícero, M. T., “*De Diuinatione*”, I, 10, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, p. 49: “e eu disse: ‘tu, Quinto, realmente defendes a fortaleza dos estoicos, se, de fato, essas coisas são assim recíprocas, de tal forma que, se a adivinhação existe, existem os deuses e, se os deuses existem, existe a adivinhação. Admitir de imediato uma e outra dessas afirmações não é tão fácil como tu pensas. Pois o futuro pode ser anunciado pela natureza, sem deus, e, caso os deuses existam, pode acontecer que nenhuma adivinhação tenha sido concedida por eles ao gênero humano’”. Em latim: “‘*arcem tu quidem Stoicorum*’, inquam, ‘*Quinte, defendis, siquidem ista sic reciprocantur, ut et, si diuinitas sit, di sint et, si di sint, sit diuinitas. Quorum neutrum tam facile quam tu arbitraris conceditur. Nam et natura significari futura sine deo possunt, et ut sint di potest fieri ut nulla ab*”

acerca do alcance da divinação entre os estoicos, enquanto arte comprovada, sendo que ilustres pensadores da *Stoa* teriam deixado obras dedicadas à divinação⁹³.

Augusto e o estoicismo

Como visto, das ocorrências da expressão *diuina mens* no *De Architectura*, apenas duas se aplicam a pessoas. Em IX, 1, 1 Vitrúvio listava um grupo de sábios aos quais se atribui o emprego de parapegmas, espécies de calendários em pedra com informações do zodíaco. Afirma-se deles a capacidade de antecipar acontecimentos meteorológicos futuros, porque imbuídos da divina mente. Seus arrazoados⁹⁴ envolviam ainda cuidado e estudo, bem como astronomia.

Efetivamente, o *De Architectura* começa com uma evocação da *diuina mens* assimilada a Augusto: “*cum diuina tua mens et numen, Imperator Caesar, [...]*”⁹⁵. O pronome possessivo em segunda pessoa (*tua*) deixa inequívoca a atribuição da *diuina mens* ao interlocutor e destinatário da obra: *Imperator Caesar*. Poderia parecer de início que a divina mente do *Caesar* não tem correspondência precisa com a divina mente tomada no sentido de uma razão ou providência que dirige o cosmos. Entretanto, McEwen mostra que os sentidos da expressão são intercambiáveis, na medida em que “a *diuina mens* que regia o mundo tinha seu análogo em um corpo de homem, que era regido pelo que os estoicos chamavam seu *hegemonikon*, sua alma/mente ou ‘princípio dominante’ que estava localizado em seu peito”⁹⁶. No *De Natura Deorum* de Cícero, o personagem Lucílio Balbo afirma na defesa que faz do estoicismo:

eis divinatio generi humano tributa sit” (*De Diuinatione*, I, 10, op. cit.). Cf. Lehoux, D., “What Did the Romans Know?”, p. 24.

⁹³ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 149, p. 215: “os estoicos dizem que a adivinhação em todas as suas formas é um fato real e substancial, se há realmente uma providência, e provam que ela é de fato uma ciência diante da evidência de certos resultados, como afirmam Zenão, Crisipo no segundo livro de sua obra Da Adivinhação, Atenodoro e Posidônio no segundo livro de sua Física e no quinto livro da obra Da Adivinhação. Panécio, entretanto, diz que a adivinhação é absolutamente inexistente”. Em grego: “καὶ μὴν καὶ μαντικὴν ὑφ’ ἑστέων πᾶσάν φασι, εἰ καὶ πρόνοιαν εἶναι: καὶ αὐτὴν καὶ τέχνην ἀποφαίνουσι διὰ τινὰς ἐκβάσεις, ὥς φησι Ζήνων τε καὶ Χρύσιππος ἐν τῷ δευτέρῳ Περὶ μαντικῆς καὶ Ἀθηνόδορος καὶ Ποσειδώνιος ἐν τῷ δευτέρῳ τοῦ Φυσικοῦ λόγου καὶ ἐν τῷ πέμπτῳ Περὶ μαντικῆς. ὁ μὲν γὰρ Παναίτιος ἀνυπόστατον αὐτὴν φησιν” (Laertius, D., op. cit., VII, 149).

⁹⁴ Para Vitrúvio (DA, IX, 6, 2), os caldeus eram detentores de uma raciocinação (*rationatio*). Para Cícero, eles dominavam uma *scientia* (*De diuinatione*, I, 2).

⁹⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 1), p. 2: “*cum diuina tua mens et numen, Imperator Caesar*”. Tradução: “com tua divina mente e vontade, *Imperator Caesar*”.

⁹⁶ McEwen, I. K., “Vitruvius – writing the body of architecture”, p. 69-70.

existe, então, uma natureza que contém todo o mundo e o protege, e ela certamente não é sem sensação e razão; de fato, é necessário que toda natureza que não seja isolada nem simples, mas unida e ligada a outro ser, tenha em si algum princípio dirigente, como no homem a mente, na besta algo semelhante à mente de onde nascem as inclinações para as coisas; ao passo que das árvores e daquelas coisas que se geram da terra é nas raízes que se julga estar o princípio dirigente. E princípio dirigente digo aquilo que os gregos chamam *hegemonikon*, ao qual nada em cada gênero nem pode nem deve ser superior; deste modo, é necessário que aquilo mesmo em que está o princípio dirigente da natureza inteira seja o melhor de todos e o mais digno de poder e domínio sobre todas as coisas”⁹⁷.

Do excerto ciceroniano se extrai que, para os estoicos, há sempre um princípio dirigente (*hegemonikon*), seja aos homens, às bestas ou às árvores. No homem, esse princípio dirigente é a mente, nos animais um análogo à mente, e nas árvores a raiz. Cícero fala de uma natureza que preside a tudo mais no mundo (*natura quae contineat mundum omnem*), sob o comando de pensamento e razão (*non sine sensu atque ratione*). Disso se segue que o princípio dirigente da natureza é o mais excelente de todos e soberano aos demais. Se nas partes do mundo há inteligência e razão (*sensus et ratio*), no próprio mundo esse princípio dirigente será mais vigoroso e maior. Portanto, o mundo é inteligente (*sapiens*) e se identifica a deus, dada sua natureza⁹⁸.

⁹⁷ Cícero, M. T., “*De Natura Deorum*”, II, 29, in: Vendemiatti, L. A., “Sobre a natureza dos deuses de Cícero”, Dissertação de mestrado, Unicamp, 2003, p. 66. Em latim: “*natura est igitur quae contineat mundum omnem eumque tueatur, et ea quidem non sine sensu atque ratione. Omnem enim naturam necesse est, quae non solitaria sit neque simplex sed cum alio iuncta atque conexa, habere aliquem in se principatum, ut in homine mentem, in belua quiddam simile mentis unde oriantur rerum adpetitus; in arborum autem et earum rerum quae gignuntur e terra radicibus inesse principatus putatur. Principatum autem id dico quod Graeci ἡγεμονικὸν vocant, quo nihil in quoque genere nec potest nec debet esse praestantius. Ita necesse est illud etiam in quo sit totius naturae principatus esse omnium optimum omniumque rerum potestate dominatuque dignissimum*” (Cícero, M. T., “*De Natura Deorum*”, II, 29, op. cit).

⁹⁸ Cícero, M. T., “*De Natura Deorum*”, II, 30, op. cit.: “*uidemus autem in partibus mundi (nihil est enim in omni mundo quod non pars universi sit) inesse sensum atque rationem. In ea parte igitur, in qua mundi inest principatus, haec inesse necessest, et acriora quidem atque maiora. Quocirca sapientem esse mundum necesse est, naturamque eam quae res omnes complexa teneat perfectione rationis excellere, eoque deum esse mundum omnemque uim mundi natura diuina contineri*”. Tradução: “além disso, observamos nas partes do mundo (pois nada há em todo mundo que não seja parte do universo) haver sensação e razão. Portanto, é necessário que essas estejam naquela parte em que está o princípio dirigente do mundo, e certamente mais intensas e maiores. Em consequência, é necessário que o mundo seja inteligente, que aquela natureza, que mantém todas as coisas tendo-as circundado, seja superior em perfeição quanto à razão, que por isso o mundo seja deus e que toda a força do mundo consista na natureza divina” (Vendemiatti, L. A., “Sobre a natureza dos deuses de Cícero”, Dissertação de mestrado, Unicamp, 2003, p. 66).

De acordo com McEwen, Sexto Empírico, escrevendo do século III a.C., nos reporta que, para os estoicos, o *kosmos* era um corpo unificado por simpatias, tal como as *sympatheiai* entre a lua e as marés. Haveria três modalidades de corpos para o filósofo: os unos (*henomena*), aqueles compostos por elementos que se agregam (*synaptomenon*) e aqueles compostos por elementos separados (*diestoton*). Os corpos unos têm apenas um elo, como as plantas e os animais. O segundo tipo de corpos é aquele formado pela reunião de elementos adjacentes que tendem a se combinar em uma entidade única principal, como correntes, prédios e navios. O terceiro é aquele formado por elementos que podem existir separados do conjunto, tais como tropas, rebanhos e coros. Os elementos constituintes das partes dos corpos do segundo tipo ou aqueles feitos de partes separadas independentes não possuiriam simpatia como nos corpos unos, uma vez que, por exemplo, ao se cortar um dedo, todo o corpo participa dessa condição. Para a estudiosa, então, o registro de Sexto Empírico mostra que autores estoicos se valiam da imagem do corpo humano como paradigma de corpo uno⁹⁹.

Essa divisão tripartite ainda pode ser observada em Sêneca, autor estoico do século I d. C., bem como em Pompônio, jurista romano do século II d. C., cujos escritos teriam sido incorporados no Digesto de Justiniano e proporião igualmente que os corpos se dividem em três: primeiro, aqueles individuais (*uno spiritu*), incluindo homens mas também materiais de construção (madeiras, pedras, etc.); em segundo lugar, os corpos que dependem de conexões por contiguidade física (*ex contingentibus*), como edifícios, navios e armamentos; finalmente, o terceiro tipo de corpos constituídos por outros corpos separados, embora não dispersos, e tomados por nomes tais como povo, legião e rebanho¹⁰⁰. Em Sêneca, lê-se que:

“há certos corpos que são contínuos, por exemplo, um homem; outros são compostos, como um navio, uma casa, em suma tudo o que consta de diversas partes ligadas de modo a formar um todo; outros ainda são formados de unidades não contíguas, de membros isolados entre si, como o exército, o povo, o senado”¹⁰¹.

⁹⁹ McEwen, I. K., “Vitruvius: writing the body of architecture”, p. 70-71.

¹⁰⁰ Ibid., p. 71.

¹⁰¹ Sêneca, L. A., “Cartas a Lucílio”, tradução: J. A. Segurado e Campos, Livro XVII-XVIII, 102, 6, p. 560. Em latim: “*quaedam continua corpora esse, ut hominem; quaedam esse composita, ut nauem, domum, omnia denique, quorum diuersae partes iunctura in unum coactae sunt; quaedam ex distantibus, quorum adhuc membra separata sunt, tamquam exercitus, populus, senatus*” (Seneca, Ad Lucilium Epistulae Morales, volume 1-3. Seneca. Richard M. Gummere. Cambridge: Cambridge, Mass., Harvard University Press; London: William Heinemann, Ltd. 1917-1925. Disponível em:

Ora, o povo romano e o senado¹⁰² constituiriam um corpo coeso formado por corpos separados, e atribuir a *diuina mens* a Augusto, como faz Vitrúvio na abertura de sua obra (*cum diuina tua mens et numen*), é colocar o governante como que na posição divina suprema da inteligência que governa o *kosmos*. A *mens* de Augusto é aquilo em relação ao que tudo mais se subordina. Se o corpo uno é o mais perfeito e coeso, os demais corpos, como o povo e o exército, só podem se render à vontade simultaneamente divina e majestática do *Imperator Caesar*. Hipérbole máxima, sobretudo a partir de perspectivas estoicas.

Embora não seja possível afirmar que Vitrúvio fosse um adepto do estoicismo, os temas estoicos estão por toda parte no *De Architectura*¹⁰³. Ademais, certas ideias como a de que o universo era regido por uma divindade, embora em conformidade com os preceitos estoicos, era ao mesmo tempo uma crença difusa e comum a diferentes povos e épocas¹⁰⁴. De todo modo, o círculo augustano de autores era composto por partidários dessa doutrina como Lívio e Virgílio. O próprio Augusto teve como tutor, desde tenra idade, o estoico Atenodoro de Tarso, depois como conselheiro o estoico Ário Didimo, que teria redigido um compêndio de filosofia estoica, sendo mais tarde sucedido por outro conselheiro, o também estoico C. Julius Theon de Alexandria¹⁰⁵. Nesse sentido, é possível pensar o estoicismo como um referencial teórico comum, mas cujo centro passava inevitavelmente pelo próprio *princeps*: “o estoicismo que era um solo comum entre muitos autores augustanos e seu patrono era também um *topos* compartilhado, através do qual Vitrúvio, claramente se dirigindo a um *lecteur averti*, presenteou Augusto com sua causa voltada à arquitetura”¹⁰⁶.

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2007.01.0080%3Aletter%3D102%3Asection%3D6>>. Acesso em 27/12/2019).

¹⁰² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 1), p. 2: “*populusque romanus et senatus*”.

¹⁰³ Cf. McEwen, I. K., “Vitruvius: writing the body of architecture”, p. 72; Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “Livre IX”, n. 1, p. 71.

¹⁰⁴ Soubiran, J., “Commentaire”, in: Vitruve, “Livre IX”, n. 1, p. 71.

¹⁰⁵ McEwen, I. K., “Vitruvius: writing the body of architecture”, p. 137.

¹⁰⁶ Ibid., p. 137.

A imagem de Hércules

O *De Architectura* oferece uma trama sutil de imagens que se articulam e, principalmente, que apontam para um princípio de coesão em suas escolhas. É o que se observa especialmente a partir da narrativa que abre o prefácio ao Livro II, tratando do esforço empreendido pelo arquiteto macedônio Dinócrates¹⁰⁷ em oferecer seus serviços a Alexandre¹⁰⁸. Como as recomendações e intercessões de amigos não surtiram efeito para uma aproximação com o soberano, Dinócrates elaborou um estratagema para se fazer notar, tendo decidido agir. Descrito como provido de elevada estatura e conformação física superior, confiante, além disso, em seus dons naturais, o arquiteto tratou de se despir, untou o corpo com óleo, coroou-se com ramos de choupo sobre a fronte, pôs uma pele de leão no ombro esquerdo e empunhou uma clava na destra¹⁰⁹. Desse modo, Dinócrates dirigiu-se ao tribunal, obtendo êxito em atrair a atenção de Alexandre, o qual, admirado, ordenou que lhe dessem lugar e que permitissem sua aproximação¹¹⁰. É clara a referência a Hércules, por seus signos distintivos: a pele leonina e a clava. Mas a escolha do herói é prenhe de significados. John Onians chama a atenção para o fato de que já no século quinto a.C. o escultor grego Fídias produzia obras imensas de Zeus e Atena, o que poderia se justificar pelo fato de que o assunto a ser retratado pelo artista, isto é, os deuses, “de fato eram fisicamente enormes, porque se supunha que seus movimentos corriqueiros produziam efeitos de magnitude geológica”¹¹¹. Onians atribui a Eufrânor as estátuas colossais de Virtude e Grécia, hoje perdidas, que apontariam para o emprego da magnitude enquanto ideia e metáfora da grandeza¹¹². Por outro lado, o recurso ao colosso teria sido um expediente literal não apenas para retratar os deuses, mas também governantes como Antíoco III, conhecido como “o Grande”, epíteto igualmente reivindicado por Alexandre da Macedônia¹¹³, personagem importante no prefácio ao segundo livro do *De Architectura*.

¹⁰⁷ Para referências posteriores ao nome do arquiteto Dinócrates, e variações como “Dinocharis”, cf. McEwen, I. K., “Vitruvius: writing the body of architecture”, p. 118-120.

¹⁰⁸ Alexandre também era originário da Macedônia e parece haver um propósito na narrativa pela apresentação da origem comum ao arquiteto e ao governante. Cf. McEwen, I. K., op. cit., p. 122. Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 163 et seq.

¹⁰⁹ DA, (II, pref., 1).

¹¹⁰ DA, (II, pref., 2).

¹¹¹ Onians, J., “Art and thought in the Hellenistic Age- The greek world view 350-50 BC”, p. 122.

¹¹² Ibid., p. 123.

¹¹³ Ibid., p. 123-125.

Entre os gregos, o desenvolvimento de estátuas colossais haveria de se dar com Lisipo e sua escola. Lisipo, o estatuário preferido de Alexandre, teria feito pelo menos duas estátuas colossais de Hércules¹¹⁴. Pela narrativa vitruviana, Dinócrates oferece a Alexandre uma estátua colossal de dimensões jamais alcançadas, propondo “dar ao Monte Atos a forma de uma estátua viril”¹¹⁵. Tratar-se-ia de uma espécie de monte-estatuacidade com feições de homem. Mas tal colosso proposto poderia ser lido como a personificação do gigante mitológico Atos, filho de Gaia e Urano, ou do próprio Alexandre de preferência? Seja como for, valeria ater-se ao encadeamento de figuras grandiosas, apresentado no prefácio. Hércules, segundo Onians, era “de fato o supremo exemplo de mortal capaz de realizar feitos sobre-humanos”¹¹⁶. Dinócrates na narrativa procura tomar a forma de Hércules, como aquele capaz de executar portentos. Ao mesmo tempo, há ainda uma identificação entre Hércules e Alexandre¹¹⁷, promotor ele próprio de feitos grandiosos. A propósito, chegou até nós cópia romana de estatueta de pequenas dimensões feita por Lisipo, chamada Hércules *Epitrapezios*, e na qual o herói se afigura sentado, mas próximo à pele leonina e a clava, os usuais elementos que o identificam. A estatueta lisípea recebe o título *Epitrapezios*, ou sobre a mesa, em referência ao seu uso como ornamento de mesa. Segundo Onians, são comuns os textos em que se afirma que o próprio Alexandre adornava sua mesa com uma dessas estátuas, dividindo seus banquetes com a imagem do herói sentado após realizar suas árduas tarefas¹¹⁸.

O jogo de imagens não se encerra por aí. A imagem de Hércules se reflete continuamente entre Dinócrates e Alexandre, como em dois espelhos um de frente ao outro, até que o governante aponta uma fragilidade nos planos do arquiteto, que havia proposto transformar o Monte Atos em uma gigantesca estátua em forma de homem, em cuja mão esquerda haveria de ser erguida toda uma cidade, ao passo que na direita seria instalada uma pátera recebendo as águas de todas as nascentes do monte, antes de lançá-las ao mar¹¹⁹. Vitruvius nos diz que Alexandre se deleita com a forma, mas de pronto

¹¹⁴ Uma em Tarento e outra que teria servido de modelo ao Hercules Farnese de Nápoles (ibid., p. 125).

¹¹⁵ Vitruvius, Tratado de Arquitetura, (IX, 6, 3), p. 458, tradução: M. J. Maciel, acréscimo nosso. Em latim: “*Athon montem formauit in statuæ uirilil figuram*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, - II, pref., 2 - p. 2).

¹¹⁶ Onians, J., “Art and thought in the Hellenistic Age- The greek world view 350-50 BC”, p. 125.

¹¹⁷ Conforme McEwen, as façanhas de Alexandre eram frequentemente identificadas aos doze trabalhos de Hércules, além do que, “era normalmente uma prerrogativa de Alexandre aparecer como Hércules, de quem os reis macedônios, e o próprio Alexandre com particular insistência, reclamavam a descendência” (McEwen, I. K., “Vitruvius: writing the body of architecture”, p. 123).

¹¹⁸ Onians, J., “Art and thought in the Hellenistic Age- The greek world view 350-50 BC”, p. 125.

¹¹⁹ DA, (II, pref. 2).

questiona sobre a existência de campos próximos que pudessem abastecer a cidade com as provisões necessárias. Com isso, o governante pondera que uma cidade não vive nem se desenvolve sem terras cultiváveis e não se distancia da imagem de Hércules, ao contrário, assume-a, superando a figura do Dinócrates-Hércules, que se afirmava sobretudo pelos signos visuais distintivos do herói: a capa e a clava. Com efeito, Hércules não era um herói conhecido apenas pela força física, senão pela força moral¹²⁰.

Xenofonte, na obra “Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates”¹²¹, transmite um episódio atribuído a Pródico em que Hércules ainda jovem hesita diante de dois caminhos opostos a seguir, representados por duas mulheres: uma nobre, de exterior modesto, personificação da Virtude (*Arete*), e outra encantadora e voluptuosa, personificação do Vício (*Kakia*), mas que se apresentava como *Eudaimonia*, a Felicidade. De preferência ao caminho da indolência e prazeres fáceis do vício, Hércules escolhe o caminho áspero e árduo de belos e gloriosos feitos próprios dos virtuosos. Em sua fala final, a Virtude afirma: “eu, ao contrário, estou com os deuses, estou com os homens bons: entre os deuses como entre os mortais nenhuma bela ação se faz sem mim”¹²². Ou seja, há uma associação direta entre o grande feito, que é, portanto, belo (*ἐργον καλόν*), e a Virtude.

Cícero narra a mesma passagem no *De Officiis*¹²³, atribuindo-a igualmente a Pródico, e prossegue afirmando que não somos filhos de Júpiter como Hércules, de modo que é preciso respeitar a natureza de cada um em primeiro lugar, considerando também a Fortuna, na determinação do modo de vida¹²⁴. Privilegiar a natureza, para Cícero, é considerar de alguma maneira a segunda personagem encantadora da narrativa de Pródico e também acrescentar elementos (preceitos, hábitos e costumes transmitidos pelos pais; a opinião das multidões; a Fortuna), complexificando a narrativa estritamente binária (Virtude versus Vício). É ainda o próprio Arpinate a nos informar que na elaboração do *De Officiis* recorreu ao estoico Panécio: “foi, pois, Panécio quem, sem controvérsia possível, dissertou com mais acuidade sobre os deveres; por isso, fazendo as devidas

¹²⁰ McEwen, I. K., “Vitruvius: writing the body of architecture”, p. 126.

¹²¹ Xenofonte, “Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates”, II, 1, 20-34, tradução: Líbero Rangel de Andrade, in: Os Pensadores, vol. II, p. 70-72.

¹²² Xenofonte, “Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates”, II, 1, 32, tradução: Líbero Rangel de Andrade, in: Os Pensadores, vol. II, p. 71, alteração nossa. Em grego: “ἐγὼ δὲ σύνειμι μὲν θεοῖς, σύνειμι δὲ ἀνθρώποις τοῖς ἀγαθοῖς; ἔργον δὲ καλὸν οὔτε θεῖον οὔτ’ ἀνθρώπειον χωρὶς ἐμοῦ γίνεται” (Xenophon. *Xenophontis opera omnia*. Oxford: Clarendon Press, 1921. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0207%3Abook%3D2%3Achapter%3D1%3Asection%3D32>>. Acesso: 31/12/2019).

¹²³ Cícero, M. T., “Dos Deveres”, I, 118, tradução: Angélica Chiappetta, p. 58.

¹²⁴ Ibid., I, 118-120, p. 58-59.

correções, nós o estamos seguindo de preferência”¹²⁵. Cícero afirma ainda que a Academia, escola filosófica da qual tomava parte, ao contrário de outras doutrinas, facultava a seus adeptos valerem-se de argumentos de outras escolas¹²⁶, daí o recurso amplo à doutrina estoica no *De Officiis*.

Uma listagem de referências a Hércules entre autores estoicos é apresentada por McEwen¹²⁷, incluindo desde Ateneu que, no século II a. C., retratava o herói como divindade que presidia a força física no altar dos ginásios públicos; Cornuto, tendo escrito no século primeiro de nossa era, afirmava que Hércules unia força física e razão, mas também que era o *logos* universal da Natureza forte, sob controle ou indomável; para Heráclito Homérico, quase contemporâneo de Cornuto, as três cabeças do cão Cérbero trazidas por Hércules do Hades representariam as três partes da filosofia estoica – lógica, física e ética – e o herói seria responsável por dissipar a ignorância. Até mesmo Plutarco teria escrito que na velhice Hércules tornara-se um filósofo, experto tanto em dialética quanto na divinação¹²⁸. A Sêneca, autor estoico do século I d.C., atribui-se duas tragédias sobre o herói: Hércules furioso (*Hercules furens*) e Hércules no Eta (*Hercules*

¹²⁵ Cícero, M. T., “Dos Deveres”, III, 7, p. 129-130. Em latim: “*Panaetius igitur, qui sine controuersia de officiis accuratissime disputauit, quemque nos correctione quadam adhibita potissimum secuti sumus*” (Cícero, “*De Officiis*”, III, 7, with the english translation by Walter Miller, p. 276). Cf. Chiappetta, A., “Introdução”, p. XX-XXI, in: Cícero, M. T., “Dos Deveres”.

¹²⁶ Cícero, M. T., “Dos Deveres”, III, 19-20, tradução: Angélica Chiappetta, p. 134-135: “assim, para julgarmos com acerto se alguma vez aquilo que dizemos honesto parece lutar com aquilo que dizemos útil, uma regra deve ser estabelecida. [...] 20- Essa regra, por outro lado, se conformará ao sistema e aos ensinamentos dos estoicos e nós as seguimos nestes livros [...]. Quanto a nós nossa Academia nos dá enorme liberdade: o que quer que ocorra de mais provável, isso por direito podemos defender”. Em latim: “*itaque, ut sine ullo errore diiudicare possimus, si quando cum illo, quod honestum intellegimus, pugnare id uidebitur, quod appellamus utile, formula quaedam constituenda est; [...] 20- Erit autem haec formula Stoicorum rationi disciplinaeque maxime consentanea; quam quidem his libris propterea sequimur [...]. Nobis autem nostra Academia magnam licentiam dat, ut, quodcumque maxime probabile occurrat, id nostro iure liceat defendere*” (Cícero, “*De Officiis*”, III, 19-20, op. cit., p. 286-288).

¹²⁷ McEwen, I. K., “Vitruvius: writing the body of architecture”, p. 133-135.

¹²⁸ Ibid., p. 135. McEwen se refere a “*De E apud Delphos*”, 387d, de Plutarco: “ὁ δ’ Ἡρακλῆς, οὐπω τὸν Προμηθεῖα λελυκὼς οὐδὲ τοῖς περὶ τὸν Χείρωνα καὶ Ἀτλάντα σοφισταῖς διελεγμένος ἀλλὰ νέος ὢν καὶ κομιδῇ Βοιωτίας, ἀναιρῶν τὴν διαλεκτικὴν καὶ καταγελῶν τοῦ ‘εἰ’ τὸ πρῶτον, τὸ δεύτερον ὑποσπᾶν ἔδοξε βίᾳ τὸν τρίποδα καὶ διαμάχεσθαι πρὸς” (Plutarch, “*De E apud Delphos*”, 6, in: *Moralia*. Editor: Gregorius N. Bernardakis. Leipzig: Teubner, 1891. Disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2008.01.0242%3Astephpage%3D387c>> Acesso: 16/01/2019).

Segundo a tradução inglesa revisada por William Goodwin: “Hercules indeed, not having yet unbound Prometheus, nor conversed with the sophisters that were with Chiron and Atlas, but being still a young man and a plain Boeotian, at first abolished logic and derided this word EI; but afterwards he seemed by force to have seized on the tripod, and contended with our God himself for the pre-eminence in this art; for being grown up in age, he appeared to be the most expert both in divination and logic” (Plutarch, in: “Plutarch’s Morals”. Translated from the Greek by several hands. Corrected and revised by William W. Goodwin. Cambridge: Press Of John Wilson and son, 1874. Disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A2008.01.0244%3Asection%3D6>> Acesso: 16/01/2019).

Oetaeus)¹²⁹. Mesmo tendo vivido no século posterior a Vitrúvio, Sêneca, por meio de sua obra, constitui importante referencial do estoicismo entre os romanos: “como um dos principais divulgadores da doutrina estoica em Roma, Sêneca deu frequentemente às tragédias um caráter parabólico, utilizando-as como *exempla* que ilustam as consequências do descontrole dos sentimentos e das paixões”¹³⁰. Certas contribuições da literatura senequiana marcam ainda um distanciamento em relação ao referencial grego: “o tom religioso que caracterizou a tragédia grega, nos primeiros tempos, sobretudo a de Ésquilo e Sófocles, se eclipsa na tragédia de Sêneca, em que o destino – o *Fatum* – tem seu papel obscurecido pela força interior que emana do próprio homem”¹³¹.

A imagem do Fogo

No Livro II, após o prefácio contendo a narrativa de Dinócrates e Alexandre, Vitrúvio faz um mergulho aos primórdios da civilização e às origens das construções:

“os homens de primitivos costumes, tal como os animais selvagens, nasciam nas matas, nas cavernas e nas florestas e essa vida impunha que se nutrissem de alimentos silvestres. Nesse tempo, as árvores mais densas de algum lugar, agitadas pelas tempestades e pelos ventos, com o atrito dos ramos entre si, provocaram fogo. Aterrorizados pela veemência da chama, os homens que estavam em torno do local fugiram. Depois de acalmada a coisa, os homens se aproximavam ao perceberem a enorme comodidade propiciada aos corpos pelo calor do fogo. Adicionando lenha para conservar aquilo, conduziam outros e fazendo sinais mostravam as utilidades que o fogo possuía. Naquela reunião de homens, como emitissem vozes emanadas com a respiração, constituíram vocábulos de emprego cotidiano que escolhiam com o hábito, então, depois de designar as coisas de uso mais frequente às circunstâncias começaram a falar fortuitamente e assim criaram a conversação entre si”¹³².

¹²⁹ Deve-se mencionar as controvérsias em torno da autoria da tragédia Hércules no Eta, cf. Cardoso, Z. de A., “A literatura latina”, p. 42. Sobre Sêneca, Zélia de Almeida Cardoso escreve: “sendo acima de tudo um pensador, um adepto do pensamento estoico, embora ocasionalmente demonstre simpatia por outras doutrinas, Sêneca impregna suas tragédias de elementos filosóficos. As máximas moralísticas ponteiavam os diálogos” (ibid., p. 47).

¹³⁰ Cardoso, Z. de A., “O tratamento das paixões nas tragédias de Sêneca”, p. 130.

¹³¹ Cardoso, Z. de A., “A literatura latina”, p. 48.

¹³² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 1), p. 4: “*homines uetere more ut ferae in siluis et speluncis et nemoribus nascebantur ciboque agresti uercendo uitam exigebant. Interea quodam in loco ab tempestatibus et uentis densae crebritatibus arbores agitatae et inter se terentes ramos ignem excitauerunt*”.

A passagem descreve um momento no qual os homens estão em certa medida próximos à condição dos animais selvagens. A aparição do fogo de início causa terror aos homens, que logo se dão conta das vantagens aportadas com o calor das chamas sob controle. O fogo está, pois, na base da reunião dos homens em grupo e antecede a linguagem verbal. Aludindo ao trabalho de William A. Merrill¹³³, Elisa Romano¹³⁴ nota que no excerto em questão de Vitrúvio há uma coincidência formal relativamente a temas que aparecem no quinto livro do *De Rerum Natura* de Lucrécio, como a descoberta do fogo e a origem do convívio estável. Na exposição de Lucrécio, porém, a cabana primitiva (*casa*) é apresentada antes do fogo¹³⁵, tendo este o raio por origem¹³⁶, diferentemente de Vitrúvio. O quinto livro do *De Rerum Natura* propõe uma ordem diferente aos acontecimentos relacionados às origens da vida em comum, pois primeiro há a cabana (*casa*), depois as peles de animais e só então o fogo. Em seguida, lemos em Lucrécio que a união permanente entre mulher e homem origina a prole, que acaba por abrandar a dureza e agressividade dos pais, tanto quanto o fogo torna os corpos mais sensíveis ao frio. Em Lucrécio a origem do fogo é explicada bem depois da exposição das origens da vida em comum (cerca de oitenta versos a frente). Essa comparação importa na medida em que dá a ver com mais nitidez a primazia conferida ao fogo por Vitrúvio. É de se notar que no *corpus* sobre arquitetura o fogo, provocado pelo atrito dos ramos agitados pelo ar, antecedendo a tudo mais, é o que propicia ao homem agregar-se e desenvolver a linguagem verbal. Dominado o fogo, os homens passam a viver em agrupamentos e

et, ea flamma uehementi perterriti, qui circa eum locum fuerunt sunt fugati. Postea re quieta propius accedentescum animaduertissent commoditatem esse magnam corporibus ad ignis teporem, ligna adicientes et id conseruantes alios adducebant et nutu monstrantes ostendebantquas haberent ex eo utilitates. In eo hominum congressu cum profundebantur alitae spiritu uoces, cotidiana consuetudine uocabula ut obtigerant constituerunt, deinde significando res saepius in usu ex euentu fari fortuito coeperunt, et ita sermones inter se procauerunt”.

¹³³ Merrill, W. A., “Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”, sobretudo p. xviii.

¹³⁴ Romano, Elisa. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 111.

¹³⁵ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, V, 1011-1016, p. 117: “em seguida, depois que preparam cabanas, peles e o lume, e depois que a mulher, ligando-se ao marido, (lacuna) entrou em matrimônio, e viram nascer a prole descendente, então começou o gênero humano a abrandar. O fogo tornou-lhes os corpos sensíveis ao frio e menos capazes de suportá-lo só com o abrigo do céu”. Em latim: “*inde casas postquam ac pellis ignemque pararunt / et mulier coniuncta viro concessit in unum / (lacuna) / cognita sunt, prolemque ex se videre creatam, / tum genus humanum primum mollescere coepit. / Ignis enim curavit, ut alsia corpora frigus / non ita iam possent caeli sub tegmine ferre*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, V, 1011-1016, p. 248).

Cf. Romano, Elisa. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, n. 66, p. 111.

¹³⁶ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, V, 1091 et seq., p. 118: “dizei que foi o raio que primeiro trouxe à Terra fogo para os mortais e que daí se originou todo o ardor das chamas”. Em latim: “*illud in his rebus tacitus ne forte requiras, / fulmen detulit in terram mortalibus ignem / primitus, inde omnis flammaram diditur ardor*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Deuxième, texte établi e traduit par Alfred Ernout, V, 1091-1093, p. 251).

estabelecem relações que dão origem a uma vida comum a diferentes indivíduos¹³⁷. Eretos, os homens podem contemplar a magnificência do mundo e dos astros. Só então, fazendo uso das mãos¹³⁸ e articulações dos dedos, elaboram os primeiros refúgios precários (*speluncas*), por vezes imitando animais. Observando os abrigos (*tecta*) dos demais membros do grupo, passam a construir cabanas (*casae*) que vão se aperfeiçoando com o tempo.

Não obstante os pontos de contato dos dois primeiros parágrafos do Livro II (II, 1, 1 e II, 1, 2) com diferentes autores¹³⁹, a hipótese central é de que reverberem fundamentalmente o estoicismo de Posidônio. Elisa Romano elenca três argumentos nesse sentido¹⁴⁰. Primeiro, pela polêmica na epístola 90 de Sêneca¹⁴¹ é possível entrever que o filósofo de Apameia dedicava um papel muito importante à técnica de construir. Em segundo lugar, as descrições vitruvianas apresentam muitos pontos comuns a autores de provável derivação posidoniana, como Cícero, Manílio e o autor do poema Etna. Finalmente, os contributos de Posidônio, ainda que obtidos indiretamente, podem ser localizados em outras partes do *De Architectura*, como a sistematização posidoniana das ciências, que teriam servido às *encyclios disciplinae* de Vitruvius¹⁴², e ainda o chamado

¹³⁷ DA, (II, 1, 2): “logo, como, por causa da descoberta do fogo (*ignis inuentio*), tivesse surgido inicialmente a reunião entre os homens, sua agregação e convivência, e, em um único local se reunissem muitos agraciados com um prêmio da natureza, pois, ao contrário dos restantes animais, não andavam curvados, mas eretos caminhavam espiando a magnificência do mundo e dos astros; do mesmo modo, facilmente lidavam com o que bem queriam por meio das mãos e dedos; unindo-se, começaram uns a fazer coberturas de folhagens, outros a cavar refúgios sob os montes, alguns, imitando os ninhos das andorinhas e o seu modo de construir, começaram a fazer habitações de lama e gravetos, onde pudessem se abrigar. Então, observando outros abrigos e adicionando coisas novas a suas cogitações, dia após dia efetuavam melhores tipos de cabanas”. Em latim: “*ergo cum propter ignis inuentionem conuentus initio homines et concilium et conuictus esset natus, et in unum locum plures conuenirent habentes ab natura praemium praeter reliqua animalia ut non proni, sed erecti ambularent mundique et astrorum magnificentiam aspicerent, item manibus et articulis quam uellent rem facilius tractarent, coeperunt in eo coetu alii de fronde facere tecta, alii speluncas fodere sub montibus, nonnulli hirundinum nidos et aedificationes earum imitantes de luto et uirgulis facere loca quae subirent. Tunc obseruantes aliena tecta et adicientes suis cogitationibus res nouas, efficiebant in dies meliora genera casarum*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, - II, 1, 2 - p. 5).

¹³⁸ Conforme Elisa Romano, o referencial vitruviano do comentário às mãos remonta a Anaxágoras e a capacidade técnica a Demócrito (Romano, E. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 112).

¹³⁹ A saber: Lucrécio, Anaxágoras e Demócrito.

¹⁴⁰ Romano, E. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 113.

¹⁴¹ Sêneca, L. A., “Cartas a Lucílio”, tradução, prefácio e notas: J. A. Segurado e Campos, Livro XIV, carta 90, 7, p. 441: “até aqui estou de acordo com Posidônio. Já não concordo é quando ele diz que deve à filosofia a invenção daquelas técnicas usadas nas necessidades diárias da vida: não lhe concedo tal glória. ‘Foi a técnica’ – diz Posidônio – ‘que permitiu aos homens, que até então viviam dispersos, e se recolhiam em cabanas, em cavernas, ou em troncos de árvores escavados, a arte de construir casas’”. Em latim: “*hactenus Posidonio assentio: artes quidem a philosophia inuentas, quibus in cotidiano uita utitur, non concesserim nec illi fabricae asseram gloriam. ‘Illa’, inquit, ‘sparsos et aut cauis tectos aut aliqua rupe suffossa aut exesae arboris trunco docuit tecta moliri’*” (Sénèque, Lettres a Lucilius II, XC, p. 295).

¹⁴² Romano, E. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 76.

excurso etnográfico de VI, 1, 10, em que Vitruvius justifica a superioridade de Roma e seu povo pela posição geográfica favorável, teria no pensador estoico uma provável fonte¹⁴³.

O fogo enquanto descoberta (*ignis inuentio*) só é anunciado por Vitruvius em II, 1, 2. O trecho sobre as origens da civilização e das habitações encontra no fogo e no ar os elementos deflagradores de todas as transformações narradas a seguir. Contudo, a ação humana não é efetivamente o ponto de partida dos acontecimentos, embora os homens aprendam cedo a lidar com o fogo e suas possibilidades decisivas à vida em conjunto. Em sua exposição da doutrina dos estoicos, Diógenes Laércio nos transmite que:

o cosmos formou-se quando sua substância primeiro se converteu de fogo que era (por meio do ar) em umidade, e então a parte mais densa da umidade se converteu em terra, enquanto as partículas mais sutis se transformaram em ar e, tornando-se sempre mais rarefeitas, geraram o fogo. Sendo assim, do processo de mescla desses elementos derivam as plantas e os animais e os outros gêneros de coisas. Tratam da gênese e dissolução do cosmos: Zenão em sua obra *Do Universo*; Crisipo no primeiro livro de sua *Física*; Posidônio no primeiro livro de sua obra *Do Cosmos*; e Cleantes e Antípatros no décimo livro de sua obra *Do Cosmos*. Panaitios, entretanto, sustenta a incorruptibilidade do cosmos¹⁴⁴.

Para os estoicos, portanto, fogo e ar são os princípios do cosmos e, portanto, de tudo o que há. Trata-se precisamente dos dois elementos que em Vitruvius engendram toda a civilização e a edificação. Para Mireille Courrént, o fogo e o ar, representado pelo vento, “são antes de tudo os dois elementos ativos da física vitruviana”¹⁴⁵. Segundo Carlos Lévy, Crisipo desenvolveu a doutrina do *pneuma*, uma mistura de ar e de fogo, que consituiria o princípio ativo do universo, diferentemente de seu antecessor, Cleantes, que identificava tal princípio ao fogo somente¹⁴⁶. Conforme a exposição de Diógenes Laércio, para o estoicismo existem dois princípios, o ativo e o passivo: “o princípio passivo é a

¹⁴³ Romano, E. “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 27-28.

¹⁴⁴ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 142, p. 213. Em grego: “γίνεσθαι δὲ τὸν κόσμον ὅταν ἐκ πυρὸς ἢ οὐσίας τραπῇ δι’ αἰθέρος εἰς ὑγρότητα, εἴτα τὸ παχυμερές αὐτοῦ συστάν ἀποτελεσθῇ γῆ, τὸ δὲ λεπτομερές ἐξαερωθῇ, καὶ τοῦτ’ ἐπὶ πλέον λεπυνθὲν πῦρ ἀπογεννήσῃ. εἴτα κατὰ μίξιν ἐκ τούτων φυτὰ τε καὶ ζῷα καὶ τὰ ἄλλα γένη. περὶ δὲ οὖν τῆς γενέσεως καὶ τῆς φθορᾶς τοῦ κόσμου φησὶ Ζήνων μὲν ἐν τῷ Περὶ ὅλου, Χρύσιππος δ’ ἐν τῷ πρώτῳ τῶν Φυσικῶν καὶ Ποσειδώνιος ἐν πρώτῳ Περὶ κόσμου καὶ Κλεάνθης καὶ Αντίπατρος ἐν τῷ δεκάτῳ Περὶ κόσμου. Παναίτιος δ’ ἀφθαρτον ἀπεφήνατο τὸν κόσμον” (Laertius, D., op. cit., VII, 142).

¹⁴⁵ Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 62.

¹⁴⁶ Lévy, C., “Les Philosophies hellénistiques”, p. 105.

essência sem qualidade – a matéria –; o princípio ativo é a razão na matéria, ou seja, Deus [...]”¹⁴⁷. Laércio prossegue afirmando que Deus é eterno e o demiurgo criador, sendo essa doutrina exposta por Zenon de Cítion, na obra *Da Substância*, por Cleantes na obra *Átomos*, por Crisipo na parte final de sua *Física*, por Aquêdemus na obra *Dos Elementos* e por Posidônio no segundo livro de sua *Física*¹⁴⁸. Para os estoicos, há uma diferença entre princípios e elementos: “os princípios não foram gerados e são incorruptíveis, enquanto os elementos se corrompem quando ocorre a conflagração do cosmos. Além disso, os princípios são incorpóreos e informes, enquanto os elementos têm uma forma determinada”¹⁴⁹.

Como já mencionado, Deus é uma substância única, também chamada de mente, destino ou Zeus¹⁵⁰, ademais, pode se identificar ao cosmos por ser incorruptível, incriado e autor da ordem universal. Mas cosmos também quer dizer a ordem cósmica das estrelas e o conjunto delas e de deus. Ainda nos reporta Laércio que Crisipo teria dito no quinto livro de seu *Da Providência* que o cosmos é ordenado pela razão e pela providência¹⁵¹ e no primeiro livro dessa mesma obra teria sustentado, assim como Apolodoro e Posidônio, que “o cosmos é um ser vivo, racional, animado e inteligente, (143) um ser vivo no sentido de que o cosmos é uma substância animada, dotada da faculdade de percepção sensível”¹⁵².

De acordo com Pierre Hadot, os estoicos representam a razão cósmica “sobre o modelo heraclitiano de uma força, o Fogo, sopro e calor vital que, misturando-se totalmente à matéria, gera todos os seres, como uma semente na qual todas as sementes estão contidas e a partir da qual elas se desenvolvem”¹⁵³. O cosmos como razão haveria

¹⁴⁷ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 134, p. 212. Em grego: “δοκεῖ δ’ αὐτοῖς ἀρχὰς εἶναι τῶν ὅλων δύο, τὸ ποιοῦν καὶ τὸ πάσχον. τὸ μὲν οὖν πάσχον εἶναι τὴν ἄποιον οὐσίαν τὴν ὕλην, τὸ δὲ ποιοῦν τὸν ἐν αὐτῇ λόγον τὸν θεόν: τοῦτον γὰρ αἰδίων ὄντα διὰ πάσης αὐτῆς δημιουργεῖν ἕκαστα” (Laertius, D., op. cit., VII, 134).

¹⁴⁸ Ibid., 134, p. 212.

¹⁴⁹ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 134, p. 212. Em grego: “διαφέρειν δὲ φασιν ἀρχὰς καὶ στοιχεῖα: τὰς μὲν γὰρ εἶναι ἀγενήτους <καὶ> ἀφθάρτους, τὰ δὲ στοιχεῖα κατὰ τὴν ἐκπύρωσιν φθείρεσθαι. ἀλλὰ καὶ ἀσωμάτους εἶναι τὰς ἀρχὰς καὶ ἀμόρφους, τὰ δὲ μεμορφῶσθαι” (Laertius, D., op. cit., VII, 134).

¹⁵⁰ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 135, p. 212. Em grego: “Ἐν τ’ εἶναι θεὸν καὶ νοῦν καὶ εἰμαρμένην καὶ Δία: πολλὰς τ’ ἐτέρας ὀνομασίας προσονομάζεσθαι” (Laertius, D., op. cit., VII, 135).

¹⁵¹ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212.

¹⁵² Ibid., VII, 142-143, p. 213. Em grego: “ὅτι δὲ καὶ ζῶον ὁ κόσμος καὶ λογικὸν καὶ ἔμψυχον καὶ νοερὸν καὶ Χρύσιππος φησιν ἐν πρώτῳ Περὶ προνοίας καὶ Ἀπολλόδωρος [φησὶν] ἐν τῇ Φυσικῇ καὶ Ποσειδώνιος: [143] ζῶον μὲν οὕτως ὄντα, οὐσίαν ἔμψυχον αἰσθητικὴν. τὸ γὰρ ζῶον τοῦ μὴ ζῶου κρείττον: οὐδὲν δὲ τοῦ κόσμου κρείττον: ζῶον ἄρ’ ὁ κόσμος (Laertius, D., op. cit., VII, 142-143).

¹⁵³ Hadot, P., “O que é a filosofia antiga?”, tradução: Dion Davi Macedo, p. 192.

de se repetir em um ciclo eterno, no qual o fogo se transformaria nos outros elementos, voltando ao fim a ser ele mesmo¹⁵⁴. O cosmos se repete eternamente idêntico porque é racional e o único possível e necessário “que a Razão pôde produzir. Ela não pode produzir um melhor ou um pior. E, nesse cosmos, tudo se encadeia necessariamente de acordo com o princípio da causalidade”. Os estoicos entendem que há uma série de causas encadeadas e o menor acontecimento afeta todos os antecedentes dessa cadeia: “queira o homem ou não, todas as coisas acontecem necessariamente como elas acontecem. A Razão universal não pode agir de maneira diferente da que age, precisamente porque ela é perfeitamente racional”¹⁵⁵. É por isso que se diz que a experiência estoica envolve a tomada de consciência da “situação trágica do homem condicionado pelo destino”¹⁵⁶ e limitado pela necessidade inexorável de um sem número de causas que lhes são exteriores. Contudo, se não é possível determinar se seremos belos, fortes, saudáveis ou ricos, resta uma nesga de escolha quanto a ações que, dentro de uma reduzida margem de decisão, pode e deve se pautar pela razão. Nosso campo de ação é capaz, portanto, de oscilar para o bem ou para o mal de acordo com nossa vontade e é exatamente aí que se situa a possibilidade de escolha moral. Há a possibilidade de se aceitar o destino ou de recusá-lo, agindo ou pensando “contra a Razão Universal e a natureza, isto é, de separar-se do universo, de tornar-se um estrangeiro, um exilado da grande cidade do mundo. Essa recusa, por outro lado, não mudará em nada a ordem do mundo”¹⁵⁷. Há que se distinguir a Razão universal, imanente às coisas, da razão discursiva que emite juízos, atribuindo sentido aos acontecimentos impostos pelo destino. Aí se situam as paixões, bem como o campo da moralidade. E é precisamente a esse âmbito que se voltam os prefácios do *De Architectura*, retratando sobretudo situações que envolvem escolhas, bem como implicações dos modos de agir. O terceiro prólogo trata em especial da escolha que pode fazer o arquiteto.

¹⁵⁴ Hadot, P., “O que é a filosofia antiga?”, tradução: Dion Davi Macedo, p. 192.

¹⁵⁵ Ibid., p. 192-193.

¹⁵⁶ Ibid., p. 188.

¹⁵⁷ Ibid., p. 193.

Oráculo, Sócrates, Vitrúvio

Vitrúvio costuma encerrar cada volume com um resumo do que foi tratado e um breve anúncio do que será exposto no volume seguinte. Assim, o autor encerra o Livro II afirmando que tratou ali da preparação dos materiais de construção, bem como de suas constituições a partir das misturas de princípios elementares, segundo a natureza das coisas. Diz ainda que expôs os vícios e virtudes de cada tipo de material. Tendo versado sobre os produtos (*apparitiones*) da natureza, antecipa que nos próximos volumes tratará dos edifícios propriamente ditos. Mas primeiro abordará os templos sagrados, prescrevendo suas *symmetriae* e proporções¹⁵⁸.

De fato, os livros III e IV tratam dos templos e, como já observado, ambos juntos são menores que outros livros sozinhos. O ponto é que o terceiro volume concentra a maior parte das instruções sobre as disposições das obras, no que concerne sobretudo à sua *symmetria* e *eurhythmia*, sendo aplicáveis a qualquer gênero de obras públicas ou privadas, não obstante algumas especificidades¹⁵⁹. O templos sagrados assumem, pois, um valor exemplar pela perenidade buscada, mas também porque estão menos sujeitos às vicissitudes que marcam as demandas utilitárias ou não (certos caprichos do comitente podem ser determinantes à obra) de outros gêneros de obras, além, claro, de todo o significado político-religioso atrelado aos lugares de culto pelos romanos. O Livro III, mesmo ao prescrever sobre as diferentes modalidades de templos, constitui uma espécie de introdução geral à *aedificatio* pelas sistematizações propostas enquanto *praecepta*¹⁶⁰. Esse livro, dentre todos, é seguramente também aquele que mais se ocupa em estabelecer e apresentar relações numéricas e proporcionais, relativamente às partes dos diversos gêneros e espécies de templos. É notável seu caráter abstrato, decorrente da busca por generalizações numéricas de relações proporcionais, além da preceituação de esquemas construtivos.

O prefácio ao terceiro volume, desde o início, condensa uma profusão de imagens:

¹⁵⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 10, 3), p. 46-47: “*quantum animo considerare potui, de copiis, quae sunt necessariae in aedificiorum comparationibus et quibus temperaturis e rerum natura principiorum habere uideantur mixtionem quaeque insunt in singulis generibus uirtutes et uitia, uti non sint ignota aedificantibus, exposui. Ita, qui potuerint eorum praeceptorum sequi praescriptiones, erunt prudentiores singulorumque generum usum eligere poterunt in operibus. Ergo quoniam de apparitionibus est explicatum, in ceteris uoluminibus de ipsis aedificiis exponetur. Et primum de deorum immortalium aedibus sacris et de earum symmetriis et proportionibus, uti ordo postulat, insequenti perscribam*”.

¹⁵⁹ Cf. Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, p. VIII; p. XVII.

¹⁶⁰ Ibid., p. XVII.

O Apolo de Delfos declarou, por meio das respostas da Pítia, ser Sócrates o mais sábio de todos. Ele é lembrado ainda por ter dito de maneira prudente e doutíssima que seria oportuno que os peitos dos homens fossem fenestrados e abertos, para que não tivessem pensamentos ocultos, mas patentes à consideração. Oxalá que a natureza das coisas fosse ordenada segundo a sentença socrática e se constituísse em aparência! Se assim fosse, não apenas os méritos ou os vícios das almas estariam ao alcance da mão, mas ainda os conhecimentos das disciplinas estariam sob os olhos, sujeitos a serem considerados, sem que fossem postos à prova por juízos incertos, mas a autoridade egrégia e sólida seria consagrada aos doutos e detentores da ciência. No entanto, já que não é assim, mas tal como a natureza quis que as coisas fossem constituídas, não seria possível, da mesma maneira, que os homens, cujos engenhos se ocultam sob o peito, fossem avaliados em seus conhecimentos sobre as artes, profundamente escondidos, nem ocorria que os próprios artífices pudessem oferecer sua habilidade a não ser que tivessem muito dinheiro; mas garantiam a fama pela antiguidade das oficinas, ou ainda sendo preparados ao reconhecimento pelo discurso forense e pela eloquência em prol da atividade, para que pudessem obter autoridade nas obras e crédito no que declarassem saber¹⁶¹.

O texto latino se abre fazendo referência a Apolo de Delfos (*Delphicus Apollo*). A palavra que vem em seguida ao nome do deus é *socratem*, depois é feita menção à Pítia (*Delphicus Apollo socratem omnium sapientissimum Pythiae responsis est professus*). A ordem das palavras importa, na medida em que a ênfase recai sobre a palavra Delfos, que inicia a frase e antecipa ao leitor o assunto a ser abordado. A mensagem central, contudo, transcorrerá em torno da figura de Sócrates que não ocupa o núcleo da primeira oração. Apolo de Delfos fala por meio da Pítia, uma sacerdotisa capaz de intermediar o contato entre os homens e o deus. Trata-se aí da remissão ao célebre oráculo de Delfos. O oráculo

¹⁶¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 1), p. 2-3: “*Delphicus Apollo socratem omnium sapientissimum Pythiae responsis est professus. Is autem memoratur prudenter doctissimeque dixisse, oportuisse hominum pectora fenestrata et aperta esse, uti non occultos haberent sensus sed patentes ad considerandum. Vtinam uero rerum natura sententiam eius secuta explicata et apparentia ea constituisset! Si enim ita fuisset, non solum laudes aut uitia animorum ad manum aspicerentur, sed etiam disciplinarum scientiae, sub oculorum consideratione subiectae, non incertiis iudiciis probarentur, sed et doctis et scientibus auctoritas egregia et stabilis adderetur. Igitur quoniam haec non ita sed uti natura rerum uoluit sunt constituta, non efficitur ut possint homines obscuratis sub pectoribus ingeniis scientias artificiorum penitus latentes quemadmodum sint iudicare, ipsique artifices pollicerentur suam prudentiam si non pecunia sint copiosi; sed uetustate officinarum <cum> habuerint notitiam, aut etiam gratia forensi et eloquentia cum fuerint parati, pro industria studiorum auctoritates possunt habere, ut eis quod profitentur scire id crederetur*”.

consiste em um modo de divinação natural porque relacionada a um vaticínio¹⁶². O oráculo poderia responder a alguma pergunta pessoal ou de caráter público¹⁶³ e em Cícero lê-se ainda que a divinação era muito comum entre os mais diversos povos¹⁶⁴, tanto quanto a celebridade do Oráculo de Delfos, ainda que sua glória não fosse mais a mesma de antes. A fala de Quinto no diálogo ciceroniano faz menção ao filósofo estoico Crisipo, que teria reunido oráculos eficazes e conhecidos de todos, justificando a perda de força do Oráculo de Delfos, sem que isso implicasse a invalidação de sua capacidade de ser veraz¹⁶⁵.

Mas o cerne da mensagem vitruviana no início do terceiro exórdio gira em torno da figura de Sócrates, dito o mais sábio de todos os homens. A Apologia de Sócrates escrita por Platão no século IV a. C. é talvez a versão mais celebrada do dito que se tornou um *topos*. Entretanto, a formulação platônica não se adequa precisamente àquela de Vitruvius. Em Platão, Sócrates narra o encontro de Querefonte com a Pítia: “pois certa vez, indo a Delfos, se atreveu a solicitar esta adivinhação [...]: perguntou se alguém seria mais sábio que eu. Retrucou a Pítia que não havia ninguém mais sábio”¹⁶⁶. A Pítia

¹⁶² No *De Divinatione*, I, 11-12 de Cícero, o personagem Quinto afirma que são duas as formas de divinação: a natural e a artificial. A artificial consiste na interpretação de sinais, como prodígios, raios, etc. A natural diz respeito a sonhos e vaticínios.

¹⁶³ Gratti, B. R., “Estudo Introdutório”, in: Cícero, “*De Divinatione*”, p. 13.

¹⁶⁴ Cícero, M. T. “*De Divinatione*”, I, 11-12.

¹⁶⁵ Cícero, “*De Divinatione*”, I, 37-38, tradução de Gratti, B. R., in: “Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero”, dissertação de mestrado, Unicamp, 2009, p. 63-64: “[...] falando da adivinhação natural, quem ignora o que o Apolo Pítio respondeu a Creso, aos atenienses, aos lacedemônios, aos tageatas, aos argivos e aos coríntios? Crisipo reuniu inúmeros oráculos, nenhum sem uma autoridade de peso ou testemunha; o que deixo de lado, pois já te são conhecidos; defendo só isto: nunca aquele oráculo de Delfos teria sido tão célebre e tão ilustre nem cheio de tantas oferendas de todos os povos e reis, se todas as épocas não tivessem experimentado a verdade daqueles oráculos. O que já não faz há muito tempo. [38] Portanto, como agora possui uma glória menor, pois a verdade dos oráculos se evidencia menos, então assim não seria se não tivesse havido extrema verdade durante tamanha glória. Porém, aquele poder da terra que excitava a mente da Pítia por um sopro divino pode ter perdido a força com o tempo, como vemos certos rios que perderam a força e se exauriram ou foram virados e desviados para outro curso. Mas seja como quiseses, pois a questão é polêmica, contanto que permaneça o que não pode ser negado, a não ser que pervertamos toda a história: que por muitos séculos este oráculo foi veraz”. Em latim: “[...] quae Croeso Pythius Apollo, ut de naturali divinatione dicam, quae Atheniensibus, quae Lacedaemoniis, quae Tegeatis, quae Argivis, quae Corinthiis respondent, quis ignorat? collegit innumerabilia oracula Chrysippus nec ullum sine locuplete auctore atque teste; quae, quia nota tibi sunt, relinquo; defendo unum hoc: Numquam illud oraculum Delphis tam celebre et tam clarum fuisset neque tantis donis refertum omnium populorum atque regum, nisi omnis aetas oraculorum illorum veritatem esset experta. idem iam diu non facit [38] ut igitur nunc minore gloria est, quia minus oraculorum veritas excellit, sic tum nisi summa veritate in tanta gloria non fuisset. Potest autem vis illa terrae quae mentem Pythiae divino afflatu concitabat evanuisse vetustate, ut quosdam evanuisse et exaruisse amnes aut in alium cursum contortos et deflexos videmus. sed ut vis acciderit, magna enim quaestio est, modo maneat id quod negari non potest, nisi omnem historiam perverterimus, multis saeculis verax fuisse id oraculum” (*De Divinatione*, op. cit., I, 37-38).

¹⁶⁶ Platão, “Apologia de Sócrates”, tradução: André Malta, 21, p. 73. Em grego: “καὶ ἵστε δὴ οἷος ἦν Χαίρεφών, ὥς σφοδρὸς ἐφ’ ὅτι ὀρμήσειεν. καὶ δὴ ποτε καὶ εἰς Δελφοὺς ἐλθὼν ἐτόλμησε τοῦτο μαντεύσασθαι: [...] ἤρετο γὰρ δὴ εἴ τις ἐμοῦ εἴη σοφώτερος. ἀνεῖλεν οὖν ἡ Πυθία μηδένα σοφώτερον εἶναι” (Plato, “*Platonis Opera*”, 21a. Ed. John Burnet: Oxford University Press, 1903. Disponível em:

responde a Querefonte apenas que não havia alguém mais sábio que Sócrates (μηδένα σοφώτερον εἶναι) e não que fosse o mais sábio de todos (*omnium sapientissimum*), como em Vitrúvio. Isso indica que a fonte ao terceiro prefácio pode ter sido outra, uma vez que há formulação semelhante à vitruviana transmitida por Diógenes Laércio¹⁶⁷. Não obstante as diferenças, Platão nos deixa a pensar quando reporta que Sócrates foi acusado de agir mal por “corromper os jovens” e por “não crer nos deuses em que a cidade crê, mas em coisas numinosas diferentes, novas”¹⁶⁸. A segunda acusação, a de impiedade, mesmo enunciada na Grécia mais de dois séculos antes de Vitrúvio, deixa ver bem a obrigatoriedade de reverência ao deus como dever civil. E possivelmente é um eco dessa lei que se ouve no texto latino com a evocação do *topos* socrático.

Menos comum parece a ideia, atribuída a Sócrates, dos peitos fenestrados¹⁶⁹, isto é, dotados de janelas sempre abertas que pudessem franquear a visão dos pensamentos e sentimentos. Ora, como mencionado anteriormente, para os estoicos, o princípio dominante do homem, sua alma/mente ou *hegemonikon*, estava localizado precisamente no peito. Pois, como afirmara Cícero, “é necessário que toda natureza que não seja isolada nem simples, mas unida e ligada a outro ser, tenha em si algum princípio dirigente, como no homem a mente”¹⁷⁰. No *De Divinatione*, Cícero encabeça com Sócrates uma lista de filósofos que admitiram a adivinhação, incluindo Zenão e seus sucessores, a antiga Academia e os peripatéticos, Pitágoras e Demócrito¹⁷¹. Trata-se de um grupo heterogêneo e diversificado quanto a suas escolas filosóficas, que convergem ou se sobrepõem, por

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0169%3Atext%3DApol.%3Asection%3D21a>> Acesso: 06/01/2019).

¹⁶⁷ Em Diógenes Laércio: “Sócrates de todos os homens o mais sábio” (Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, II, 37, p. 57). Em grego: “ἀνδρῶν πάντων Σωκράτης σοφώτατος” (Laertius, D., op. cit., VII, 136). Em Xenofonte, a formulação, embora diferente, vem na negativa como em Platão: “Querefonte interrogava a meu respeito o oráculo de Delfos, respondeu Apolo inexistir homem mais sensato, independente, justo e sábio que eu” (Xenofonte, “Apologia de Sócrates”, in: Os “Pensadores”, vol. II, 14, p. 170). Em grego: “Χαιρεφῶντος γάρ ποτε ἐπερωτῶντος ἐν Δελφοῖς περὶ ἐμοῦ πολλῶν παρόντων ἀνεῖλεν ὁ Ἀπόλλων μηδένα εἶναι ἀνθρώπων ἐμοῦ μήτε ἐλευθεριώτερον μήτε δικαιότερον μήτε σωφρονέστερον” (Xenophon, “*Xenophontis opera omnia*”, vol. 2, 14. Oxford: Clarendon Press, 1921. Disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0211%3Atext%3DApol.%3Asection%3D14>> Acesso: 06/01/2019).

¹⁶⁸ Platão, “Apologia de Sócrates”, 24, p. 78. Em grego: “Σωκράτη φησὶν ἀδίκειν τοὺς τε νέους διαφθείροντα καὶ θεοὺς οὐς ἡ πόλις” (Plato, op. cit., 24b).

¹⁶⁹ A imagem mais próxima da pectora fenestrata de Vitrúvio, segundo Pierre Gros, é uma posterior, contida no Hermotimos de Luciano, segundo a qual Momos repreende no homem construído por Hefesto para um concurso o fato de não possuir uma janela no peito, por onde se pudesse ver os desejos e pensamentos (Gros, P., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, n. 1, p. 45). Gros propõe também outras possibilidades de leitura a partir de Cícero, Platão e Estácio (ibid., n. 1, p. 45-46).

¹⁷⁰ Cícero, M. T., “*De Natura Deorum*”, II, 29, in: Vendemiatti, L. A., “Sobre a natureza dos deuses de Cícero”, Dissertação de mestrado, Unicamp, 2003, p. 66.

¹⁷¹ Cícero, “*De divinatione*”, I, 5.

vezes, no *De Architectura*, ao menos nas listagens arroladas pelo seu autor. Segundo Diógenes Laércio, para os estoicos, o coração é a sede da parte principal (ἡγεμονικόν) da alma e de onde procede a razão¹⁷².

Vitrúvio reconhece, porém, que a natureza das coisas não é tal como a sentença socrática, que anuncia homens com peitos fenestrados. Se essas janelas houvesse aos homens, por hipótese fantástica, suas qualidades ocultas ficariam patentes. Desse modo, os méritos seriam visíveis tanto quanto os vícios e a *scientia* das disciplinas. No entanto, as coisas não são assim, mas como a natureza das coisas quis ser constituída (*igitur quoniam haec non ita sed uti natura rerum uoluit sunt constituta*). Não é possível determinar a natureza a não ser na fantasia da escrita e do pensamento, como na sentença socrática reportada. Mas, mesmo diante do que foi determinado, há ainda uma margem de escolha – é o que Vitrúvio haverá de demonstrar até o fim do prefácio. Disso, depreende-se que o tema central ali abordado pelo autor gira em torno da ação humana e da moralidade envolvida.

Pierre Hadot afirma que a questão da escolha para os estoicos é a mesma do Sócrates retratado na *Apologia de Sócrates* de Platão. Para Sócrates, o bem é o bem moral ou a virtude e o valor supremo a ser buscado, mesmo enfrentando a morte, ao passo que o mal equivale ao mal moral. Conclui-se que “a escolha estoica situa-se, assim, na linha reta da escolha socrática e é diametralmente oposta à escolha epicurista: a felicidade não consiste no prazer ou no interesse individual, mas na exigência do bem, ditada pela razão e que transcende o indivíduo”¹⁷³. Ainda para Hadot, a escolha estoica se opõe também à escolha platônica por pretender que o bem moral “seja acessível a todos neste mundo”¹⁷⁴. Sendo o destino “um encadeamento de causas daquilo que existe, ou a razão que dirige e governa o cosmos”¹⁷⁵, é possível compreender no estoicismo a tomada de consciência da situação do homem diante das imposições do destino. Desse modo, o determinismo de um encadeamento inumerável de causas exteriores poderia significar o desalento total diante de uma “necessidade inexorável, indiferente a nosso interesse individual”, mas é

¹⁷² Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 159, p. 217: “a parte principal [ἡγεμονικόν] e guia da alma é a alma [ψυχή] no sentido mais verdadeiro; nela se formam as apresentações e os impulsos, e dela procede a razão. Sua sede é o coração”. Em grego: “ἡγεμονικόν δ’ εἶναι τὸ κυριώτατον τῆς ψυχῆς, ἐν ᾧ αἱ φαντασίαι καὶ αἱ ὁρμαὶ γίνονται καὶ ὅθεν ὁ λόγος ἀναπέμπεται: ὅπερ εἶναι ἐν καρδίᾳ” (Laertius, D., op. cit., VII, 159).

¹⁷³ Hadot, P., “O que é a filosofia antiga?”, p. 188.

¹⁷⁴ Ibid., p. 188.

¹⁷⁵ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 149, p. 215. Em grego: “ἔστι δ’ εἰμαρμένη αἰτία τῶν ὄντων εἰρομένη ἢ λόγος καθ’ ὃν ὁ κόσμος διεξάγεται” (Laertius, D., op. cit., VII, 149).

precisamente no campo reduzido de nossa capacidade de ação que se situa a possibilidade da escolha moral.

Em uma passagem da *Apologia*, escrita por Platão, Sócrates se compara a Hércules, o herói dos Doze Trabalhos: “mas é preciso que eu exponha para vocês minha perambulação, que foi como enfrentar certos trabalhos só para que a adivinhação se tornasse irrefutável para mim...”¹⁷⁶. Sócrates se refere ao trabalho (πόνος), ou seja, ao esforço hercúleo em se buscar o verdadeiro (ἀληθής), pois, acusado de ser hábil em falar (δεινὸς λέγειν), ele próprio se diz “aquele que fala a verdade”¹⁷⁷. A dimensão oculta, inacessível, dos pensamentos, dos conhecimentos e das habilidades conforma a temática do terceiro prefácio. O grupo de artífices e arquitetos carece de um Sócrates que possa descortinar a sua arte ao mundo. Mas esse caminho áspero da virtude é também uma escolha e nesse sentido o prefácio ao Livro III dá continuidade e aprofunda aquele do Livro II. Os signos de Hércules que adornavam o corpo de Dinócrates haviam sido superados por um Hércules ainda maior, imagem assumida por Alexandre: o governante ávido por grandes feitos, mas que não perde a ponderação para a vaidade e age com a razão em sua possibilidade de escolha. O Sócrates hercúleo, isto é, o autor do *De Architectura*, terá a difícil missão de encontrar uma maneira de dar a ver aquilo que a natureza quis ocultar – e esta constitui sua própria escolha. Se no início do terceiro prefácio o texto restringe-se ao reconhecimento da opacidade dos engenhos e das *scientiae* nas artes, porque a natureza determinou do modo que quis uma certa constituição às coisas (*uti natura rerum uoluit sunt constituta*), ao final, Vitruvius revela o intento de superar a ambição dos indoutos pela virtude de sua *scientia*, tornada visível pela escrita do *De Architectura*:

portanto, se os pensamentos e sentenças, além das ciências desenvolvidas nas disciplinas, fossem perspicuos e evidentes, tal como Sócrates gostaria, não prevaleceriam nem os favores nem a ambição, mas as obras seriam confiadas àqueles que alcançassem a ciência, por meio de esforços verdadeiros e certos nas doutrinas. Visto, porém, que essas coisas não são manifestas nem aparentes aos olhos, observo que os favores aos indoutos superam aqueles para com os doutos, e julgo que não se deve disputar com a ambição dos indoutos, em vez

¹⁷⁶ Platão, “Apologia de Sócrates”, 22, p. 74. Em grego: “δεῖ δὴ ὑμῖν τὴν ἐμὴν πλάνην ἐπιδειῖναι ὥσπερ πόνους τινὰς πονοῦντος ἵνα μοι καὶ ἀνέλεγκτος ἡ μαντεία γένοιτο” (Plato, op. cit., 22a).

¹⁷⁷ Platão, “Apologia de Sócrates”, 17, p. 65. Em grego: “οὗτοι λέγειν τὸν ἀληθῆ λέγοντα” (Plato, op. cit., 17b).

disso, mostrarei o valor de nossa ciência por meio da publicação desses preceitos¹⁷⁸.

Física, ética e o divino para os estoicos

Tendo por fim a busca da sabedoria, a filosofia era para os estoicos “ciência das coisas divinas e humanas”¹⁷⁹. Eles dividiam a filosofia em três partes: lógica, física e ética. Sem perder de vista que no estoicismo o mundo era entendido como um ser vivo, seu próprio sistema de pensamento era comparado a um ser vivo, de modo que a lógica corresponderia aos ossos e nervos, a ética à carne e a física à alma, conforme aponta Carlos Lévy. O estudioso afirma ainda que é preciso atribuir a Zenão a ideia de que a tríplice partição “não se tratava de um simples artifício retórico, mas de uma organização do discurso que reproduzia a unidade orgânica do mundo”¹⁸⁰. A ordem, porém, dessas três partes poderia variar entre os filósofos estoicos, sem que deixassem de ter o mesmo fim em comum, a ética. Desse modo, a ordem mais frequentemente adotada era aquela instituída por Zenão em que primeiro vinha a lógica, depois a física e finalmente a ética. Panécio e Posidônio, por outro lado, começavam com a física, considerando que “o conhecimento do mundo é um requisito necessário a toda investigação filosófica”¹⁸¹. Vale lembrar novamente que Posidônio teria sido uma fonte importante para Vitruvius. Panécio é mencionado por Cícero como a principal referência a seu *De Officiis*, e é de longe reconhecida a afinidade entre a obra ciceroniana ao *De Architectura*.

De acordo com Lévy, no estoicismo, “a física é o estudo da natureza”¹⁸². Em Diógenes Laércio, lemos que “o termo ‘natureza’ é usado pelos estoicos para significar às vezes aquilo que mantém o cosmos unido, e às vezes a causa do crescimento das coisas

¹⁷⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, pref., 1), p. 2-3: “*ergo, uti Socrati placuit, si ita sensus et sententiae scientiaeque disciplinis auctae perspicuae et perlucidae fuissent, non gratia neque ambitio ualeret, sed si qui ueris certisque laboribus doctrinarum peruenissent ad scientiam summam, eis ultro opera traderentur. Quoniam autem ea non sunt industria neque apparentia in aspectu, ut putamus oportuisse, et animaduerto potius indoctos quam doctos gratia superare, non esse certandum iudicans cum indoctis ambitione, potius his praeceptis editis ostendam nostrae scientiam uirtutem*”.

¹⁷⁹ Lévy, C., “Les Philosophies hellénistiques”, p. 112.

¹⁸⁰ Ibid., p. 112.

¹⁸¹ Ibid., p. 113.

¹⁸² Ibid., p. 137.

terrestres”¹⁸³. A passagem apresenta duas definições de natureza, a primeira delas, contendo a ideia de coesão do mundo, seria uma elaboração propriamente estoica, segundo Lévy¹⁸⁴. No entanto, a segunda definição, em que a ideia de natureza se relaciona a surgimento, crescimento, brotação, estaria vinculada “à ideia, bem antiga no pensamento grego, segundo a qual a *natureza* (*phusis*) seria uma força de produção, o verbo *phuo* sendo aquele que designa o crescimento da planta”¹⁸⁵. As duas definições convergiriam, na medida em que o mundo é regido por um mesmo princípio organizador.

Pierre Hadot mostra que a física não é um fim em si mesmo nem para os epicuristas, nem para os estoicos, mas tem por fim a ética¹⁸⁶. Ademais, “a física estoica é indispensável à ética, pois ensina o homem a reconhecer que há coisas que não estão em seu poder, mas dependem de causas exteriores a ele que se encadeiam de maneira necessária e racional”¹⁸⁷. Diz-se que “a racionalidade da ação humana funda-se na racionalidade da natureza”¹⁸⁸, porque o cosmos é ordenado pela razão e pela providência, segundo Crisipo¹⁸⁹, além do que, tal como resume Hadot, “o próprio mundo é um único ser vivo, também ele conciliado consigo mesmo, no qual, como em uma unidade sistemática e orgânica, tudo tem relação com tudo, tudo está em tudo, tudo tem necessidade de tudo”¹⁹⁰. Ora, a descrição do cosmos estoico, proposta por Hadot, reverbera uma concatenação bastante similar àquela presente na definição vitruviana de *symmetria*, segundo a qual:

symmetria é o acordo conveniente dos membros da própria obra entre si e a correlação de uma determinada parte, dentre as partes separadas, com a vista do conjunto da figura. Do mesmo modo que no corpo do homem – desde o côvado, o pé, o palmo, o dígito e outras partes – em que o acordo da *symmetria* é uma qualidade eurrítmica, assim ocorre na realização das obras. E primeiro

¹⁸³ Laërtios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 148, p. 215. Em grego: “φύσιν δὲ ποτὲ μὲν ἀποφαίνονται τὴν συνέχουσαν τὸν κόσμον, ποτὲ δὲ τὴν φύουσαν τὰ ἐπὶ γῆς” (Laertius, D., op. cit., VII, 148).

¹⁸⁴ Lévy, C., “Les Philosophies hellénistiques”, p. 137.

¹⁸⁵ Ibid., p. 137.

¹⁸⁶ Hadot, P., “O que é a filosofia antiga?”, p. 189.

¹⁸⁷ Ibid., p. 190.

¹⁸⁸ Ibid., p. 190.

¹⁸⁹ Laërtios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212. Em grego: “τὸν δὲ κόσμον διοικεῖσθαι κατὰ νοῦν καὶ πρόνοιαν, καθά φησι Χρύσιππος τ' ἐν τῷ πέμπτῳ Περὶ προνοίας καὶ Ποσειδώνιος ἐν τῷ τρίτῳ Περὶ θεῶν, εἰς ἅπαν αὐτοῦ μέρος διήκοντος τοῦ νοῦ, καθάπερ ἐφ' ἡμῶν τῆς ψυχῆς: ἀλλ' ἤδη δι' ὧν μὲν μᾶλλον, δι' ὧν δὲ ἥττον” (Laertius, D., op. cit., VII, 138).

¹⁹⁰ Hadot, P., “O que é a filosofia antiga?”, p. 190.

nos templos sagrados, ou a partir das espessuras das colunas, ou do tríglifo, ou ainda do *embater* [...]”¹⁹¹.

Os templos sagrados constituem o gênero de obras em que a *symmetria* é primaz, e pode ser vista nas relações das suas partes – colunas, tríglifos, *embater*¹⁹² – mas também nas relações entre as partes e o todo. Ora, se há uma providência e uma divina mente que ordena o cosmos e preside seu destino, onde mais haveriam de se fazer notar as marcas visíveis de sua racionalidade a não ser nos edifícios sagrados? Pois o templo é, afinal, a sede do divino entre os homens, ao mesmo tempo em que é o lugar privilegiado de comunicação com os deuses. Para os estoicos, enfim:

deus é um ser imortal, racional, perfeito e inteligente, feliz, insusceptível de qualquer mal, solícito em sua providência, em relação ao cosmos e a tudo que está no mesmo, mas não tem forma humana. É o demiurgo do universo e, como se fosse o pai de todas as coisas, é aquilo que penetra em todas as coisas, é aquilo que penetra em toda parte, total ou parcialmente, e recebe muitos nomes de acordo com as várias modalidades de sua potência. Chama-se Dia (*Dia*) porque tudo começa graças a ele (*diá*); Zeus (*Zena*) porque é causa da vida (*zen*) ou porque permeia toda a vida; Atena (*Athenan*) porque sua hegemonia se estende ao éter (*aithera*); Hera (*Heran*) porque domina o ar (*aera*); Héfaistos porque é senhor do fogo criador; Poseidon porque domina o elemento líquido; e Dêmetra porque domina toda a terra. Os homens lhe deram ainda outros nomes, para salientar outras propriedades particulares suas”¹⁹³.

¹⁹¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 4), p. 16: “*item symmetria est ex ipsius operis membris conueniens consensus ex partibusque separatim ad uniuersae figurae speciem ratae partis responsus. Vti in hominis corpore e cubito, pede, palmo, digito ceterisque particulis symmetros est eurythmiae qualitas, sic est in operum perfectionibus. Et primum in aedibus sacris aut e columnarum crassitudinibus aut triglypho aut etiam embatere*”.

¹⁹² Justino Maciel nota a dificuldade em se interpretar a palavra “*embater*”: “em termos gerais, segundo as próprias palavras de Vitruvius (4, 3, 3), era o nome dado ao módulo do templo dórico” (Maciel, M. J., in: Vitruvius, “Tratado de arquitetura”, n. 82, p. 76). Para Philippe Fleury, *embater* poderia ser um elemento arquitetônico como a coluna e o tríglifo, mas poderia ainda ter um sentido abstrato de “módulo numérico” ou “unidade de base” (Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 4, p. 114).

¹⁹³ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 147, p. 214. Em grego: “θεὸν δ’ εἶναι ζῶν ἄθανατον, λογικόν, τέλειον ἢ νοερὸν ἐν εὐδαιμονίᾳ, κακοῦ παντὸς ἀνεπίδεκτον, προνοητικὸν κόσμου τε καὶ τῶν ἐν κόσμῳ: μὴ εἶναι μέντοι ἀνθρωπόμορφον. εἶναι δὲ τὸν μὲν δημιουργὸν τῶν ὅλων καὶ ὥσπερ πατέρα πάντων κοινῶς τε καὶ τὸ μέρος αὐτοῦ τὸ διῆκον διὰ πάντων, ὃ πολλαῖς προσηγορίαις προσονομάζεσθαι κατὰ τὰς δυνάμεις. Δία μὲν γάρ φασι δι’ ὃν τὰ πάντα, Ζῆνα δὲ καλοῦσι παρ’ ὅσον τοῦ ζῆν αἰτίος ἐστὶν ἢ διὰ τοῦ ζῆν κεχώρηκεν, Ἀθηνᾶν δὲ κατὰ τὴν εἰς αἰθέρα διάτασιν τοῦ ἡγεμονικοῦ αὐτοῦ, Ἥραν δὲ κατὰ τὴν εἰς ἀέρα, καὶ Ἥφαιστον κατὰ τὴν εἰς τὸ τεχνικὸν πῦρ, καὶ Ποσειδῶνα κατὰ τὴν εἰς τὸ ὕγρον, καὶ Δήμητραν κατὰ τὴν εἰς γῆν: ὁμοίως δὲ καὶ τὰς ἄλλας προσηγορίας ἐχόμενοι τινος οἰκειότητος ἀπέδωκαν” (Laertius, D., op. cit., VII, 147).

Exatamente porque penetra em todas as coisas, em toda parte, o deus demiurgo do universo dos estoicos não se identifica ao deus demiurgo platônico, prescindindo de toda transcendência. A física estoica, como mostra Lévy¹⁹⁴, opera segundo um modelo de união entre homem e mulher, a partir da ideia de que a razão penetra a matéria inerte. São dois os princípios do universo: o agente, nomeado como Deus ou *logos* e a “matéria, *ousia*, substância sem qualidade, que pode mudar, mas não desaparecer”¹⁹⁵. Os princípios são incriados e imperecíveis, e dão origem aos elementos que constituem o mundo. Esses elementos, sim, são afetados pelas destruições que ocorrem periodicamente no universo. Da união dos dois princípios nasce o mundo, daí que o termo “cosmos” signifique para os estoicos, primeiro, “o próprio Deus, cuja qualidade é idêntica àquela de toda a substância do cosmos; ele é por isso incorruptível e incriado, autor da ordem universal, que em períodos de tempo predeterminados absorve em si toda substância do cosmos, e por seu turno a gera de si”¹⁹⁶.

Tal como adverte Lévy, “cosmologia e teologia são, para os estoicos, indissociáveis”¹⁹⁷, ao passo que para os epicuristas um deus operário não passaria de derrisão, enquanto os acadêmicos, por sua vez, demonstravam dialeticamente que confundir deus e o mundo é aniquilar o conceito de divindade¹⁹⁸. Resta, porém, que a noção estoica de um deus imanente, em vez de isolá-lo da noção comum de deus, permitia “dar um fundamento racional à religião tradicional”¹⁹⁹. Uma das contribuições dos estoicos reside, portanto, na produção de uma teologia que de algum modo encampava a religiosidade tradicional. A ideia de natureza permitia aos estoicos estabelecer um referencial para situar o homem no universo, constituindo as bases para uma ideia do verdadeiro.

¹⁹⁴ Lévy, C., “Les Philosophies hellénistiques”, p. 138.

¹⁹⁵ Ibid., p. 138.

¹⁹⁶ Laërtius, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 137, p. 212. Em grego: “αὐτόν τε τὸν θεὸν τὸν ἐκ τῆς ἀπάσης οὐσίας ἰδίως ποιόν, ὃς δὲ ἀφθαρτός ἐστι καὶ ἀγέννητος, δημιουργὸς ὢν τῆς διακοσμῆσεως, κατὰ χρόνων ποιάς περιόδους ἀναλίσκων εἰς ἑαυτὸν τὴν ἅπασαν οὐσίαν καὶ πάλιν ἐξ ἑαυτοῦ γεννῶν” (Laërtius, D., op. cit., VII, 127).

¹⁹⁷ Lévy, C., “Les Philosophies hellénistiques”, p. 140.

¹⁹⁸ Ibid., p. 140.

¹⁹⁹ Ibid., p. 140.

O homem inserido no círculo e no quadrado – razão e *symmetria*

O corpo do homem é o primeiro exemplo utilizado por Vitrúvio para apresentar a *symmetria*, o acordo conveniente das partes entre si e com o todo²⁰⁰. Ali mesmo no primeiro volume, na exposição dos fundamentos da arquitetura²⁰¹, o autor aponta que a *symmetria* pode ser apreendida nas partes do corpo – cômado, pé, palmo, dígito, e daí em diante. Sem avançar mais explicações sobre esse acordo conveniente no corpo humano, indica apenas que a *symmetria* está presente nas partes de muitas obras, mas primeiro nos templos sagrados.

Efetivamente, o terceiro volume começa atrelando a *symmetria* à composição dos templos. Observar a *symmetria* é dever do arquiteto e requer diligência excepcional, uma vez que exige um raciocínio em torno das regulagens métrico-proporcionais que dão forma às obras:

a composição dos templos assenta na *symmetria*, cujo raciocínio os arquitetos devem observar com a máxima diligência. Ela [*symmetria*] é engendrada pela proporção, que em grego se diz ἀναλογία. Proporção é a comensuração de uma parte determinada dos membros para com tudo na obra e o todo, a partir do que se faz a raciocinação das *symmetriae*. Pois, nenhum templo pode ter razão em sua composição sem *symmetria* e proporção, e a não ser que tenha uma exata razão, tal qual aquela dos membros de um homem bem configurado²⁰².

²⁰⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 2, 4), p. 16: “*item symmetria est ex ipsius operis membris conueniens consensus ex partibusque separatim ad uniuersae figurae speciem ratae partis responsus. Vti in hominis corpore e cubito, pede, palmo, digito ceterisque particulis symmetros est eurythmiae qualitas, sic est in operum perfectionibus. Et primum in aedibus sacris aut e columnarum crassitudinibus aut triglypho aut etiam embatere, ballista e foramine, quod Graeci περίτρητον uocitant, nauibus interscalmio, quae διπηχυαία dicitur; item ceterorum operum e membris inuenitur symmetriarum ratiocinatio*”. Tradução: “por sua vez, a *symmetria* é o acordo conveniente dos membros da própria obra entre si e a correlação de uma determinada parte, dentre as partes separadas, com a vista do conjunto da figura. Do mesmo modo que no corpo do homem – desde o cômado, o pé, o palmo, o dígito e outras partes – em que o acordo da *symmetria* é uma qualidade eurrítmica, assim ocorre na realização das obras. E primeiro nos templos sagrados, ou a partir das espessuras das colunas, ou do tríglifo, ou ainda do *embater*; na balista, a partir da abertura que os gregos chamam de *perítretion*; no espaço entre os toletes das naus, dito *dipechyaia*; do mesmo modo, esse raciocínio das *symmetriae* é encontrado a partir dos membros de outras obras”.

²⁰¹ São elas: *ordinatio, dispositio, eurythmia, symmetria, decor e dispositio*.

²⁰² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 1, 1), p. 5-6: “*aedium compositio constat ex symmetria cuius rationem diligentissime architecti tenere debent. Ea autem paritur a proportionem, quae graece ἀναλογία dicitur. Proportio est ratae partis membrorum in omni opere totoque commodulatio, ex qua ratio efficitur symmetriarum. Namque non potest aedis ulla sine symmetria atque proportionem rationem habere compositionis, nisi uti [ad] hominis bene figurati membrorum habuerit exactam rationem*”.

Vitrúvio convoca a *ratio* para a composição dos templos, por meio de uma ponderação em torno da *symmetria* e da proporção de suas partes. Essa precisa regulação provém do pensar e de uma raciocinação em torno da obra edificada, mas ao mesmo tempo espelha uma exata razão presente nos membros de um homem bem configurado. A proporção é uma relação de medidas obtida a partir de um referencial modular, uma parte determinada (*ratae pars*). O termo *ratus* (de *rata pars*) é o particípio de *reor* e designa o que é pensado, contado, calculado, fixado²⁰³ ou ainda determinado²⁰⁴. *Reor* é, por sua vez, o termo primitivo para contar, calcular, pensar e acreditar²⁰⁵. Assim como *ratus*, o termo *ratio* também deriva do campo lexical de *reor*, possuindo amplo espectro semântico ligado à ideia de cálculo, conta, consideração, mas também sistema, procedimento, método, avaliação, explicação, razão, expandindo seu sentido para argumentação, raciocínio e até doutrina²⁰⁶.

Essa “parte determinada” agencia um acordo entre as partes da obra, chamadas pelo autor de membros (*membra* alude ainda ao corpo do homem), cuja *exacta ratio* deve espelhar. Logo, o referencial a toda a arquitetura tem origem na *ratio* presente no corpo, enquanto determinação da natureza e parte do cosmos. Ora, seria possível entender essa regulação proporcional do corpo do homem provida pela razão seminal do cosmos, isto é, deus? Afinal, como diziam Crisipo e Posidônio, “o cosmos é ordenado pela razão e pela providência, [...] enquanto a mente penetra em todas as partes do cosmos, como a alma em nós”²⁰⁷.

O autor prossegue afirmando que a natureza compôs o corpo do homem²⁰⁸, de modo a fazer com que apresentasse certas relações proporcionais entre suas partes. E

²⁰³ Gaffiot, F. “Dictionnaire Latin Français”, p. 1315. Disponível em: < <https://www.lexilogos.com/latin/gaffiot.php?q=ratus> > Acesso: 13/01/2019.

²⁰⁴ Segundo Bluteau, o adjetivo *rato*, vindo do latim *ratus*, *a*, *um*, quer dizer “certo, determinado” (Bluteau, R. “Vocabulário Portuguez & Latino, aulico, anatomico, architectonico”, vol. 8, p. 122. Disponível em: < <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000008431&bbm/5443#page/129/mode/1up> > Acesso: 13/01/2019).

²⁰⁵ Gaffiot, F., op. cit., p. 1343.

²⁰⁶ Ibid., p. 1312-1315.

²⁰⁷ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212-213. A passagem toda, em grego: “Τὸν δὴ κόσμον διοικεῖσθαι κατὰ νοῦν καὶ πρόνοιαν, καθά φησι Χρύσιππος τ' ἐν τῷ πέμπτῳ Περὶ προνοίας καὶ Ποσειδώνιος ἐν τῷ τρίτῳ Περὶ θεῶν, εἰς ἅπαν αὐτοῦ μέρος διήκοντος τοῦ νοῦ, καθάπερ ἐφ' ἡμῶν τῆς ψυχῆς: ἀλλ' ἤδη δι' ὧν μὲν μᾶλλον, δι' ὧν δὲ ἧττον” (Laertius, D., op. cit., VII, 138).

²⁰⁸ Vitruve, “De L'Architecture”, Livre III, (III, 1, 2), p. 6-7: “*corpus enim hominis ita natura composuit uti os capitis a mento ad frontem summan et radices imas capilli esset decimae partis, item manus pansa ab articulo ad extremum medium digitum tantundem; caput a mento ad summum uerticem octauae, cum ceruicibus imis ab summo pectore ad imas radices capillorum sextae, <a medio pectore> ad summum uerticem quartae. Ipsius autem oris altitudinis tertia est pars ab imo mento ad imas nares, nasum ab imis naribus ad finem medium superciliorum tantundem; ab ea fine imas radices capilli frons efficitur item tertiae partis. Pes uero altitudinis corporis sextae, cubitus quartae, pectus item quartae. Reliqua quoque membra suas habent commensus proportionones, quibus etiam antiqui pictores et statuarii nobiles usi magnas*

completa que a capacidade de identificar e aplicar tais comensurações permitiu que os antigos pintores e escultores alcançassem louvores e celebridade. À semelhança do acordo conveniente entre as partes do corpo do homem deve ser a correspondência proporcional dos membros dos edifícios sagrados ao todo, bem como de suas partes entre si:

semelhantemente, os membros dos templos sagrados devem possuir adequadíssima correspondência na comensuração de cada uma de suas partes com a soma global da magnitude do todo. Também o umbigo é naturalmente o centro do corpo; com efeito, se um homem for colocado deitado de costas com as mãos e os pés estendidos e colocarmos um centro de compasso no seu umbigo, descrevendo uma circunferência, os dedos de ambas as mãos e pés serão tocados pela linha. Igualmente, do mesmo modo como o esquema da circunferência se executa no corpo, nele se encontra a designação do quadrado; de fato, se medirmos da base dos pés ao alto da cabeça e transferirmos essa medida para a dos braços abertos, será encontrada uma largura igual à altura, como nas áreas ortogonais, obtidas pelo esquadro²⁰⁹.

A célebre imagem vitruviana do corpo do homem que se inscreve no círculo e no quadrado desafia os exegetas do *De Architectura* há séculos²¹⁰. O centro, e ponto médio,

et infinitas laudes sunt adsecuti”. Tradução: “assim, a natureza compôs o corpo do homem tal que o rosto, desde o queixo até o alto da testa e a base das raízes dos cabelos, tivesse a sua décima parte, do mesmo modo, que a mão estendida, desde a articulação do punho até a extremidade do dedo médio, tivesse o mesmo tanto; a cabeça desde o queixo até a extremidade superior, a oitava; com a base da cerviz, desde o topo do peito até a base das raízes dos cabelos, a sexta parte; do meio do peito à extremidade superior da cabeça, a quarta. Quanto à altura do próprio rosto, da base do queixo à base das narinas tem-se a sua terça parte; o nariz desde a base das narinas até o meio das sobrancelhas, o mesmo tanto; do meio das sobrancelhas até a base das raízes dos cabelos tem-se a testa, também com a terça parte. O pé, por sua vez, tem a sexta parte da altura do corpo, o antebraço tem a quarta; o peito, igualmente, a quarta. Seus demais membros possuem igualmente proporções comensuradas, a partir do uso das quais, ainda, os antigos pintores e célebres escultores alcançaram elevados e infinitos elogios”.

²⁰⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 1, 3), p. 7: “*similiter uero sacrarum aedium membra ad uniuersam totius magnitudinis summam ex partibus singulis conuenientissimum debent habere commensus responsum. Item corporis centrum medium naturaliter est umbilicus; namque si homo conlocatus fuerit supinus manibus et pedibus pansis circinque conlocatum centrum in umbilico eius, circumagendo rotundationem utrarumque manuum et pedum digiti linea tangentur. Non minus quemadmodum schema rotundationis in corpore efficitur, item quadrata designatio in eo inuenietur; nam si a pedibus imis ad summum caput mensum erit eaque mensura relata fuerit ad manus pansas, inuenietur eadem latitudo uti altitudo, quemadmodum areae, quae ad normam sunt quadratae*”.

²¹⁰ É no terceiro volume do escrito de Vitruvius que se encontram as principais passagens de aproximação entre o corpo do homem e a arquitetura, as quais haveriam de se tornar posteriormente célebres, como, por exemplo, na interpretação de Leonardo Da Vinci, entre outros arquitetos e exegetas, como Francesco di Giorgio Martini, Cesare Cesariano, etc. Entretanto, o recurso a uma eventual prática antropomórfica – de modo que o desenho do edifício venha a mimetizar as partes do corpo humano – na produção desses arquitetos italianos parece destoar em boa medida das proposições vitruvianas tal como nos chegaram pelos manuscritos.

do corpo é o umbigo, como uma determinação da natureza (*item corporis centrum medium naturaliter est umbilicus*), diz-nos o texto. O umbigo é a marca do canal orgânico de nutrição do corpo do feto em gestação, mas se torna ponto geométrico de referência do corpo pleno, que deixa ver o círculo e o quadrado, nos quais se inscreve. Esse corpo supino, deitado de costas sobre a terra, contempla o céu. Posidônio afirmara precisamente que o cosmos é constituído de céu e terra²¹¹, sendo o céu “a circunferência extrema em que a divindade tem sede”²¹².

Valeria nesse ponto retomar a descrição vitruviana da inspeção dos fígados²¹³ de animais imolados no local em que se desejasse construir, registro que, segundo Joseph Rykwert, “teria bastado para deixar bem claro que a prática da aruspicação estava estreitamente associada à fundação das cidades, se bem que as razões que a apóia talvez nada significassem para os antigos fundadores ou para os adivinhos”²¹⁴, uma vez que a auguração estava em desuso na época de Vitruvius. Ou seja, possivelmente a prática do exame dos fígados de animais imolados permanecia no momento de escrita do *De Architectura*, mas as razões e justificativas alegadas pelo *architectus* divergiam daquelas que motivavam tais práticas entre os antigos fundadores das cidades e seus adivinhos. Esse comentário aponta, no entanto, que o rito estava presente na fundação das cidades antigas, e mais que isso: “a natureza da vida urbana no mundo romano não pode ser entendida sem referência a seus ritos”²¹⁵. No que concerne à fundação mítica de Roma, fala-se em uma *Roma quadrata*, cujo significado mais amplo “remete à cidade ‘em forma de um quadrado’ fundada por Rômulo na colina do Palatino, conforme o rito etrusco”²¹⁶. A expressão *Roma quadrata* foi controversa mesmo entre autores antigos e, à exceção de Dionísio de Halicarnasso, o qual propôs que o sulco traçado por Rômulo teria a forma de um quadrado, nenhum outro autor propôs algo parecido. Pelo contrário, Varrão sugeriria

²¹¹ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212.

²¹² A passagem toda de Posidônio, transmitida por Diógenes Laércio: “o cosmos em sua individualidade possui a qualidade da substância universal, ou, como o define Posidônio em seus *Elementos de Meteorologia*, é um sistema constituído de céu e terra e de suas naturezas intrínsecas, ou seja, é um sistema de deuses e homens e de tudo que é criado por obra sua. O céu é a circunferência extrema em que a divindade tem sede” (Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212). A passagem toda, em grego: “καὶ ἔστι κόσμος ὁ ἰδίως ποιὸς τῆς τῶν ὅλων οὐσίας ἢ, ὥς φησι Ποσειδώνιος ἐν τῇ Μετεωρολογικῇ στοιχειώσει, σύστημα ἐξ οὐρανοῦ καὶ γῆς καὶ τῶν ἐν τούτοις φύσεων ἢ σύστημα ἐκ θεῶν καὶ ἀνθρώπων καὶ τῶν ἕνεκα τούτων γεγονότων. οὐρανὸς δὲ ἔστιν ἡ ἐσχάτη περιφέρεια ἐν ᾗ πᾶν ἱδρύται τὸ θεῖον” (Laertius, D., op. cit., VII, 138).

²¹³ DA, (I, 4, 9-10).

²¹⁴ Rykwert, J. “A ideia de cidade”, p. 45.

²¹⁵ Ibid., p. 94. Convém lembrar que, para Rykwert, o rito na fundação das cidades romanas “permanece operante e vital até bem depois do início da era cristã” (ibid., p. 93).

²¹⁶ Ibid., p. 107.

um sulco de forma arredondada e Plutarco teria falado claramente de um traçado circular²¹⁷. Ainda segundo Rykwert, tomar o termo *quadrata* por “retangular” parece exceder a possibilidade de abstração para um termo ritual: a única tradução de *quadrata* que poderia encaixar-se nesse contexto seria ‘quadripartite’; ou esquadrada, no sentido de que os quatro ângulos no centro eram ângulos retos”²¹⁸. Embora não haja evidências decisivas de que os termos *cardo* e *decumanus* fossem utilizados para designar as ruas da cidade romana na Antiguidade, resta que até o fim da República a cidade dita *quadrata* podia ter dois sentidos: “seu território urbano estava dividido em quatro distritos e seus espaços centrais – no sentido constitucional, não geométrico – destinados à celebração de assembleias, estavam consagrados e eram regulares talvez também no aspecto geométrico”²¹⁹. Vale ressaltar, enfim, que a ideia de uma forma *quadrata*, ou “em esquadro”, do texto vitruviano (*areae quae ad normam sunt quadratae*), ecoa uma configuração recorrente nas cidades romanas²²⁰ que remonta a um processo simultaneamente técnico e ritual. Portanto, o *quadratus*, isto é, o que está “em esquadro”, marca sua presença entre os romanos, sinalizado no solo de seus recintos urbanos desde sua fundação, mas também em seus edifícios e até mesmo na forma do fórum da *Vrbs*.

No *De Architectura*, a geometria²²¹ havia sido apresentada como uma das primeiras disciplinas que devem fazer parte da formação do arquiteto:

a geometria, por sua vez, provê muito apoio à arquitetura; e em primeiro lugar, logo depois das linhas retas, ensina o uso do compasso, a partir do que, com o máximo de facilidade, as descrições dos direcionamentos dos esquadros, dos níveis e dos alinhamentos são lançadas nas superfícies²²².

²¹⁷ Rykwert, J. “A ideia de cidade”, p. 107.

²¹⁸ Ibid., p. 109.

²¹⁹ Ibid., p. 111.

²²⁰ Rykwert mostra que para os romanos era difícil separar a tarefa técnica do estabelecimento dos eixos perpendiculares, *cardo* e *decumanus*, de exigências rituais e da experiência religiosa (ibid., p. 96). Ainda assim, o estudioso aponta que cidades circulares são até hoje extremamente raras no mundo e “ao que parece, nenhuma cidade do mundo antigo assemelhava-se a um círculo com ruas radiais, ainda que este seja o plano descrito por Méton em *As Aves*” (ibid., p. 108).

²²¹ A geometria é uma das nove disciplinas que o arquiteto deve conhecer. São elas: letras, desenho, geometria, história, filosofia, música, medicina e direito.

²²² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 4), p. 5: “*geometria autem plura praesidia praestat architecturae; et primum ex eutygrammis circini tradit usum, e quo maxime facilius aedificiorum in areis expediuntur descriptiones normarumque et librationum et linearum directiones*”. Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis: razões da beleza nos Livros I e III do De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 144; p. 195.

A linha reta e a circunferência, obtida pelo compasso, são recursos primeiros à atividade do arquiteto, vinculados à geometria²²³. Na descrição do homem inserido no círculo e no quadrado esses fundamentos são retomados, o que se confirma pela referência aos instrumentos de desenho: compasso e esquadro. Além da geometria, as difíceis razões da *symmetria* se vinculam igualmente a um desenvolvimento aritmético²²⁴, mas, ao fim, a imagem do homem no círculo e no quadrado não deixa de lastrear toda a geometria e os números na natureza:

logo, se a natureza assim compôs o corpo do homem, de modo que seus membros possuíssem correspondência, pelas proporções, ao conjunto da figura, vê-se que por essa razão os antigos estabeleceram ainda que a perfeição de cada membro da obra tivesse comensuração exata para com o aspecto da configuração do conjunto. Então, como transmitissem as ordenações para todos os gêneros de obras, era sobretudo aos templos dos deuses, nos quais os méritos e as faltas costumam perdurar eternamente²²⁵.

Como visto, para os estoicos, a natureza (φύσις) significa um certo princípio de coesão do cosmos, ao mesmo tempo em que a causa de crescimento das coisas terrestres, mas ainda um modo de entender “a capacidade movida por si mesma que, de conformidade com os princípios seminais, produz e conserva tudo o que germina por si em períodos definidos, fazendo as coisas como elas são e obtendo resultados condizentes com suas fontes”²²⁶. A natureza é conforme os princípios seminais (σπερματικός λόγος), portanto é conforme a razão. Com efeito, para Zenão, Crisipo e Posidônio “a substância de Deus é o cosmos inteiro e o céu”²²⁷ e essa substância única a que se chama de Deus,

²²³ Cf. Courrént, M., “*De Architecti Scientia*”, p. 90.

²²⁴ Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre I, (I, 1, 4), p. 5: “*per arithmeticen uero sumptus aedificiorum consummantur, mensurarum rationes explicantur difficilesque symmetriarum quaestiones geometricis rationibus et methodis inueniuntur*”. Tradução: “quanto à aritmética, é por meio dela que são somadas as despesas dos edifícios, exposto o sistema de medidas, e são resolvidas as difíceis questões das *symmetriae* a partir de raciocínios e métodos geométricos”.

²²⁵ Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre III, (III, 1, 4), p. 7: “*ergo si ita natura composuit corpus hominis, uti proportionibus membra ad summam figurationem eius respondeant, cum causa constituisset uidentur antiqui ut etiam in operum perfectionibus singulorum membrorum ad uniuersam figurae speciem habeant commensus exactionem. Igitur, cum in omnibus operibus ordines traderent, maxime in aedibus deorum <quod eorum> operum et laudes et culpae aeternae solent permanere*”.

²²⁶ Laërtios, D. “*Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*”, VII, 148, p. 215. Em grego: “ἔστι δὲ φύσις ἕξις ἐξ αὐτῆς κινουμένη κατὰ σπερματικούς λόγους ἀποτελοῦσα τε καὶ συνέχουσα τὰ ἐξ αὐτῆς ἐν ὀρισμένοις χρόνοις καὶ τοιαῦτα δρώσα ἀφ’ οἷων ἀπεκρίθη” (Laertius, D., op. cit., VII, 148).

²²⁷ Laërtios, D. “*Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*”, VII, 148, p. 214. Em grego: “οὐσίαν δὲ θεοῦ Ζήνων μὲν φησι τὸν ὅλον κόσμον καὶ τὸν οὐρανόν, ὁμοίως δὲ καὶ Χρύσιππος ἐν τῷ πρώτῳ Περὶ θεῶν καὶ Ποσειδώνιος ἐν πρώτῳ Περὶ θεῶν” (Laertius, D., op. cit., VII, 148).

mente ou Zeus, pode ainda ser tomada como o destino, isto é, “um encadeamento de causas daquilo que existe, ou a razão que dirige e governa o cosmos”²²⁸. Consequentemente, para a maior parte dos estoicos, se há uma providência e o destino, há divinação.

O termo *ratio* é prolífico em todo o *De Architectura* e é possível que seja a noção mais frequente no conjunto dos volumes, ainda mais ao se considerar cognatos e variantes, como *ratiocinatio* e *ratus* (de *rata pars*). *Ratio* é também abundante em Lucrécio e sem dúvida ocupa um lugar importante no epicurismo do *De Rerum Natura*, sem mencionar sua presença em outros autores latinos²²⁹. Mas já no Livro I Vitruvius falava de uma *symmetriarum ratiocinatio*, que se encontra nas obras a partir de seus membros (*item ceterorum operum e membris inuenitur symmetriarum ratiocinatio*)²³⁰. No livro terceiro, contudo, a razão das *symmetriae* (*ratio symmetriarum*) prescrita aos templos sagrados se revela como a expressão de uma ordem estabelecida pela natureza. Sabemos por Diógenes Laércio que, entre os estoicos, a natureza era entendida ainda por analogia à capacidade criadora do homem, e daí a afirmação de que ela “visa à utilidade e ao prazer”²³¹. Os estoicos sustentavam, portanto, que a *demiourgia* do homem, sua habilidade na arte e capacidade de produzir, servia de modelo à compreensão da natureza como artífice e criadora.

Vitruvius expõe em números as proporções existentes entre os membros do corpo do homem bem configurado pela natureza. Afirma ainda que os antigos pintores e escultores que apreenderam essa comensuração proporcional se deixaram seguir por elevados louvores sem fim²³². Em *De Placitis Hippocratis et Platonis*²³³, Galeno transmite uma passagem atribuída a Crisipo que traz ainda o cânone de Policeto, escultor grego e autor do Doríforo. Segundo adverte Raven, teria sido Crisipo aquele a vincular a ideia de que a beleza está nas relações proporcionais entre as partes do corpo à

²²⁸ Laertius, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 149, p. 215. Em grego: “ἔστι δ’ εἰμαρμένη αἰτία τῶν ὄντων εἰρομένη ἢ λόγος καθ’ ὃν ὁ κόσμος διεξάγεται” (Laertius, D., op. cit., VII, 149).

²²⁹ O *De Oratore* de Cícero tem numerosas ocorrências do termo *ratio*, que é frequente também no *De re rustica* de Varrão e mesmo no *Satyricon* de Petronio, entre outros autores.

²³⁰ DA, (I, 2, 4).

²³¹ Laertius, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 149, p. 215. Em grego: “ταύτην δὲ καὶ τοῦ συμφέροντος στοχάζεσθαι καὶ ἡδονῆς, ὥς δῆλον ἐκ τῆς τοῦ ἀνθρώπου δημιουργίας.” (Laertius, D., op. cit., VII, 149).

²³² DA, (III, 1, 2).

²³³ Galen, “Περὶ τῶν καθ’ Ἱπποκράτην καὶ Πλάτωνα (4.3; vol. V, p. 448 Kühn)”, apud Raven, J. E., “Polyclitus and pythagoreanism”, p. 149-150.

doutrina que afirma que a saúde está nas proporções dos elementos dos corpos²³⁴. Resta que em Vitrúvio, sem dúvida, a *symmetria* se origina da razão, uma razão ancorada na natureza. Os estoicos, de sua parte, diziam que a razão ordena o cosmos.

Varrão escreveu no *De Lingua Latina* que a palavra *templum* era derivada de *tueor*²³⁵, que quer dizer olhar, encarar, examinar, observar²³⁶. *Templum* tinha ainda três acepções, quer estivesse se referindo à natureza, à divinação ou à semelhança²³⁷. A referência à natureza se dava no céu; à divinação, sobre a terra; e à semelhança, no subterrâneo. Desse modo a *contemplatio* fazia parte, por exemplo, da competição entre Rômulo e Remo na observação das aves que voavam sobre os lugares, durante o rito arcaico para a definição da futura cidade: “a *contemplatio* assim era chamada pelo diagrama que o águere havia traçado, o seu *templum*”. Contemporâneo de Vitrúvio, Varrão aproximou um sentido da palavra *templum* à natureza e ao céu, outro à divinação e à terra. É possível notar, a partir dessas indicações, como a elaboração do terceiro volume do *De Architectura* em especial pôde reunir tantas referências urdidas com concisão. Pois, que gênero de construção poderia representar melhor as prescrições à *aedificatio* do que os templos? Os edifícios sagrados continham em si um arcabouço imemorial de símbolos romanos fundantes. Ao mesmo tempo, eram campo aberto a audaciosas proposições²³⁸, aptos a serem conformados segundo a *ratiocinatio* vitruviana, pautada pela *symmetria*, entre os demais fundamentos da arquitetura.

Observar a *symmetria* na construção dos edifícios é uma conduta não apenas racional, mas ética. No *De Architectura* as imagens estoicas não se afiguram apenas em prefácios, colorindo os introitos a passagens mais fatigantes da preceptiva. Observa-se elementos da doutrina estoica operando no cerne mesmo das prescrições para toda a *aedificatio*, sobretudo em torno da noção de *symmetria* que se desdobra em esquemas proporcionais. A *symmetria* assegura razão à arquitetura, ao mesmo tempo em que a inscreve em um circuito cósmico de harmonia, intermediado pela natureza. Daí que

²³⁴ Raven, J. E., “Polyclitus and pythagoreanism”, p. 149-150. Cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 67 et seq.

²³⁵ Varro, “*De Lingua Latina*”, VII, 2. Cf. Rykwert, J. “A ideia de cidade”, p. 31.

²³⁶ Torrinha, “Dicionário latino-português”, p. 894.

²³⁷ Varro, “*De Lingua Latina*”, VII, 2: “*Templum tribus modis dicitur: ab natura, ab auspicando, a similitudine; ab natura in caelo, ab auspiciis in terra, a similitudine sub terra*”. Disponível em: < <https://www.thelatinlibrary.com/varro.ll7.html> > Acesso: 18/01/2019.

²³⁸ A referência aqui é o templo eustylo pseudodíptero, desenvolvido por Hermógenes, e louvado por Vitrúvio em III, 3, 8: “*eas autem symmetrias constituit Hermogenes, qui etiam primus inuenit octastylon, pseudodipriue rationem*” (Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre III - III, 3, 8 - p. 17). Tradução: “tais *symmetriae* foram instituídas por Hermógenes, que ainda por primeiro inventou o octastilo e o raciocínio do pseudodíptero”.

perseguir a *symmetria* nas obras é agir em conformidade à racionalidade do cosmos, reconhecendo o que há de verdadeiro nas coisas, ainda que pouco evidente. Quanto a Vitrúvio, reivindicar a *symmetria* é ser coerente consigo mesmo e com a razão, do ponto de vista estoico. Oferecer e divulgar a *scientia* é sua escolha.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

A exegese e o estudo do *De Architectura* podem avançar valendo-se de hipóteses ao delineamento do escopo e do propósito da obra. Mas a tentativa de se compreender as motivações do escrito requer antes a consideração de certas condições materiais de sua época, sobretudo a partir de afirmações como aquelas do primeiro prefácio em que Vitrúvio se diz obrigado à escrita dos Dez Volumes pelo benefício obtido no interior de um conjunto de relações de dependência próprias ao clientelismo romano, as quais pautavam muitas de suas condutas e ações: *fauor, commodum, recognitio, commendatio*¹.

O termo *fauor* pode designar favor, mas no contexto da obra vitruviana parece deslizar sua significação no sentido de um apoio que pode ser transferido de uma pessoa a outra, ou melhor, de pai à filho, segundo o escrito, mas ainda de César a César² (*idem studium meum in eius memoria permanens in te contulit fauorem*)³. No entanto, o *fauor* pode igualmente envolver uma demonstração desse favor e – o que talvez seja mais curioso aos extemporâneos – também pode estar relacionado à estima e à afeição. Assim, o recebimento de emolumentos, prêmios, privilégios e recompensas (*commoda*) estão vinculados a um quadro de dependência que, na situação descrita por Vitrúvio, teve ainda de passar pelo crivo de uma *recognitio*, isto é, o reconhecimento em uma possível revisão das concessões. Mas isso não é tudo e a sequência do texto se encerra com a referência do autor à recomendação (*commendatio*) feita pela irmã do *Caesar* em prol da manutenção do benefício obtido.

Nas relações de clientela, os homens mais pobres eram protegidos pelos poderosos e em troca ofereciam determinados serviços⁴. Para Cícero, nada há de mais aviltante que o recurso ao patrocínio por parte do cliente:

aqueles, porém, que se julgam ricos, honrados e felizes não querem obrigar-se por um benefício. Pelo contrário, acham até que eles mesmos é que prestaram um favor quando, embora muito hajam recebido, suspeitam que se espera algo

¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3.

² Isto é, de Júlio César a Augusto.

³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 3.

⁴ Cícero, M. T., “Dos deveres”, II, 69, n. 71, p.113.

deles em troca; e para eles é uma verdadeira morte recorrer a um patrocínio ou ser chamado de cliente⁵.

Não é trivial a uma obra do período de Vitrúvio, ao menos infere-se a partir daquelas que nos chegaram, expor, e de maneira tão enfática logo na abertura, laços de dependência como a que, conforme se lê, envolve a própria realização do *De Architectura*. Era preciso, pois, procurar examinar de que modo a obrigação da escrita⁶ anunciada pelo autor poderia ser determinante a seus desenvolvimentos. Além do que, não se pode perder de vista toda uma tradição de censuras à obra vitruviana, cuja linguagem já no Renascimento havia sido duramente criticada por Leon Battista Alberti, ao afirmar que a escrita vitruviana era tão ruim a ponto de parecer grego aos latinos e latim aos gregos⁷. Sem desconsiderar que certas sutilezas retóricas frequentemente nos escapam, extemporâneos que somos, e não obstante os acenos de apreço pelo único escrito sobre arquitetura supérstite da antiguidade, é preciso reconhecer os vitupérios infligidos à obra vitruviana, dita por Alberti não culta e ininteligível. Claude Perrault viria, no século XVII, a acusar imprecisões no *De Architectura*, em função de sua suposta escrita confusa⁸.

A obscuridade imputada aos Dez Volumes se estende aos prefácios, de maneira que mais de vinte séculos após sua escrita pairam ainda dúvidas a respeito de seu propósito e função na obra. Já se apontou a distância dos assuntos tratados nos prefácios em relação aos respectivos textos que lhes sucedem, sugerindo-se até que a supressão dos exórdios em nada atrapalharia a compreensão dos volumes nos quais se inserem⁹. As críticas se multiplicam para além da linguagem da obra, estendendo-se até: a cisão dos preceitos apresentados à arquitetura e a prática construtiva; a falta de domínio por parte do autor relativamente a conceitos mobilizados na obra; a multiplicidade de fontes

⁵ Cícero, M. T., “Dos deveres”, II, 69, p. 113. Em latim: “*at qui se locupletes, honoratos, beatos putant, ii ne obligari quidem beneficio uolunt; quin etiam beneficium se dedisse arbitrantur, cum ipsi quamuis magnum aliquod acceperint, atque etiam a se aut postulari aut expectari aliquid suspicantur, patrocínio uero se usos aut clientes appellari mortis instar putant*” (Cícero, “*De Officiis*”, II, 69, with na english translation by Walter Miller, p. 62).

⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 3), p. 3: “*cum ergo eo beneficio essem obligatus, ut ad exitum uitae non haberem inopiae timorem, haec tibi scribere coepi [...]*”.

⁷ Alberti, L. B., “*De Re Aedificatoria*”, (VI, 1), p. 441.

⁸ Perrault, C., “Les Dix Livres d’Architecture de Vitruve – corrigez e traduits nouvellement en François, avec des Notes & des Figures”, I, cap. 2, n. 8 b-c, p. 11.

⁹ Soubiran, J., “Introduction”, p. XIX, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX. No excelente estudo introdutório ao Livro I, Fleury afirma, contudo: “chaque livre est précédé d’une préface, souvent sans rapport avec les sujets traités dans le volume” (Fleury, Ph., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, p. XXV). Cf. *ibid.*, p. XXX.

utilizadas, muitas das quais indiretas e incompletas, provenientes de compêndios e resumos das obras de pensadores.

Logo, o *status* do autor, interferindo diretamente nas condições de realização dos Dez Volumes, poderia elucidar quanto a certas obscuridades e fragilidades imputadas à obra por séculos. Além disso, não faria sentido interrogar-se acerca de uma obra corrompida não apenas pelo passar do tempo, mas por limitações em sua própria consecução. Nada mais distante do que nos revela o próprio *De Architectura*. Se sua publicação estava vinculada a uma obrigação, tal como dito na própria obra, ou mesmo a interesses relacionados ao estatuto social do autor, o exame detido demonstra um cuidado excepcional no tratamento das diferentes matérias que compõem o *corpus* vitruviano. O *studium* de Vitrúvio se dá a ver mesmo pelo criterioso emprego do vocabulário, cujo rigor não é facilmente perceptível nas traduções, além do que, o sabor nas possibilidades da sintaxe latina nem sempre é transponível. De qualquer modo, a condição social alegada pelo autor é significativa ainda à compreensão do propósito da obra, e principalmente auxilia a elucidar a concepção proposta acerca dos deveres do arquiteto e da razão da arquitetura.

Não obstante a determinação clara do assunto de cada volume, o desenvolvimento de certas noções e ideias não ocorre linearmente, espalhando-se ao longo da obra, que não se organiza segundo uma ordem cartesiana das razões. Assim, Vitrúvio propõe uma ciência do arquiteto, ornada de muitas disciplinas e variadas erudições, sem apresentar, contudo, uma definição pontual do que possa entender precisamente por *scientia*. Talvez mesmo porque a ideia de *scientia* para o autor, bem como para tantos no mundo antigo, não envolvia a precisão que orienta a ideia de ciência na modernidade. Em todo caso, é válido percorrer o *De Architectura* na tentativa de delimitar minimamente o escopo dessa *architecti scientia*, buscando ao mesmo tempo vislumbrar os contornos de certas concepções que movem, por assim dizer, a obra vitruviana. Daí que a concatenação dos três primeiros livros pode ser exemplar da trama estabelecida pelo imbricamento de diferentes doutrinas.

O primeiro prefácio inaugura o escrito com um altissonante louvor a Augusto, a quem se dedica a obra. A sequência do volume, entretanto, trata primordialmente dos fundamentos gerais da disciplina do arquiteto, como as variadas instruções necessárias ao ofício e em seguida aborda as partes que constituem a arquitetura. Daí em diante passa a instruir sobre os recintos urbanos, cuja delimitação se confundia com a proteção militar

da cidade pelas muralhas. Desde os preceitos para a implantação das cidades, a preocupação com a salubridade, que já havia sido evocada com a apresentação do *naturalis decor*¹⁰, torna-se uma tônica. O interesse pela *salubritas* é permeado por uma certa teoria dos elementos que não se adequa completamente a nenhuma doutrina dentre aquelas que nos chegaram, embora seja possível traçar proximidades e afinidades com algumas em especial. Desse modo, no Livro I já é possível identificar a atenção que se volta aos processos de mutação e transformação das coisas.

Ainda no primeiro volume, Vitrúvio propunha que a filosofia, apresentada como uma das nove disciplinas que deveriam constar na formação do arquiteto, fosse tomada em dois aspectos: a filosofia, dita como tal, que é o que possibilita que o arquiteto seja magnânimo, detentor de um *animus magnus*, isto é, um caráter elevado, de modo a evitar a má-fé e a improbidade que prejudicam a realização da obra¹¹; e a filosofia que se ocupa das questões naturais (*rerum natura*), a qual os gregos chamavam φυσιολογία (*physiologia*), diz-nos o autor. O termo em grego no texto latino é indicativo de que a fonte de referência para tratar as coisas da natureza é grega, e Merrill¹² afirma que Vitrúvio reporta a definição de Epicuro para *physiologia*: “além disso, a filosofia explica a natureza das coisas, o que em grego se diz φυσιολογία [*physiologia*]”¹³. Por outro lado, a *philosophia* que ajuda o arquiteto a guiar-se em suas ações é latina, e ao que tudo indica remeteria à doutrina divulgada por Cícero no *De Officiis*¹⁴. De fato, Fleury mostrou que as coincidências terminológicas entre o *De Architectura* e a obra ciceroniana, a qual recorre à doutrina estoica de Panécio, atestariam uma identificação quanto à noção de *animus magnus*, embora seguida de diferenças entre ambos os escritos¹⁵.

Todavia, as coisas não são tão simples, tal que pudéssemos associar a *philosophia* exclusivamente à ética e a *physiologia* à “física”, e de fato o texto vitruviano (DA, I, 1, 7) não diz exatamente isso ao propor duas vertentes à filosofia. Ainda assim, é possível observar no *De Architectura* o recurso a doutrinas ou escolas diferentes como o epicurismo e o estoicismo, que apesar de pontos comuns têm preceitos radicalmente

¹⁰ DA (I, 2, 7).

¹¹ DA (I, 1, 7).

¹² Merrill, W. A., “Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”, p. XVII.

¹³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 1, 7), p. 7-8: “*praeterea de rerum natura, quae graece φυσιολογία dicitur, philosophia explicat*”.

¹⁴ Cícero, M. T., “Dos Deveres”, I, 61-72, p. 32-37.

¹⁵ Fleury, Ph., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, n. 1, p. 83. Joseph Rykwert aponta o “sabor da doutrina estoica” em Vitrúvio, dentre outras que teriam lhe servido de referência (Rykwert, J., “A casa de Adão no Paraíso: a ideia da cabana primitiva na história da arquitetura”, p. 118).

antagônicos. Compreender o peculiar agenciamento desse referencial teórico é compreender o arcabouço conceitual próprio ao *De Architectura*. Uma imagem desse arcabouço conceitual produzido pelo arquiteto poderia ajudar a que se estimasse com mais nitidez os propósitos destinados ao ofício de arquiteto e à arquitetura, segundo seu autor.

A articulação dos livros I, II e III oferece uma perspectiva oportuna ao reconhecimento dessa fusão de referenciais díspares na obra. Em seu comentário a passagens iniciais do segundo volume (II, 1, 1-3), que tratavam dos primórdios da civilização, Elisa Romano fala da afluência de autores, cujos fragmentos de obras podem ser identificados em Vitrúvio¹⁶. A estudiosa vê na passagem em questão pontos de contato com Anaxágoras e Diodoro Sículo, este último dando continuidade às ideias de Demócrito. Mas para Romano, Vitruvius ainda combina como um mosaicista a concepção materialista do poema lucreciano ao estoicismo de Posidônio¹⁷. A ideia da obra vitruviana como um mosaico vem de Karl Reinhardt¹⁸ e é assumida também por Mireille Courrént¹⁹. É certo que concepções de diversas correntes de pensamento reverberam nos Dez Volumes. O resultado, porém, parece menos semelhante a um mosaico do que a um amálgama, no sentido de que os contornos dos componentes não são todos nítidos, embora diferentes matizes permaneçam observáveis. Tudo se passa como no andamento de um processo de fusão de elementos diferentes, que antes de se tornarem um todo homogêneo exibem nuances de seus constituintes, sem esconder o que é predominante e o que é mais escasso, mesmo que seus limites já não sejam sempre discerníveis.

Será possível afirmar que a exposição no segundo volume acerca dos materiais e seus princípios constitutivos configura a “ciência do arquiteto”? A única menção que Vitruvius faz no Livro II ao termo *scientia* encontra-se no prefácio, quando o autor se dirige em primeira pessoa ao destinatário da obra (o *Imperator*): “espero, com o auxílio da ciência e dos escritos, alcançar a recomendação”²⁰. A *commendatio* está no escopo do

¹⁶ Romano, E., “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, p. 112.

¹⁷ Ibid., p. 112-113.

¹⁸ Trata-se da obra *Poseidonios* publicada em Munique no ano de 1921 (cf. Romano, E., “La capanna e il tempio: Vitruvio o Dell’architettura”, n. 36, p. 27; n. 72, p. 112).

¹⁹ Courrént, M. “*De Architecti Scientia*”, p. 48.

²⁰ O trecho todo em latim: “*mihi autem, imperator, staturam non tribuit natura, faciem deformavit aetas, ualeitudo detraxit uires. Itaque quoniam ab his praesidiis sum desertus, per auxilia scientiae scriptaque, ut spero, perueniam ad commendationem*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II - II, pref., 4 - p. 3, p. 3). Tradução: “a mim, porém, *Imperator*, a natureza não atribuiu estatura, a idade deformou o semblante, a condição precária de saúde subtraiu as forças. Por conseguinte, como não sou guarnecido por esses atributos, espero, com o auxílio da ciência e dos escritos, alcançar a recomendação”. Sobre a autodescrição

autor como consequência do empenho condensado no escrito, a partir de sua *scientia*. A menção à *scientia* no segundo prefácio diz respeito à obra como um todo e não avança algum juízo sobre o Livro II em especial. Logo, conclui-se que a magnífica jornada pela natureza das coisas não se identifica particularmente à *scientia*, a não ser que esta seja tomada de maneira ampla. Isto é, os estudos contidos no Livro II compõem os *scripta* vitruvianos e resultam, portanto, da *scientia* de seu autor. Mas a *physiologia*, por si só, não coincide com a amplitude da *architecti scientia* proposta como meta aos que pretendem ascender ao templo da arquitetura. A *physiologia* se vincula ao pensamento de Epicuro²¹ e teria sido assimilada por Vitruvius a partir de Lucrécio.

Ademais, como notara Gros²², o segundo volume, do mesmo modo que o sétimo e o oitavo, não se encaixa plenamente na divisão vitruviana da arquitetura em três partes – *aedificatio*, *gnomonice*, *machinatio*²³ – que correspondem de maneira aproximada à divisão das matérias expostas entre os dez volumes. No entanto, é possível que a *aedificatio* em Vitruvius tivesse um sentido mais abrangente, afinal, a inserção do Livro II no conjunto não se dá em absoluto de maneira inadvertida e Vitruvius tem o cuidado de anunciar o percurso proposto à exposição das matérias ali tratadas não apenas no próprio prefácio ao segundo volume, mas já no final do Livro I²⁴ indica a sequência dos assuntos

de Vitruvius, cf. Lima, C. A. B., “*Ratio Venustatis*: razões da beleza nos Livros I e III do *De Architectura*”, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2015, p. 165 et seq.

²¹ Fleury, Ph., “*Commentaire*”, in: Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre I, n. 5, p. 84.

²² Para o comentador, não há efetivamente uma parte, além das três (*aedificatio*, *gnomonice*, *machinatio*), que se ocupe propriamente da técnica (Gros, P., “*Introduction*”, in: Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre II, p. VIII-IX). De acordo com sua interpretação, o percurso normativo produzido pelo arcabouço conceitual do Livro II “pesa pouco no conjunto de preceitos do *De Architectura* relativos à *aedificatio*” (ibid., n. 7, p. IX), sendo possível falar do segundo volume como uma “alteração provisória do plano geral da obra” (ibid., p. X).

²³ Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre I, (I, 3, 1), p. 19: “*partes ipsius architecturae sunt tres: aedificatio, gnomonice, machinatio*. Tradução: “as partes da própria arquitetura são três: edificação, gnomônica, mecânica”. Essa divisão em três partes enunciada no Livro I antecipa os temas que serão abordados nos Dez Volumes, de modo que os Livros de I a VII tratam da *aedificatio*, o IX da *gnomonice* – o estudo das leis do comportamento dos raios de sol através da sombra do gnômon –, enquanto o X aborda a *machinatio* – construção de máquinas e artefatos militares. Os materiais de construção são o assunto do Livro II, mas não aparecem como uma parte determinada da arquitetura, assim como o tratamento dos acabamentos no Livro VII não tem um lugar precisamente definido, estando ambos de algum modo mais ligados à construção de edifícios. O Livro VIII lida com questões de hidráulica e adução de águas, envolvendo bem mais que as edificações tomadas isoladamente, ainda assim enquadra-se na *aedificatio*, segundo o autor, sem que ocupe um lugar específico na divisão tripartite da arquitetura.

²⁴ Vitruve, “*De L’Architecture*”, Livre I, (I, 7, 2), p. 42: “*de ipsis autem aedibus sacris faciundis et de earum symmetriis in tertio et quarto volumine reddam rationes qui in secundo visum est mihi primum de materiae copiis quae in aedificiis sunt parandae, quibus sint uirtutibus et quem habeant usum, exponere, <deinde> commensus aedificiorum et ordines et genera singula symmetriarum peragere et in singulis uoluminibus explicare*”.

a serem abordados nos próximos, sequência essa retomada no terceiro prefácio²⁵. Existe, portanto, nos três primeiros volumes uma espécie de circuito de comentários à decisão de concatená-los do modo segundo o qual foram estabelecidos. Já houve dúvidas e questionamentos quanto à própria pertinência da matéria abordada no Livro II, bem como em relação à ordem do segundo volume no conjunto, entretanto, o autor se antecipara a possíveis críticas: “mas se alguém quiser discutir acerca da ordem desse livro, pensando ser oportuno que viesse em primeiro lugar, não julgue que errei pois apresentarei a razão”²⁶. Os comentários que Vitruvius faz nos Livros I, II e III²⁷ afirmam de maneira geral que o segundo volume trata da preparação dos materiais de construção dos edifícios, suas virtudes e usos, dando a ver que a justificativa do segundo volume aponta para as *utilitates* dos materiais.

Uma característica peculiar do Livro II é possuir duas seções de comentários sobre o próprio volume e sua inserção na obra: em II, pref., 5 e II, 1, 8-9. Geralmente esses comentários vêm ao final dos prefácios e a impressão que fica é a de que esse volume possuísse dois prólogos, um que apresenta a narrativa sobre Dinócrates e outro sobre os *initia humanitatis*, ambos sucedidos pelos comentários do autor situando os leitores sobre a obra. O excuro pela origem da civilização tem fortes pontos de contato com o quinto livro do *De Rerum Natura* de Lucrécio, ao mesmo tempo em que se aproxima de Posidônio e de outros autores. Essa improvável combinação é surpreendente por si só. Ocorre, no entanto, que o excuro pelas origens da vida em sociedade faz as vezes de um segundo prefácio preparando para uma abordagem recorrente no Livro II, qual seja, a investigação acerca da natureza das coisas e suas origens. Os materiais que servem à arte edificatória são constituídos por princípios elementares comuns a todas as coisas, de modo que animais, vegetais e minerais, que em conjunto compõem a natureza, se equiparam diante de um esforço amplo de inteligência de suas propriedades.

²⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (III, pref., 2), p. 42: “itaque, Imperator, in primo uolumine tibi de arte et quas habeat ea uirtutes quibusque disciplinis oporteat esse auctum architectum exposui, et subieci causas quid ita earum oporteat eum esse peritum, rationesque summae architecturae partitione distribui finitiobusque terminaui. Deinde, quod erat primum et necessarium, de moenibus quemadmodum eligantur loci salubres ratiocinationibus explicui, uentique qui sint et quibus <regionibus> singuli spirent deformationibus grammicis ostendi, platearumque et uicorum uti emendate fiant distributiones in moenibus docui et ita finitionem primo uolumine constitui. Item in secundo de materia quas habeat in operibus utilitates et quibus uirtutibus e natura rerum sit comparata peregi. Nunc in tertio de deorum immortalium aedibus sacris dicam et, uti oporteat, perscriptas exponam”.

²⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 1, 8), p. 7-8: “sed si qui de ordine huius libri disputare uoluerit, quod putauerit eum primum institui oportuisse, ne putet me errauisse, sic reddam rationem”.

²⁷ DA (I, 7, 2); (II, 1, 8); (III, 1, 4).

Nesse sentido, o Livro II constitui um prolongamento do Livro I, que, além do ofício do arquiteto e da arquitetura, abordava o estabelecimento dos recintos urbanos, tendo por tônica a ideia de salubridade, cujas explicações dependiam já das doutrinas físicas. O segundo volume expande essa via de reflexão, conduzindo-a a um desenvolvimento original construído em torno da ideia de porosidade e da noção lucreciana de *inane*. Em Lucrécio, a compreensão da natureza parte das ideias de partículas mínimas e do vazio, sem o qual não há movimento ou transformação da matéria. Em Vitrúvio, a ideia de porosidade com a presença de interstícios na constituição dos corpos também se expressa pelo termo *inane*, e ainda por *foramen* ou *raritas*. A expressão *apertas uenas*²⁸ presente no Livro I atesta uma ideia análoga àquela expressa pelos termos que designam o vazio, ocupando este um lugar central no entedimento da transformação e da degeneração dos corpos. A filosofia da natureza, dita *physiologia*, concede ao arquiteto instrumentos para o pensar que estão nas bases da eleição dos locais de assentamento humano e dos critérios para suas disposições, bem como fundamentam a lida com os materiais de construção.

A perquirição sobre a constituição física dos corpos envolve com frequência a ideia de *firmitas*. Vitruvius, vimos, divide a arquitetura em três partes – *aedificatio*, *gnomonice*, *machinatio*²⁹, mas em seguida propõe que a arquitetura, em todas as suas partes, deve observar os raciocínios acerca da firmeza, da utilidade e da venustidade³⁰. A raciocinação sobre a firmeza (*ratio firmitatis*) envolve a determinação justa das fundações até uma camada sólida de terreno, bem como a escolha diligente e sem avareza das provisões de materiais (*copiarum sine auaritia diligens electio*)³¹. Do ponto de vista vitruviano, pensar a *firmitas* é pensar a coesão dos corpos em sua constituição elementar. Assim, a avareza ameaça a firmeza, por exemplo, quando se aplica menos material do que o necessário, de modo que não se atinja terreno firme nas fundações, tornando a obra instável, mas também quando os tijolos (fabricados com misturas contendo minerais) não passam pela secagem adequadamente e a água que persistiu em seu interior levará o material a se mover ou a se deteriorar. A mulher grávida (reino animal), em analogia à árvore (reino vegetal) que floresce, exemplifica uma condição em que a *firmitas* se

²⁸ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 6), p. 23.

²⁹ Ibid., (I, 3, 1), p. 19.

³⁰ Ibid., (I, 3, 2), p. 20: “*haec autem ita fieri debent ut habeatur ratio firmitatis, utilitatis, uenustatis*”.

³¹ Ibid., (I, 3, 2), p. 20: “*firmitatis erit habita ratio cum fuerit fundamentorum ad solidum depressio, quaque e materia, copiarum sine auaritia diligens electio*”.

apresenta reduzida³². Enfim, o calor pode arrebatara a firmeza dos corpos, ao afetar o equilíbrio de seus componentes naturais³³.

Não obstante a riqueza da trama variada que compõe o Livro II, já se conjecturou que seus conteúdos, tal como expostos no escrito, não ocupariam senão um lugar secundário à *aedificatio* e à economia do *De Architectura*³⁴. No Livro I já havia sido anunciado que os volumes terceiro e quarto tratariam da fatura dos templos sagrados e suas *symmetriae*³⁵. De fato, a *symmetria* já foi tomada pelos exegetas como a parte principal da arquitetura, ou ao menos à *aedificatio*, em Vitrúvio³⁶. A atenção em torno da *ratio*, da *proportio* e da *symmetria* – enquanto elaborações abstratas que partem de raciocinações sobre os edifícios – ocupa o cerne e o cor do Livro III. Partindo da *ratiocinatio* do arquiteto, tais cogitações, antes de se materializarem nos edifícios, são invisíveis e ocultas aos demais. Não por acaso o terceiro prefácio se abre com a metáfora de um peito fenestrado no homem permitindo que pudesse revelar seus pensamentos, sentimentos e patentear sua *scientia*. Vitruvius nos diz que a ciência nas disciplinas não está ao alcance dos olhos, de modo que os favores e os louvores são concedidos aos indoutos a partir de sua *ambitio*. Daí o intento vitruviano em revelar sua própria *scientia* por meio da publicação de preceitos para a arquitetura. O terceiro volume condensa as instruções para os acordos proporcionais a serem estabelecidos entre as partes e o todo dos templos que servem de exemplo aos outros gêneros de construções e, nesse sentido, propõe a imagem do homem bem configurado pela natureza, bem como aquela celeberrima do homem que se insere no círculo e no quadrado.

É precisamente nesse ponto em que se opera uma viragem entre o Livro II e o III que se assenta uma dificuldade maior na interpretação do *De Architectura*. Pois no segundo volume, empreendeu-se um enorme esforço de compreensão da natureza das coisas (*rerum natura*) investigando-se a constituição dos corpos e da matéria. Por outro

³² Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, (II, 9, 1), p. 35-36.

³³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 3), p. 22: “*nam semper calor cum excoquit e rebus firmitatem et uaporibus feruidis eripit exsugendo naturales uirtutes*”.

³⁴ Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre II, p. IX-X.

³⁵ DA, (I, 7, 2).

³⁶ Scranton, R. L., “Vitruvius’ Arts of Architecture”, p. 498: “it is strange perhaps, that Vitruvius does not begin with symmetria. This is obviously the fundamental principle in his whole concept of design (and, by consequence, of designing), and his operative basis in calculating specifications”. Segundo Pierre Gros, a *symmetria* consiste na preocupação essencial dos arquitetos, tanto nos templos sagrados quanto nos edifícios privados: “on peut donc être assuré que les livres III et IV délivrent selon leur auteur l’un des messages, et sans doute même le message le plus haut de tout le *De architectura*, celui qui permet d’assimiler la pratique des bâtisseurs à une activité spéculative” (Gros, P., “Introduction”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, p. XI). Cf. *ibid.*, n. 17, p. XI.

lado, no Livro III o autor informa que o corpo do homem foi composto pela natureza de modo a possuir precisas relações proporcionais entre as partes e o todo. Desse modo, o rosto desde o queixo até o alto da testa e a raiz dos cabelos tem a décima parte do corpo, tanto como a mão estendida; a cabeça desde o queixo até sua parte superior tem a oitava; do topo do peito até a base das raízes dos cabelos a sexta parte; do meio do peito até a extremidade superior da cabeça um quarto; da base do queixo à base das narinas tem-se a terça parte da altura do rosto, e assim por diante³⁷.

A descrição vitruviana das proporções das partes do corpo do homem expõe uma série proporcional que começa na relação de um para dez, depois um para oito, daí um para seis, um para quatro, até um para três. Vemos que esse corpo do homem não é tomado a partir de sua constituição de princípios elementares, mas tão somente pelas relações proporcionais entre seus membros. Por isso, mostra-se como corpo sem matéria, mero constructo numérico e proporcional. No entanto, é dito composto pela natureza. Ocorre que a concepção de natureza evocada no Livro III não coincide inteiramente com aquela que opera no Livro II. E um modo de tentar entender tal discrepância é buscar nas fontes do escrito a diversidade de referenciais que se associam ao longo da obra. Assim, no terceiro volume, a natureza que compõe o corpo do homem se aproxima da noção de natureza dos estoicos, podendo significar “aquilo que mantém o cosmos unido”³⁸, ou seja, a razão do universo se faz presente ainda nas proporções existentes entre as partes do corpo do homem. No segundo volume, por outro lado, trata-se de entender a natureza das coisas a partir de suas *temperaturae*, isto é, as combinações de seus princípios elementares.

Havíamos visto como o epicurismo lucreciano em especial permite que Vitrúvio dê forma a desenvolvimentos centrais ao Livro II. O terceiro, porém, reúne todo um aparato de imagens estoicas, incluindo possivelmente o *homo ad circulum*, já que para Posidônio o céu é uma circunferência extrema e sede da divindade. Ora, o Livro III volta-se justamente aos edifícios sagrados e dedicados aos deuses. O homem no centro do

³⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 1, 2), p. 6: “*corpus enim hominis ita natura composuit uti os capitis a mento ad frontem summan et radices imas capilli esset decimae partis, item manus pansa ab articulo ad extremum medium digitum tantundem; caput a mento ad summum uerticem octauae, cum ceruicibus imis ab summo pectore ad imas radices capillorum sextae, <a medio pectore> ad summum uerticem quartae. Ipsius autem oris altitudinis tertia est pars ab imo mento ad imas nares, nasum ab imis naribus ad finem medium superciliorum tantundem; ab ea fine imas radices capilli frons efficitur item tertiae partis. Pes uero altitudinis corporis sextae, cubitus quartae, pectus item quartae*”.

³⁸ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 148, p. 215. Em grego: “φύσιν δὲ ποτὲ μὲν ἀποφαίνονται τὴν συνέχουσιν τὸν κόσμον” (Laertius, D., op. cit., VII, 148).

círculo pode remeter à ideia de que, sendo o cosmos ordenado por uma razão e providência, essa substância única chamada Deus, mente ou destino penetra em todas as suas partes, incluindo o homem. Para explicar o modo segundo o qual essa mente divina está em todas as partes do cosmos, os estoicos se valiam de uma analogia à alma humana, ou seja, “a mente penetra em todas as partes do cosmos, como a alma em nós”³⁹. Assim, para Crisipo e Posidônio, em especial, a *psyche* (ψυχή) humana ilustra, por assim dizer, o *nous* (νοῦς) divino. Mas o constructo vitruviano contemplava ainda o homem inserido no *quadratus*, de modo que a ortogonalidade do traçado em esquadro (precisamente *quadratus*) deixa ver representada a ação do homem discernível na configuração do traçado da maior parte dos assentamentos humanos e de suas cidades, não só aqueles romanos, à época de Vitrúvio.

A imagem estoica de um Hércules capaz de grandes feitos, mas também dotado de sabedoria, abre o Livro II na narrativa que apresenta o encontro de Dinócrates e Alexandre. Já a figura de Sócrates no terceiro prefácio representa uma espécie de precursor do estoicismo. As versões que nos chegaram da Apologia de Sócrates dão conta de um homem pio, dentre elas Xenofonte afirma que Sócrates não introduzia

mais novidades do que todos aqueles que crêem na adivinhação e interrogam o vôo das aves, as vozes, os signos e as entranhas das vítimas: não supõem nas aves nem naqueles com que se encontram o conhecimento do que buscam, mas acreditam que por seu intermédio lho revelam os deuses⁴⁰.

A Pítia e o oráculo tomam parte nas versões da Apologia de Sócrates, sendo que em Platão ocupam um papel decisivo à trama. Em todo caso, é a imagem do oráculo no templo de Apolo em Delfos que abre o prefácio ao Livro III. Nada mais estranho ao epicurismo do que o recurso à divinação ou aos oráculos. Nada mais consonante ao estoicismo.

Valeria ainda atentar para o prefácio ao livro sexto:

tendo sido lançado à costa de Rodes num naufrágio, o filósofo socrático Aristipo, ao descobrir esquemas geométricos na praia, teria exclamado para os

³⁹ Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 138, p. 212-213. Em grego: “εἰς ἅπαν αὐτοῦ μέρος διήκοντος τοῦ νοῦ, καθάπερ ἐφ’ ἡμῶν τῆς ψυχῆς” (Laertius, D., op. cit., VII, 138).

⁴⁰ Xenofonte, “Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates”, II, 1, 20-34, tradução: Líbero Rangel de Andrade, in: Os Pensadores, vol. II, p. 39.

companheiros, segundo se conta: “tenhamos esperança! Vejo sinais de homens”. Imediatamente se pôs a caminho da cidade e dirigiu-se ao ginásio onde, disputando sobre temas filosóficos, foi cumulado de presentes, de tal maneira que não só resolveu as suas dificuldades como também prestou auxílio, aos que haviam naufragado com ele, em roupas e outras coisas de que necessitavam para sobreviver. Como, porém, os seus companheiros quisessem voltar à pátria e lhe perguntassem se queria enviar alguma mensagem para a sua família, pediu-lhes que dissessem o seguinte: “convém oferecer aos filhos bens e equipamentos de viagem que, em caso de naufrágio, possam salvar-se a nado com eles”⁴¹.

O filósofo Aristipo é dito por Vitrúvio ser um seguidor de Sócrates. Golpeado pelo infortúnio do naufrágio, sobrevive junto a alguns companheiros. No litoral de Rhodes, é significativo que se encha de esperança ao avistar esquemas geométricos desenhados (*geometrica schemata descripta*), índices da instrução dos habitantes locais. Em disputas filosóficas no ginásio da cidade Aristipo recebe dádivas que divide com os companheiros, aos quais confia uma mensagem a ser levada à família na terra de origem. Difícil não ver na passagem alguma semelhança aos acontecimentos da vida de Zenão, o fundador da escola estoica, tal como se lê no relato feito por Diógenes Laércio do encontro entre o filósofo, nascido em uma ilha de Chipre chamada Cítion, e Crates de quem seria discípulo: “após haver comprado púrpura na Fenícia, Zenão sofreu um naufrágio nas proximidades do Peiraieus; dirigiu-se então a Atenas [...] e sentou-se na loja de um livreiro. Lendo o segundo livro das *Memorabilia* de Xenofonte, sentiu tanta satisfação que perguntou onde seria possível encontrar homens como Sócrates”⁴². Na sequência, Laércio nos informa que Crates passa próximo ao local e o livreiro aponta para o homem que Zenão procurava.

⁴¹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, pref., 1), p. 1: “*Aristippus philosophus Socraticus, naufragio cum eiectus ad Rhodiensium litus animaduertisset geometrica schemata descripta, exclamauisset ad comites ita dicitur: ‘bene speremus! Hominum enim uestigia uideo’*. Statimque in oppidum Rhodum contendit et recta gymnasium deuenit, ibique de philosophia disputans muneribus est donatus, ut non tantum se ornaret, sed etiam eis qui una fuerunt et uestitum et cetera quae opus essent ad uictum praestaret. Cum autem eius comites in patriam reuerti uoluissent interrogarentque eum quidnam uellet domum renuntiari, tunc ita mandauit dicere: *eiusmodi possessiones et uiatica liberis oportet parari quae etiam e naufragio una possent enatare*”.

⁴² Laértios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 2, p. 181. Em grego: “πορφύραν ἐμπεπορευμένος ἀπὸ τῆς Φοινίκης πρὸς τῷ Πειραιεῖ ἐναυάγησεν. ἀνελθὼν δ’ εἰς τὰς Ἀθήνας ἥδη τριακοντούτης ἐκάθισε παρὰ τινα βιβλιοπώλην. ἀναγινώσκοντος δ’ ἐκείνου τὸ δεῦτερον τῶν Ξενοφῶντος Ἀπομνημονευμάτων, ἡσθεῖς ἐπύθετο ποῦ διατρίβοιεν οἱ τοιοῦτοι ἄνδρες” (Laertius, D., edição: Hicks, R. D., 1972, disponível em:

<<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0257%3Abook%3D7%3Achapter%3D1>>, acesso: 01/02/2020).

No sexto prefácio, Vitrúvio explica quais sejam aqueles bens que se pode salvar consigo em um naufrágio, citando mais um pensador:

Teofrasto, desenvolvendo aquela máxima e afirmando que mais vale a instrução do que a segurança das riquezas, assim afirmou: “sozinho, o douto não é peregrino em terras estranhas, nem tem falta de amigos quando perde os familiares e as pessoas íntimas, mas em toda a cidade será cidadão, e sem temor poderá desdenhar os penosos reveses da fortuna; e quem se julgar protegido, não pelo saber mas pela confiança nos bens materiais, viaja por caminhos inseguros e arrisca-se a uma vida instável e dolorosa”⁴³.

A sentença de Teofrasto exalta o douto, que nunca está só, sendo cidadão em qualquer cidade. A instrução aproxima os homens, não deixando que se tornem peregrinos, unidos por uma espécie de língua comum que excede as riquezas e bens materiais. De fato, a exortação do saber, que não se perde e aproxima os homens, não está em desacordo às proposições dos demais prefácios. Mas é de se notar, para além dessa leitura mais de superfície, as menções a filósofos de diferentes escolas, incluindo até o fundador do epicurismo: “Epicuro, por sua vez, não pensava de outro modo: ‘a Fortuna oferece poucas coisas aos sábios, mas dá-lhes o que, no máximo, lhes é necessário: que se possam governar pelos pensamentos da alma e da inteligência’. Essas coisas foram do mesmo modo afirmadas por muitos filósofos”⁴⁴.

Vitrúvio reconhece uma concordância entre os filósofos no que se refere à importância de se cultivar o pensamento e exemplifica com a escolha de representantes de doutrinas diferentes evocados no sexto prefácio – Aristipo, Teofrasto e Epicuro. Não obstante a proximidade do tema do naufrágio ao estoico Zenão, a narrativa vitruviana coloca como náufrago o filósofo Aristipo de Cirene, fundador da escola dita Cirenaica e conhecido como “um dos mestres do hedonismo”⁴⁵. Sobre Aristipo, Laércio nos deixou escrito que “foi o primeiro dos socráticos a cobrar honorários e a mandar dinheiro ao

⁴³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, pref., 2), p. 2: “*non minus eam sententiam augendo Theophrastus, hortando doctos potius esse quam pecuniae confidentes, ita ponit: doctum ex omnibus solum neque in alienis locis peregrinum, neque amissis familiaribus et necessariis inopem amicorum, sed in omni ciuitate esse ciuem difficilesque fortunae sine timore posse despicere casus; at qui, non doctrinarum, sed felicitatis praesidiis putaret se esse uallatum, labidis itineribus uadentem non stabili, sed infirma conflictari uita*”.

⁴⁴ Ibid., (VI, pref., 3), p. 2: “*Epicurus uero non dissimiliter ait: pauca sapientibus fortunam tribuere; quae autem maxima et necessaria sunt animi mentisque cogitationibus gubernare. Haec ita etiam plures philosophi dixerunt*”.

⁴⁵ Callebat, L., “Commentaire”, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, n. 1, p. 53.

mestre”⁴⁶, contudo, Sócrates teria recusado e devolvido a importância de vinte minas, já que a própria oferta o teria constrangido. Certos ditos espirituosos são atribuídos ao pensador de Cirene, como a afirmação de que “é melhor ser mendigo que inculto; ao primeiro falta dinheiro, enquanto ao outro falta a própria condição humana”⁴⁷. Seria a escolha da figura de Aristipo para abrir o sexto prefácio um recurso de retórica para captar a benevolência de determinados leitores ou antes a exposição de genuína referência vitruviana? É difícil decidir, embora talvez ambas as conjecturas pudessem ser verdadeiras, já que Aristipo é dito filósofo socrático, o que o aproximaria das passagens iniciais do terceiro prefácio e, ao mesmo tempo, o registro de Laércio mostra um filósofo espirituoso em suas frases, capaz de gestos peculiares, e para o qual o fim supremo é o movimento calmo que resulta em sensação⁴⁸.

É preciso lembrar que o sexto livro trata dos edifícios privados que devem igualmente se guiar pelos raciocínios em torno das comensurabilidades e das *symmetriae*⁴⁹, tomando parte na circunscrição da preceptiva anunciada no Livro III e sob o domínio dos esquemas do homem bem configurado pela natureza e do homem no círculo e no quadrado. Vimos a afinidade para com o estoicismo das passagens voltadas às razões da *symmetria*. Porque então Vitruvius encerra as menções a filósofos no prefácio ao Livro VI com Epicuro? Trata-se ali de uma generalização do louvor à razão e às cogitações defendidas e propagadas não apenas por filósofos mas também por poetas e comediógrafos⁵⁰. Em todo caso, valeria atentar para a passagem que se encerra com uma remissão a Epicuro, procurando refletir sobre alguns tópicos de sua doutrina.

Tanto o epicurismo quanto o estoicismo no campo da ética propõem uma escolha. No entanto, segundo Hadot, a escolha estoica situa-se “na linha reta da escolha socrática e é diametralmente oposta à escolha epicurista: a felicidade não consiste no prazer ou no

⁴⁶ Laërtios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, II, 65, p. 64. Em grego: “πρῶτος τῶν Σωκρατικῶν μισθοὺς εἰσεπράξατο καὶ ἀπέστειλε χρήματα τῷ διδασκάλῳ” (Diogenes Laertius, “Lives of Eminent Philosophers”. R.D. Hicks. Cambridge: Harvard University Press, 1972. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0257%3Abook%3D2%3Achapter%3D8>>, acesso: 02/02/2020).

⁴⁷ Laërtios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, II, 70, p. 65. Em grego: “ἄμεινον ἔφη ἐπαίτην ἢ ἀπαιδεύτον εἶναι: οἱ μὲν γὰρ χρημάτων, οἱ δ’ ἀνθρωπισμοῦ δέονται” (Diogenes Laertius, II, 70, op.cit.).

⁴⁸ Laërtios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, II, 85, p. 68. Em grego: “τέλος δ’ ἀπέφαινε τὴν λείαν κίνησιν εἰς αἴσθησιν ἀναδιδομένην” (Diogenes Laertius, II, 85, op. cit.).

⁴⁹ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, pref., 7), p. 5: “igitur, quoniam in quinto de opportunitate communium operum perscripsi, in hoc volumine priuatorum aedificiorum ratiocinationes et commensus symmetriarum explicabo”.

⁵⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VI, (VI, pref., 3), p. 2: “non minus poetae qui antiquas comoedias graece scripserunt easdem sententias uersibus in scaena pronuntiauerunt, ut Eupolis, Crates, Chionides, Aristophanes, maxime etiam cum his Alexis qui Athenienses ait oportere ideo laudari”.

interesse individual, mas na exigência do bem, ditada pela razão e que transcende o indivíduo”⁵¹. Para Epicuro, pois, a escolha socrática e platônica pelo bem não passa de ilusão, na medida em que “o indivíduo é movido apenas pela procura de seu prazer e seu interesse”⁵². Mas não se trata de qualquer prazer, senão de um prazer verdadeiro de existir – uma ausência de sofrimento, quando não se tem fome, sede ou frio – e a que se pode encontrar apenas com o auxílio da filosofia. Haveria, para Epicuro, dois domínios distintos na investigação dos fenômenos físicos, sendo que o primeiro constituiria “o núcleo sistemático indiscutível, que justifica a opção existencial, por exemplo a representação de um universo eterno constituído pelos átomos e vazio no qual os deuses não intervêm”⁵³. E o segundo comportaria “investigações sobre problemas de importância secundária”, como “os fenômenos celestes, meteorológicos, que não permitem o mesmo rigor, mas admitem uma pluralidade de explicações”⁵⁴. Assim, Epicuro procura suprimir o medo dos deuses e da morte, mostrando que “os deuses nada têm a ver com a produção do universo”⁵⁵. Essa ideia se distancia por completo do sentido que a *diuina mens*⁵⁶ assume na obra vitruviana, enquanto uma providência capaz de organizar o universo, presidindo seu destino. Ao falar do movimento dos astros, Vitruvius reforça a concepção segundo a qual “essas coisas são estabelecidas pela divina mente”⁵⁷. Daí também que, para o arquiteto, as raciocinações acerca dos astros (*astrologia*) e a capacidade de explicar eventos passados e futuros revelam a solércia e acume dos Caldeus, aproximando-os em certo sentido aos *mathematici*⁵⁸.

A noção epicurista e lucreciana de vazio, ou *inane*, está no cerne do pensamento vitruviano sobre a matéria. Ao mesmo tempo, em relação ao mundo esférico dos estoicos, o vazio infinito e incorpóreo só existe fora do cosmos: “no cosmos não existe o vazio, sendo ele uma unidade compacta. Essa unidade é o resultado necessário da afinidade e sintonia predominantes entre as coisas celestes e terrestres”⁵⁹. O homem bem configurado

⁵¹ Hadot, P., “O que é a filosofia antiga”, p. 188.

⁵² Ibid., p. 171.

⁵³ Ibid., p. 176.

⁵⁴ Ibid., p. 176.

⁵⁵ Ibid., p. 176.

⁵⁶ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VIII, (VIII, pref., 3), p. 3: “igitur diuina mens quae proprie necessaria essent gentibus non constituit difficilia et cara, uti sunt margaritae, aurum, argentum ceteraque quae neque corpus nec natura desiderat, sed sine quibus mortalium uita non potest esse tuta, effudit ad manum parata per omnem mundum”.

⁵⁷ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre IX, (IX, 1, 1), p. 9: “ea autem sunt diuina mente comparata”.

⁵⁸ DA (IX, 2, 1-3); (IX, 6, 2).

⁵⁹ Laërtios, D. “Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres”, VII, 140, p. 213. Em grego: “ἐν δὲ τῷ κόσμῳ μὴδὲν εἶναι κενόν, ἀλλ’ ἡνῶσθαι αὐτόν: τοῦτο γὰρ ἀναγκάζειν τὴν τῶν οὐρανίων πρὸς τὰ ἐπίγεια σύμπνοιαν καὶ συντονίαν” (Diogenes Laertius, VII, 140, op. cit).

pela natureza e que se inscreve no círculo e no quadrado poderia representar magistralmente essa afinidade e sintonia entre coisas celestes e terrestres. E assim também no interior da reflexão sobre a natureza incorpórea que dá forma à *symmetria* do *homo bene figuratus* – paradigma proporcional à arquitetura – observa-se o elogio à *uoluptas*, o prazer aos olhos como fim da venustidade dos edifícios: “a visão persegue as venustidades, e, se não somos acariciados pelo prazer (*uoluptati*) advindo da proporção e das adições modulares, de modo que o que falta seja aumentado por meio de ajustes, um aspecto devastado e sem graça será remetido aos observadores”⁶⁰. Ora, esse não parece o prazer verdadeiro proposto por Epicuro, aproximando-se mais de um prazer visto como doce e lisonjeiro, censurado ainda por expoentes de diversas escolas filosóficas – epicuritas, estoicos, acadêmicos, peripatéticos – mas, que se estiver dentro dos limites da moderação, poderia ser celebrado quicá por um Aristipo e o é mesmo por Varrão:

pois, ao se pensar dividirem-se em dois, utilidade e elegância, o conjunto das finalidades da natureza destinadas ao uso, de modo que não apenas queremos estar vestidos quando sentimos frio, mas ainda estar vestidos de modo honesto; nem queremos possuir uma casa, tal que apenas estejamos sob um teto e em segurança, como impõe a necessidade, mas ainda queremos estar em uma casa que proporcione prazer; não queremos apenas uma louça que sirva à refeição, mas queremos ainda uma figura bela, forjada por uma artífice, pois uma coisa é satisfazer um homem, outra é satisfazer a humanidade; qualquer taça é boa para um homem com sede, à humanidade é boa se não for pouco bela⁶¹.

A busca em se retrair, desde prováveis fontes, certas ideias que operam no interior do *De Architectura* auxilia a reduzir em alguma medida a falta de nitidez de certas proposições obliteradas pelo gênero da obra – ao arquiteto não cabe desenvolver a exposição das ideias como ao filósofo – mas também pelo desuso em que caíram boa parte das doutrinas evocadas. Todavia, Vitruvius cumpre rigorosamente o itinerário

⁶⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre III, (III, 3, 13), p. 21: “*Venustates enim persequitur uisus, cuius si non blandimur uoluptati proportionem et modulorum adiectionibus, uti quod fallitur temperatione adaugeatur, uastus et inuenustus conspicientibus remittetur aspectus*”.

⁶¹ Em latim: “*quod si quis duplicem putat esse summam, ad quas metas naturae sit perueniendum in usu, utilitatis et elegantiae, quod non solum uestiti esse uolumus ut uitemus frigus, sed etiam ut uideamur uestiti esse honeste, non domum habere ut simus in tecto et tuto solum, quo necessitas contruserit, sed etiam ubi uoluptas retineri possit, non solum uasa ad uictum habilia, sed etiam figura bella atque ab artifice ficta, quod aliud homini, aliud humanitati satis est; quoduis sitienti homini poculum idoneum, humanitati nisi bellum parum*” (M. Terenti Varronis, De Lingua Latina, Liber VIII. Disponível em: <<https://www.thelatinlibrary.com/varro.ll8.html>>, acesso: 03/02/2020). Cf. Novara, A., “Les raisons d’écrire de Vitruve ou la revanche de l’architecte”, p. 306.

preceituado à *scientia* do arquiteto, que deveria ser ornada de muitas disciplinas e variadas erudições. Da miscelânea de fontes em Vitrúvio é possível, no entanto, discenir certas linhas proeminentes que poderiam repercutir no modo de ler o *De Architectura*.

Nota-se que o autor empreende um mergulho no exame da constituição da matéria e da natureza das coisas, recorrendo a doutrinas ditas físicas e em especial ao epicurismo de Lucrécio. São estabelecidas aí as bases para um vôo que dará forma a toda a *aedificatio*, deixando ver na *symmetria* do corpo do homem as marcas da racionalidade do cosmos. Urdindo doutrinas diversas, Vitruvius constrói com sua preceptiva um modo de apreender o mundo a partir da arquitetura em seus escopos vinculados à sua época. Resta, enfim, que para o autor o real propósito da arquitetura não é meramente servir ao poder instituído ou a quem quer que seja, senão dar a ver a *ratio* a toda forma de constructo, pois isso significa agir segundo a natureza e simultaneamente agir eticamente. A escolha socrática que Vitruvius reivindica para si é o ímpeto radical proposto a toda a arquitetura e a mensagem preponderante entre os prefácios. Mas o *De Architectura* combina ainda instruções excelsas de homens excelentes buscando lastrear sua memória a partir de uma liga inquebrantável – aquela que encontra no autêntico pensamento e na *ratio* a verdadeira fundamentação de um *munus non ingratum*.

APÊNDICE – A

Vitrúvio e as cidades romanas

A. Vitrúvio e as cidades romanas

A extensão e a diversidade das áreas conquistadas pelo Império Romano no século I a.C. foram notáveis. Haveria, no entanto, critérios comuns à organização de cidades distantes fisicamente, mas muitas vezes distantes sobretudo quanto às consuetudinárias? Como visto, o cuidado com o desenvolvimento urbano de Roma e seus edifícios recebeu um impulso extraordinário sob Augusto. Mas seria possível que tal apuro alcançasse províncias e colônias afastadas, ou a *maiestas imperii* deveria se confinar à metrópole romana, englobando talvez algumas cidades da Itália? Até que ponto seria possível e viável expressar, tal como escrevera Vitruvius, a autoridade do poder pela grandiosidade de suas construções? Ou estaríamos unicamente diante de um recurso discursivo destinado ao enaltecimento da autoridade a que se dedica o escrito? Pois, seria de se esperar uma distância enorme entre a extenuante busca vitruviana por sistematização de preceitos arquitetônicos até as inúmeras variáveis que poderiam interferir na plasticidade e organização das cidades romanas, determinadas por costumes, leis, necessidades e desejos comuns e individuais.

Para Pierre Grimal, foram os romanos que fundaram as primeiras cidades nas províncias ocidentais do Império, ao contrário do Oriente, que já contava com cidades florescentes¹. Não que nessas províncias ocidentais não houvesse assentamentos caracterizados pela coexistência de habitações próximas umas das outras e mesmo protegidos por muralhas. Sua organização, entretanto, seguia parâmetros diversos dos que norteavam as cidades tal como reconhecemos.

Não teria sido pelo poder militar, mas pela aculturação proporcionada com a imposição da cidade romana aos territórios conquistados no Ocidente a que se devia o estabelecimento duradouro de seu domínio:

¹ Grimal, P. “As cidades romanas”, tradução: Antônio Lopes Rodrigues, p. 9.

os romanos não se deixaram induzir em erro e serviram-se de seu urbanismo como de um poderoso instrumento político. Tácito pôs na boca do rebelde bretão Calgacus uma violenta invectiva contra a vida urbana que transformava profundamente a alma de seus compatriotas e pouco a pouco os acostumava à escravidão. Mas todo este domínio não se deveu unicamente à sedução do luxo, dos banhos, de uma alimentação melhor, do ócio à sombra dos vencedores. Além de representar um determinado número de comodidades materiais, a cidade romana era sobretudo o símbolo onipresente de um sistema religioso, social e político que formava a verdadeira estrutura da romanidade².

Mais até que o símbolo da conquista, a cidade configurava um modo de articular os corpos em um determinado espaço físico – os corpos edificados, em sua pretensa imobilidade perene, mas também os corpos dos habitantes em seus itinerários cotidianos em torno dos símbolos religiosos, institucionais, administrativos, recreativos e de proteção contra ataques, como as muralhas. Haveria ainda por parte das colônias uma tentativa de reproduzir características da metrópole, modelo por excelência às demais cidades romanas³.

O estabelecimento dos limites e contornos da cidade de Roma estava intrinsecamente conectado a ritos religiosos, crenças e práticas que faziam remontar à sua fundação mítica por Rômulo. O *De Architectura*, por seu turno, ao tratar do estabelecimento das cidades em seu Livro Primeiro sequer menciona tais condicionantes, embora contemple critérios religiosos que fundamentam a inserção conveniente dos edifícios sagrados na organização dos recintos urbanos. Se a dimensão religiosa e ritual da fundação da *Vrbs* servia de referência à constituição das demais cidades romanas e as prescrições de Vitruvius, abrangendo apenas uma parte do Primeiro Volume, destoam delas por seu enfoque menos religioso do que sistemático (e vivamente preocupado com as questões de salubridade envolvidas nas construções), poderíamos ter aí uma fonte de incompatibilidade fundamental. A fundação das cidades romanas não se orientava por alguma preceptiva, mas por razões práticas e processos derivados dos ritos religiosos.

² Grimal, P. “As cidades romanas”, p. 10.

³ Segundo Grimal, “neste aspecto, as cidades romanas – e, muito particularmente, as que foram fundadas especificamente por cidadãos romanos separados da metrópole e às quais se dá o nome de colônias – são uma imagem de Roma. Reproduzem tão fielmente quanto possível as instituições, os monumentos, os cultos da cidade-mãe, a *Urbs*, a Cidade por excelência, e encontramos em toda a parte, nos locais mais remotos das províncias mais longínquas, as características essenciais da capital” (Grimal, P., “As cidades romanas”, p. 11).

Valeria tentar examinar eventuais distanciamentos e quiçá incompatibilidades entre as práticas de fundações de cidades romanas e as prescrições vitruvianas, bem como possíveis consonâncias.

Na parte do Livro I do *De Architectura* dedicada à implantação dos recintos urbanos, a palavra *moenia* se refere à fortificação que circunscreve a cidade, protegendo-a, e acaba por se tornar o termo eleito de preferência para designar metonimicamente a própria urbe⁴. Isto é, cidade e muros se confundem. Ao mesmo tempo, os limites e a configuração urbana parecem balizar-se por tais equipamentos de defesa. Mas em que medida os preceitos de Vitrúvio refletem usos construtivos de sua época? Trata-se do registro de práticas correntes ou da elaboração por parte do autor de uma proposta nova de cidade, conformada pelos limites impostos pelos muros? Pois, Vitrúvio deixa claro que, mesmo valendo-se das contribuições fundamentais dos ilustres autores pregressos, e sorvendo seus ensinamentos tal como quem aproveita as fontes de água límpida, está disposto a fazer de sua obra manancial ainda mais afluyente por meio de suas *institutiones nouas*⁵.

Para alguma compreensão do momento histórico em que se insere a escrita do *De Architectura*, é necessário, porém, apreender na muralha mais que um dispositivo de defesa, e sim, o desdobramento de antigos rituais religiosos, concernentes à constituição da cidade a partir de sua delimitação:

a construção de uma muralha ao redor de uma cidade não é apenas uma resposta, seja em Roma ou em suas colônias, a necessidades de defesa e de segurança. É também, e talvez em primeiro lugar, um gesto que se inscreve na dialética complexa do exterior e do interior, do “de cá” e do “de lá”: ele tende a separar simbolicamente tanto quanto a delimitar concretamente. A muralha é antes de tudo a materialização de uma linha de caráter mágico marcando a passagem entre a *urbs* e o *ager*, entre a cidade e o que não é cidade, entre os

⁴ Segundo Justino Maciel, o termo *moenia* designa “muralhas, recinto fortificado e, por metonímia, cidade” (Maciel, M. J., in: Vitrúvio, “Tratado de arquitetura”, n. 101, p. 81). E *oppidum* significa cidade fortificada: “em Vitrúvio, essa palavra parece ser sinônima de *moenia* e de *ciuitas*. [...] Por sua vez, o termo *ciuitas*, ‘cidade’, sublinha o conceito jurídico da cidade como ponto de referência para os cidadãos. Por vezes, Vitrúvio usa o termo *urbs*, ‘urbe’, para se referir à cidade, ainda que mais raramente, porque, de fato, para os romanos, a *Vrbs* por excelência era Roma” (Ibid., n. 18, p. 64).

⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre VII, (VII, pref., 10), p. 5: “*talibusque confidentes auctoribus audemus institutiones nouas comparare*”. Tradução: “confiantes em tais autores notáveis, ousamos propor novas instituições”.

cidadãos e os que não são ainda (os camponeses autóctones, por exemplo) ou os que não são mais (os mortos)⁶.

Tito Lívio nos transmitiu, no século I, narrativas da fundação de Roma ocorrida mais de seis séculos antes. O assassinato de Remo por Rômulo, a partir da versão que Lívio afirma ser a mais difundida (*uulgatior*), mostra que Remo teria transposto o muro, vindo a ser punido pela transgressão com a própria vida, o que passa a ser norma vigente, segundo o relato, pela imprecação de Rômulo irado: “assim então [ocorrerá] com qualquer outro que transpuser o muro’, haverá de ser morto”⁷.

O muro é intransponível no sentido religioso e jurídico, pois intocável, afirma Pierre Gros, que nos lembra ainda que o Digesto do sec. II a. C., isto é, a recolha de leis do período, atesta que deveria ser punido com a pena capital aquele que ultrapassasse a muralha, seja demolindo-a ou a escalando⁸. Evidentemente é necessário entrar e sair da cidade, o que deveria se dar de maneira completamente regrada, de modo que a única maneira aceitável de transpor os muros da cidade era pelas portas⁹ instituídas no rito de estabelecimento dos muros. Rykwert mostra que a parte mais importante das cerimônias de fundação das cidades consistia na abertura do “*sulcus primigenius*, o sulco inicial”:

isso era executado pelo fundador com um arado de bronze ao qual (segundo Catão que, por sua vez, depende de Sérvio) jungia um boi e uma vaca brancos, ficando o boi na parte de fora do limite e a vaca, do lado de dentro. Se, portanto, devemos acreditar nos diversos relatos sobre o caminho seguido por Rômulo, a procissão provavelmente avançou em sentido anti-horário, partindo do extremo sudoeste do lugar. O fundador encontrava-se, então, com seus seguidores no local combinado. Colocando o arado obliquamente, de maneira que toda a terra caísse na parte de dentro do sulco, a cabeça coberta com a borda de sua toga, enrolada firmemente ao corpo, ele arou ao redor de toda a

⁶ Gros, P. “L’Architecture Romaine- du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire”. Vol. I – Les Monuments Publiques, p. 26. Paris: Éditions A. e J. Picard, 1996.

⁷ Tite-Live, “Histoire Romaine”, Tome I, Livre I, texte établi par Jean Bayet et traduit par Gaston Baillet, I, 7, p. 13: “*sic deinde, quicumque alius transiliet moenia mea, interfectum*”. A obra de Tito Lívio, “*Ab urbe condita*” também está disponível em < <http://www.latin.it/versione/33259> >, acesso: 09/06/2016.

⁸ Gros, P. “L’Architecture Romaine- du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire”. Vol. I – Les Monuments Publiques, p. 26. Paris: Éditions A. e J. Picard, 1996.

⁹ Rykwert sustenta que eram três os portões de uma cidade, segundo o rito etrusco (Rykwert, J. “A ideia de cidade”, p. 62).

cidade. Se alguma terra caísse na parte de fora do sulco, os acompanhantes do fundador recolhiam-na e a jogavam dentro dos limites da cidade¹⁰.

Nos pontos destinados aos portões da cidade o arado era levantado, e com isso, “segundo os autores antigos¹¹, este ato de carregar (*portare*) o arado é a origem da palavra porta (*porta*)”¹². Rykwert prossegue descrevendo a fundação da cidade, segundo o rito que se supõe:

os muros que seguiam a linha traçada no terreno pelo arado do fundador eram considerados sagrados, enquanto os portões ficavam sujeitos à jurisdição civil. Assim, a nova cidade estava agora plenamente constituída. Os novos habitantes haviam tomado posse do lugar e expulsado os fantasmagóricos habitantes anteriores que não eram amigáveis. Havia dado nome à cidade e invocado uma divindade protetora, acendido o fogo em sua lareira e marcado os limites. Tudo isso era feito publicamente¹³.

Figura 1: Rômulo e Remo, Denário de L. Papius Celsus. Instituto Warburg. Fonte: Rykert, J., “A ideia de cidade”, p. 1.

¹⁰ Rykwert, J., “A ideia de cidade”, p. 62.

¹¹ Sérvio, em “Comentário sobre Virgílio, Eneida, II, 730; e, Catão apud Isid., 1, 15 (Rykwert, p. 62).

¹² Rykwert, J., “A ideia de cidade”, p. 62.

¹³ Ibid., p. 62-63.

Figura 2: O fundador da cidade abrindo o sulco. Anverso de moeda de Berytus (Beirute) do reinado de Claudio.
Fonte: Rykwert, J. "A ideia de cidade", p. 63.

Pierre Gros recorre ao Digesto (I, 8, 1), no qual o jurisconsulto Gaius, ativo entre os reinados de Adriano e Marco Aurélio, definia a muralha e as portas como *res sanctae*, diferenciando-as dos lugares e edifícios sagrados – *res sacrae*¹⁴. Segundo esse entendimento, muralhas e portas ocupavam um estatuto que não coincide com os edifícios sagrados, e muito menos com os profanos¹⁵. Trata-se de uma diferença sutil das muralhas e portas em relação às construções sagradas, mas que pode decorrer das mudanças que a própria religião tomara durante a passagem dos séculos em Roma. Isto é, a filiação divina assumida pelos imperadores romanos cultuados como deuses (a partir da segunda metade do século I a. C.) conferia sobretudo aos templos funções bastante específicas, unindo o universo religioso à política num quadro governamental sem precedentes¹⁶, distante já de certos ritos ancestrais, propalados com a própria figura mítica de Rômulo.

Vale ressaltar, todavia, que, segundo registros como o de Varrão¹⁷, os fundadores de Roma seguiram o rito etrusco para delimitar a cidade no Lácio, traçando os limites

¹⁴ Gros, P. "L'Architecture Romaine - du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire". Vol. I – Les Monuments Publiques, p. 26. Paris: Éditions A. e J. Picard, 1996.

¹⁵ Boa parte das construções profanas faziam parte da edilícia pública, como basílica, teatro, terma, entre outros. Os templos também estavam entre os edifícios públicos.

¹⁶ Frank Brown resume bem a questão ao tratar da arquitetura do início do Império: "the gods to whom the empire addressed its rituals of public worship, had become the symbols of the forces that had brought the Empire to pass, animated it, and would maintain it. [...] They were the eternal witnesses and guarantors of the rightness and expediency of Rome's self-destined supremacy. Now, as never before, the gods were identified with the state. Now, as never before, the temple stood for the Empire" (Brown, F. E., "Roman Architecture", p. 26).

¹⁷ Varro, *De Lingua Latina*, V, 148.

com o arado. Em seguida cavava-se uma *fossa* e a terra depositada do lado de dentro fazia o *murus*. A marca que circundava (*orbis*) a cidade, estando depois do muro, foi chamada de *pomerium*¹⁸ (*post murum* > *postmerium* > *pomerium*) e determinava o limite de proteção da cidade pelos auspícios. Assim, segundo Gros, nesse momento longínquo “pouco importa que a muralha seja efetivamente construída: ela existe como limite efetivo a partir do momento em que a extensão da cidade é definida ritualmente”¹⁹. O estudioso nos leva a ver que a definição da muralha é um elemento central para que se compreenda a delimitação da cidade, dado seu “papel decisivo na organização dos espaços e na definição dos circuitos”²⁰. De qualquer modo, não se pode perder de vista que muito do que se tem de informação sobre a remota fundação de Roma é proveniente de autores do sec. I a. C. e I d. C., que, distantes temporalmente daqueles acontecimentos, impõem já sua interpretação:

o sistema transmitido pelos textos, de Varrão a Dionísio de Halicarnasso não reflete senão imperfeitamente a realidade dos períodos arcaicos. Ele é o resultado de uma codificação ao mesmo tempo técnica, jurídica e religiosa dos princípios da ciência augural reavaliados em função das exigências da organização dos espaços urbanos e agrários. Nesse sentido, ele procede de uma espécie de imaginário da fundação urbana, e mais precisamente daquele de Roma²¹.

Embora escassos e lacunares, certos vestígios arqueológicos fornecem indicações de possíveis fortificações primevas. Assim, as escavações de Andrea Carandini na encosta setentrional do Palatino puderam identificar um fragmento de muro com base de tufo (uma espécie de rocha de baixa densidade) e erguido em barro, recebendo ainda uma paliçada de madeira: “com largura de 1,20m na base, pode pertencer à muralha de Rômulo que cercava o Palatino, pois a estratigrafia situa a construção em torno de meados do século VII a. C.”²². Já havia um fosso artificial (*fossa*) ao redor da estrutura desse suposto primeiro muro, o qual teria sido logo substituído por outro composto de blocos de tufo,

¹⁸ O *pomerium* “designa uma faixa de terra situada tanto no interior quanto no exterior da muralha e seguindo o movimento dela” (Gros, P. “L’Architecture Romaine - du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire”, p. 27).

¹⁹ Gros, P. “L’Architecture Romaine - du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire”. Vol. I – Les Monuments Publiques, p. 27. Paris: Éditions A. e J. Picard, 1996.

²⁰ Ibid., p. 27.

²¹ Ibid., p. 27.

²² Ibid., p. 27.

conforme indica um outro fragmento, datado como pertencente entre o final do século VII e início do VI a. C., e identificado à fortificação de Tarquínio, o Velho, conforme descrito por Tito Lívio²³. Gros enfatiza a importância de uma linha, a cerca de 13m em direção ao interior da área determinada pelo fosso, em que se observa os buracos deixados por estacas, indicando a existência de uma barreira de madeira, “interpretada como um limite pomerial”²⁴.

Mas o recinto fortificado no monte Palatino precisaria ser ampliado para comportar a expansão da cidade. Por isso, erige-se uma muralha de 10km em pedras talhadas, provida de um contra-forte de terra (*agger*) – o chamado Muro Serviano –, construído pelo penúltimo rei de Roma, Sêrvio Túlio. Não se deve confundir com os vestígios observáveis atualmente, que embora ditos partes do muro serviano, não representam a muralha erigida no século VI a.C., mas a reconstrução (em tufo de *grotta oscura*, ou tufo de Fidenas²⁵) no século IV a. C. que sucedeu o assalto dos Gauleses²⁶. Ainda segundo Gros, a *grotta oscura* é proveniente de Veios²⁷, território conquistado apenas em 396 a.C.²⁸, e o muro dito “serviano” data do século IV. Ele ampliava o anterior e englobava as colinas do Quirinal, do Capitólio, do Palatino, do Aventino, do Opiano, do Esquilino, do Císpio e do Viminal. Tratava-se de uma muralha com uma largura média de 3 a 4m e com altura de 10 a 12m, construída por diferentes equipes trabalhando simultaneamente, o que se conclui pela observação das junções das partes internas²⁹.

Figura 3: Corte da muralha "serviana", segundo F. Coarelli.

Fonte: P. Gros, "L'Architecture Romaine", p. 28.

²³ Segundo Tito Lívio (I, 38), a fortificação de Tarquínio, o Velho, teria sido a primeira em pedra talhada (Gros, P. "L'Architecture Romaine", p. 27).

²⁴ Gros, P. "L'Architecture Romaine", p. 28.

²⁵ Fidenas (ou *Fidenae* em latim) foi uma antiga cidade do Lácio.

²⁶ Gros, P. "L'Architecture Romaine", p. 28.

²⁷ Antiga cidade etrusca. *Veii* em latim.

²⁸ Gros, P. "L'Architecture Romaine", p. 28.

²⁹ Ibid., p. 28.

De qualquer modo, o muro é apenas uma parte do conjunto defensivo que alcançava cerca de 90m de largura, começando com um fosso trapezoidal de 15m de profundidade, com 8m de largura na sua base e alcançando 36m de largura na sua superfície. A 8m do fosso vinha o muro, atrás do qual era feito um terrepleno (*agger*) que se inclinava suavemente por 42m do topo do muro até quase o nível do solo, constituindo como que um contraforte. Assim, o terrepleno, ou *agger*, tinha duas funções: a de permitir acesso ao caminho de ronda e reforçar a resistência do muro aos projéteis lançados pelas máquinas de assalto. O topo do terrepleno acabava com uma plataforma horizontal, o *super aggerem*, unindo-o ao muro, e partia de um pequeno arrimo, o *sub aggere*, na parte interna do recinto fortificado³⁰.

Figura 4: Muro Republicano do Aventino, segundo G. Sjöflund.

Fonte: Gros, P., “L’Architecture Romaine”, p. 29.

Essa fortificação do século IV a. C. recebeu ao longo dos anos diversas restaurações, tendo sido danificada pelas lutas civis. Alguns trechos podem ser vistos até hoje, como o fragmento situado na encosta do Aventino, datando de sua última fase – em torno do ano 90 a.C. –, e que exibe um encaixe de pedras pouco cuidadoso em *opus reticulatum* e aberturas sob arcadas para servir às peças de artilharia.

³⁰ Gros, P. “L’Architecture Romaine”, p. 28.

Figura 5: Abertura para peça de artilharia no Muro Republicano. Foto: J.-P. Adam. Fonte: Gros, P., “*L’Architecture Romaine*”, p. 29.

Contudo, com a ascensão de Augusto no final do século I a.C. e o restabelecimento da paz na Itália, mas, sobretudo em função da expansão da cidade de Roma, ocorre algo surpreendente:

a muralha, ou pelo menos os fragmentos que dela restavam, foram integrados aos territórios construídos e em larga medida ultrapassados pelos imóveis. A *Vrbs* seria doravante uma cidade ‘aberta’, limitada apenas por blocos de habitação, as *continentia (tectae)*. A ‘grande Roma’ augustana de quatorze regiões, instaurada em 7 a.C. ratificou administrativamente esse estado de coisas que viria a durar por quase três séculos, até a construção da muralha de Aureliano entre os anos 270-275 d.C. Muitas expansões do *pomerium (prolationes)* permitiram ao longo do Alto Império conciliar, não sem atraso, entretanto, o desenvolvimento efetivo da cidade e o limite religioso dos *auspicia urbana*. Mas a relação orgânica teoricamente estabelecida entre a *urbs* e o *imperium* não facilitava as adaptações que no entanto eram necessárias: apenas os imperadores que haviam conquistado novas regiões e constituído novas províncias estavam habilitados a proceder oficialmente a essas ampliações do espaço urbano³¹.

Ora, como entender, assim, a identificação feita por Vitrúvio entre muralha e o próprio recinto urbano? O Livro I do *De Architectura* se inicia expondo em que consiste

³¹ Gros, P., “*L’Architecture Romaine*”, p. 29.

a disciplina do arquiteto, as erudições que lhe são complementares, os elementos que constituem o cerne da arquitetura e a sua divisão em três partes – *aedificatio*, *gnomonice*, *machinatio*³². Na sequência, trata da abordagem da implantação dos recintos urbanos: “no que diz respeito às cidades, serão estes os princípios. Primeiro, a eleição de um lugar o mais saudável possível. Ele será alto e não nebuloso, sem geadas e voltado para um quadrante que não seja nem quente nem frio, mas temperado”³³.

Muito embora a salubridade seja o ponto central do trecho apresentado, este breve excerto deixa ver a sobreposição semântica entre muralha e cidade em Vitrúvio: “*in ipsis uero moenibus ea erunt principia*”. O termo *moenia*³⁴ aí não quer dizer exatamente muralha, mas designa o conjunto habitado, isto é, a cidade. O que fica claro com a continuação do texto chamando a atenção para a escolha de um lugar salubre, alto, pouco nebuloso, temperado. Trata-se claramente de instruções para a implantação de um assentamento³⁵, antes da exposição de critérios para a elaboração da muralha propriamente dita, o que será apresentado um pouco a frente no escrito, com o emprego do mesmo termo *moenia*.

A sequência do texto indica como a exposição ao frio e ao calor altera os corpos, justificando a atenção recomendada à eleição do lugar em que a cidade será instalada, em virtude das condicionantes climáticas. Mas Vitrúvio se refere ainda ao modo segundo o qual os antigos avaliavam um local em que desejassem se fixar pela inspeção dos fígados dos animais do local³⁶. O relato vitruviano do modo antigo de escolha de um lugar para

³² Essa divisão em três partes enunciada no Livro I antecipa os temas que serão abordados nos Dez Volumes, de modo que os Livros de I a VII tratam da *aedificatio*, o IX da *gnomonice* – o estudo das leis do comportamento dos raios de sol através da sombra do gnômon –, enquanto o X aborda a *machinatio* – construção de máquinas e artefatos militares. O Livro VIII lida com questões de hidráulica e adução de águas e, embora haja um livro inteiro dedicado ao tema, aparentemente não se enquadra de maneira plena na divisão tripartite da arquitetura.

³³ Vitrúvio, “Tratado de arquitetura”, (I, 4, 1), p. 83. Em latim: “*in ipsis uero moenibus ea erunt principia. Primum electio loci saluberrimi. Is autem erit excelsus et non nebulosus, non pruinosus regionesque caeli spectans neque aestuosas neque frigidas sed temperatas*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 4, 1 - p. 20-21).

³⁴ Cf. n. 4 deste Anexo 1.

³⁵ Cf. Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 4, 1-12), p. 20-27.

³⁶ Vitrúvio, “Tratado de arquitetura”, (I, 4, 9), p. 87. Em latim: “*itaque etiam ueterem reuocandam censeo rationem. Maiores enim pecoribus immolatis quae pascebantur in his locis quibus aut oppida aut castra statua constituebantur inspiciebant iocinera et, si erant liuida et uitiosa primo, alia immolabant dubitantes utrum morbo na pabuli uitio laesa essent. Cum pluribus experti erant et probauerant integram et solidam naturam iocenurum ex aqua et pabulo, ibi constituebant munitiones; si autem uitiosa inueniebant, iudicio transferebant idem in humanis corporibus pestilentem futuram nascentem in his locis aquae cibique copiam et ita transmigrabant et mutabant regiones quae rentes omnibus rebus salubritatem*” (Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I - I, 4, 9 - p. 24-25). Tradução: “por isso, estimo que ainda e ainda as razões dos antigos devam ser evocadas. Pois, os antepassados, tendo imolado os animais que pastavam naqueles locais em que queriam constituir ópidos ou acampamentos fixos, inspecionavam os seus fígados. Se as vísceras

implantação do recinto urbano se afasta do rito mágico-religioso³⁷ da inspeção das vísceras dos animais, e adquire o sentido de uma verificação prática, tomando as entranhas de animais como índices ou amostras das condicionantes ambientais, segundo um raciocínio a partir da prática antiga. Não há qualquer referência à adivinhação ou ao cumprimento de um rito religioso. Vale notar ainda na passagem (I, 4, 9) a mudança na terminologia empregada por Vitruvius para designar os assentamentos antigos: *ópidos*³⁸ (*oppida*) e acampamentos fortificados permanentes³⁹ (*castra statiuia*) e não *moenia*. Se aos nossos olhos de leitores modernos *oppida* e *moenia* até pudessem ser tomados como termos intercambiáveis, a economia do texto parece indicar uma sutil diferença entre as designações para cidade fortificada. Vitruvius dá instruções para a construção da *moenia*, que não se confunde com os antigos *oppida*, tampouco aos acantonamentos militares (*castra statiuia*). A sequência do *De Architectura*, retoma pouco a frente o termo inicial:

portanto, quando, por meio dessas regras for possível garantir salubridade ao desenvolvimento do recinto [*moenia*] a ser disposto, e as regiões escolhidas forem abundantes em frutos para alimentar a cidade [*ciuitatem*] e tiverem rotas viárias, ou bem, oportunidades de rios ou condução por portos marítimos para facilidade nos transportes até o recinto urbano [*moenia comportationes*], então,

do primeiro estivessem escuras e defeituosas, outros animais imolavam, duvidando se estivessem lesadas por uma morbidez ou pela pastagem. Após terem examinado múltiplas vísceras, e provando íntegra e plena a natureza dos fígados, em função da água e do pasto, ali constituíam suas fortificações; se, no entanto, encontrassem vísceras viciosas, saberiam que as futuras provisões pestilentas de água e alimento originadas naquele local seriam transferidas aos corpos humanos. Sendo assim, migravam, mudando de região à procura de salubridade em todas as coisas”.

³⁷ Rykwert descreve o rito antigo bastante difuso na fundação das cidades: “no mesmo dia e no mesmo lugar ou, se os deuses não se mostrassem propícios, em dia e lugar mais favoráveis, era oferecido um sacrifício. Examinava-se as entranhas, especialmente o fígado, e talvez os intestinos, do animal sacrificado, em busca de novos presságios. Disto se encarregava um adivinho de categoria especial, o arúspice, ou adivinhador pelo fígado. Do mesmo modo que acontecia com os auspícios, a tradição atribuía uma origem etrusca à aruspicação, e esta prática manteve-se fiel até o início da era cristã. O exame das entranhas dos animais sacrificados em busca de bons presságios era uma prática universal. O método específico de adivinhação pelo fígado parece ter suas origens remotas na Suméria, de onde se difundiu para os hititas e outros povos. [...] Ainda que numerosos documentos relacionados com essa prática subsistam, é muito pouco o que sabemos acerca das normas e procedimentos práticos da adivinhação pelo fígado na Mesopotâmia. Nossos conhecimentos sobre o sistema etrusco são ainda menores. O mais importante dentre os documentos etruscos conservados é um modelo de fígado de bronze, atualmente no museu de Piacenza. Quase todos os pesquisadores opinam que este modelo era utilizado para fins didáticos em alguma escola de divinação, enquanto outros consideram um simples amuleto” (Rykwert, J. “A ideia de cidade”, p. 43-44).

³⁸ Conforme Torrinha, o termo *oppidum* designa “cidade fortificada; praça forte; fortaleza”, mas também “cidade em geral” (Torrinha, “Dicionário latino-português”, p. 589). Cf. n. 4 deste Anexo 1.

³⁹ De acordo com Justino Maciel, *castra statiuia* diz respeito a “acampamento fortificado permanente, acantonamento fixo, castro militar romano. Em latim, a expressão é usada no plural, muitas vezes só a palavra *statiua*, subentendendo-se *castra*” (Maciel, M. J., in: Vitruvius, “Tratado de arquitetura”, n. 119, p. 87).

os fundamentos das torres [*turres*] e das muralhas [*murorumque*] assim devem ser feitos [...]”⁴⁰.

Esse excerto abre no Livro Primeiro a série de recomendações de caráter propriamente defensivo, enumerando as regras construtivas para as torres (*turris*), as muralhas (*murus*), os terraplenos (*agger*) e os fossos (*fossa*). Mas deixa evidente que a palavra *moenia* designa mais que o conjunto de proteção física das cidades. Quanto às preocupações elencadas com a salubridade, abastecimento de alimentos e acesso, não podem dizer respeito senão ao assentamento como um todo, e se expressam pelo termo *ciuitas*. A enumeração subsequente dos elementos de defesa militar do recinto urbano enseja um vocabulário preciso e inequívoco, configurando de maneira condensada um conjunto de lições do conjunto de proteção da cidade, a partir de um viés puramente estratégico:

por sua vez, as torres deverão ficar salientes para o lado exterior, de tal maneira que, quando num ataque o inimigo quiser aproximar-se da muralha, os atacantes possam ser feridos nos flancos desprotegidos, à direita e à esquerda, com os dardos lançados das torres⁴¹.

E Vitruvius retoma o termo *oppidum* ao instruir sobre a disposição das muralhas: “com efeito, os ópidos não deverão ser estabelecidos em forma quadrada nem com ângulos salientes, mas em circuitos, de modo que o inimigo possa ser observado a partir de vários lados”⁴². O que faz pensar numa possível gradação em que *oppidum* serve para indicar mais especificamente a muralha enquanto artefato construtivo de proteção; a *ciuitas* como vocábulo que procura apontar a dimensão abstrata envolvida nas tramas de relações e necessidades estabelecidas entre os membros de um grupamento humano que dividem um mesmo lugar; *moenia* ocuparia um lugar intermediário aos termos anteriores, abarcando ao mesmo tempo algo do dispositivo tectônico da muralha – que confere

⁴⁰ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 5, 1), p. 27-28: “*cum ergo his rationibus erit salubritatis [in] moenium conlocandorum explicatio regionesque electae fuerint fructibus ad alendam ciuitatem copiosae et uiarum munitiones aut opportunitates fluminum seu per portus marinae subuectiones habuerint ad moenia compositiones expeditas, tunc turrium murorumque fundamenta sic sunt facienda [...]*”.

⁴¹ Vitruvius, “Tratado de arquitetura”, (I, 5, 2), p. 90.

⁴² Ibid., (I, 5, 2), p. 91.

unidade física, delineando o perímetro do recinto, o *oppidum* –, e algo da constituição nem sempre palpável da *ciuitas*.

De qualquer maneira, a publicação do *De Architectura* remonta possivelmente a algum momento próximo ao ano 27 a. C., e sua elaboração pode não ter sido breve⁴³, de modo que é bastante provável que seu autor tenha vivido e mesmo composto a obra nas fases finais de um período de forte agitação militar, aquele de meados até segunda metade do século I a.C., e “uma vez que se dissemina o amplo movimento de municipalização, como consequência da guerra social, a Itália das *urbes* se converte também naquela das *moenia* (fortificações)”⁴⁴. Ou seja, é provável que quando Vitruvius dá instruções para o estabelecimento da *moenia* esteja acenando diretamente para algo em curso em seu tempo – a multiplicação de fortificações.

Pierre Gros mostrou como os remanescentes bem preservados da muralha (datando de meados do século I a. C.) da cidade samnita de Telesia, no Benevento, estão em consonância às prescrições vitruvianas, que previam torres circulares no lado externo do circuito produzido pela muralha, permitindo o máximo de eficiência à defesa. Esse raro vestígio arqueológico permite igualmente conectar o *De Architectura* às contingências de seu tempo, franqueando um vislumbre da direção a que mirava seu autor.

⁴³ Pellati, por exemplo, propõe que o *De Architectura* tenha recebido duas edições: uma menor em 45 a.C. e outra em Dez Livros no ano 15 a.C. (Pellati, F. “La basilica di Fano e la formazione del Trattato de Vitruvio”).

⁴⁴ Gros, P., “L’Architecture Romaine”, p. 35. Vale lembrar que *urbes*, segundo Varrão, advém de *orbis* e de *uruo*. Isto é, como circunscrição determinada pelo sulco do arado, a “órbita” descrita pelo arado: “*quare et oppida quae prius erant circumducta aratro ab orbe et uruo urb<e>s*” (Varro, “*De lingua latina*”, (V, 143), disponível em: <<https://archive.org/stream/onlatinlanguage01varruoft#page/134/mode/2up>>, acesso: 21/06/2016).

Figura 6: Plano da fortificação de Telesia.

Fonte: Gros, P., “L’Architecture Romaine”, p. 36

Mas, se o *De Architectura* reflete um momento das práticas construtivas e constitutivas ao menos de algumas cidades itálicas, isso ainda não diz muito quanto às relações e similaridades entre o urbanismo da metrópole e aqueles das províncias. Sendo assim, valeria empreender um exame sobre o possível alcance da proposta vitruviana. Em outras palavras, é de se perguntar se as prescrições de Vitruvius seriam adequadas também às províncias ou de preferência à metrópole tal como parece indicar o primeiro prefácio, uma vez que ali o autor prometia ao *Caesar* engrandecer o poder de Roma com a autoridade de edifícios egrégios⁴⁵.

⁴⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, pref., 2), p. 2-3: “cum uero adtenderem te non solum de uita communi omnium curam publicaetque rei constitutione habere, sed etiam de opportunitate publicorum aedificiorum ut ciuitas per te non solum prouinciis esset aucta, uerum etiam ut maiestas imperii publicorum aedificiorum egregias haberet auctoritates, non putauit praetermittendum quin primo quoque tempore de his rebus ea tibi ederem”. Tradução: “como observei tua preocupação não só com a vida comum a todos e a organização da República, mas ainda com as vantagens advindas das construções públicas, de modo que

Nesse sentido, pensar que Roma se estabelecia em torno de uma fronteira sagrada, o *pomerium*, cujo território era protegido por divindades e ritos⁴⁶ nos leva a indagar sobre a possibilidade de reprodução desse quadro em áreas conquistadas. Pierre Grimal aponta que “todos os anos os cônsules, ao tomarem posse, deviam subir ao Capitólio onde prestavam juramento perante Júpiter, o deus soberano da Cidade. Se não cumprissem esta cerimônia não ficavam formalmente investidos da sua autoridade”⁴⁷. Isso chama a atenção para uma “índole essencialmente religiosa e espiritual” da cidade: “antes de ser um local de refúgio ou de prazer, a cidade romana é um centro sagrado e um centro jurídico, o que é bastante semelhante”⁴⁸. O historiador sustenta ainda que muitas cidades anexadas mantiveram autonomia quanto aos assuntos locais e quanto a suas instâncias políticas tradicionais, embora houvesse uma tendência de que essas cidades imitassem as colônias, isto é, aquelas povoadas originalmente por cidadãos romanos e organizadas segundo seus costumes: “rapidamente deixou de haver no Império cidades que não dispusessem do seu Senado (ao qual se chamava ordem dos Decuriões), o seu corpo eleitoral popular, os seus magistrados agrupados em colégios e que correspondiam aos cônsules, aos censores e aos edis de Roma”⁴⁹. Com sua expansão e crescimento populacional, a cidade de Roma avançou para além do *pomerium*. Isso implicou uma diferenciação do estatuto religioso e administrativo entre o território envolvente e aquele interior ao *pomerium*, repetindo em alguma medida aquela distinção mais nítida entre cidade (*urbs*) e campo (*ager*). De maneira análoga distinguiram-se as cidades provinciais em relação à metrópole.

As pesquisas em arqueologia têm revelado dados importantes sobre as cidades antigas, de maneira que se pode identificar características comuns às cidades romanas:

apercebemo-nos então de que, por todo lado, se encontram edifícios que se não são sempre semelhantes na sua forma, são pelo menos análogos pela sua intenção e pela sua função. No centro, o *forum*, praça pública, com os seus anexos: o Capitólio, templo da religião oficial, a *curie* onde se realizam as

a cidade não fosse por ti ampliada apenas com províncias, e sim para que a majestade do poder recebesse a autoridade das egrégias edificações públicas, julguei que não devia deixar passar o primeiro momento para apresentar estes volumes a ti, uma vez que primeiramente fui conhecido nesse assunto por teu pai a cujos valores me dediquei”.

⁴⁶ Cf. Grimal, “As cidades Romanas”, p. 11.

⁴⁷ Ibid., p. 11.

⁴⁸ Ibid., p. 12.

⁴⁹ Ibid., p. 12.

assembleias dos Decuriões, e a *basilique*, sede da vida judicial. Depois, um teatro ou um anfiteatro (por vezes ambos) para os espetáculos e para os jogos; santuários dedicados a diversas divindades; as termas, vastos estabelecimentos de banhos que desempenham [...] um grande papel na vida social; os aquedutos, as fontes e todas as instalações sanitárias indispensáveis a um agrupamento humano relativamente vasto; finalmente, construções de prestígio, arcos do triunfo, colunas votivas e estátuas [...]”⁵⁰.

As cidades romanas fundadas em períodos de conquistas e em províncias turbulentas valiam-se das muralhas. E, segundo Grimal, mesmo sendo possível reconhecer elementos comuns na organização das cidades romanas isso não quer dizer que elas fossem todas semelhantes entre si, já que as variações locais impunham peculiaridades a referenciais romanos, principalmente quanto aos edifícios religiosos, mas também nas habitações que estão menos sujeitas às regras oficiais presentes nos edifícios públicos⁵¹. Parecia haver, no entanto, uma tendência de aproximação ao modelo oferecido pela capital. E diante das dificuldades impostas pela distância da metrópole, além das próprias situações de confronto, critérios práticos e simples precisavam ser adotados no estabelecimento das cidades. Assim, os fundadores romanos tratavam de inscrever o futuro assentamento em um quadrado ou retângulo atravessado pelas vias perpendiculares do *cardus* (que “segue a linha ideal em volta da qual parece rodar a abóbada celeste”⁵²) no eixo norte-sul e do *decumanus*⁵³ no eixo leste-oeste. Primeiro, escolhia-se o centro da futura cidade por onde se cruzariam os eixos. Depois, com o auxílio da groma, um dispositivo antigo de medição, determinava-se a linha do *decumanus* entre o ponto central marcado e o ponto de nascimento do sol. Feito isso, podia-se determinar o *cardus*, como uma perpendicular ao outro eixo encontrado. Então,

medem-se sobre os dois eixos assim obtidos distâncias iguais a partir da sua intersecção segundo a superfície que se pretende que a colônia tenha e aí serão abertas as portas principais. O traçado do recinto limitar-se-á a materializar o quadrado de que o *cardo* e o *decumanus* são os medianos. A cidade terá, assim,

⁵⁰ Grimal, “As cidades Romanas”, p. 13.

⁵¹ Ibid., p.14.

⁵² Ibid., p. 18.

⁵³ A origem do termo é obscura, cf. ibid., p. 18.

quatro portas, uma em cada um dos pontos cardeais. Em seguida bastará traçar as vias secundárias em quadrícula⁵⁴.

Grimal chama a atenção para o caráter artificial desse procedimento pouco funcional em terrenos ocupados e acidentados, de modo que tal expediente de implantação das colônias teria sido um desdobramento do sistema de acampamento militar, além do mais, fácil de defender por sua forma regular e muito útil em regiões mal pacificadas como se vê em Timgad⁵⁵, cidade romana situada no norte da África, atual Argélia. Cumpre ressaltar, entretanto, que o rigor geométrico da quadrícula não se explica apenas por razões militares, tampouco práticas, uma vez que “a fundação de uma cidade é um ato sagrado”⁵⁶. Desse modo, segundo o historiador, também nas colônias aplicavam-se os ritos no ato de fundação da cidade, descritos pelos autores antigos.

De fato, Pierre Gros e Mario Torelli afirmam que os estudos arqueológicos apontavam que no Lácio bem como na Etrúria era possível encontrar ao menos algumas cidades de época histórica que tiveram uma fase do Bronze Final preparando a sucessividade do Ferro a nuançar a passagem dos assentamentos humanos dos séculos XI e X a.C. para os povoamentos que dispunham de forma urbana⁵⁷. Os autores falam da sobrevivência de heranças muito antigas provenientes de contextos pré-urbanos, fenômenos de natureza “política”, cultural e religiosa que existiam em cidades etruscas e que encontram análogos, por exemplo, na instituição romana das *curiae*⁵⁸. Assim, estruturas de origens e funções certamente pré-urbanas teriam sido reabsorvidas nos contextos político-religiosos das cidades conforme ocorrido com as tradições míticas da origem de Roma, como a lenda de Rômulo, mas também como o antiquíssimo culto de *Iuppiter Latiaris*: “esta série de importantíssimas heranças, jamais esquecidas nos sucessivos eventos históricos, encontra confirmação na referida realidade arqueológica”⁵⁹.

O ritual de fundação das cidades em seu duplo aspecto, religioso e técnico, conforme se acredita, provém dos etruscos, assim como a veneração da tríade capitolina,

⁵⁴ Grimal, “As cidades Romanas”, p. 18.

⁵⁵ Ibid., p. 19.

⁵⁶ Ibid., p. 19.

⁵⁷ Gros, P; Torelli, M. “Storia dell’urbanistica: il mondo romano”, p. 7.

⁵⁸ Ibid., p. 7.

⁵⁹ Ibid., p. 8.

já que havia ainda um último ritual, conforme nos mostra Pierre Grimal, que “tinha por objetivo pôr a futura cidade sob a proteção dos deuses do Alto e, em especial, de uma tríade composta por Júpiter, Juno e Minerva a quem era dedicado um templo comum com três capelas, que constituía o *Capitólio* (ou seja, a Cabeça) da cidade”⁶⁰. Este santuário deveria ocupar um ponto alto, como uma colina, ou ser erigido sobre um pódio e, ainda segundo o historiador, este capitólio ocupava com frequência o centro da colônia⁶¹.

Tais características gerais das colônias romanas podem ser observadas nas escavações de Marzabotto e Cápuia, datando de fins do século VI a.C. Marzabotto é o nome do local onde foram feitas escavações de uma cidade etrusca cujo nome se desconhece, situando-se a 25 km de Bolonha. Em Marzabotto é possível identificar os eixos do *cardus* e *decumanus* referenciando o tabuleiro dos quarteirões, além do Capitólio erigido em uma colina central. A cidade de Cápuia encontrada por escavações não coincide com a moderna Cápuia, mas situa-se na atual S. Maria de Capua Vetere, na Itália Meridional. Ali ainda é possível identificar os eixos antigos sob a malha atual.

Essas informações nos interessam mais de perto sob dois aspectos, em primeiro lugar, permitem a identificação de características organizacionais de povoamento e urbanização que, mesmo remontando a períodos ancestrais, refletem traços de constituição das cidades romanas, além disso, permitem situar o *De Architectura* em relação a certas práticas e períodos. Como mencionado acima, parte do Livro I é dedicada a prescrições concernentes ao estabelecimento dos recintos urbanos (*moenia*). Mas na economia do primeiro volume, as questões relativas às disposições urbanas não chegam a ocupar sua metade final⁶². Após o prefácio, o primeiro capítulo inicia abordando a formação do arquiteto. O segundo apresenta a divisão da arquitetura em seis partes (*ordinatio, dispositio, eurythmia, symmetria, decor e distributio*). O brevíssimo terceiro capítulo propõe a divisão da arquitetura em três segmentos, quais sejam, *aedificatio, gnomoniche* e *machinatio*, bem como a subdivisão da *aedificatio*, que pode ser pública ou privada, em três partes: *firmitas, utilitas* e *uenustas*. O capítulo quatro aborda, enfim, a implantação das cidades, mas de uma perspectiva bastante precisa – a da salubridade. Seja pela escolha do sítio ou pela orientação da muralha, a tônica recai sobre as

⁶⁰ Grimal, “As cidades romanas”, p. 23.

⁶¹ Ibid., p. 23.

⁶² Os manuscritos trazem uma divisão do Livro Primeiro em capítulos subtitulados. Para Philippe Fleury, é pouco provável que essa divisão remonte ao próprio autor, Vitruvius (Fleury, Ph. “Introduction”, p. LXXVI-LXXXI, in: Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I).

condicionantes naturais do lugar e os modos mais adequados de abordá-los ou evitá-los. Após um excursão por antigas teorias dos elementos e apresentação de um método empírico tradicional para a comprovação das qualidades naturais de um local, Vitruvius se volta a recomendações para a construção de muralhas e torres, em um quinto capítulo dedicado à proteção militar do recinto urbano. Nesse momento, faz-se referência aos elementos que estabelecem os limites da cidade, o *murus*, o *agger* e a *fossa*⁶³. A abordagem, contudo, prescinde de qualquer referência jurídica, religiosa ou de preservação de costumes transmitidos pelos antepassados, fazendo-se restrita aos interesses funcionais, por assim dizer, da proteção física da cidade. O sexto capítulo retoma do quarto a inclinação por apontar questões relacionadas à salubridade, mas dessa vez aplicadas à orientação das vias (*plateae* e *angiporta*)⁶⁴ no interior do recinto urbano, o que leva à apresentação de comentários sobre o céu e os ventos, quanto a suas características físicas, orientações e efeitos sobre o meio construído. O derradeiro capítulo sete volta-se à implantação do foro e dos edifícios sagrados. Não obstante a brevidade, as linhas finais do primeiro volume são aquelas a alinhar, de maneira um pouco mais nítida, a ligação entre as proposições vitruvianas e a cultura construtiva romana no que se refere ao estabelecimento das cidades. O arquiteto acaba evidenciando no texto sua abordagem nada mítica ao anunciar a temática final: “divididas as ruelas e constituídas as avenidas, a escolha das áreas às oportunidades e ao uso comum da cidade deve ser estendida em seus critérios para os templos sagrados, o foro e restantes lugares comuns”⁶⁵.

Para Vitruvius, a disposição do foro e dos templos sagrados parte de considerações sobre vantagens estratégicas (*opportunitas*) e do interesse comum. Isso não implica negar os costumes romanos: “para os edifícios sagrados dedicados aos principais deuses tutelares da cidade – Jove, Juno e Minerva – deve ser dispensada uma área em local altíssimo de onde a maior parte do recinto urbano possa ser vista”⁶⁶. O arquiteto prescreve a manutenção do antiquíssimo gesto etrusco de locação do capitólio no alto sem, no entanto, fazer qualquer referência às origens do costume que pouco comenta – talvez justamente por ser uma prática corrente, embora de origens já não tão evidentes. O que

⁶³ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, V, 6), p. 30.

⁶⁴ Cf. *ibid.*, (I, 6, 7), p. 36; (I, 7, 1), p. 41.

⁶⁵ Vitruve, “De L’Architecture”, Livre I, (I, 7, 1), p. 41: “*diuisis angiportis et plateis constitutis, arearum electio ad opportunitatem et usum communem ciuitatis est explicanda aedibus sacris, foro reliquisque locis communibus*”.

⁶⁶ *Ibid.*, (I, 7, 1), p. 41: “*aedibus uero sacris quorum deorum maxime in tutela ciuitas uidetur esse, et Iuoui et Iunoni et Mineruae, in excelsissimo loco unde moenium maxima pars conspiciatur areae distribuantur*”.

há de surpreendente é o fato de que a prática de alocação dos edifícios sagrados devotados aos deuses tutelares seja condicionada, do mesmo modo que o foro e outras edificações, a decisões relacionadas ao proveito público e a vantagens racionalmente discerníveis, em oposição à ritualística da esfera religiosa.

APÊNDICE – B

Lucrécio e a literatura latina

B. Lucrécio e a literatura latina

Ao levar a discussão para a constituição dos corpos segundo misturas dos princípios elementares, Vitruvius atrela a *ratiocinatio* do arquiteto a um quadro rigoroso de entendimento da natureza. Seja como característica transitória, seja como qualidade permanente, a *φύσις* assumiu acepções que diziam respeito a propriedades das coisas. Por outro lado, já entre os antigos, a natureza também foi tomada como aquilo que está apartado do homem, independente dele, como o meio circundante. Costumeiramente, então, a natureza foi associada aos vegetais, aos minerais, a fenômenos meteorológicos e a componentes da superfície terrestre, sobretudo visíveis, como as árvores, os campos, as rochas, os seixos, a água, os rios. Mais precisamente, a natureza foi assimilada ao ambiente exterior ao homem. E isso a literatura antiga o ilustra bem, contrastando em alguma medida com certas reflexões e doutrinas filosóficas sobre as origens das coisas.

A literatura latina do século I a.C., tanto como a de I d.C., expõe vivamente certa ideia de natureza que já foi entendida como expressão de uma pura exterioridade¹. O que os críticos modernos viriam a designar por *locus amoenus*² consta de descrições de lugares repletos de elementos tais como árvores, prados, riachos, pássaros, flores, brisa, etc. A descrição da ilha de Calipso na Odisseia teria sido a primeira ocorrência desse tipo de relato de paisagem, definido por E. R. Curtius como uma topografia apresentada em

¹ Na compilação dos cursos proferidos no Collège de France, publicados sob o título de “A Natureza”, lemos as breves anotações em que Merleau-Ponty procura expor a origem da concepção que dá nome ao sucinto capítulo segundo: “a natureza como ideia de um ser inteiramente exterior, feito de partes exteriores, exterior ao homem e a si mesmo como puro objeto”. Para Merleau-Ponty, tal ideia consiste em “uma concepção mais recente, com a qual não cessamos de nos explicar” (Merleau-Ponty, M., “A Natureza”, p. 9), muito embora, sua origem seja antiga, afirma o filósofo: “encontramo-la em Lucrécio” (Ibid., p. 9). Afirma-se, assim, um modo de entender disseminado, cotidiano, e com raízes na filosofia antiga, notadamente a de Tito Lucrécio Caro, divulgador da doutrina epicurista em latim por meio do poema *De Rerum Natura*. Lucrécio era adepto do atomismo, tal como retrabalhado por Epicuro. E Merleau-Ponty vê precisamente nesse traço da doutrina um convite ao pensamento do isolamento: “há um parentesco entre a ideia de átomo e o individualismo. Não há sociedade natural; a sociedade é uma criação utilitária (Diógenes Laércio). Não se deve portanto imiscuir-se nela” (Ibid., p. 9). A leitura e o entendimento do *De Rerum Natura* de Lucrécio podem ficar comprometidos, entretanto, quando submetidos anacronicamente às réguas do subjetivismo moderno. De todo modo, parece haver um sentido da palavra natureza que diz respeito ao que é exterior ao homem, como o meio que o cerca e os componentes desse meio.

² Embora pouco habitual entre os latinos, o adjetivo *amoenus* ocorre em Virgílio, Horácio e Ovídio, cf. Fabre-Serris, J., “Nature, mythe et poesie”, in: “Le concept de nature à Rome – Actes du séminaire de philosophie romaine de L’Université de Paris XII- Val de Marne, édités para Carlos Lévy”, p. 23-25.

torno de três elementos: árvores, caverna ou refúgio e água³. O adjetivo *amoenus* estaria ligado à amenidade e ao comprazimento:

perto das colinas de cor púrpura do Himeto enfeitado de flores, / fica uma fonte sagrada e um terreno macio coberto de relva verdejante; / árvores não muito altas formam o bosque; o medronheiro oculta a relva; / sente-se o perfume do rosmaninho e do louro e do negro mirto, / e não faltam o buxo de folha densa e a delicada tamargueira / e os delgados citisos e o pinheiro manso; / tocados pelo sopro suave de Zéfiro e pela brisa benfazeja, / ondeiam as folhagens de todo o tipo e o cruto das ervas. / Grato era o repouso a Céfalos; deixando criado e cães, / muitas vezes o jovem cansado vinha sentar-se nesse terreno; / “para acalmar o meu ardor” [...] ⁴.

Horácio louva igualmente os agrados do campo com seus rios e espuma ungidos por pedras e árvores⁵. E afirma que é preciso viver em conformidade à natureza⁶, conduzindo o leitor a tomar a paisagem amena enquanto sinônimo de natureza. Exterioridade a ser buscada como lugar. Mas de Horácio a Sêneca, o filósofo, a amenidade da paisagem cede lugar ao *locus horridus*, a completar a cena da tragédia:

há longe da cidade um bosque negro de azinheiras, / em torno da área da fonte dirceia, de vale irrigado. / O cipreste, despontando sobre altas matas, / domina a floresta com seu tronco sempre verdejante, / e um antigo carvalho estende ramos recurvados / e apodrecidos pelo tempo [...] / No meio ergue-se imensa árvore e, com densa sombra, / oprime as frondes menores e, por larga extensão / dilatando seus ramos, protege sozinha o bosque. / Triste, embaixo dela, e desconhecendo a luz de Febo, / ajunta-se uma água enrijecida por eterno frio⁷.

³ Segundo Fabre-Seris, G. Shönbeck alarga a expressão *locus amoenus* a descrições de Homero, Safo, Sófocles e mesmo Platão (ibid., p. 24).

⁴ Ovídio, “Amores e arte de amar”, tradução de Carlos Ascenso André, São Paulo, Penguin Companhia das Letras, III, 687-697, p. 360.

⁵ Horatius Flaccus, Q. “Q Horati Flacci Epistularum Liber Primus”, X, 6-7: “*ego laudo ruris amoeni/ riuos et musco circumlita saxa nemusque*”.

Disponível em: <<http://www.thelatinlibrary.com/horace/epist1.shtml>>. Acesso em 18/06/2017.

⁶ “*Vivere naturae si conuenienter oportet*” (ibid., X, 12). Disponível em:

<<http://www.thelatinlibrary.com/horace/epist1.shtml>>. Acesso em 18/06/2017.

⁷ Sêneca, “Édipo”, 530-535, 542-547. Tradução: José E. S. Lohner.

Amável e amena ou horrível e sombria, a descrição de ambientes intocados pelo homem, repletos de elementos como vegetação, água e pedra, propõe que sejam assimilados à natureza, por oposição ao humano, supõe-se. Mas é no poema de Lucrécio, também do século I a.C., que um singular entendimento da natureza se delineia, mesclando vívidos retratos de uma natureza “exterior” com a exposição da doutrina epicurista, num itinerário de investigação filosófica:

por que razão não poderia a natureza ter feito homens tão grandes que pudessem passar a vau o oceano, separar com as mãos os altos montes e ultrapassar, vivendo, muitos séculos de vida, se não fosse porque há uma quantidade determinada de matéria para tudo o que se gera e dela se compõe tudo o que surge?⁸

A natureza fez os homens tal como são – é o que se depreende do início dessas linhas. E nesse gesto determinou as características de tudo quanto possa haver e mesmo as relações de medida entre todas as coisas, de modo que os oceanos e os montes superam enormemente a dimensão física dos homens. Mas porque as coisas são como são? Trata-se, em Lucrécio, de iniciar uma investigação acerca das razões que governam as coisas na natureza. O entendimento dessa ordenação se assenta na doutrina que guia o poema e cujos fundamentos serão apresentados: “vou começar a expor-te a essência do céu e dos deuses, e revelar-te-ei os princípios das coisas, donde as cria a natureza e as faz crescer e as alimenta, e para onde de novo as leva a mesma natureza, já exaustas”⁹. A natureza dispõe e organiza.

É preciso ter em mente, ademais, que o poema lucreciano trata de combater os infortúnios advindos da religião, tendo por guia maior o pensamento de Epicuro. A essa tarefa mostra-se indispensável o entendimento da constituição de todas as coisas a partir do estudo da natureza e suas leis:

⁸ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 200-205, p. 42. Em latim: “*denique cur homines tantos natura parare / non potuit, pedibus qui pontum per uada possent / transire, et magnos manibus diuellere montis, / multaque uiuendo uitalia uincere saecula, / si non materies quia rebus reddita certast / gignundis e qua constat quid possit oriri?*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 200-205, p. 9).

⁹ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 52-56, p. 39-40. Em latim: “*nam tibi de summa caeli ratione deumque / disserere incipiam et rerum primordia pandam, / unde omnis natura creet res auctet alatque, / quoue eadem rursum natura perempta resoluat*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 54-56, p. 4).

ora, é preciso que afugentem este temor e estas trevas do espírito, não os raios do Sol nem os dardos lúcidos do dia, mas [só o fazem] o espetáculo da natureza e suas leis. E para início, tomaremos como base que não há coisa alguma que tenha jamais surgido do nada por qualquer ação divina¹⁰.

O poeta afirma vir de Epicuro o empenho a que se force “as bem fechadas portas da natureza” (*naturae portarum claustra*)¹¹. E seguindo os passos nesse empreendimento, Lucrécio anuncia o princípio fundamental de que “nada se pode criar do nada”, excluindo qualquer possibilidade de intervenção divina à origem e ordenação das coisas¹². E se a natureza precisa de alimento para propagar as raças de animais e conservar a vida (195-196) deve haver “um grande número de corpos comuns a muitos seres, como acontece com os elementos das palavras”¹³. Isto é, o alimento que se incorpora aos seres deve

¹⁰ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 146-148, p. 41, acréscimo nosso. Em latim: “*hunc igitur terrorem animi tenebraeque necessest / non radii solis neque lucida tela diei / discutiant, sed naturae species ratioque*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 146-148, p. 7).

¹¹ Lucrécio reverencia o itinerário filosófico atribuído ao mestre Epicuro: “quando a vida humana, ante quem a olhava, jazia miseravelmente por terra, oprimida por uma pesada religião, cuja cabeça, mostrando-se do alto dos céus, ameaçava os mortais com seu horrível aspecto, quem primeiro ousou levantar contra ela os olhos e resistir-lhe foi um grego, um homem que nem a fama dos deuses, nem os raios, nem o céu com seu ruído ameaçador, puderam dominar; antes mais lhe excitaram a coragem de espírito e o levaram a desejar ser o primeiro que forçasse as bem fechadas portas da natureza” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 62-71, p.40). Em latim: “*humana ante oculos foede cum uita iaceret / in terris, oppressa graui sub religione / quae caput a caeli regionibus ostendebat, / horribili super aspectu mortalibus instans, / primum Graius homo mortalis tollere contra / est oculus ausus, primusque obsistere contra; / quem neque famae nec fulmina nec minitanti / murmure compressit caelum, sed eo magis acrem / inritat animi uirtutem, ecfringere ut arta / naturae primus portarum claustra cupiret*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 62-71, p. 4).

¹² Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 160-174, p. 41, acréscimo nosso: “realmente, se fosse possível nascer do nada, tudo poderia nascer de tudo, e coisa alguma teria necessidade de semente. Poderiam surgir homens do mar, romper da terra a família dos peixes escamosos e as aves precipitarem-se do céu; e os rebanhos, os outros animais e toda a espécie de feras ocupariam, dado o acaso da origem, as terras cultivadas e os desertos. Por seu lado, as árvores não teriam sempre os mesmos frutos: mudariam de um tempo a outro e todas elas poderiam produzir todos. Com efeito, não havendo em coisa alguma elementos geradores, como poderia ter cada ser sua mãe determinada? Mas como todos se formam por sementes certas, só nascem e chegam às margens da luz no lugar em que existam matéria e os corpos elementares que lhe são próprios; por isso, não pode tudo nascer de tudo: cada ser [*hac re*] determinado tem em si possibilidades próprias”. Em latim: “*nam si de nihilo fierent, ex omnibu’ rebus / omne genus nasci posset, nil semine egeret / E mare primum homines, e terra posset oriri / squamigerum genus, et uolucres erumpere caelo; / armenta atque aliae pecudes, genus omne ferarum / incerto partu culta ac deserta tenerent. / Nec frutus idem arboribus constare solerent, / sed mutarentur; ferre omnes omnia possent. / Quippe, ubi non essent genitalia corpora cuique, / qui posset mater rebus consistere certa? / At nunc seminibus quia certis quaeque creantur, inde enascitur atque oras in luminis exit / materies ubi inest cuiusque et corpora prima; / atque hac re nequeunt ex omnibus omnia gigni, / quod certis in rebus inest secreta facultas*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 159-173, p. 7-8). Vale notar que o poema filosófico de Lucrécio agencia magistralmente uma combinação entre imagens notáveis da natureza “exterior” – terra, mar, peixes, céu, aves, árvores, frutos, animais – a explicações dos processos de gênese, desenvolvimento e corrupção dos seres, a partir dos movimentos impostos à matéria.

¹³ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 196-197, p. 42.

mostrar que há elementos comuns à constituição das coisas, tal como as mesmas letras compõem diferentes palavras. Como consequência de que “do nada nada se produz” tem-se ainda que nada pode retornar ao nada, na medida em que a natureza “faz voltar todos os corpos aos seus elementos”¹⁴, mas sem destruir completamente os corpos (o que os reduziria a nada), pois “se alguma coisa estivesse sujeita a perecer em todos os seus elementos, poderia desaparecer subitamente da nossa vista, não seria necessária nenhuma força para produzir o fim das suas partes e para lhes desfazer a ligação”¹⁵. Para Lucrécio, todos os seres se compõem de “germes eternos” (*aeternus semen*), de modo que as coisas perecem por meio da força que venha a despedaçá-las a partir do choque ou que possa agir internamente pelos vazios. É assim que se explica a renovação constante dos seres que individualmente perecem, mas cujas espécies permanecem, e também explica como a água pode retornar continuamente dos rios aos oceanos sem esgotar-se. No entanto, é preciso haver um meio pelo qual todas as coisas não sejam destruídas indistintamente, o que se configuraria como um remanejamento incessante da matéria:

mas como há, de elemento a elemento, ligações especiais, e a matéria é eterna, permanecem os seres com seu corpo incólume, até que apareça uma força bastante forte que lhes desagregue a estrutura. Nada, portanto, volta ao nada; tudo volta, pela destruição aos elementos da matéria¹⁶.

Deste modo, a água da chuva, que parecia se perder na terra, engendra as árvores e os frutos. Estes alimentam homens e animais, então, com o leite, uma nova geração se nutre. Nada é destruído inteiramente: “a natureza refaz os corpos a partir uns dos outros e não deixa que nenhum se crie senão pela ajuda da morte de algum outro”¹⁷. Mas nem tudo pode ser identificado pela visão. Dos ventos se nota a violência nos episódios de arroubo, varrendo mares e terras. Dos odores não se pode negar igualmente a existência, embora invisíveis. O atrito desgasta as pedras sem que se possa notar o feito enquanto ocorre. Do mesmo modo, diz Lucrécio, “nem todas as coisas são, por natureza,

¹⁴ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 215, p. 42.

¹⁵ Ibid., I, 217-220, p. 42.

¹⁶ Ibid., I, 244-249, p. 42. Em latim: “*at nunc, inter se quia nexus principiorum / dissimiles constant aeternaue materies est, / incolumi remanent res corpore, dum satis acris / uis obeat pro textura cuiusque reperta. / Haud igitur redit ad nihilum res ulla, sed omnes / discidio redeunt in corpora materiai*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 244-249, p. 10)

¹⁷ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 262-264, p. 42.

completamente cheias de matéria; o vazio existe”. Sem o vazio não haveria movimento. Pelos mares, pelas terras e pelos céus podem ser avistados corpos se deslocando no espaço vazio, segundo variadas maneiras e leis. Analogamente, há vazios mesmo nos corpos que parecem sólidos, mas que permaneceriam em repouso se fossem apenas matéria concentrada. As águas atravessam as pedras das cavernas; o alimento se dispersa pelo corpo dos animais; os nutrientes passam pelas raízes até os ramos das árvores; as vozes atravessam as paredes; o frio atinge os ossos. Então, os corpos não podem ser vazios. Há mais vazio num floco de lã do que em um pedaço de chumbo de mesmo tamanho, mas de peso superior e maior quantidade de matéria: o vazio (*inane*) existe misturado aos corpos¹⁸.

Em suma, para Lucrécio, tudo o que é constitui-se, em sua natureza, de corpos (*corpora*) e vazio (*inane*), no qual se move¹⁹. Não podendo haver uma terceira parte da natureza, exclui-se tudo o que se pudesse considerar separado (um hipotético mundo das ideias, por exemplo)²⁰. No entanto, é dito inerente (*coniunctum*) “o que não se pode separar ou abstrair do corpo sem a destruição deste, como por exemplo, o peso da pedra, o calor do fogo, o fluido da água, a tangibilidade de todos os corpos, a intangibilidade do vazio”²¹. É tido como eventual ou acidental (segundo registrado nas traduções modernas)

¹⁸ “*Est igitur nimirum id quod ratione sagaci / quaerimus, admixtum rebus, quod inane uocamus*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 368-369, p. 15). Segundo Lucrécio, existem dois tipos de corpos: os primordiais (*primordia rerum*), ou seminais, ou eternos, ou plenos, ou isentos de vazio, ou simples e sólidos, e os compostos (*concilia rerum*) (Cf. Droz-Vincent, G., “Les *foederae naturae* chez Lucrèce”, p. 194-195, in: “Le concept de nature à Rome – La Physique”, Actes du séminaire de philosophie romaine de l’Université de Paris XII-Val de Marne (1992-1993), édités par Carlos Lévy. Cf. ainda Chauí, M. S., “Introdução à história da filosofia – As escolas helenísticas”, Volume II, p. 258-259). Estes se formam pela reunião daqueles corpos primordiais, os princípios. Os *primordia rerum* são indestrutíveis e compõem todas as coisas criadas. O filósofo sustenta ter descoberto uma dupla natureza das coisas, que se distinguem em corpo e espaço/vácuo, a partir do que todas as coisas são geradas, cada qual existindo *per se*. Na matéria ou corpo (*corpus*) não existe vácuo, assim como no vácuo (*inane*) não existe matéria: “os corpos primeiros [*corpora prima*] são matéria sólida e sem vazio” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 510, p. 45). Ao mesmo tempo, o vácuo existe nas coisas criadas envolto por matéria: “não se poderia aceitar que qualquer corpo incluísse e escondesse em sua matéria o vácuo, se não se admitisse que existe qualquer coisa de sólido que o contém” (ibid., I, 513-515, p. 45). Assim, é o agregado ou composto de matéria (*materiai concilium*) que contém o vácuo.

¹⁹ “Toda a natureza é constituída por duas coisas: existem os corpos e existe o vácuo em que se acham colocados e em que se movem em diferentes direções” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 420-421, p. 44). Em latim: “*omnis, ut est, igitur per se natura duabus / constitit in rebus; nam corpora sunt, et inane / haec in quo sita sunt et qua diuersa mouentur*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 419-420, p. 16).

²⁰ Segundo Marilena Chauí, “a recusa da *tertia natura* ou ‘terceira maneira de ser’ é, evidentemente, a crítica lucreciana aos incorporais platônicos, aristotélicos e estoicos” (Chauí, M., “Introdução à História da Filosofia II – As escolas helenísticas”, p. 258).

²¹ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 451-452, p. 45. Em latim: “*coniunctum est id quod nusquam sine perituali / discidio potis est seiungi seque gregari / pondus uti saxi calor ignis, liquor aquai, / tactus corporibus cunctis, intactus inani*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 451-454, p. 17-18).

tudo aquilo que chega e sai e não modifica a natureza das coisas, ou seja, aquilo em relação ao qual a natureza se mantém incólume²², tal como a escravidão, a pobreza, a riqueza, a liberdade, a guerra, a paz. Desse modo, a posse de riquezas ou sua falta não são entendidas como capazes de alterar a constituição dos corpos e do vazio.

Por outro lado, os acontecimentos (*res gestas*) não podem ocorrer na ausência de corpos e vazio. E da controversa e sucinta noção de tempo²³, Lucrécio entende que cada acontecimento é um acidente (*euentum*) vinculado a gerações de homens ou de lugares. Assim, sem a matéria, que constitui os corpos, e sem um lugar e um espaço, segundo o autor do *De Rerum Natura*, não teria sido possível, por exemplo, que o amor ardente despertado pela beleza de Helena (a filha de Tíndaro) em Páris (o Alexandre Frígio) tivesse desencadeado a guerra, nem mesmo teria sido incendiada Troia (a Pérgamo dos troianos) pelos gregos paridos do cavalo de madeira à noite. A tais eventos teriam sido indispensáveis, portanto, gerações de homens e lugares para se desenrolar.

No intuito de explicar, então, o modo pelo qual se organizam as relações entre as coisas, com fundamento nos princípios apresentados, sobretudo no que diz respeito à manutenção de espécies de seres vivos concomitantemente à variação imprevisível de indivíduos que se alternam continuamente pelo ciclo de nascimento e morte, Lucrécio fala em *foedera naturae*, algo como um pacto²⁴ natural:

finalmente, visto haver em cada espécie, para todas as coisas, um limite ao crescimento e à existência, e estar estabelecido por leis naturais o que podem e não podem fazer, e nada se mudar, antes se conservar idêntico, até o ponto de as aves variegadas manterem no corpo, de geração em geração, os sinais da sua espécie, devem, por força, ter em si um imutável elemento de matéria²⁵.

²² “[...] *cetera quorum / aduentu manet incolumis natura abituque*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 456-457, p. 18).

²³ Lucrécio escreve que “do mesmo modo, o tempo não existe por si só” (Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 460, p. 45), ou “*tempus item per se non est*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 459, p. 18).

²⁴ Cf. Lenoble, R. “História da Ideia de Natureza”, tradução: Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 109.

²⁵ Ibid., I, 585-590, p. 46. Em latim: “*denique iam quoniam generatim reddita finis / crescendi rebus constat uitamque tenendi, / et quid quaeque queant per foedera naturai, / quid porro nequeant, sancitum, quandoquidem extat, / nec commutatur quicquam, quin omnia constant / usque adeo uariae uolucres ut in ordine cunctae / ostendant maculas generalis corpore inesse, / inmutabile materiae quoque corpus habere / debent nimirum*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 584-592, p. 22).

O atomismo se apresenta a Lucrécio como meio poderoso para entender uma certa ordem na natureza das coisas existentes no mundo. A indestrutibilidade e eternidade dos corpos primeiros associados aos espaços vazios, permitindo movimento aos corpos compostos, explicam como pode haver movimento incessante – dos seres que não apenas se deslocam, mas nascem e morrem – ao mesmo tempo que a perenidade de espécies, pois embora os indivíduos de determinada espécie de aves pereçam, sua plumagem característica se perpetua pelas gerações. Lucrécio identifica essa disposição da natureza a leis:

se os princípios das coisas pudessem ser vencidos e modificados de qualquer modo, haveria incerteza quanto ao que pode e ao que não pode nascer e quanto às leis que limitam, com exatidão, o poder de cada coisa, e lhe marcam o fim, e não poderiam as gerações ter reproduzido tantas vezes a natureza, os costumes, a vida, os movimentos dos pais²⁶.

A constituição atômica identificada à natureza, sustentando a sucessão regular apreendida pelos sentidos, vai do ínfimo dos corpos ao universo infinito num movimento cíclico incessante que repele o isolamento, a partir da natureza do vácuo²⁷. Mas os nossos sentidos, diz Lucrécio, têm um limite e não podem alcançar o cume da pequenez dos corpos primordiais. Tais partículas são isentas de partes – mínimas, portanto. Vale ater-

²⁶ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 595-597, p. 46. Em latim: “*nam si primordia rerum / commutari aliqua possent ratione reuicta, / incertum quoque iam constet quid possit oriri / quid nequeat, finita potestas denique cuique / quanam sit ratione atque alte terminus haerens, / nec totiens possent generatim saecula referre / naturam, mores, uictum, motusque parentum*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 591-598, p. 22-23).

²⁷ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, II, 1049-1065, p. 68: “não há para nós em parte alguma, nem de ambos os lados, nem de cima, nem de baixo, nenhuma espécie de limite; assim o demonstrei, assim o proclama a natureza por si própria a grandes brados, assim claro sai da natureza do vácuo: não é, portanto, verossímil, seja como for, que, abrindo-se por todos os lados o espaço sem barreiras, voando de mil maneiras, animadas de movimento eterno, partículas em número incontável, no total infinito, só tivesse sido criado esse mundo e este céu e que todos os outros elementos, os de fora, permanecessem inativos, tanto mais que tudo se faz naturalmente: foi por eles próprios, espontaneamente, batendo ao acaso, que os elementos, depois de se terem unido de mil modos, mas em vão e inutilmente, formaram por fim as bases de que saíam os princípios das grandes coisas, da terra, do mar, do céu, das espécies de seres vivos”. Em latim: “*principio nobis in cunctas undique partis / et latere ex utroque <supra> supterque por omne / nulla est finis, uti docui, res ipsaeque per se / uociferatur, et elucet natura profundì. / Nullo iam pacto ueri simile esse putandumst, / undique cum uorsum spatium uacet infinitum, / seminaque innumero numero summaque profunda / multimodis uolitent aeterno percita motu, / hunc unum terrarum orbem caelumque creatum, / nil agere illa foris tot corpora materiai; / cum praesertim hic sit natura factus, et ipsa / sponte sua forte offensando semina rerum / multimodis, temere, incassum frustra coacta, / tandem coluerint ea quae coniecta repente / magnarum rerum fierent exordia semper, / terrai, maris, et caeli, generisque animatum*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 1048-1063, p. 81).

se sobre o modo pelo qual o filósofo se expressa: “*corporis illius [...] minima constat natura*”²⁸, literalmente, “uma natureza mínima constitui aqueles corpos”. Lucrécio está a prescrutar a natureza do átomo ao mesmo tempo que a constituição atômica da natureza. Assim, as *foederae naturae*, os pactos naturais, assentam sobre os princípios estabelecidos em torno das partículas mínimas ou corpos primordiais, que “nunca estiveram nem poderão estar isolados, porquanto cada um é parte e elemento de outros e a eles se vêm juntar, por ordem, outras partes semelhantes, de maneira que formem todos juntos a substância [*naturam*] do corpo”²⁹. Além disso, tais partes não podem subsistir por si, tendo forçosamente que se aglomerar em um conjunto, lemos.

Se a investigação trata da natureza dos corpos primordiais e da natureza do vácuo, e se todas as coisas são feitas de corpos primordiais e vácuo, a natureza das coisas está em todos os meandros daquilo que é. A oposição dual cheio-vazio expande-se pelo infinito a ponto de tornar cada exterior um interior à escala sucessiva. Por exemplo, o vazio entre as árvores pode comportar um animal, cujo vazio interno pode receber um fruto e assim por diante. O fora se converte em dentro e o dentro em fora, a depender da perspectiva. O termo final estaria na partícula mínima a estabelecer a dicotomia definitiva com o vazio. Mas isso não é apreendido pelos sentidos, senão pela razão exclusivamente. E a partícula mínima, ou o átomo, é também natureza, e o cerne da constituição da matéria, esteja dentro ou fora relativamente ao vazio.

²⁸ Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 600-603, p. 23.

²⁹ Lucrécio Caro, T. “Da Natureza”, tradução: Agostinho Silva, I, 601-605, p. 46. Em latim: “*nec fuit umquam / per se secretum neque posthac esse ualebit, / alterius quoniamst ipsum pars, primaque et una, / inde aliae atque aliae similes ex ordine partes / agmine condenso naturam corporis explent;*” (Lucrèce, “De la nature”, Tome Premier, texte établi e traduit par Alfred Ernout, 602-606, p. 23).

BIBLIOGRAFIA

- ADAM, J.-P. **La Construction Romaine**. Matériaux et techniques. Paris: Éditions A. et J. Picard, 2011.
- ADAM, J.-P. **La Maison Romaine**. Photographies: Hervé Hôte. Modélisations 3D: Hubert Naudeix. Luçon: Éditions Honoré Clair, 2012.
- AHL, F. **The art of safe criticism**. In : *Révue des Études Latines*, n° 73. Paris, Les Belles Lettres, 1993.
- ALBERTI, L. B., **L'Architettura: De Re Aedificatoria**. Testo latino e traduzione a cura di Giovanni Orlandi; introd. e note di Paolo Portoghesi. Milano: Edizioni Il Polifilo, [1966].
- AMBROSIO, R. **A filosofia vai ao fórum: a oração Pro Murena de Cícero**. In: *Letras Clássicas*, n. 4, p. 163-178, 2000.
- ANDRÉ, J.-M. **Le prologue scientifique et la rhétorique : les préfaces de Vitruve**. In : *Bulletin de l'Association Guillaume Budé : Lettres d'humanité*, n° 44, décembre 1985, p. 375-384. Disponível em :
<http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bude_1247-6862_1985_num_44_4_1691>. Acesso em 11/09/2015.
- ARISTOTE. **De la respiration**. In: *Psychologie d'Aristote: Opuscles (Parva Naturalia)*. Traduction: Barthélémy Saint-Hilaire. Paris: Dumont, A L'Institut, 1847.
- ARISTOTLE, **On Breathing**, in: "On Youth and Old Age, On Life and Death, On Breathing", translated by G. R. T. Ross. Disponível em:
<http://classics.mit.edu/Aristotle/youth_old.mb.txt>. Acesso: 31/10/2017.
- BANDINELLI, R. B. **Roma: La fine dell'arte antica – l'arte dell'impero romano da Settimio Severo a Teodosio I**. Milão, Biblioteca Universale Rizzoli, 1988.
- BANDINELLI, R. B. **Rome: The center of power, 500 BC to AD 200**. Translated by: Peter Green. New York, Thames and Hudson, 1970.
- BEK, L. **Questiones Convivales**. The idea of the Triclinium and the Staging of Convivial Ceremony from Rome to Byzantium. In: *Analecta Romana Instituti Danici*, ARID, XII, 1983.

- BEK, L. **'Venusta Species'**. A Hellenistic Rhetorical Concept as the Aesthetic Principle in Roman Townscape. In: *Analecta Romana Instituti Danici*, ARID, XIV, 1984.
- BLUTEAU, R. **Vocabulário Português e Latino**. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1>>. Acesso em 01/11/2014.
- BOYANCÉ, P. **Lucrèce et l'Épicurisme**. Paris : Presses Universitaires de France, 1963.
- BRION, M.; SMITH, E. **Pompeii and Herculaneum: the glory and the grief**. Translated by John Rosenberg. London: Elek Books Limited, 1960.
- BROWN, F. E. **Roman Architecture**. New York: George Braziller, 1971.
- CALLEBAT, L. **Rhétorique et Architecture dans le 'De Architectura' de Vitruve**. In: *Le Projet de Vitruve - objet, destinataires et réception du De Architectura. Actes du colloque international organisé par l'École française à Rome*. Rome : École française de Rome, 1994. p. 31-46.
- CARDOSO, Z. de A. **Literatura Latina**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2013.
- CARDOSO, Z. de A. **"O tratamento das paixões nas tragédias de Sêneca"**. In: *Letras Clássicas*, n. 3, p. 129-145. São Paulo: Humanitas - FFLCH, 1999.
- CHANTRAINE, P. **Dictionnaire étymologique de la langue grecque**. *Histoire des mots*". Disponível em: <<https://archive.org/stream/Dictionnaire-Etymologique-Grec/Chantraîne-DictionnaireEtymologiqueGrec>>. Acesso em 01/11/2014.
- CHAUÍ, M. S. **Introdução à história da Filosofia – Volume 2 : As escolas helenísticas**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- CHIAPPETTA, A. **Ad animos faciendos - comoção, fé e ficção nas Partitiones oratoriae e no De Officiis de Cícero**. Tese de Doutorado, FFLCH- USP, 1997.
- CIAPPONI, L., **"Il 'De Architectura' di Vitruvio nel Primo Umanesimo"**. In: *Italia Medievale e Umanistica III*. Padova: Antenore, 1960.
- [CÍCERO]. **Retórica a Herênio**. Tradução e introdução: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
- CICERO. **De Officiis**. Vol. XXI with an English translation by Walter Miller. Loeb Classical Library 30. Cambridge, Harvard University Press, 1990.
- CICERO. **De Oratore**. Books I, II. With an English translation by E. W. Sutton. Completed with an introduction by H. Rackham. London/ Cambridge: William Heinemann LTD./ Harvard University Press, 1967.

- CICERO. *De Oratore*, book III; *De Fato*; *Paradoxa Stoicorum*; *Partitione Oratoria*. Vol. IV with an English translation by H. Rackham. The Loeb Classical Library 349. Cambridge, Harvard University Press, 1997.
- CICERO. *De Senectute*; *De Amicitia*; *De Divinatione*. Books I, II. With an English translation by William Armistead Falconer.. London/ Cambridge: William Heinemann LTD./ Harvard University Press, 1953.
- CICERO. **On Divination**. Book 1. Translated with introduction and commentary by D. Wardle. Clarendon Ancient History Series. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- CÍCERO, M. T. **Dos Deveres**. Tradução: Angélica Chiappetta. São Paulo, Martins Fontes, 1999.
- CICÉRON. **De L'Orateur**. Livre Troisième. Texte établi par Henri Bornecque e traduit par edmond Courbaud et Henri Bornecque. Paris : Les Belles Lettres, 1971.
- CICÉRON. **De termes extrêmes des biens et des maux**. Vol. I. Texte établi et traduit par Jules Martha. Paris, Les Belles Lettres, 1955.
- CICÉRON. **L'Orateur, Du meilleur genre d'orateurs**. Texte établi et traduit par Albert Yon. Paris, Les Belles Lettres, 1964.
- CICERONIS, M. T. **De Divinatione**. Liber Primus. Edited by Arthur Stanley Pease. Illinois: The University of Illinois, 1920.
- COURRÉNT, M. *De Architecti Scientia – Idée de nature et théorie de l'art dans le De Architectura de Vitruve*. Caen, Presses Universitaires de Caen, 2011.
- CROOK, J. A. “**Augustus: power, authority, achievement**”. In : The Cambridge Ancient History. Second Edition. Volume X : The Augustan Empire, 43 B.C.- A.D. 69. Cambridge : Cambridge University Press, 1996.
- D'AGOSTINO, M. H. S. **A beleza e o mármore**: o Tratado *De Architectura* de Vitruvius e o Renascimento. São Paulo: Annablume, 2010.
- DAMON, C. *Res Gestae Divi Augusti*. Bryn Mawr Latin Commentaries. Bryn Mawr: Thomas Library / Bryn Mawr College, 1995.
- DESBORDES, F. **Le texte caché**. In : *Révue des Études Latines*, n° 73. Paris, Les Belles Lettres, 1993.
- DETIENNE, M., VERNANT, J.-P. **Métis**. As astúcias da inteligência. Tradução: Filomena Hirata. São Paulo: Odysseus, 2008.
- DROZ-VINCENT, G. “**Les foedera naturae chez Lucrèce**”, in: “Le concept de nature à Rome – La physique – Actes du séminaire de philosophie romaine de L'Université

- de Paris XII - Val de Marne, édités para Carlos Lévy. Paris: Presses de l'École normale supérieure, 1996.
- EPICURO. **Carta sobre a felicidade (a Meneceu)**. Tradução e apresentação de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- EPICURO. **Carta sobre a felicidade, Epicuro. Da vida feliz, Sêneca**. Introdução, tradução e notas: João Forte. Lisboa, Relógio D'Água editores, 1994.
- EPICURO. **Antologia de textos**. In: Os Pensadores, vol. 5. Tradução e notas de Agostinho da Silva, estudo introdutório de E. Joyau.
- FABRE-SERRIS, J. **"Nature, mythe et poesie"**, in: "Le concept de nature à Rome – La physique – Actes du séminaire de philosophie romaine de L'Université de Paris XII - Val de Marne, édités para Carlos Lévy. Paris: Presses de l'École normale supérieure, 1996.
- GAMBINO, S. **Alberti lettore di Lucrezio – Motivi lucreziani nel Theogenius**. In: Albertiana, IV. Paris: Leo S. Olschki Editore, 2001, p. 69-84.
- GEERTMAN, H. **Vitruvio e i rapporti numerici**. In: BABesch, 59, 1984, p. 53-62.
- GIGANDET, A. **"Natura gubernans"**, in: "Le concept de nature à Rome – La physique – Actes du séminaire de philosophie romaine de L'Université de Paris XII - Val de Marne, édités para Carlos Lévy. Paris: Presses de l'École normale supérieure, 1996.
- GIGANDET, A.; Morel, P-M. **Ler Epicuro e os Epicuristas**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- GOLDSCHMIDT, V. **Le Système Stoïcien et L'Idée de Temps**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1953.
- GRATTI, B. R. **Sobre a adivinhação, de Marco Túlio Cícero**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 2009.
- GRIMAL, P. **As Cidades Romanas**. Tradução: António Lopes Rodrigues. Lisboa: Edições 70, 2003.
- GRIMAL, P. **O Século de Augusto**. Tradução: Rui Miguel Oliveira Duarte. Lisboa: Edições 70, 2008.
- GROS, P. **Aurea Templata**: Recherches sur l'architecture religieuse de Rome à l'époque d'Auguste . Rome : École Française de Rome, 1976.
- GROS, P. **La fonction symbolique des édifices théâtraux dans le paysage urbain de la Rome augustéenne**. In: Rome: École française de Rome, 1987. (Publications de l'École française de Rome, 98).

- GROS, P. **La géométrie platonicienne de la notice vitruvienne sur l'homme parfait (De Architectura, III, 1, 2-3).** In: *Annali di Architettura. Rivista del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio*. Vicenza, 2001. P. 15-24.
- GROS, P. **Le rôle de la scaenographia dans les projets architecturaux du début de L'Empire Romaine.** In : *Vitruve et la Tradition de Traités d'Architecture : Fabrica et Ratiocinatio*. Rome : École Française de Rome, 2006.
- GROS, P. **L'Architecture Romaine.** Du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire. 1 – Les monuments publics. Paris: Éditions A. et J. Picard, 2011.
- GROS, P. **L'Architecture Romaine.** Du début du III^e siècle av. J.-C. à la fin du Haut-Empire. 2 – Maisons, palais, villas et tombeaux. Paris: Éditions A. et J. Picard, 2006.
- GROS, P. **Les fondements philosophiques de l'harmonie architecturale selon Vitruve.** In : “*Vitruve et la Tradition de Traités d'Architecture : Fabrica et Ratiocinatio*”. Rome : École Française de Rome, 2006. p. 271-280.
- GROS, P. ***Munus non Ingratum*: le traité vitruvien et la notion de service.** In : “*Vitruve et la Tradition de Traités d'Architecture : Fabrica et Ratiocinatio*”. Rome : École Française de Rome, 2006. p. 311-326.
- GROS, P. **Nombres irrationnels et nombres parfaits chez Vitruve.** In: *Mélanges de l'École française de Rome. Antiquité T.* 88, n° 2, 1976.
- GROS, P. ***Ornamentum* chez Vitruve : le débat sur le décor architectural à la fin de l'époque hellénistique.** In : “*Vitruve et la Tradition de Traités d'Architecture : Fabrica et Ratiocinatio*”. Rome : École Française de Rome, 2006. p. 389-397.
- GROS, P. **Structures et limites de la compilation vitruvienne dans les livres III et IV du De Architectura.** In: *Latomus*, T. 34, Fasc. 4, octobre-décembre, 1975, p. 986-1009.
- GROS, P. ***Voluptas* chez Vitruve.** In : “*Vitruve et la Tradition de Traités d'Architecture : Fabrica et Ratiocinatio*”. Rome : École Française de Rome, 2006. p. 485-488.
- GROS, P. & TORELLI, M. **Storia dell'urbanistica : Il mondo romano.** Roma-Bari: Editori Laterza, 1988.
- HADOT, P. **O que é a filosofia antiga?** Tradução: Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HADOT, P. **O véu de Ísis – Ensaio sobre a história da ideia de natureza.** Tradução: Mariana Sérvulo. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

- HÖLSCHER, T. **The Language of Images in Roman Art**. Translated By: Anthony Snodgrass and Annemarie Künzl-Snodgrass. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.
- HOMERO. **Ilíada**. Tradução e prefácio: Frederico Lourenço. Introdução e apêndices: Speter Jones. Introdução à edição de 1950: E. V. Rieu. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2015.
- HORATIUS FLACCUS, Q. “**Q Horati Flacci Epistularum Liber Primus**”, X, 6-7. Disponível em: <http://www.thelatinlibrary.com/horace/epist1.shtml>. Acesso em 18/06/2017.
- INWOOD, B. **Os estóicos**. Tradução: Paulo Fernando Tadeu Ferreira e Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006.
- JANSON, T. **Latin Prose Prefaces**. *Studies in literary conventions*. Acta Universitatis Stockholmiensis. Studia Latina Stockholmiensi XIII. Stockholm, University of Stockholm, 1964.
- KAHN, C. H. **Pitágoras e os pitagóricos – uma breve história**. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- KOYRÉ, A. **Études d’histoire de la pensée philosophique**. Paris: Gallimard, 1971.
- KOYRÉ, A. **Estudos de História do Pensamento Filosófico**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- KRINSKY, C. H. **Seventy-eight vitruvius manuscripts**. In: Journal of the Warburg and Courtauld Institutes, vol. 30, 1967, p. 36-70.
- LAËRTIOS, D. **Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres**. Tradução do grego, introdução e notas: Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- LAERTIUS, D. **Lives of Eminent Philosophers**. R. D. Hicks. Cambridge: Harvard University Press, 1972. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0257%3Abook%3D7%3Achapter%3D1>> Acesso: 19/02/2020.
- LAUSBERG, H. **Elementos de retórica literária**. Tradução, prefácio e aditamentos de R. M. Rosado Fernandes. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- LAWRENCE, A. W. **Arquitetura grega**, tradução: Maria Luíza Moreira de Alba. São Paulo: Cosac & Naify, 1998.
- LAWRENCE, A. W. **Greek Architecture**. London: Penguin Books, 1957.
- LENOBLE, R. **História da Ideia de Natureza**. Tradução: Teresa Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1990.

- LÉVY, C. **Le concept de nature à Rome – La physique**. Actes du séminaire de philosophie romaine de l'Université de Paris XII-Val De Marne (1992-1993) édités par Carlos Lévy. Paris: Presses de L'École Normale Supérieure, 1996.
- LÉVY, C. **Les philosophies hellénistiques**. Paris: Librairie Générale Française, 1997.
- LIVIO, T. *Ab urbe condita*. Disponível em < <http://www.latin.it/versione/33259> >. Acesso: 09/06/2016.
- LONG, A. A. **From Epicurus to Epictetus: Studies in Hellenistic and Roman Philosophy**. Oxford: Clarendon Press, 2011.
- LUCIANO. **Hermotimo ou as escolas filosóficas**. Lisboa: Editorial Inquérito, 1986.
- LUCRÈCE. **De la nature**. Tome Premier. Text établi et traduit par Alfred Ernout. Paris : Les Belles Lettres, 1972.
- LUCRÈCE. **De la nature**. Tome Deuxième. Text établi et traduit par Alfred Ernout. Paris : Les Belles Lettres, 1924.
- LUCRÉCIO CARO, T. **Da Natureza**. In: Os Pensadores, vol. 5. Tradução e notas de Agostinho da Silva, estudo introdutório de E. Loyau e G. Ribbeck. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- LOVEJOY, A. O; BOAS, G. **Primitivism and related ideas in Antiquity**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1997.
- MACIEL, M. J. **“Fabrica e Ratiocinatio no De Architectura de Vitruvius e sua interação com a História da Ciência na Antiguidade”**. In : Revista da Faculdade de Sociais e Humanas, nº 19, Lisboa, Edições Colibri, 2007, p. 145-152.
- MARKOVIC, D. **The Rhetoric of Explanation in Lucretius' *De rerum natura***. Leiden-Boston : Brill, 2008.
- MARTIN, R. **Manuel d'Architecture Grecque**. Vol. I, matériaux et techniques. Paris: Éd. A. E J. Picard, 1965.
- MARTIN, R. **Proportions et Rapports Mathématiques dans l'Architecture Grecque**. In : Association des Classiques de L'Université de Liège. Bulletin semestriel 7^e Année, nº 1, Jan. 1959, p. 1-8.
- MERLEAU-PONTY, M. **A natureza**. Texto estabelecido e anotado por Dominique Séglaard. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- MERRILL, W. A., **“Notes on the influence of Lucretius on Vitruvius”**. In: “Transactions and proceedings of the American Philological Association”. Vol. XXXV. Boston: Ginn & Company, 1904.

- MORGAN, M. H. **On the language of Vitruvius**. In: Proceedings of the American Academy of Arts and Sciences, Vol. 41, n. 23 (Feb., 1906), pp. 467-502. Cambridge, MA: American Academy of Arts & Sciences, 1906.
- MULLIEZ, M. **Le luxe de l'imitation**. Les trompe-l'oeil de la fin de la République romaine, mémoire des artisan de la couleur. Nápoles: Centre Jean Bérard, 2014.
- NICOLET, C. **Les Ordres Romains: définition, recrutement et fonctionnement**. Paris: Publications de la Sorbonne, 1984.
- NOVARA, A. **Faire l'oeuvre utile** : la mesure de l'ambition chez Vitruve. In: Le Projet de Vitruve - objet, destinataires et réception du De Architectura. Actes du colloque internacional organisé par l'École française à Rome. Rome : École française de Rome, 1994. p. 47-61.
- ONIAN, J. **Art and Thought in the Hellenist Age – the greek world view 350-50 BC**. London: Thames and Hudson, 1979.
- OVÍDIO NASO, P. **Amores e Arte de amar**. Tradução: Carlos Ascenso André, São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2011.
- PANOFSKY, E. **Estudos de Iconologia**. Tradução: Olinda Braga de Sousa. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- PELLATI, F. **La Basilica di Fano e la formazione del Trattato di Vitruvio**. In: Atti della Pontificia Academia Romana di Archeologia, vol. XXIII-XXIV, 1947-1948 e 1948-1949, Tipografia Poliglota Vaticana, 1950, p. 153-174.
- PELLATI, F. “**La Dottrina degli Elementi nella Fisica di Vitruvio**”, in: Rinascimento 2, 1951, pp. 241-259.
- PERRAULT, C. **Les Dix Livres d'Architecture de Vitruve – corrigez e traduits nouvellement en François, avec des Notes & des Figures**. Liège [Belgium]: P. Mardaga, 1988.
- PLATÃO. **Apologia de Sócrates – precedido de Sobre a Piedade (Eutífron) e seguido de Sobre o Dever (Crítón)**. Introdução, tradução do grego e notas de André Malta. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.
- PLATO. **Platonis Opera**. Ed. John Burnet. Oxford: Oxford University Press, 1903.
- PLÍNIO, o VELHO. **História Natural. Livro XXXV**. Seleção e tradução da *Naturalis Historia*: Antônio da Silveira Mendonça. In: Revista de História da Arte e Arqueologia. Nº 2, 1995/96. Campinas: Unicamp.
- PLUTARCH, **De E apud Delphos**, in: *Moralia*. Editor: Gregorius N. Bernardakis. Leipzig: Teubner, 1891.

- PRÉ-SOCRÁTICOS. In: Os Pensadores, Vol. I. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- PURCELL, N. **The Apparitores: A Study in Social Mobility**. In: Papers of the British School at Rome, Vol. 51, 1983, p. 125-173.
- QUINTILIEN. **Institution Oratoire**. Tome III. Livre VII et IX. Texte revu et traduit avec introduction et notes par Henri Bornecque. Paris, Garnier Frères, 19__.
- RAVEN, J. E. **Polyclitus and pythagoreanism**. In: The Classical Quarterly, New Series, Vol. 1, n° ¾ (Jul. – Oct., 1951).
- RICHARDSON, L. **Pompeii** : an architectural history. Baltimore, London : The Johns Hopkins Press Ltd., 1989.
- RILEY, T. **Light Construction** . Nova York: MoMA, 1995.
- ROMANO, E. **Vitruvio fra storia e antiquaria**. In: Cahiers des Études Anciennes, XLVIII, 2011. Disponível em: <<http://etudesanciennes.org/326>>. Acesso em 19 de junho de 2014.
- ROMANO, E. **La Capanna e il Tempio: Vitruvio o Dell' Architettura**. Palermo: Palumbo Editore, 1990.
- RYKWERT, J. **A ideia de cidade**. Tradução: Margarida Goldsztajn. Revisão técnica: Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SALEM, J. **Lucrèce et l'éthique - la mort n'est rien pour nous**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1990.
- SCHOFIELD, M. **Ética estoíca**. In: INWOOD, B., "Os estoícos". Tradução: Paulo Fernando Tadeu Ferreira e Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006.
- SEAR, F. **Roman Architecture**. London : Routledge, 1998.
- SÊNECA, L. A. **Cartas a Lucílio**. Tradução, prefácio e notas: J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- SÊNECA. **Sobre a ira / Sobre a tranquilidade da alma**. Tradução, introdução e notas: José Eduardo S. Lohner. São Paulo: Penguin - Companhia das Letras, 2014.
- STARR, R. J. "The circulation of Literary Texts in the Roman World", in: The Classical Quarterly, New Series, Vol. 37, n° 1, 1987, pp. 213-223.
- STENICO, A. **La peinture étrusque / La peinture romaine**. Paris: Editions du Pont Royal, 1962.
- TITE-LIVE. **Histoire Romaine**. Tome I. Livre I. Texte établi par Jean Bayet et traduit par Gaston Baillet. Paris: Les Belles Lettres, 1947.
- TORRINHA, F. **Dicionário Latino-Português**. Porto: Edições Marânus, 1945.

- VALLETTE, P. **Lucrèce et la diatribe**. In: Revue des Études Anciennes. Tome 42, 1940, n°1-4. Mélanges d'études anciennes offerts à Georges Radet, p. 532-541.
- VARRÃO. **Das coisas do campo**. Edição bilíngue. Introdução, tradução e notas: Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- VARRO. *De Lingua Latina*. Disponível em:
<<https://archive.org/stream/onlatinlanguage01varruoft#page/134/mode/2up> >.
Acesso: 21/06/2016.
- VARRON. **La langue latine**. Livre VI. Texte établi, traduit et commenté par Pierre Flobert. Paris: Les Belles Lettres, 1985.
- VENDEMIATTI, L. A. **Sobre a Natureza dos Deuses, de Cícero**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP, Instituto de Estudos da Linguagem, 2003.
- VEYNE, P. **Pão e Circo - sociologia histórica de um pluralismo político**. Tradução: Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre I. Texte établi, traduit et commenté par Philippe Fleury. Paris, Les Belles Lettres, 1990.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre II. Texte établi et traduit par Louis Callebat, introduit et commenté par Pierre Gros. Paris, Les Belles Lettres, 2003.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre III. Texte établi, traduit et commenté par Pierre Gros. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre IV. Texte établi, traduit et commenté par Pierre Gros. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre V. Texte établi, traduit et commenté par Catherine Saliou. Paris: Les Belles Lettres, 2009.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre VI. Texte établi, traduit et commenté par Louis Callebat. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre VII. Texte établi et traduit par Bernard Liou et Michel Zinghedau, commenté par Marie-Thérèse Cam. Paris, Les Belles Lettres, 1995.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre VIII. Texte établi, traduit et commenté par Louis Callebat. Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre IX. Texte établi, traduit et commenté par Jean Soubiran. Paris: Les Belles Lettres, 1969.

- VITRUVÉ. **De L'Architecture**. Livre X. Texte établi, traduit et commenté par Louis Callebat avec la collaboration, pour le commentaire, de P. Fleury . Paris: Les Belles Lettres, 2002.
- VITRUVIO. **Architettura**. Dai libri I-VII. Introduzione di Stefano Maggi, testo critico, traduzione e commento di Silvio Ferri. Milão: BUR, 2002.
- VITRUVIO. **De Architectura**. Volume Primo. Traduzione e commento de Antonio Corso e Elisa Romano. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1997.
- VITRÚVIO. **Tratado de arquitetura**. Tradução do latim, introdução e notas: M. Justino Maciel. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- VITRUVIUS, P. **On Architecture**. *Vol. I*. Edited from the Harleian Manuscript 2767 and translated into English by Frank Granger. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1983-1985.
- VITRUVIUS, P. **On Architecture**. *Vol. II*. Edited from the Harleian Manuscript 2767 and translated into English by Frank Granger. Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1985.
- WHITE, J. **The birth and rebirth of pictorial space**. London: Faber and Faber, 1987.
- XENOFONTE. **Ditos e Feitos Memoráveis de Sócrates.**, in: Os Pensadores, Vol. II. tradução: Líbero Rangel de Andrade. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- ZANKER, P. **Pompeii. Public and Private life**. Translated by Deborah Lucas Schneider. Cambridge, London : Harvard University Press, 2001.